



História do Brasil – EsSA

SUMÁRIO

Capítulo 1

A Expansão Marítima e Comercial da Europa Ocidental	3
Exercícios	9

Capítulo 2

Ciclo Minerador	12
Exercícios	20

Capítulo 3

Nova Política Colonial – Séc. XVIII	23
Exercícios	36

Capítulo 4

Segundo Reinado (1840 – 1889)	39
Exercícios	45

Capítulo 5

Governos Republicanos	48
Exercícios	51

Capítulo 6

A Era de Vargas (1930 – 1945)	57
Exercícios	58

Capítulo 7

A “Redemocratização” e o Populismo (1946-1964)	64
Exercícios	67

Capítulo 8

Os Governos Militares	73
Exercícios	76

Capítulo 9

A Nova República	81
Exercícios	90



Capítulo 1

A EXPANSÃO MARÍTIMA E COMERCIAL DA EUROPA OCIDENTAL

A transição da Idade Média para a Moderna

A partir da segunda metade do século XV, o mundo europeu sofreu grandes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Estas transformações, que marcam o fim da Idade Média e o início dos Tempos Modernos, trouxeram como consequência a expansão europeia e levaram aos Descobrimentos Marítimos.

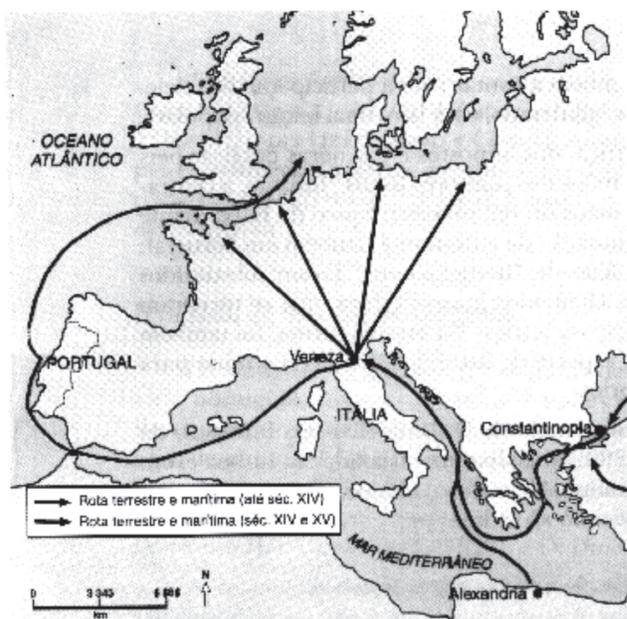
No campo político, houve o fortalecimento e centralização do poder real.

- Na economia, o comércio tornou-se mais importante.
- Na sociedade, surgiu e se fortaleceu uma nova classe social: a burguesia.
- No campo cultural, houve o Renascimento artístico.
- Nas ciências, houve o progresso técnico e científico.
- No campo religioso, o Cristianismo foi divulgado em outros continentes.

As rotas comerciais que ligavam Europa, Ásia e África tinham como centro de convergência o Mar Mediterrâneo.

O comércio das especiarias

Especiarias eram produtos raros, vindos principalmente do Oriente, que passaram a ser consumidos em larga escala pelos europeus desde a época das Cruzadas (Idade Média). Exemplos: pimenta, canela, cravo, seda, marfim, cânfora, noz-moscada, gengibre, aloés, incenso, sândalo, perfumes e produtos aromáticos.



Obs.: Constantinopla, cidade pela qual as especiarias orientais chegavam à Europa, onde eram distribuídas com grandes lucros, pelos navios das repúblicas de Gênova e Veneza, foi conquistada pelos turcos otomanos, em 1453.

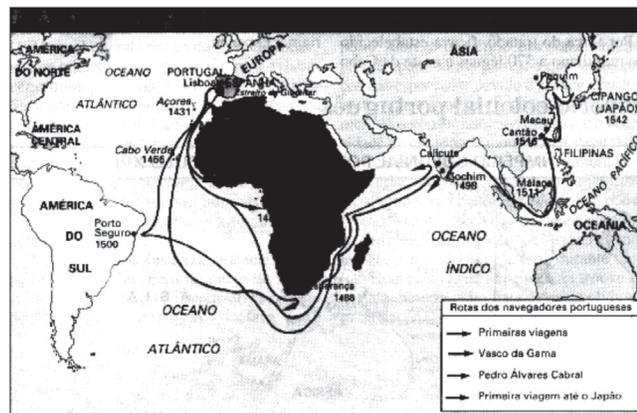
O comércio das especiarias do Oriente fez desenvolver o Capitalismo europeu na sua fase mercantilista.

Favoreceram Portugal e Espanha a se lançarem nas Grandes Navegações a posição geográfica privilegiada, a tradição marítima (atividade pesqueira) e a centralização política pioneira, devido à “Reconquista” (luta dos cristãos contra os árabes).

Dois foram os principais ciclos de navegação: leste ou oriental (ciclo dos Portugueses) e oeste ou ocidental (ciclo dos Espanhóis).

Ciclo Português

O ciclo oriental ou português visava contornar o litoral da África para chegar às Índias (Oriente).



O grande impulso para os descobrimentos portugueses foi a criação do centro de Geografia e Náutica, localizada em Sagres (sul de Portugal), pelo Infante D. Henrique (“O Navegador”). O Estado financiava as pesquisas e reservava para si a exclusividade das viagens.

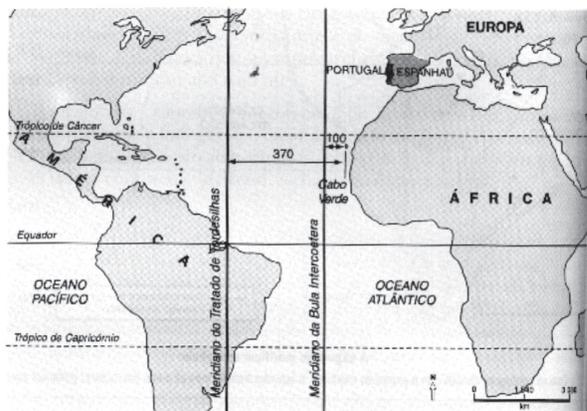
A tomada de Ceuta, em 1415, no norte da África, marcou o início das conquistas de além-mar.

Ciclo Espanhol

O ciclo ocidental ou espanhol objetivava chegar ao Oriente (Índias), viajando pelo ocidente (“El occidente por el poniente”), segundo os planos do navegador Cristóvão Colombo, natural de Gênova (Itália), que acreditava na esfericidade ou redondeza da Terra.

Recebeu apoio dos “Reis Católicos” que governavam a Espanha: Fernão (rei de Aragão) e Isabel (rainha de Castela). Suas caravelas eram: Santa Maria (nau capitânea), Pinta e Nina.

Tratado de Tordesilhas



O descobrimento da América quase levou Portugal a fazer guerra à Espanha, pois o rei daquele país julgava-se lesado em seus direitos.

Para solucionar o problema da partilha (divisão) das terras descobertas, o Papa Alexandre VI, a pedido dos “Reis Católicos”, por intermédio de Bula Inter Coetera (1493) estabeleceu os limites das terras entre Portugal e Espanha, através de um meridiano imaginário que seria contado a partir de 100 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde e Açores, o que não foi aceito por Portugal.

Os países ibéricos chegaram a um acordo através do Tratado de Tordesilhas ou de partição do Mar Oceano, assinado em 1494. Ficou estabelecido que as terras e ilhas a leste do meridiano, a contar de 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, pertenceriam a Portugal, e as que ficassem a oeste da mesma linha pertenceriam à Espanha.

Consequências da expansão marítima e comercial europeia

- Surgimento de Impérios Coloniais, regidos pela política mercantilista;
- O Oceano Atlântico passou a ser o principal centro comercial;
- O desenvolvimento do capitalismo comercial;
- Propagaram-se os conhecimentos geográficos e astronômicos e os das ciências naturais;
- Baixou o preço de custo das especiarias e drogas;
- Surgiram as Companhias do Comércio;
- A burguesia passou a ter maior importância social e influência política.

O descobrimento do Brasil

Após o descobrimento do caminho marítimo para as Índias, o rei de Portugal, D. Manuel I, “O Venturoso”, (da dinastia de Avis) organizou poderosa esquadra com o objetivo de fundar feitorias no Oriente (Calicute). Esta expedição, que foi chefiada pelo fidalgo Pedro Álvares Cabral, senhor de Belmonte e Alcaide-mor de Azurara, descobriu o Brasil no dia 22 de abril de 1500.

A viagem de Cabral

Na viagem, durante a travessia do Atlântico, desgarrou-se a nau (barco) de Vasco de Ataíde. O primeiro ponto avistado foi o Monte Pascoal, no dia 22 de abril de 1500. Após o contato inicial amistoso com os índios, a esquadra fundeou na atual baía de Cabrália (“Porto Seguro”). Tendo Gaspar de Lemos retornado a Portugal levando cartas relativas ao descobrimento, a esquadra prosseguiu viagem para as Índias, após deixar no Brasil dois degredados.

Denominou-se “Semana de Vera Cruz” o período em que a esquadra de Cabral esteve no Brasil.

Documento sobre a descoberta

Os principais documentos sobre o descobrimento são:

- Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, D. Manuel I;
- Carta do Mestre João ao mesmo rei;
- Relação do Piloto Anônimo;
- Carta de D. Manuel I aos Reis Católicos.

Nomes dados à terra

Cabral chamou-a de Terra de Vera Cruz, enquanto Caminha denominou-a Ilha de Vera Cruz. O nome Brasil foi dado devido à abundância de madeira tintorial (Ibirapitanga), que os europeus chamavam de pau-brasil.

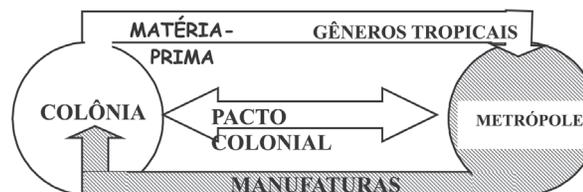
Teorias do descobrimento

As duas teorias que surgiram para explicar o Descobrimto do Brasil são: intencionalidade (mais aceita) e casualidade (acaso).

A COLONIZAÇÃO

Mercantilismo e colonização

A colonização na época moderna aparece como um desdobramento da expansão marítima e comercial europeia, que assinala o início dos tempos modernos. O sistema de colonização que a política mercantilista visa desenvolver, subordina-se ao Mercantilismo: a função da Colônia seria completar a economia metropolitana.



A história colonial do Brasil está vinculada à expansão comercial e colonial da Europa.

O sistema colonial é o conjunto de relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias em uma determinada época histórica.

Colônias de Povoamento e de Exploração

- Colônias de Povoamento — nos termos característicos do sistema colonial mercantilista, elas podem ser consideradas um foco de desajuste. Toda a sua organização econômica não está montada para a metrópole, não se constituindo desse modo como economia complementar. A produção é feita para o consumo interno, caracterizando-se pela diversificação de seus produtos. A pequena propriedade é o tipo predominante, normalmente localizadas em áreas de clima temperado.
- Colônias de Exploração — podem ser consideradas como as mais típicas da colonização européia. Toda a organização econômica está em função do mercado externo. Coerentemente, a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo são os pilares dessas economias complementares. A que particularmente nos interessa é a América Portuguesa, que pode ser definida como colônia de exploração.

Período pré-colonial (1500 – 1530)

Corresponde à fase da exploração do pau-brasil. Neste período o rei de Portugal tomou as seguintes providências: enviou expedições exploradoras, arrendou o Brasil e enviou expedições guarda-costas.

As expedições de Gaspar de Lemos (1501) e de Gonçalo Coelho (1503), vieram fazer o reconhecimento do litoral brasileiro.

Portugal arrendou o Brasil a um grupo de cristãos novos (judeus) chefiados por Fernão de Noronha. Esse também recebeu a primeira Capitania Hereditária (1504): a Ilha de São João ou da Quaresma, hoje integrante do arquipélago de Fernando de Noronha.

Pelo arrendamento, era permitido extrair pau-brasil, que estabelecia a obrigatoriedade de fundar feitorias (armazéns fortificados).

Para reprimir (combater) o contrabando do pau-brasil, realizado principalmente por corsários franceses, foram enviadas duas expedições policiadoras (guarda-costas) de 1516 e 1526, chefiadas por Cristóvão Jacques.

Neste período, a atitude de Portugal em relação ao Brasil é de desinteresse, pois o comércio oriental, das especiarias, é o foco central do comércio externo português. Além disso, o que a colônia recém-descoberta poderia oferecer? Não há nenhum produto que possa atrair a política mercantilista portuguesa. Em outras palavras, qualquer tentativa de aproveitamento da terra implicaria em gastos para a metrópole.

Extração do pau-brasil

Logo após o descobrimento, a única forma de relação econômica da colônia com a metrópole é a extração de pau-brasil.

O pau-brasil existia em abundância na orla litorânea, desde o Rio Grande do Norte até a região fluminense (Cabo Frio). A viagem da nau Bretoa está ligada a um grande carregamento desta madeira.

Conhecido pelos índios como “Ibirapitanga” e batizado pelos europeus como pau-brasil, teve fácil aceitação na Europa como material colorante, próprio para tingir tecidos.

Descoberto o produto, foi imediatamente declarado monopólio da Coroa e sua exploração feita pela iniciativa privada (particular), tendo à frente Fernão de Noronha.

No período pré-colonizador (1500 – 1530), a extração do pau-brasil constituiu-se na mais importante atividade econômica.

O grande número de indígenas existentes na costa permitiu aos portugueses que a exploração dessa madeira tintorial (pau-brasil) fosse realizada com facilidade, através da utilização da mão-de-obra indígena sob a forma de escambo ou comércio de troca.

Consequências da extração do pau-brasil

- Ocasinou o surgimento de feitorias. Essas não chegaram a fixar o colono europeu ao solo;
- Influenciou na substituição do nome de Terra de Santa Cruz pelo de Brasil.

É claro que, desde a sua descoberta, a metrópole reservava para si a exclusividade da exploração do pau-brasil. Assim, a coroa passa a ter controle sobre o produto, inserindo-o no mesmo sistema comercial que vigorava no Oriente, isto é, o Estanco: metrópole pode fazer concessões a particulares mediante pagamento de direitos. Toda a exploração é feita com o consentimento real de Portugal.

Em relação à nossa colonização, a exploração do pau-brasil não favoreceu a criação dos núcleos fixos de pagamento, pois era uma atividade nômade.

O declínio da extração do pau-brasil ocorreu a partir do século XIX, por causa descoberta de tinturas artificiais (anilinas).

A colonização

Esta fase tem início em 1530, quando Portugal inicia a colonização, isto é, através da ocupação efetiva (sistemática) do litoral brasileiro.

As razões da colonização podem ser assim resumidas:

- O comércio português das especiarias das índias (Oriente) estava em decadência;
- Portugal corria o risco de perder o Brasil devido à presença dos corsários franceses no litoral.
- A possibilidade de encontrar jazidas minerais.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO PERÍODO COLONIAL

Capitanias Hereditárias

O rei D. João III (“O Colonizador”) de Portugal, instituiu este regime, em 1534, graças a influência de Diogo de Gouveia.

Nosso país foi dividido em lotes de terras (“Capitanias”) doadas a capitães (donatários); começavam no litoral, indo até o meridiano de Tordesilhas.

Motivos que levaram o rei de Portugal a instituir este sistema:

- A grande extensão territorial do Brasil;
- A experiência bem sucedida dos portugueses nas Ilhas do Atlântico: Açores, Madeira, Cabo Verde...
- Os recursos limitados da Coroa Portuguesa, devido ao insucesso dos negócios do Oriente (Índias).

Mas, como as capitanias hereditárias solucionaram os problemas portuguesas?

Em primeiro lugar, defenderiam a terra face à ameaça externa e transferiam para particulares o ônus da colonização, preservando a Coroa e criando uma alternativa do comércio do Oriente.

Carta de Doação e foral eram os documentos que regulamentavam as Capitanias. Pela Carta de doação, o Capitão-mor (donatário) recebia a concessão da terra do rei. Através do Foral eram fixados os direitos e deveres dos donatários e colonos.

Direitos dos donatários: fundar vilas ou núcleos de povoação; distribuir lotes de terras ou sesmarias; exercer a justiça civil e criminal; colonizar, defender e fazer progredir a Capitania com seus próprios recursos.

Entre os direitos da Coroa (Metrópole) podemos citar: monopólio de exploração do pau-brasil; fabricação de moedas; o quinto do ouro e das pedras preciosas.

São Vicente e Pernambuco foram as Capitanias que mais prosperaram.

Na Capitania de São Vicente foram fundadas as povoações (vilas) de Santos (por Brás Cubas), Santo André da Borda do Campo, São Paulo de Piratininga e Itanhaém.

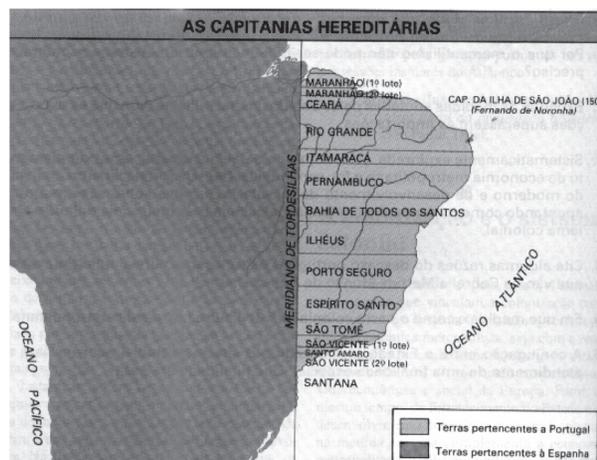
São Vicente, doada a Martim Afonso de Sousa, foi administrada pelo Padre Gonçalo Monteiro. São Vicente incluía dois lotes. Principal riqueza: cana-de-açúcar.

A extinção das Capitanias Hereditárias ocorreu na administração do Marquês de Pombal (1759).

A instituição das Capitanias resultou numa grande descentralização: o rei dava ao donatário amplos poderes.

As Capitanias são em número de quinze e os donatários, doze. Entretanto, o regime das Capitanias Hereditárias não apresentou o resultado esperado, comprometendo essa primeira iniciativa de Colonização.

Diversos fatores contribuíram para o relativo insucesso das Capitanias: o direito do couto e do homizio, a grande extensão dos lotes, a indisciplina dos colonos, os ataques dos indígenas, as incursões de estrangeiros (franceses), a falta de recursos dos donatários, a inexistência de um governo central para ajudar os donatários.



GOVERNOS GERAIS

O insucesso das Capitanias Hereditárias mostrou a impossibilidade da colonização com base apenas no capital particular.

O Governo Geral foi instituído pelo rei D. João III em 1548. O conselho de Luiz de Góis, foi criado tendo em vista a necessidade de organizar e centralizar a administração, exercer uma melhor fiscalização, promover a defesa da colônia contra os ataques estrangeiros e para dar “favor e ajuda” aos donatários das Capitanias.

As atribuições do Governo Geral estavam no Regimento (Regimento Almeirim ou Regimento Castanheira).

A Capitania da Bahia de Todos-os-Santos foi adquirida pelo rei, mediante indenização, para ser a sede do Governo Geral.

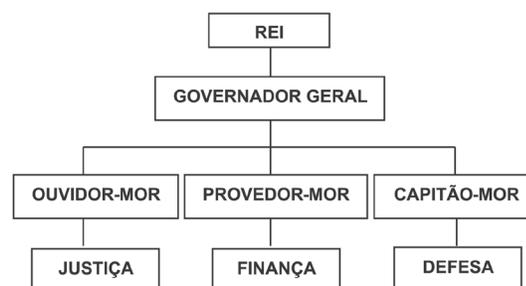
Os três auxiliares do Governo Geral eram: provedor-mor, ouvidor-mor e o capitão-mor da costa.

- Provedor-mor — encarregado dos assuntos financeiros;
- Ouvidor geral — cuidava de assuntos judiciais;
- Capitão-mor da costa — encarregado da defesa.

Obs.

Couto ou coito – lugar onde se podiam asilar os criminosos, onde não entrava a justiça do rei.

Homizio – esconder-se à vigilância da justiça.



O governo-geral foi criado mediante um Regimento que procura superar os antigos obstáculos encontrados. Seus artigos dão atribuições muito bem definidas ao novo representante do governo português na colônia.

Ao governador-geral competia:

- Coordenar a defesa da terra contra ataques, instalando e refazendo fortes, construindo navios e armando os colonos;
- Fazer alianças com os índios, iniciando sua catequese;
- Explorar o sertão, informando a Coroa Portuguesa sobre as descobertas feitas;
- Doar sesmarias, facilitando o estabelecimento de engenhos;
- Proteger os interesses metropolitanos no que diz respeito ao estanco do pau-brasil e à arrecadação de impostos.

É importante lembrar que o Governo Geral não foi criado para acabar com as Capitânicas Hereditárias, mas sim para centralizar a administração.

As capitânicas continuaram existindo e sendo administradas pelos seus donatários, que, entretanto, a partir daí, deveriam prestar obediência política ao governador-geral. O que desapareceu foi a descentralização política, pois o governador, como representante do rei português, simbolizava a autoridade suprema na colônia; o poder centralizado de onde partiam as decisões políticas em nome de Portugal.

Os três primeiros Governadores do Brasil, foram, respectivamente, Tomé de Souza, Duarte de Costa e Mem de Sá.

1º Governador-Geral - Tomé de Souza (1549 – 1553)

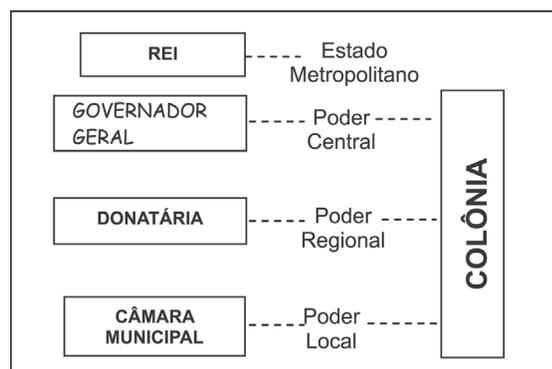
Os fatos principais foram: chegou à Bahia em 1549, e, neste mesmo ano, fundou Salvador, a primeira cidade e capital brasileira. Foi auxiliado pelo naufrago Diogo Álvares Correia (“Caramuru”); trouxe o primeiro grupo de padres jesuítas incluindo Manuel da Nóbrega para iniciar o trabalho de catequese; criação do primeiro bispado do Brasil, sendo D. Pedro Fernandes Sardinha, nosso primeiro bispo (1551); realizou uma visita às Capitânicas do sul; mandou que se organizasse uma expedição para fazer o reconhecimento do interior da Bahia (Francisco Bruza Espinoza). Incrementou a cultura da cana-de-açúcar; importou gado da ilha de Cabo Verde; introduziu escravos negros africanos no Brasil.

2º Governador-Geral – Duarte da Costa (1553 – 1557)

Fatos principais trouxe sete jesuítas incluindo o “Apóstolo do Brasil e do Novo Mundo” (José de Anchieta); houve a invasão da Baía de Guanabara pelos franceses chefiados por Villegaignon; surgiu a questão entre o 1º Bispo e o filho do Governador (Álvaro da Costa); foi fundado o Colégio de São Paulo de Piratininga pelos padres jesuítas (Nóbrega, Anchieta, Manuel de Paiva, Leonardo Nunes e outros); houve uma insurreição dos indígenas (“Confederação dos Tamoios”) chefiada por Cunhambebe.

3º Governador-Geral – Mem de Sá (1558 – 1572)

Expulsão dos franceses da Baía de Guanabara, graças à pacificação dos tamoios pelos jesuítas Nóbrega e Anchieta (“Paz de Iperoig”); fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro por Estácio de Sá (1565); organização de três entradas; combate a escravização indígena e antropofagia; chegada do segundo Bispo do Brasil (D. Pedro, em 1559).

**Os Quarenta mártires do Brasil**

D. Luís Fernandes de Vasconcelos foi nomeado quarto Governador Geral. Não chegou ao Brasil em virtude de sua esquadra ter sido atacada por corsários calvinistas em alto-mar (Jacques Sória – 1570 e Jean Capdeville – 1571). No primeiro ataque o Governador foi morto e diversos padres jesuítas chefiados por Inácio de Azevedo foram sacrificados (“Os quarenta mártires do Brasil”).

Divisão do Brasil em dois governos

Em 1572, o rei de Portugal, Dom Sebastião, resolveu dividir o Brasil em dois governos:

- Norte, sediado em Salvador, sob a chefia de Luís de Brito de Almeida.
- Sul, sediado no Rio de Janeiro, chefiado por Antônio Salema.

ECONOMIA COLONIAL**Aspectos Gerais**

“A mentalidade mercantilista entre os séculos XIV e XV caracterizou-se pelo espírito do lucro fácil e enriquecimento rápido.”

“Portugal não pensou no Brasil como região para onde seria transferida a população. Considerou sua Colônia americana como supridora ou fornecedora de matérias-primas e consumidora de produtos enviados pela metrópole”.

Ciclos Econômicos

O estudo de formação econômica do Brasil pode ser orientado através do estudo dos ciclos, isto é, o período no qual determinado produto ou atividade econômica constituiu realmente o estio econômico básico da Colônia. Segundo este conceito, os ciclos de nossa economia podem ser limitados, no tempo, da seguinte forma: ciclo da cana-de-açúcar (de 1600 a 1700); ciclo do ouro ou da mineração (de 1700 a 1800).

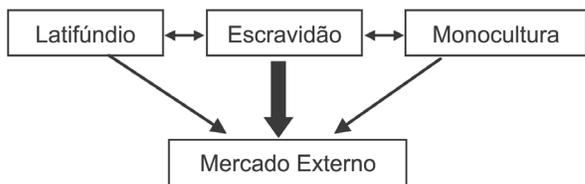
Importantes Aspectos

As características básicas eram monocultura, escravidão, latifúndios e exportação. Elas estão mais identificadas com a produção açucareira.

Principais produções: açúcar e mineração. Atividades subsidiárias: algodão, tabaco, extrativismo vegetal. Outra forma de produção não escravista: a pecuária.

A existência de “produtos-rei” ou “ciclos” em nossa economia resulta da dependência ao mercado externo, ou seja, uma produção voltada basicamente para o exterior.

Manufaturas que se desenvolveram na etapa colonial: charqueadas e cortumes, cerâmica e cordoaria, estaleiros, caieiras e olarias, artefatos de ferro, ourivesaria, manufaturas de tecidos, etc.



Companhia de Comércio

Portugal exerceu, inicialmente, o direito de exclusividade (monopólio) sobre certos produtos (ex.: pau-brasil). No período da União ibérica (1580 – 1640), o monopólio tornou-se total. Após a União Ibérica, Portugal continuou com o sistema de monopólio, através das Companhias de Comércio.

As Companhias de Comércio na época colonial foram: Companhia Geral de Comércio do Brasil (1649). Ela contribuiu para a expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro, sendo criada por sugestão do Padre Antonio Vieira.

Companhia de Comércio do Estado do Maranhão (1682) este ligada à revolta de Beckman.

Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e da Paraíba (1759): ambas criadas pelo Marquês de Pombal.

A agro-indústria açucareira

A empresa açucareira foi a solução que possibilitou a valorização econômica das terras descobertas e dessa forma garantiu a posse pelo povoamento da América Portuguesa.

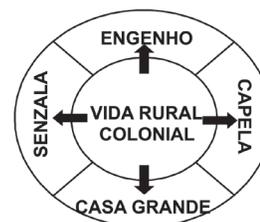
O cultivo da cana-de-açúcar foi o mais importante produto agrícola até o Primeiro Reinado. Esta atividade favoreceu o aparecimento de uma nova estrutura social e econômica.

Durante mais de um século e meio, a produção do açúcar representou, praticamente, a única base da economia brasileira. Até meados do século XVII, o Brasil será o maior produtor mundial de açúcar.

A escolha da empresa açucareira não foi feita por acaso. Os portugueses escolheram a exploração da monocultura da cana-de-açúcar porque, além de seu aspecto econômico, ela viabilizaria a colonização do país.

Obs.: Portugal não tinha condições econômicas suficientes para estabelecer, sozinho, uma empresa açucareira.

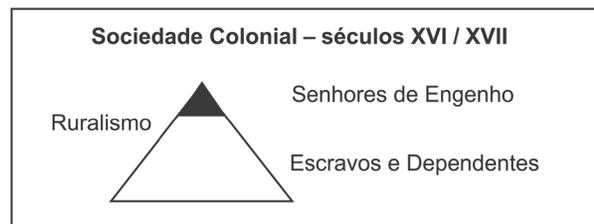
Diante dessas dificuldades, os portugueses recorreram aos holandeses, que financiaram as despesas, mas fizeram algumas exigências, tais como o direito de refinar e negociar o açúcar.



A facilidade de levantar empréstimos dos holandeses se deveu ao fato dos holandeses já comerciarem o açúcar produzido pelos portugueses nas ilhas atlânticas desde o século XV e, principalmente, porque a empresa açucareira brasileira despontava como algo viável e altamente rentável.

Consequências da produção açucareira

- ocupação das terras úmidas do litoral nordestino (Zona da Mata);
- a formação da família patriarcal;
- o surgimento de uma aristocracia rural (os senhores-de-engenho);
- as invasões holandesas no Nordeste (“Guerra do açúcar”);
- introdução do escravo negro africano;
- fixação do colono à terra;
- progresso das capitânicas de Pernambuco e São Vicente;
- desenvolvimento da monocultura e do latifúndio;
- surgimento dos povoados, vilas e cidades.



O Sociólogo Gilberto Freire no livro “Casa Grande e Senzala”, descreveu muito bem a sociedade açucareira nordestina onde predominava o patriarcalismo.

A atividade pastoral

A criação de gado (pecuária) durante o Brasil-Colônia esteve, inicialmente, associada ao cultivo da cana-de-açúcar junto ao litoral, porque era uma atividade acessória (subsidiária).

Com a expansão da agro-indústria açucareira surgiram conflitos entre criadores de gado e plantadores de cana. O gado foi obrigado a se deslocar para o sertão, porque as terras do litoral eram necessárias ao cultivo da cana-de-açúcar.

Junto ao Rio São Francisco (“Rio dos Currais”) surgiram várias fazendas de gado como a de Garcia D’Ávila, proprietário da Casa da Torre e Guedes de Brito.

A iniciativa de afastar o gado do litoral partiu dos senhores de engenho, no que foram apoiados pela metrópole.

Para os senhores, era importante afastar o gado dos engenhos porque o gado causava-lhes prejuízo, pois estragava o plantio da cana-de-açúcar, e a sua importância econômica era absolutamente inferior.

O gado servia apenas como alimento, transporte e força de trabalho em alguns engenhos, ao passo que a empresa açucareira era, então, a fonte fundamental da riqueza colonial.

A pecuária brasileira, no período colonial, caracterizou-se por:

- exigir pequeno investimento inicial; daí estar aberta a quase todos os homens livres;
- aproveitar a mão-de-obra indígena, que a ela se adaptava mais que à agricultura;
- ter-se desenvolvido de forma extensiva, contribuindo para o povoamento do interior (sertão brasileiro);
- ter sido motivo de sobrevivência econômica de regiões em que outras atividades entraram em decadência.

A pecuária originou ainda um novotipo social, o fazendeiro de gado.

Alguns senhores, inclusive, já tinham sido proprietários de terras no litoral e, decadentes, buscavam agora formar fazendas de gado no interior.

O vaqueiro era um homem livre. Não estava sujeito aos abusos e ao chicote do feitor. Além disso, vaqueiro tinha o direito de ter a sua própria roça, recebia um salário anual e podia formar a sua própria fazenda, pois a montagem de uma fazenda de gado não exigia a aplicação de muito capital. A terra era abundante e o vaqueiro conseguia as suas primeiras cabeças de gado, ganhando do fazendeiro uma cabeça para cada quatro que nasciam.

Alguns índios se adaptaram ao trabalho nas fazendas de gado e tornaram-se boiadeiros.

Consequências da criação do gado:

- influência do folclore: “bumba-meu-boi”, “negrinho do pastoreio”, etc;
- contribuiu para a ocupação do sertão nordestino e do Centro-Sul do país;
- ocupação dos Estados do Piauí e Maranhão (do sertão para o litoral);
- surgimento de cidades no interior;
- incorporação do índio à sociedade brasileira;
- facilitou a integração das regiões brasileiras.

EXERCÍCIOS

01. Leia atentamente as afirmações abaixo.

- I – Era um estado politicamente centralizado e estável.
- II – Possuía o melhor e mais equipado exército europeu durante os séculos XV e XVI.
- III – Estava em uma posição geográfica favorável, entre o Atlântico e o Mediterrâneo.
- IV – Contava com o apoio de uma burguesia mercantil favorável ao projeto da navegação para o Oriente.
- V – Possuía contatos com comerciantes árabes e indianos, realizados durante as Cruzadas, por nobres portugueses.

Assinale a única alternativa em que todas as afirmações justificam o pioneirismo português no processo das Grandes Navegações.

- a) I e II. b) III e V. c) II, III e IV. d) I, III e IV. e) I, II e V.

02. A estrutura econômica implantada por Portugal, no Brasil-Colônia, existente no século XVII, tinha como base

- a) pequenas propriedades distribuídas a portugueses natos, destinadas à produção de subsistência, para garantir a posse da terra.
- b) pequenas propriedades com policultura de alimentos necessários na Europa, como trigo e carne, utilizando mão-de-obra indígena escrava.
- c) grandes propriedades com monocultura de produtos tropicais, de alto valor na Europa, como o açúcar.
- d) grandes propriedades com monocultura de produtos tropicais, utilizando mão-de-obra indígena no sistema de parceria.
- e) grandes propriedades com policultura de produtos tropicais voltados para o mercado interno, utilizando mão-de-obra assalariada.

03. Sobre a “Carta de Doação” e o “Foral”, documentos do Brasil Colônia, assinale a afirmativa correta.

- a) A Carta de Doação estabelecia os direitos e deveres dos colonos.
- b) O Foral estabelecia os direitos e deveres dos donatários.
- c) Pela Carta de Doação o donatário poderia conceder sesmarias a colonos – portugueses ou não – que professassem a fé católica.
- d) O Foral estabelecia que os atos dos donatários só poderiam ser julgados pelo rei.
- e) Pela Carta de Doação, o donatário podia fundar vilas e povoados e criar instrumentos administrativos, jurídicos, civis e criminais para regê-los.

04. Na Europa do Século XV, Portugal destacou-se pelo pioneirismo com que se lançou à expansão marítimo-comercial, dentre outras razões, em virtude da(o)

- a) associação entre o Estado português e empresas privadas, formando a Companhia das Índias Ocidentais.
- b) experiência náutica dos portugueses, fruto dos estudos e experiências acontecidas na Escola de Sagres.
- c) apoio inglês que forneceu tripulação e navios para a empreitada lusitana.
- d) associação com a Espanha, pois o rei espanhol também era rei de Portugal, no final do século XV.
- e) necessidade da busca de ouro e metais preciosos para financiar as cruzadas.

05. O sistema de capitanias Hereditárias era regulamentado por dois documentos jurídicos, que definiram os direitos e os deveres dos donatários:

Um desses documentos cedia ao donatário uma ou mais capitanias, a administração sobre ela, as suas rendas e o poder legal para interpretar e ministrar a lei.

O outro estabelecia os direitos e deveres dos donatários, como promover a prosperidade da capitania, conceder sesmarias, receber a redízima das rendas da metrópole e a vintena da comercialização do pau-brasil e do pescado.

Esses documentos eram, respectivamente:

- Carta de Doação e Foral.
- Foral e Regimento de Tomé de Souza.
- Carta de Doação e Regimento de Tomé de Souza.
- Foral e Carta de Doação.
- Regimento de Tomé de Souza e Foral.

06. (EsSA) Em apenas uma alternativa é falsa a correspondência entre a data e o fato importante:

- 1380 - Tárik, chefe muçulmano, invadiu a Península Ibérica.
- 1385 - Batalha de Aljubarrota com a vitória dos portugueses contra os espanhóis
- 1415 - Queda de Ceuta e início da expansão portuguesa
- 1498 - Vasco da Gama chegou às Índias
- 1500 - A expedição de Cabral chegou às costas do Brasil

07. (EsSA) Sobre a economia do Brasil colonial, assinale a alternativa CORRETA:

- Com a descoberta do ouro, foi introduzida a mão-de-obra escrava negra.
- O ciclo do açúcar foi irrelevante e pouco rentável.
- A colônia podia desenvolver-se livremente sem nenhuma interferência da metrópole.
- A economia da colônia foi controlada e limitada pelas práticas mercantilistas.
- Predominou a policultura de exportação.

08. (EsSA) Após o insucesso econômico das Capitanias Hereditárias, já que apenas duas capitanias prosperaram, a Coroa Portuguesa instituiu, em 1548, um novo sistema político, que influenciou profundamente a história político-administrativa do Brasil Colonial, tornando-se a primeira tentativa de centralização do poder. Esse novo sistema político trata-se...

- da República.
- do Reino Unido de Portugal e Algarves.
- da Monarquia Constitucional.
- da Regência Trina Permanente.
- do Governo Geral.

09. (EsSA) Algumas décadas depois da chegada de Cabral à América, os portugueses viram-se na necessidade de efetivar a ocupação das suas descobertas territoriais. Sobre o processo de colonização implementado pelos lusitanos na América, podemos afirmar que:

- Foi viabilizado pela descoberta de ouro e diamantes no interior, particularmente, em terras hoje pertencentes aos Estados de Minas Gerais e Goiás.
- Teve, no cultivo da cana para a fabricação de açúcar a ser comercializado no mercado europeu e na utilização do trabalho escravo, fatores centrais.
- Tiveram, na exploração do pau-brasil, na utilização da mão de obra africana e na criação de um sistema colonial centrado na vida urbana, elementos vitais para o sucesso inicial do empreendimento colonial.
- Teve, na Coroa Espanhola e nos mercadores da Nova Lusitânia, parceiros vitais para o êxito do empreendimento.
- Só foi efetivamente viabilizado com a unificação da Península Ibérica em 1580.

10. (EsSA) Encerrado o período colonial no Brasil, entre as várias instituições que a metrópole implantou no país, uma sobreviveu à Independência. Trata-se das

- Províncias gerais.
- Milícias rurais.
- Guardas nacionais.
- Câmaras municipais.
- Cortes de justiça.

11. (EsSA) Dentre as características gerais do período pré-colonizador destaca-se

- o grande interesse pela terra, pois as comunidades primitivas do nosso litoral produziam excedentes comercializados pela burguesia mercantil portuguesa.
- o extermínio de tribos e a escravização dos nativos, efeitos diretos da ocupação com base na grande lavoura.
- a montagem de estabelecimentos provisórios em diferentes pontos da costa, onde eram amontoadas as toras de pau-brasil, para serem enviadas à Europa.
- a distribuição de lotes de terras a fidalgos e funcionários do Estado português, copiando-se a experiência realizada em ilhas do Atlântico.
- a implantação da agromanufatura açucareira, iniciada com a construção do Engenho do Senhor Governador, em 1533, em São Vicente.

12. (EsSA) Os portugueses chegaram ao território, depois denominado Brasil, em 1500, mas a administração da terra só foi organizada em 1549. Isso ocorreu porque, até então,

- os índios ferozes trucidavam os portugueses que se aventuraram a desembarcar no litoral, impedindo assim a criação de núcleos de povoamento.
- a Espanha, com base no Tratado de Tordesilhas, impedia a presença portuguesa nas Américas, policiando a costa com expedições bélicas.
- as forças e atenções dos portugueses convergiam para o Oriente, onde vitórias militares garantiam relações comerciais lucrativas.
- os franceses, aliados dos espanhóis, controlavam as tribos indígenas ao longo do litoral bem como as feitorias da costa sul atlântica.
- a população de Portugal era pouco numerosa, impossibilitando o recrutamento de funcionários administrativos.

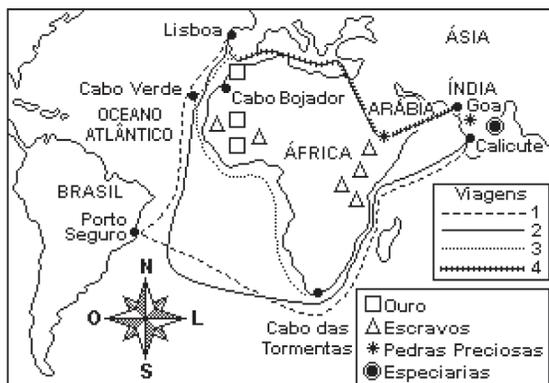
13. (EsSA) O período da nossa história conhecido como Pré-colonizador pode ser caracterizado pelos seguintes pontos:

- A descoberta de metais preciosos, particularmente, prata e diamantes na região amazônica.
- A montagem de estabelecimentos provisórios, conhecidos como feitorias, onde eram feitas trocas comerciais entre os navegantes portugueses e os povos indígenas do Brasil.
- A criação das cidades de São Vicente e Desterro no litoral da América Portuguesa.
- A utilização da mão de obra indígena para a exploração de madeira, particularmente, do pau-brasil.

Dentre as afirmativas anteriores estão corretas apenas:

- I e II
- II e III
- II e IV
- III e IV
- I e IV

14. (EsSA)



Legenda:

- 1 - Viagens de Pedro Álvares Cabral
 2 - Viagens de Vasco da Gama
 3 - Viagens de Bartolomeu Dias
 4 - Viagens de Pedro de Covilha

Observando o mapa anterior podemos identificar várias rotas de navegação. Próximo à comemoração dos "500 anos" do Brasil, percebemos que o "descobrimento" de nosso país:

- foi acidental, tendo em vista Cabral estar indo para as Índias e, devido a uma calmaria, ter chegado às terras brasileiras e espanholas.
- foi proposital, tendo vista o Tratado de Toledo ter determinado que todas as terras a Oeste de Cabo Verde seriam de Portugal.
- está ligada apenas a um movimento de expansão religiosa da Coroa Portuguesa para converter as tribos africanas.
- está incluído numa expansão marítima e comercial que objetivava, entre outros fatores, a procura de metais preciosos e terras para Portugal.
- está relacionado à viagem de Vasco da Gama e à fundação de feitorias nas ilhas dos Oceanos Índico e Pacífico.

15. (EsSA) As razões do pioneirismo português na Expansão Marítima dos séculos XV e XVI foram:

- a invasão da Península Ibérica pelos árabes e a conquista de Calicute pelos turcos.
- a assinatura do Tratado de Tordesilhas por Portugal e pelos demais países europeus.
- um Estado Liberal centralizado, voltado para a acumulação de novos mercados consumidores.
- As guerras religiosas, a descentralização política do Estado e o fortalecimento dos laços servis.
- uma monarquia centralizada, interessada no comércio de especiarias.

16. (EsSA) Entre os motivos que contribuíram para o pioneirismo português no fenômeno histórico conhecido como "expansão ultramarina", é correto afirmar que foi (foram) decisivo (a) (s):

- o comércio de ouro e escravos na costa da África.
- a precoce centralização política de Portugal e a ausência de guerras.
- a luta contra os mouros no Marrocos.
- a aliança política com o reino da Espanha.
- as reformas pombalinas.

17. (EsSA) A respeito das expedições marítimas portuguesas enviadas ao Brasil no período pré-colonizador, foram chamadas de "expedições guarda-costas", empreendidas entre os anos 1516 a 1520, as missões comandadas por

- Gaspar de Lemos.
- Martin Afonso de Souza.
- Cristóvão Jacques.
- Gonçalo Coelho.
- Tomé de Souza

18 (EsSA) No tocante as primeiras atividades econômicas desenvolvidas pelos portugueses na colônia do Brasil, entre os anos 1501 a 1530, é correto afirmar que se destacaram como atividade (s) principal (is)

- a exploração de ouro e pedras preciosas.
- a escravização do indígena.
- a extração das chamadas drogas do sertão e criação de gado.
- a extração e comercialização do pau-brasil.
- o cultivo de fumo e do café.

19. (EsSA) No final do Século XIV, o único Estado centralizado e livre de guerras, o que lhe permitiu ser o pioneiro na expansão ultramarina, era o

- espanhol.
- inglês.
- francês.
- holandês.
- português

20 (EsSA) As expedições portuguesas ao Brasil nas duas primeiras décadas do século XVI objetivaram

- iniciar o cultivo da cana-de-açúcar e o imediato povoamento.
- travar contato com os nossos índios e iniciar atividades comerciais com os mesmos
- transferir para o Brasil os acusados de heresias protestantes na corte portuguesa.
- reconhecer a terra descoberta e salvaguardar a sua posse.
- estimular a catequese dos índios a pedido da Companhia de Jesus

21. (EsSA) O Tratado de Tordesilhas, assinado pelos reis ibéricos com a intervenção papal, representa

- o marco inicial da colonização portuguesa do Brasil.
- o fim da rivalidade entre portugueses e espanhóis na América.
- a tomada de posse do Brasil pelos portugueses.
- a demarcação dos direitos de exploração colonial dos ibéricos.
- o declínio do expansionismo espanhol

Gabarito:

- | | | | | | |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 01. d | 02. c | 03. b | 04. b | 05. a | |
| 06. a | 07. d | 08. e | 09. b | 10. d | |
| 11. c | 12. c | 13. c | 14. d | 15. e | |
| 16. b | 17. c | 18. d | 19. e | 20. d | 21. d |

Capítulo 2

CICLO MINERADOR

A Mineração

O ciclo do ouro, diamantes e pedras preciosas fez com que nosso país passasse a ter novas riquezas. Teve importância decisiva na ocupação da região de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Planalto Baiano.

A mineração tornou-se a mais importante atividade: econômica do Brasil-Colônia do século XVIII.

Pela própria características desta atividade, altamente lucrativa, a Coroa, para evitar evasão de divisas, teve que exercer controle direto sobre a produção. Foi assim a atividade econômica que maior fiscalização sofreu por parte de Portugal.

De início, era permitida a livre exploração, devendo ser paga como tributo à metrópole, a quinta parte (20%) de tudo que era extraído (“o quinto”).

O TRATADO DE METHUEN – 1703

O Tratado estipulava o seguinte:

- Portugal admitia só consumir tecidos ingleses.
- A Inglaterra admitia só consumir os vinhos portugueses.

Como consequência desse tratado, Portugal tornou-se um país exclusivamente agrário, pois o tratado prejudicou as possibilidades de desenvolvimento de uma indústria manufatureira e colocou o país em submissão ao capital inglês.

O tratado tornou-se um dos motivos para o escoamento do ouro brasileiro para os cofres britânicos.

Havia dois tipos de extração de ouro:

- Faiscação
- As lavras

A faiscação (ou faisqueira)

Era a pequena extração, feita por homens livres e nômades, atividade realizada normalmente nas areias dos rios ou riachos.

As lavras

Era a extração de grande porte, exigia maior investimento de capital. Eram estabelecimentos fixos, dispondo de mão-de-obra escrava e algumas ferramentas. A lavra foi o tipo de extração mais frequente na fase áurea da mineração.

A Intendência das Minas

Era o órgão responsável pelo policiamento da mineração, pela fiscalização e direção da exploração das jazidas, era o lo-

cal onde se fazia o registro das minas descobertas. Funcionou como tribunal e era responsável pela cobrança dos impostos.

A descoberta de uma jazida deveria ser comunicada ao Intendente das Minas, que procedia a divisão das datas (lotes).

O indivíduo que havia descoberto tinha o direito de escolher os dois primeiros lotes. Em seguida, era escolhida uma data para a Fazenda Real, que depois a vendia em leilão. Os outros lotes eram sorteados entre os interessados presentes.

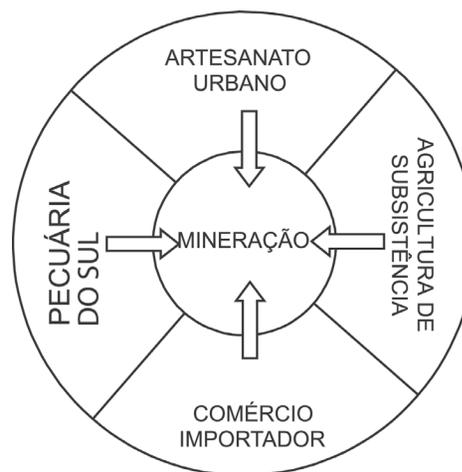
Área de produção

As principais áreas mineradoras do Brasil-Colônia foram Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, ou seja, a parte Centro-Sul do país.

Mão-de-obra utilizada

O negro escravo africano predominou como mão-de-obra na área mineradora.

O negro, na área mineradora, desfrutava de uma situação melhor do que na região açucareira: podia conseguir a carta de alforria, pagando certa quantia.



Apogeu da mineração

O século XVIII corresponde à fase de apogeu da mineração, levando certo autor a falar na “Idade do Ouro” do Brasil. Neste período, houve grande desenvolvimento artístico e cultural na região de Minas Gerais, como o estilo barroco das construções das igrejas e moradias, a Escola Literária Mineira, as esculturas do “Aleijadinho”, as músicas cantadas nas igrejas e associações religiosas.

O declínio da mineração

de	a	toneladas	média por ano
1741	1760	290	14,5 ton.
1761	1780	210	10,5 ton.
1781	1800	110	5,0 ton.

As jazidas de ouro e diamantes encontradas no Brasil eram de aluvião. Isto quer dizer que elas estavam na superfície da terra e, por isso mesmo, era mais fácil explorá-las. Por esse motivo, as jazidas se esgotaram rapidamente e a mineração entrou em decadência.

Em 1765, o Marquês de Pombal, ministro português, determinou a cobrança de impostos atrasados.

Esta cobrança, denominada “derrama”, era feita com muita violência, pelas autoridades portuguesas.

Extração de diamantes

O Brasil foi o primeiro grande produtor moderno de diamantes.

Os primeiros achados foram na região do Arraial do Tijuco, depois Distrito de Diamantino (subordinado diretamente a Portugal) e atual cidade de Diamantina, situada em Minas Gerais.

Consequências

A atividade mineradora ocasionou muitas transformações para a Colônia (Brasil) e trouxe consequências internas e externas, no plano político, social e econômico.

Podemos alinhar como consequência da mineração:

- o surgimento de inúmeras povoações (núcleos urbanos) no interior: as “Vilas do Sertão”;
- o controle direto do sistema de produção mineral pela coroa para assegurar grandes lucros na exploração das minas;
- surgimento de reações contra a política fiscal (Revolta de Vila Rica e Inconfidência Mineira);
- a transferência da capital, em 1763, da Bahia (Salvador) para o Rio de Janeiro, que tornar-se-á o principal centro urbano da Colônia;
- a sociedade tornar-se mais complexa, surgindo atividades de trabalho livre com artesãos, comerciantes, militares e funcionários;
- progresso cultural com o aparecimento do estilo barroco nas igrejas;
- deslocamento do eixo econômico do Nordeste açucareiro (em crise) para a área mineradora (Centro-Sul);
- a Guerra dos Emboabas (1707 – 1709) que foi uma luta entre paulistas (descobridores das minas) e os forasteiros;
- um rápido crescimento demográfico. O número de habitantes do Brasil aumentou consideravelmente, tendo em vista o afluxo de pessoas provenientes de várias partes do mundo, em busca de riquezas minerais;
- surgimento do mercado interno por causa do desenvolvimento do comércio;
- ocupação de todo o centro do continente sul-americano pela colonização portuguesa;
- criação das Capitânicas das Minas Gerais (1720), Goiás (1744) e Mato Grosso (1748);
- a abertura das primeiras estradas entre o interior (sertão) e o litoral;
- desenvolvimento da pecuária.

Consequência externa da mineração

A principal consequência da produção mineradora do Brasil, no plano externo foi a forte concentração de capital na Inglaterra, que possibilitou a Revolução Industrial.

Outros produtos: fumo, algodão e “drogas do sertão”.

Cultivo do algodão

Inicialmente utilizado para a produção de vestimentas de pobres e escravos, atingiu o apogeu no século XVIII com o desenvolvimento da indústria têxtil durante a Revolução Industrial. Teve grande produção no Maranhão e Pernambuco.

Cultivo do fumo

O fumo (tabaco) era cultivado no litoral da Bahia (Recôncavo), de Sergipe e Alagoas, tendo-se constituído num comércio complementar e dependente ao do açúcar, pois servia para a troca (escambo) de escravos da África.

A extração das “Drogas do Sertão”

“Drogas do Sertão” era assim chamados os produtos extraídos na exuberante Floresta Amazônica, conhecidos também como “especiarias”. Eram coletadas no Vale Amazônico, nas regiões do Amazonas, Pará e Maranhão.

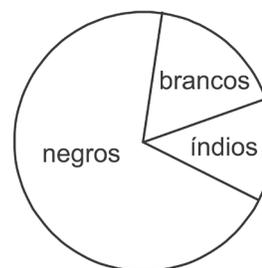
Na extração das “drogas do sertão” foi empregada a mão-de-obra indígena.

“Droguistas do Sertão” eram expedições que penetravam no Vale Amazônico à procura destes produtos.

“Tropas de Resgate” eram expedições militares que iam escravizar índios na Amazônia para trabalhar nas fazendas do Maranhão e Pará.

A Sociedade Colonial

Basicamente três grupos étnicos entraram na formação da sociedade colonial; o indígena, o europeu (português) e o negro africano.



Desde o início da colonização mesclaram-se os grupos étnicos, miscigenação racial, originando-se vários tipos de mestiços:

Do branco com o negro = mulato

Do branco com o índio = mameluco (caboclo)

Do negro com o índio = cafuzo

As condições históricas da colonização criaram formas de convivência e adaptação entre as raças formadoras da etnia brasileira. Os índios sempre que conseguiram, optaram pelo isolamento. Já o convívio entre portugueses e africanos obedecia às regras do sistema escravista aqui implantado, resultando em maior aproximação e em verdadeira promiscuidade.

As principais nações indígenas

Usando-se critérios linguísticos, podemos dividir os índios do Brasil em quatro nações:

- Caraíbas – encontrados no norte da bacia Amazônica;
- Nuaruaques – encontrados na bacia Amazônica;
- Jes e Tapuias – encontrados no Planalto Central brasileiro;
- Tupis – encontradas por toda a Costa Atlântica e algumas áreas do interior.

A maior parte dos indígenas que habitavam o litoral do Brasil na época do descobrimento pertencia ao grupo linguístico tupi.

O indígena brasileiro encontrado pelos portugueses vivia num regime de comunidade primitiva, ou seja, uma forma de organização social onde a ausência da propriedade privada dos meios de produção resulta numa economia comunitária onde não existiam classes sociais.

Contribuições

Os índios deram importante contribuição para os costumes e cultura e a formação do povo brasileiro. Dentre essas contribuições, podemos destacar:

- uso da rede de dormir, tão comum nas regiões Norte e Nordeste;
- utilização do milho, da mandioca, do guaraná, etc;
- técnicas da coivara, ou queimada das roças antes de fazer novo plantio.

A Escravidão e o Extermínio Indígena

Na época do descobrimento, a população indígena do Brasil era de mais de um milhão de pessoas. Atualmente, está reduzida a menos de cem mil.

Os primeiros contatos entre brancos e índios foram amigáveis. Mais tarde, quando teve início a exploração agrícola, os índios passaram a ser um empecilho para os colonizadores, que precisavam de suas terras e de seu trabalho na lavoura.

Muitos índios foram massacrados ou escravizados pelo colonizador, que lhes roubava a terra e atacava suas mulheres.

A escravidão dos índios acontecia principalmente nas áreas mais pobres, onde havia poucos recursos para a compra de escravos negros. O maior exemplo disso foi a Capitania de São Vicente (São Paulo), nos séculos XVI e XVII. De lá partiam as bandeiras do ciclo do apresamento indígena, que promoviam verdadeiras guerras de extermínio.

O Negro no Brasil

Os negros foram introduzidos no Brasil a fim de atender às necessidades de mão-de-obra e às necessidades mercantis (o tráfico negro).

O comércio de escravos africanos para o Brasil teve início nos primeiros tempos de colonização.

Na África os negros eram trocados por aguardente de cana, fumo, facões, tecidos, espelhos, etc.

Os africanos que vieram para o Brasil pertenciam a uma grande variedade de etnias, de modo geral, podemos classificar os negros encontrados no Brasil em três grandes grupos:

- Sudaneses – oriundos da Nigéria, Daomé, Costa do Ouro. Compreendiam os iorubas, jejês, minas, fanti-ashanti dentre outros. Localizados inicialmente na Bahia, de onde se espalharam pelas regiões vizinhas.
- Bantos – divididos em dois grupos: Congo-angolanos e moçambiques. Os bantos foram trazidos para o Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco.
- Malês – eram os sudaneses islamizados.

Os negros possuíam religião politeísta e suas crenças mesclaram-se ao cristianismo (sincretismo religioso).

A escravidão negra no Brasil não foi apenas uma questão de preferência do negro ao índio, mas sim uma questão de interesse da burguesia e do governo português, que já enriqueciam com o tráfico negro antes da descoberta do Brasil.

Aprisionados ou trocados, os negros eram trazidos para o Brasil nos porões dos navios negreiros (tumbeiros). Durante a viagem, morriam cerca de 40% dos traficados.

Marcados com ferro no Brasil, os negros eram embarcados em Angola, Moçambique e Guiné e desembarcados em Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

O negro entrou na sociedade colonial brasileira como cultura dominada. As marcas da escravidão persistem até os dias de hoje.

As contribuições dos negros para a cultura brasileira

O negro deu importantes contribuições para a cultura e para a formação do povo brasileiro, podendo citar-se:

- diversos vocábulos falados no idioma;
- hábitos alimentares, principalmente a culinária baiana;
- instrumentos musicais, como tambores, atabaques, flautas, marimbas, cuícas e berimbaus;
- ritmo musical das canções populares brasileiras, como o samba;
- danças, como o cateretê, o jongo, etc.

O negro deixou marcas profundas na própria composição física do povo brasileiro.

Apesar de muito se dizer o contrário, os negros reagiram à opressão branca e iniciaram, no Brasil, os primeiros movimentos para a libertação, formando os quilombos.

O mais importante dos quilombos foi Palmares, localizada-se no atual Estado de Alagoas e durou aproximadamente 70 anos.

Como Palmares significava a liberdade e, portanto, era uma atuação constante para novas fugas de escravos, tinha de ser destruído pelos senhores prejudicados pela existência dessa rebeldia negra.

Palmares foi destruído em 1694, pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, contratado pelos senhores de engenho.

Em 1695, foi morto Zumbi, o maior líder negro da História do Brasil. Sua cabeça foi exposta em Pernambuco, acabando com a lenda da sua imortalidade.

União Ibérica

Chamamos de União Ibérica ou União das Monarquias Ibéricas, o período que vai de 1580 a 1640, quando Portugal e suas colônias passaram para o domínio da Espanha.

Isto aconteceu devido à questão da sucessão dinástica em Portugal. Depois de D. João III (“O Colonizador”) reinou, em Portugal, seu neto D. Sebastião. Mas este morreu na batalha de Alcacer-Quibir (1578), na África, combatendo os muçulmanos (“cruzadismo português”). É sucedido pelo seu tio-avô, o velho Cardeal D. Henrique, que reinou apenas dois anos, pois morreu em 1580. Ao falecer, surgiu a questão da sucessão dinástica: o cardeal D. Henrique não possuía filho e seu parente mais próximo era Felipe II, rei da Espanha, da dinastia dos Hebeburgos, que se impõe como o herdeiro legítimo e passa a governar Portugal e todas as suas colônias, inclusive o Brasil.

Consequência da União Ibérica (1580 – 1640):

- a ruptura prática da linha de Tordesilhas;
- o Brasil começou a sofrer investidas dos maiores adversários da Espanha: Inglaterra, França e Holanda;
- a aplicação das Ordenações Filipinas;
- em 1621, o Brasil (do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul), tendo como capital, Salvador;
- as invasões holandesas no Nordeste brasileiro, devido à guerra entre Espanha e Holanda;
- criação do Conselho das Índias (1604), para fortalecer a fiscalização das Colônias;
- decadência econômica e política do reino lusitano, que passa a depender, cada vez mais, da Inglaterra.

O povo português ficou revoltado, nada podendo fazer para evitar que Felipe II subornasse as autoridades do Reino, até o momento em que as Cortes o aclamaram Rei de Portugal, com o nome de Felipe I.

ATAQUES AO LITORAL BRASILEIRO

Os franceses no Rio de Janeiro – século XVI

Em 1555, durante o governo de Duarte da Costa, houve a invasão francesa na Baía de Guanabara. A expedição, apoiada

pelo Almirante Coligny, era comandada por Nicolau Durand de Villegaignon e tinha por objetivo estabelecer a França Antártica, colônia para os protestantes (huguenotes) que estavam sendo perseguidos na França.

A expulsão dos franceses ocorreu após os combates de Uruçumirim e Paranapuã, no governo de Mem de Sá (1565), graças a Estácio de Sá e à atuação dos padres jesuítas José de Anchieta e Manoel de Nóbrega, responsáveis pela pacificação dos índios revoltados (“Confederação dos Tamoios”), chefiados por Cunhambebe.

Em 1594, Jacques Riffault e Charles dês Vaux estiveram no Maranhão. O último levou informações à França sobre a possibilidade de fundar uma colônia naquela região.

Em 1612, chegou no Maranhão uma expedição chefiada por Daniel de La Touche, que fundou a cidade de São Luís (atual capital do Maranhão), cujo objetivo era fundar uma colônia (“França Equinocial”). A expulsão dos franceses foi conseguida graças ao mameluco de Albuquerque e Alexandre de Moura, entre 1614 e 1615.

Os franceses no Rio de Janeiro (século XVIII)

Em 1710, a cidade do Rio de Janeiro (na época, grande centro produtor de açúcar) foi atacada pela esquadra de Jean François Duclerc. Esse foi derrotado, aprisionado e depois misteriosamente assassinado.

Ataques ingleses

Durante a União Ibérica, corsários e piratas fizeram incursões em diversos pontos do nosso litoral, como:

- Edward Fenton atacou Santos (1583), sendo repellido;
- Robert Withrington entrou na Baía de Todos os Santos e saqueou o Recôncavo (1587);
- Thomas Cavendish atacou Santos e São Vicente (1591);
- Jaime Lancaster, com os piratas franceses Vemner e Noyer, atacou Recife e Noyer, atacou Recife e Olinda (1595), saqueando a primeira;
- Presença inglesa no Grão-Pará, com fundação de fortins na Amazônia: Jaime Purcell (1621) e Rogério North (1631).

AS INVASÕES HOLANDEASAS

A Guerra do Açúcar

Antecedentes:

O país que hoje chamamos Holanda, pertencia à Espanha até 1579, ano em que os holandeses iniciaram a sua Guerra de Independência.

A Espanha não reconheceu a independência da Holanda e a guerra entre os dois países prosseguiu até 1648.

Devido a essa guerra, a Espanha proibiu suas colônias de fazerem comércio com os holandeses.

As invasões holandesas (1624 – 1630)

As invasões holandesas ou “Guerra do Açúcar” no Nordeste têm como causas:

- a União Ibérica (1580 – 1640);
- a proibição do rei Felipe II, ordenando que os portos de todas as colônias fossem fechados aos navios da Holanda;
- o interesse dos holandeses em ocupar a Zona da Mata Nordestina para restabelecer o comércio açucareiro que lhes proporcionava grandes lucros.

A Companhia de Comércio das Índias Ocidentais (1621), que recebeu o monopólio do Comércio do Atlântico, foi criada com o objetivo de ocupar o Nordeste açucareiro.

Bahia e Pernambuco, as Capitânicas que mais produziam açúcar na época colonial, foram atacadas pelos holandeses.

A invasão da Bahia (1624 – 1625)

Na primeira invasão (1624), os holandeses eram chefiados por Jacob Willekens e Johan Van Dorth. O Governador do Brasil era Diogo de Mendonça Furtado, e foi preso de “armas na mão”; os invasores ocuparam a cidade de Salvador, sede do Governo Geral.

A defesa ficou a cargo de Bispo D. Marcos Teixeira, que criou uma companhia de emboscadas (“Milícia dos Descalços”).

A expulsão dos holandeses ocorreu em 1625, graças à expedição luso-espanhola (“Jornada dos Vassalos”), comandada por D. Fradique de Toledo Osório. Os holandeses cercados pela esquadra no porto de Salvador, capitularam e retornaram para a Europa.

A invasão em Pernambuco (1630 – 1654)

A Segunda invasão holandesa ocorreu em Pernambuco (“Zuickerland” = terra do açúcar) em 1630, sob o comando de Hendrick Cornelizoon Lonck; o desembarque ocorreu em Pau Amarelo.

A resistência foi organizada por Matias de Albuquerque, governador de Pernambuco, que fundou o Arraial do Bom Jesus.

Em 1631 ocorreu a batalha dos Abrolhos entre a esquadra de D. Antônio de Oquendo (espanhola) e a esquadra do Almirante holandês Jansen Pater. Em 1632 ocorreu a deserção de Domingos Fernandes Calabar, contribuindo decisivamente para que os holandeses se fixassem no Nordeste.

Os holandeses ocuparam novos territórios (Itamaracá, Rio Grande do Norte, Paraíba) e tomaram o Arraial do Bom Jesus.

Em Porto Calvo, Calabar foi preso e enforcado.

Matias de Albuquerque foi substituído por D. Luís de Rojas e Borba, que depois morreu no combate de Mata Redonda frente aos holandeses: seu substituto foi o Conde Bagnoli.

Para governar o “Brasil Holandês”, foi nomeado o Conde Maurício de Nassau, que além de estender o domínio holandês

(do Maranhão até Sergipe, no rio São Francisco) realizou uma excelente administração:

- fez uma política de aproximação com os senhores de engenho;
- incrementou a produção açucareira;
- concedeu tolerância religiosa;
- trouxe artistas e cientistas como Franz Post (pintor) Jorge Markgraf (botânico), Pieter Post (arquiteto), nomes ligados ao movimento renascentista flamentó;
- promoveu o embelezamento da cidade do Recife, onde surgiu a “Mauriceia”, na ilha de Antônio Vaz.

Denominou-se “Insurreição Pernambucana” (1645 - 1654) o movimento de reação ao domínio holandês no Nordeste, após a retirada do Conde Maurício de Nassau. Os principais nomes foram índio Poti (Felipe Camarão), negro Henrique Dias, português João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. Os insurgentes adotaram como lema “Deus e Liberdade” e fundaram o Arraial Novo do Bom Jesus.

Os “independentes” conseguiram derrotar os holandeses nas batalhas do Monte das Tabocas (1645) e dos Guararapes (1ª - 1648, 2ª - 1649). A rendição ocorreu na Campina de Taborda (1654). Contudo, as guerras holandesas só se encerraram com a assinatura do Tratado de Haia (1661) entre Portugal e Holanda.

A integração entre brasileiros, portugueses, brancos, negros e mestiços, que lutaram juntos pela defesa do Brasil, contribuiu para desenvolver o sentimento de brasilidade, ou seja, o sentimento nativista.

Diversos fatos estão relacionados com a capitulação dos holandeses no Brasil:

- a Restauração de Portugal (fim do domínio espanhol), devido a aclamação do duque de Bragança com o título de D. João IV, motivou um levante no Maranhão, culminando com a expulsão dos holandeses daquela região;
- o Ato de Navegação (1651) decretado por Cromwell, da Inglaterra, que enfraqueceu o poderio marítimo holandês;
- a criação da Companhia Geral de Comércio do Brasil (1649), a conselho do Padre Vieira, para fazer concorrência à Companhia das Índias Ocidentais (holandesa);
- a política de intolerância dos sucessores de Nassau fez unir os senhores de engenho (aristocracia rural) que haviam se acomodado com a situação.

Expulsos do Brasil, os holandeses passaram a produzir açúcar na região das Antilhas, fazendo concorrência ao açúcar produzido no Brasil. Isto contribuiu decisivamente para o declínio (diminuição) da produção açucareira nordestina que entrou em crise. Esta crise que o Brasil e Portugal atravessaram, foi superada com a descoberta das riquezas minerais (ouro, diamantes e pedras preciosas) no século XVIII.

Após a expulsão dos holandeses (Paz de Haia, em 1661), Portugal passou a sofrer maior influência da Inglaterra (Tratado de Methuem).

A EXPANSÃO TERRITORIAL

Conquista do Norte e Nordeste

Na Paraíba as primeiras tentativas foram feitas, sem êxito, por Frutuoso Barbosa. Mais tarde, ele e Felipe de Moura com uma expedição por terra e Diogo Flores Valdés, chefiando uma expedição marítima, fundaram o Forte de São Felipe, depois abandonado por causa dos ataques dos índios potiguares.

A conquista da Paraíba foi efetivada por Martim Leitão, que se aliou ao chefe indígena Piragibe, surgindo a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (1584), depois chamada de Paraíba, atual João Pessoa.

- A conquista de Sergipe foi efetuada por Cristóvão de Barros, em 1590, que derrotou os índios chefiados por Boipeba e fundou São Cristóvão.
- Manuel Mascarenhas Homem conquistou o Rio Grande do Norte, com auxílio de Feliciano Coelho e Jerônimo de Albuquerque.

Em 1597, foi fundado o Forte dos Reis Magos, que a partir de 1599, passou a se chamar Natal.

- Pero Coelho de Souza tentou, sem êxito, através de duas investidas, ocupar o Ceará. Os padres jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueira também não conseguiram.

A ocupação do Ceará foi realizada por Martim Soares Moreno, ajudado pelo índio Jacaúna.

Fundou o Forte de Nossa Senhora do Amparo (1613) que deu origem a atual cidade de Fortaleza.

- O Maranhão foi conquistado por Alexandre de Moura e o mameluco Jerônimo de Albuquerque (1615), do interior para o litoral, graças à atividade pastoral.
- A conquista do Pará foi efetivada por Francisco Caldeira Castelo Branco, que fundou o Forte Presépio, origem da cidade de Belém (1616).
- O povoamento do Piauí foi feito do interior para o litoral, graças à criação de gado bovino. Os irmãos Domingos Afonso Mafrense (“O Sertão”) e Julião Afonso Serra, rendeiros da Casa da Torre (de Garcia D’Ávila), fundaram a Vila Mocha, depois Oeiras, antiga capital do Piauí (1674).
- A conquista do Vale Amazônico foi realizada pelo Capitão Pedro Teixeira (1637 – 1639), que subiu o Rio Amazonas (de Belém até Quito), tomando posse dessa imensa região, em nome do rei de Portugal. A posse da bacia amazônica deveu-se aos missionários (jesuítas, franciscanos, carmelitas e mercenários), às lutas contra os estrangeiros, os “droguistas do sertão” e às expedições militares (“tropas de resgate”).

Só com a expulsão dos franceses da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Maranhão foi possível completar a ocupação da Região Nordeste.

A ocupação do interior

As quatro bases econômicas da ocupação do sertão foram: a criação de gado, a caça aos gentios, a atividade mineradora e a

extração de especiarias, produtos silvestres e plantas medicinais (“drogas do sertão”).

O elemento humano que realizou a expansão territorial do Brasil era representado pelos criadores de gados (boiadeiros), pelos padres missionários no seu trabalho de catequese, pelos entradistas e bandeirantes, cuja atuação foi de fundamental importância e cujos motivos de ação foram múltiplos e variados (expedições militares, apresamento de indígenas, descoberta de ouro e pedras preciosas).

O caminho dos que partiam de Pernambuco em demanda (direção) do sertão foi o Rio São Francisco, conhecido como “Rio da Unidade Nacional” e “Rio dos Currais”, devido à existência de grandes e numerosas fazendas de gado em suas margens.

No Sul, onde tiveram início as primeiras expedições pelo interior, os meios de penetração do sertão foram os Rios Paraná, Tietê e Paraíba do Sul.

A ocupação da Planície Amazônica

O povoamento do Vale Amazônico amoldou-se às contingências da coleta dos produtos extrativos, sobretudo (“Drogas do sertão”), na considerável dispersão amazônica, onde os cursos d’água serviam como único pólo forte e estável de atração do povoamento. Nesta atividade extrativa, o índio era insubstituível, pois sem ele “não se dava um passo”.

A escravidão dos silvícolas pelos colonos, no Maranhão, deu origem a conflitos com padres jesuítas.

A organização da produção também reflete as condições em que ela se realiza: não tem por base a propriedade da terra (fundiária), como na agricultura e na mineração. A exploração realiza-se indiferentemente na imensa floresta aberta a todos e faz-se de maneira esporádica, coincidindo com as épocas próprias da coleta.

Colonização do Vale Amazônico

Diversos fatores contribuíram para a ocupação do Vale Amazônico: a extensa rede hidrográfica, a fundação de diversas missões religiosas, presença dos droguistas do sertão e das tropas de resgate.

A rede hidrográfica

A Bacia Amazônica é a maior bacia fluvial do globo. Essa imensa rede hidrográfica é comandada pelo Rio Amazonas, o segundo do mundo pela extensão e pelos inúmeros afluentes, alguns dos quais estão incluídos entres os mais extensos rios da Terra: Madeira, Juruá, Tapajós, Xingu, etc.

Os cursos fluviais, por serem inteiramente navegáveis, contribuíram sobremaneira para a ocupação da Amazônia.

Ocupação e povoamento do Centro-Sul (século XVIII)

O Centro-Sul compreendia as atuais Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Sua ocupação se processou através do extrativismo mineral e pelo movimento das “entradas e bandeiras”.

A atividade responsável pela ocupação e povoamento do Centro-Sul, especialmente das atuais regiões de Minas Geais, Mato Grosso e Goiás, foi a mineração.

Ocupação do extremo sul

O Extremo Sul foi a última região incorporada ao território brasileiro. Isto ocorreu só no final do século XVIII.

O meio geográfico

A parte meridional do Brasil apresenta uma individualidade em relação às demais regiões: está totalmente dentro do clima temperado (subtropical), possui uma vegetação de fácil penetração, com uma planície (Pampa ou Campanha Gaúcha) coberta por campos limpos, apresentando pequenas ondulações (“coxilhas”).

A ocupação da extremidade sul do Brasil foi essencialmente militar. O tipo de povoamento baseou-se na colonização e imigração. O regime da posse da terra era a grande propriedade.

Em 1737, povoadores militares ocuparam o Rio Grande do Sul fundando o Forte (presídio) Jesus-Maria-José, do qual se originou a atual cidade do Rio Grande.

A EXPANSÃO BANDEIRANTE

Entradas e Bandeiras

Constituem movimentos de expansão territorial, responsáveis pela atual configuração geográfica do Brasil.

As entradas eram expedições organizadas pela iniciativa oficial (governo), prevaleceram no século XVI e normalmente respeitavam a linha de Tordesilhas. As entradas de Aleixo Garcia e Pedro Teixeira constituem exceções.

As bandeiras geralmente organizadas à iniciativa particular, eram expedições que:

- ultrapassavam a linha do Meridiano de Tordesilhas;
- contribuíram para aumentar consideravelmente o território brasileiro;
- partiam, quase todas de São Vicente (São Paulo);
- utilizavam os rios Tietê, Paraná, São Francisco e os afluentes meridionais do Amazonas;
- aprisionavam índios em massa;
- começaram no século XVI e tiveram apogeu nos séculos XVII e XVIII;
- tiveram a participação ativa dos paulistas.

Entradas pioneiras

Em 1504, Américo Vespúcio organizou uma entrada em Cabo Frio (RJ). Depois Martim Afonso de Souza organizou três outras: no Rio de Janeiro (Francisco Chaves), em Cananeia (SP) e na região do rio da Prata (Pero Lopes de Souza).

Ciclo das Entradas

Além das entradas pioneiras, temos o ciclo baiano, sergipano, cearense, espírito-santense e amazônico.

Os integrantes do Ciclo Baiano são: Francisco Bruza Espinosa, o Padre Azpilcueta, Navarro, Antônio Dias Navarro e Gabriel Soares de Souza.

No Ciclo Sergipano destaca-se Belchior Dias Moréia ligado à lenda das “Minas de Prata”, tema do romance de José de Alencar.

Pero Coelho de Souza e os padres jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueira destacaram-se no Ciclo Cearense.

Marcos de Azevedo pertence ao ciclo espírito-santense; o capitão Pedro Teixeira está ligado ao ciclo amazônico.

Ciclo das bandeiras

As bandeiras paulistas abrangem três fases: ciclo do ouro de lavagem, ciclo da caça ao índio (bandeirismo de apresamento) e grande ciclo do ouro.

Estas bandeiras, além de procurar riquezas minerais escravizaram índios e combatiam os negros que haviam fugido das fazendas.

Ciclo do ouro de lavagem

Fernão Dias Paes (“Caçador de Esmeraldas”) foi o mais famoso bandeirante do ciclo do ouro de lavagem. Outros nomes neste ciclo: Brás Cubas, Luís Martins, André Leão, Garcia Rodrigues Paes, Heliosodo Eobanos e Jerônimo Leitão.

O romance “Caçador de Esmeraldas”, escrito por Olavo Bilac, descreve a bandeira chefiada por Fernão Dias Paes.

Ciclo da caça ao índio

Antônio Raposo Tavares foi o bandeirante que mais se destacou na caça ao gentio (indígena). Ele destruiu as províncias missionárias jesuítas (missões ou reduções) de Guairá (no Paraná), Tape e Uruguai (no Rio Grande do Sul) e Itatim (em Mato Grosso), aprisionando milhares de índios; depois de atravessar Mato Grosso, entrou na Bolívia, atravessou a Cordilheira dos Andes, foi até o Oceano Pacífico regressou no litoral Atlântico pelo Rio Amazonas e voltou a São Paulo pela zona costeira (1648 – 1651) – (1º Périplo Brasileiro).

Os irmãos Preto (Manuel e Sebastião) foram os primeiros a fazer uma investida contra uma província inaciana. Eles atacaram as reduções jesuítas de Guairá (1628) – 1630), Tape e Uruguai, habitadas por cerca de 200.000 indígenas.

Domingos Jorge Velho foi o bandeirante paulista contratado para destruir o Quilombo dos Palmares (1694), localizado em Alagoas; após extinguir aquele agrupamento de negros fugitivos, ocupou o interior do Piauí, exterminando os indígenas (“Guerra dos Cariris” ou “Guerra dos Bárbaros”), possibilitando a montagem de 39 estâncias de gado na região.

Bartolomeu Bueno da Silva (pai), chamado pelos índios de “Anhanguera”, devassou os sertões de Goiás.

Tratado de Madri (1750)

Foi o mais importante dos Tratados de limites assinado entre portugueses e espanhóis. Estabeleceu a troca da Colônia do Sacramento (passaria para Espanha).

O brasileiro Alexandre de Gusmão (“Avô dos Diplomatas brasileiros”) defendeu o princípio de “Uti Possidetis” (direito de posse), ou seja, estabeleceu que cada uma das nações ficaria com os territórios que já estivessem em seu poder. Este princípio, aceito pela Espanha, beneficiou Portugal que havia ocupado as terras a Oeste do Meridiano de Tordesilhas, graças a expansão territorial feita pelos bandeirantes, durante o período da União Ibérica (1580 – 1640), complementada pelos criadores de gado e padres missionários.

O Tratado de Madri é importante porque dava ao Brasil (salvo pequenas modificações, como a compra do Acre em 1903), aproximadamente, a sua atual configuração geográfica.

Os padres jesuítas espanhóis, juntamente com os comerciantes da região não se conformaram com a decisão do Tratado de passar a região dos Sete Povos das Missões para o domínio português: instigaram os índios a uma luta, ocasionando a “Guerra Guaranítica”.

Como o tratado não foi cumprido, porque os demarcadores suspenderam os trabalhos, a Colônia do Sacramento permaneceu com Portugal.

Tratado de El Pardo (1761)

Anulou o de Madri, porque os índios dos Sete Povos das Missões revoltaram-se (“Guerra Guaranítica”) e Portugal recusou-se a entregar a Colônia do Sacramento.

Tratado de Santo Ildefonso (1777)**Antecedentes**

Em consequência da Guerra dos Sete Anos, na Europa, surgiram hostilidades na América. D. Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, atacou e ocupou a colônia de Sacramento em 1762, tendo sido devolvida no ano seguinte. Posteriormente, os espanhóis se apossaram de Santa Catarina e, pela quinta vez, da Colônia do Sacramento.

O Tratado reconheceu o princípio do “Uti possidetis” (direito de posse) e restabeleceu, em linhas gerais, o Tratado de Madri. Contudo, Portugal cedia a Colônia do Sacramento os Sete Povos das Missões e parte do Rio Grande; a Espanha devolvia a Ilha de Santa Catarina.

Tratado de Badajós (1801)

As Guerras Napoleônicas levaram a Espanha a lutar contra Portugal.

O Tratado de Badajós pôs fim a Guerra e determinou que a Colônia do Sacramento passaria para a Espanha. Como não mencionasse os Sete Povos e parte do Rio Grande, permitiu assim que Portugal ficasse na posse dos territórios conquistados (Rio Grande de São Pedro).

EXERCÍCIOS

01. Quando das Invasões Estrangeiras ao Brasil, forças holandesas conquistaram com facilidade Olinda e Recife, em 1630, mas não obtiveram o mesmo êxito na zona rural, porque, no interior da capitania,

- as forças brasileiras equivaliam em efetivo, treinamento e armamento aos holandeses.
- os brasileiros eram em menor número, no entanto dispunham de melhores armamentos do que os adversários.
- os brasileiros eram melhor armados e mais experientes no tipo de combate proposto pelos holandeses.
- os habitantes locais adotavam táticas de guerrilha, atacando os holandeses de surpresa.
- os locais contavam com o apoio explícito e regular da Espanha, tanto no treinamento de técnicas de combate, quanto no suprimento de víveres e munição.

02. A exploração de ouro no Brasil fez com que a metrópole ampliasse a fiscalização e aumentasse a tributação.” (SCHNEEBERGER; CANTELE; BARBEIRO, 2005, p.231)

Dentro dessa concepção, Portugal criou as Ordenações Filipinas, leis impostas ao Brasil, estabelecendo que:

- a exploração de ouro seria permitida apenas aos nascidos no Brasil.
- a exploração de ouro seria permitida apenas aos portugueses e filhos de portugueses.
- haveria a livre exploração, sem qualquer restrição.
- haveria a livre exploração, desde que fosse recolhido aos cofres públicos o quinto do ouro extraído.
- haveria a livre exploração, desde que fossem recolhidos aos cofres públicos 50% do ouro extraído.

03. (EsSA) No século XVIII, a colônia Brasil passou por vários conflitos internos.

Entre eles temos a:

- Guerra dos Emboabas, luta entre paulistas e gaúchos pelo controle da região das Minas Gerais. Essa guerra impediu a entrada dos forasteiros nas terras paulistas e manteve o controle da capitania de São Paulo sobre a mineração.
- Revolta Liberal, tentativa de reagir ao avanço conservador da monarquia portuguesa, que usava de seus símbolos monárquicos e das baionetas do Exército da Guarda Nacional, como forma de cooptar e intimidar os colonos portugueses.
- Revolta de Filipe dos Santos, levante ocorrido em Vila Rica e liderado pelo tropeiro Filipe dos Santos. O motivo foi a cobrança do quinto, a quinta parte do ouro fundido pelas Casas de Fundição controladas pelo poder imperial.
- Farrroupilha, revolta que defendia a proclamação da República Rio-Grandense (República dos Farrapos) como forma de obter liberdades políticas, fim dos tributos coloniais e proibição da importação do charque argentino.
- Cabanagem, movimento de elite dirigido por padres, militares e proprietários rurais, que propunham a proclamação da república como forma de combater o controle econômico exercido pelos comerciantes portugueses.

04. (EsSA) "Tinham a responsabilidade de administrar as vilas e representavam os interesses dos proprietários de terra e de escravos. Eram compostas pelos homens bons." O texto se refere às(ao):

- a) Assembleias Gerais d) Provedorias
b) Câmaras municipais e) Conselho das Índias
c) Ouvidorias

05. (EsSA) Em relação ao processo de colonização do Brasil, é COERENTE afirmar que:

- a) foi um processo de povoamento
b) nele predominou o modelo da policultura
c) a primeira experiência exploratória se deu com a atividade mineradora
d) a exploração das drogas do sertão contribuiu para a ocupação da região amazônica
e) a empresa agrícola açucareira se utilizou da mão de obra livre e assalariada

06. (EsSA) A anulação do Tratado de Tordesilhas, e a utilização do princípio "uti possidetis", que determinou que Sacramento ficaria com a Espanha, e Sete Povos das Missões ficaria com Portugal, ocorre mediante assinatura do Tratado de:

- a) Lisboa (1681) d) El Pardo (1761)
b) Utrecht (1715) e) Santo Ildefonso (1777)
c) Madri (1750)

07. (EsSA) Leia atentamente as proposições

- I. Durante os primeiros tempos da colonização, a ocupação portuguesa na América limitou-se à faixa litorânea.
II. A ação dos bandeirantes contribuiu para a ocupação do interior do território brasileiro pelos holandeses e ingleses.
III. A descoberta do ouro trouxe muitas mudanças para o Brasil Colônia, entre elas o surgimento de núcleos urbanos e novos estilos de vida nas regiões de mineração.
IV. Os bandeirantes sempre tiveram relações cordiais e amistosas com os padres jesuítas.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
b) Apenas a proposição IV é verdadeira.
c) Apenas a proposição II é verdadeira.
d) Apenas as proposições II e IV são verdadeiras.
e) Apenas a proposição III é verdadeira.

08. (EsSA) A expansão do território das terras portuguesas na América se deu, entre outros fatores, pela ação das entradas e das bandeiras. Sobre essas expedições, é CORRETO afirmar que:

- a) A relação entre bandeirantes e povos indígenas era extremamente pacífica.
b) As bandeiras ocorreram apenas na região norte do País.
c) Os jesuítas nunca entraram em confronto com os bandeirantes e até ajudavam na conquista de povos indígenas.
d) Nunca existiu uma bandeira com o objetivo de acabar com quilombos.
e) Entre os objetivos dos bandeirantes estavam a caça de indígenas e a procura de metais preciosos.

09. (EsSA) No Brasil colonial, existiam homens que saíam da região de São Vicente e se dirigiam para o interior do Brasil através de florestas e rios. Tais expedições tinham, de maneira geral, como objetivo a captura de índios e a busca de metais preciosos. Trata-se dos:

- a) Faiscadores. d) Capitães do Mato.
b) Emboabas. e) Feitores.
c) Bandeirantes.

10. (EsSA) Sobre o Brasil colonial, é correto afirmar que:

- a) a integração social, política, econômica e cultural era plena.
b) o nacionalismo era o que motivava os rebelados, colocando-se acima dos interesses locais e regionais.
c) a fidelidade dos colonos aos prepostos da metrópole era incontestada, não obstante alguns mal-entendidos.
d) as chamadas rebeliões nativistas comprovavam o sólido sentimento de brasilidade então prevalecente.
e) a consciência regional é tão ou mais forte que a nacional, a construção desta se devendo especialmente aos anseios de centralização do II reinado.

11. (EsSA) Assinale a alternativa correta sobre a exploração de metais preciosos no Brasil Colonial.

- a) A Metrópole portuguesa permitiu o livre acesso de ordens religiosas e a construção de templos católicos na região das minas.
b) A busca pelo ouro intensificou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e provocou a diminuição do preço do escravo africano no Brasil.
c) A arrecadação de tributos possibilitou à Coroa Portuguesa reduzir a entrada de escravos na Colônia e a investir na lavoura açucareira no Nordeste brasileiro.
d) A exploração de diamantes democratizou, aos setores pobres da população colonial, o acesso às riquezas e diminuiu a importação de escravos africanos em Portugal.
e) As atividades mineradoras promoveram uma grande imigração de Portugal para o Brasil e intensificou o recolhimento de tributos por parte da Coroa Portuguesa.

12. (EsSA) A cidade de Porto Alegre, atual capital do estado do Rio Grande do Sul, foi fundada no:

- a) século XVI, a partir da prévia existência de uma aldeia indígena habitada basicamente por guaranis.
b) século XVI, quando houve a repartição do território brasileiro através das capitanias hereditárias.
c) século XVII, como uma resposta portuguesa à fundação e ao estabelecimento dos Sete Povos das Missões.
d) século XVII, com a chegada de imigrantes espanhóis ao sul do Brasil.
e) século XVIII, em função de sua localização estratégica para a defesa do território.

Capítulo 3

NOVA POLÍTICA COLONIAL – SÉC. XVIII

Após a Restauração Portuguesa (1640), o primeiro rei da Dinastia de Bragança (D. João IV) dedicou maior atenção à política administrativa da Colônia, tomando medidas visando à defesa, povoamento, melhoria das comunicações e organização da Justiça.

A administração tornou-se mais rígida, sendo criado o Conselho Ultramarino (1642), visando centralizar toda a administração colonial. Ao contrário do que acontecera até meados do século XVII, as Câmaras Municipais, antes tão poderosas, tiveram seus poderes restringidos.

Os juízes ordinários, eleitos pelos colonos que tinham direito a voto, foram substituídos em determinadas regiões.

Surgiram Companhias de Comércio privilegiadas, que tinham monopólio de certos produtos em determinadas regiões.

A Administração Pombalina – SÉC. XVIII

No século XVIII, em virtude da pregação das ideias liberais, surge em Portugal uma tentativa de reformulação especialmente no campo econômico: é a política pombalina.

Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras (Marquês de Pombal), era primeiro ministro do rei D. José I, de Portugal. A administração pombalina visava a recuperação da economia do Brasil em benefício de Portugal, a fim deste país se livrar do domínio econômico da Inglaterra.

Pombal incentivou as atividades comerciais, agrícolas e de construção naval.

Algumas medidas tomadas por Pombal

- Promoveu a transferência da capital do Brasil para o Rio de Janeiro (1763);
- Criou duas Companhias de Comércio: Maranhão / Grão-Pará e Pernambuco / Paraíba;
- Expulsou os padres jesuítas e criou as escolas régias;
- Impulsionou a construção naval, incrementou algumas indústrias como laticínios e anil; deu maior atenção à mineração;
- Criou o Tribunal de Relação no Rio de Janeiro e Juntas de Justiça nas demais Capitânicas;
- Extinguiu o Estado do Maranhão e o sistema de Capitânicas Hereditárias;
- Com a morte de D. José I (1777) sobe ao trono D. Maria I, ocasião em que a obra de Pombal é paulatinamente desfeita (“Viradeira”);

Os Conflitos do Brasil-Colonial

As rebeliões coloniais conheceram duas fases:

- Movimentos nativistas;
- Movimentos de libertação nacional.

Movimentos Econômicos-Nativistas

Caracterização.

Nativismo é o sentimento de apego (amor) à terra em que nasceu. Os movimentos nativistas expressam o descontentamento dos colonos frente a problemas econômicos locais.

Estes movimentos, liderados pela aristocracia rural brasileira (proprietários de terras e escravos), classe dominante na Colônia, via seus lucros reduzidos pela intermediação dos comerciantes portugueses.

O sentimento nativista, no Nordeste desenvolveu-se em função das lutas contra os holandeses, para combater a política de “arrocho” após a saída de Nassau do Brasil, no Sudeste foi devido às lutas pela posse das minas.

As principais manifestações foram: Aclamação do Amador Bueno (1641), Revolta de Beckman (1684), Guerra dos Emboabas (1707 – 1709), Guerra dos Mascates (1710) e Revolta de Vila Rica (1720).

Aclamação do Amador Bueno – 1641

Ocorreu em São Paulo, região que se encontrava marginalizada dentro do Sistema Colonial Português e onde existia grande número de espanhóis, devido a União Ibérica e a proximidade da região do Prata.

Em 1º de dezembro de 1640 deu-se a Restauração em Portugal sendo aclamado o Duque de Bragança que reinou com o nome de D. João VI, acabado o domínio espanhol.

Em 1641, chega a São Paulo à notícia da restauração. Parte da população insuflada pelos espanhóis resolveu aclamar o paulista Amador Bueno, rico fazendeiro, rei de São Paulo. Recusando o título, procurou abrigo no mosteiro de São Bento.

Este episódio pode ser conceituado como “simples” tentativa dos castelhanos em, fazendo valer o prestígio adquirido, subordinarem São Paulo à coroa da Espanha”.

Revolta de Beckman – 1684

Ocorreu no Maranhão e teve como causas:

- a luta entre colonos e jesuítas devido à escravização dos índios;
- a mudança da sede do governo do Estado do Maranhão, de São Luís para Belém;
- os abusos cometidos pela Cia de Comércio do Estado do Maranhão que exercia o monopólio de todo o comércio de compra e venda da produção maranhense;
- a concorrência na exploração das “Drogas do Sertão”.

Aproveitando a ausência do governador, Manuel Beckman (rico fazendeiro), secundado pelo irmão Tomás Beckman, Jorge Sampaio e Francisco Deiró, depuseram o capitão-mor e tomaram a administração da capitania.

Organizaram uma “Junta dos Três Estados” (representantes do clero, nobreza e povo) que tomou as seguintes medidas:

- expulsão dos jesuítas;
- abolição do monopólio central (a Cia. de Comércio foi extinta);

- envio de um emissário a Portugal para justificar o movimento e fazer reclamações.

O movimento terminou com a nomeação do novo governador, Gomes Freire de Andrade, que anulou os atos da Junta. A repressão à revolta levou à morte os líderes rebeldes. Manuel Beckman foi enforcado (1685).

Este movimento, foi isolado e não contestou a dominação metropolitana, mas apenas um de seus aspectos: o monopólio.

O governo português extinguiu a Companhia de Comércio do Maranhão, como queriam os revoltosos, mas os jesuítas puderam retornar e continuar o seu trabalho.

Guerra dos Emboabas – 1709

Ocorreu em Minas Gerais e teve como causa a luta pela posse das minas entre paulistas e emboabas (forasteiros).

Com a descoberta de ouro no Brasil, muitos portugueses e populações da orla litorânea, que estavam decadentes devido ao declínio da produção açucareira, dirigiram-se para os sertões de Minas Gerais entrando em conflitos com os descobridores das minas (paulistas) para exploração das jazidas.

O primeiro incidente aconteceu entre o paulista Jerônimo Pedroso de Barros e o reinol (português) Manuel Nunes Viana, em Caeté.

A nomeação de “emboaba” Manuel Nunes Viana como governador das Minas irritou os paulistas, pois se sentiram lesados, começando, então, violentos choques: atacados pelos emboabas chefiados por Bento do Amaral Coutinho, junto ao rio das Mortes, depois de resistirem, os paulistas cercados se renderam, mas foram traídos. Foi o episódio do Capão da Traição (1708) onde morreram 300 paulistas.

O governador do Rio de Janeiro D. Fernando Mascarenhas de Lencastro, tentou acabar a luta, mas não teve êxito (1709). Seu substituto, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho conseguiu a pacificação.

Principais consequências

- criação de uma nova capitania, a de São Paulo e Minas do Ouro, separada do Rio de Janeiro (09 de novembro de 1709) que passou ao domínio direto da coroa, sendo seu primeiro governador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho;
- elevação da Vila de São Paulo à categoria de cidade (julho de 1711);
- transferência do polo de irradiação de Taubaté para Sorocaba pelos bandeirantes paulistas;
- descoberta de ouro nas regiões de Mato Grosso e Goiás onde se dirigiram, depois dos paulistas.

Guerra dos mascates (1710 – 1711)

Este conflito ocorrido em Pernambuco, resultado do choque entre a aristocracia vinda de Olinda e os comerciantes (“mascates”) de Recife. A rivalidade entre “brasileiros” (de Olinda) e “portugueses” (de Recife), tinha como causas:

- 1° – a decadência da lavoura açucareira devido a concorrência Antilhana, levou a aristocracia rural a endividar-se

com os comerciantes portugueses que monopolizavam o comércio de Pernambuco;

- 2° – mesmo decadente, Olinda era Vila, possuía Câmara Municipal e tinha autonomia em relação a Recife, que era sua comarca e subordinada administrativamente.

A elevação de Recife à categoria de vila pelo rei de Portugal no final de 1709 sob pressão dos “mascates” separando-a de Olinda precipitou os acontecimentos.

Os primeiros desentendimentos surgiram entre o governador Sebastião de Castro Caldas, simpático aos mascates (de Recife) e o ouvidor Luiz de Valenzuela Ortiz, favorável aos de Olinda.

Em atentado à vida do governador por desconhecidos levou-o a tomar medidas repressivas contra os olindenses. Estes revoltaram-se em fins de 1710, liderados por Bernardo Vieira de Melo, invadindo Recife, derrubando o pelourinho (símbolo de autonomia administrativa) e obrigando o governador a fugir para a Bahia.

Abertas as vias de sucessão, o governo foi entregue ao bispo D. Manuel Álvares da Costa, que anistiou os amotinados, enquanto era rejeitada a proposta do Sargento-mor Bernardo Vieira de Melo de proclamar a independência de Pernambuco sob a forma republicana de governo, no mesmo estilo das cidades livres da Itália, (Veneza e Gênova) e contaria com a proteção de uma potência cristã.

A luta terminou com a chegada do novo governador, Félix José Machado, que recebeu ordem de pacificar os conflitos em Pernambuco. Os principais envolvidos foram presos e Recife foi confirmada como vila, passando a ser o centro administrativo da capitania.

A vitória dos comerciantes de Recife tornou claro à aristocracia rural que os seus interesses eram bem diferentes dos interesses portugueses.

A rivalidade entre brasileiros e portugueses na Capitania continuou a existir, mas só se transformou novamente em revolta mais de um século depois (1817 – Revolução Pernambucana) e com caráter diferente.

Revolta de Vila Rica – 1720

Ocorreu em Minas Gerais e teve como causas principais: a criação das “casas de fundição”, a carestia de vida e o monopólio e estancos sobre mercadorias.

Com a criação das casas de fundição, todo ouro extraído deveria ser fundido em barra, isto é, “quintado” (retirado o imposto do quinto) sendo proibida a circulação do ouro em pó, para evitar o contrabando.

O monopólio que os reinóis (portugueses) exerciam sobre a comercialização de gêneros de primeira necessidade encarecia à medida que aumentava a produção de ouro.

Vários mineiros, entre os quais Pascoal da Silva Guimarães, Sebastião Veiga (principal líder), em Vila Rica, promoveram o levante.

O governador de Minas, Conde de Assumar (D. Pedro de Almeida Portugal e Vasconcelos) que estava em Ribeirão do Carmo

(Mariana), atendeu às exigências dos revoltosos. Em seguida, contando com os “Dragões” e os paulistas, avançou contra Vila Rica, reprimiu violentamente esta rebelião prendendo os principais chefes. Felipe dos Santos, o de mais baixa condição social, foi o único condenado à morte; foi enforcado e esquartejado.

A revolta de Vila Rica foi o reflexo do aumento da exploração portuguesa sobre o Brasil. Este movimento foi local e não contestou a dominação portuguesa. Seu objetivo não era fazer a libertação do Brasil e sim acabar com os abusos do monopólio português.

A revolta de Felipe dos Santos (1720) antecedeu a Inconfidência Mineira (1789) da mesma Vila Rica (hoje Ouro Preto).

A consequência dessa revolta foi a criação da Capitania de Minas Gerais, separada de São Paulo (1720).

A Revolta de Vila Rica foi fundamental para o amadurecimento da consciência colonial. Por outro lado, inaugurou um período de sangrentas repressões desferidas pela Metrópole. O antagonismo entre Colônia e Metrópole é retratado nas últimas palavras de Felipe dos Santos: “Morro sem me arrepender do que fiz e certo de que a do rei será esmagada.” Era o prenúncio das lutas de libertação nacional que se desencadeariam no Brasil a partir do século XVIII.

Tentativas de Libertação Colonial

Caracterização

- Estes movimentos tinham como objetivo libertar o Brasil do domínio português e foram mais abrangentes que os movimentos nativistas;
- Ocorreram no período de crise do capitalismo comercial e ascensão do capitalismo industrial (este era contrário aos monopólios);
- Com a Revolução Industrial, a partir do final do século XVIII desenvolve-se o livre cambismo, que forçava a abertura de novas frentes de trabalhos. Isto chocava-se com o pacto colonial;
- A Inglaterra, nação pioneira da Revolução Industrial, como centro do capitalismo desejava garantir os mercados de matérias-primas e consumidores de manufaturados;
- As nações Ibéricas (Portugal e Espanha) entravam em decadência; por não terem acumulado capital suficiente para iniciar o processo de industrialização, ficaram presas ao Mercantilismo e ao Absolutismo (Antigo Regime): não tinham, portanto, as condições necessárias para ingressar na nova fase do Capitalismo;
- O Liberalismo político e econômico, posto em prática na Revolução Francesa, repercutiu nas colônias;
- A Independência dos Estados Unidos (em 1776 – primeiro país do Continente Americano a romper com os laços coloniais) provou que o colonialismo mercantilista podia ser derrotado;
- O Iluminismo, filosofia revolucionária do século XVIII que defendia os princípios de “Liberdade, Igualdade, Frater-

nidade”, foi o pensamento que orientou os movimentos contrários ao Antigo Regime;

- Os movimentos que precederam nossa independência política sofreram influências das ideias liberais da França e da Independência dos Estados Unidos e quase todas tiveram a participação ativa do clero e da Maçonaria;
- A Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817) foram os principais movimentos precursores da Independência do Brasil.

Inconfidência Mineira – 1789

Aconteceu na região de Minas, onde a opressão metropolitana estava concentrada nos monopólios e nos pesados impostos. Foi o primeiro movimento de tentativa de libertação nacional e teve como causas:

- Intelectuais – a divulgação das ideias liberais francesas, trazidas da Europa por estudantes brasileiros (Domingos Vidal Barbosa, José Álvares Maciel, José Maia, José Marciano Leal), o exemplo da Independência dos Estados Unidos (1ª colônia da América a se libertar do domínio da metrópole – 1776).
- Políticas – o governo despótico da metrópole, a péssima administração dos vice-reis e governadores de Minas.
- Sociais – o desenvolvimento de uma classe média com o aparecimento de uma elite intelectual.
- Econômicas – a cobrança de pesados impostos que asfixiavam a região mineradora por ocasião da exaustão das minas, o estanco do sal, a demanda (cobrança dos quintos atrasados), a proibição de instalação de fábricas (1785), a proibição de estradas para o interior e para o litoral.

A conspiração foi realizada por elementos da elite econômica, onde se destacou a presença de padres e letrados como:

- Tomás Antonio Gonzaga desembargador e poeta, autor do poema “Marília de Dirceu” e “Cartas Chilenas”;
- Cláudio Manuel da Costa, advogado e poeta, muito rico, emprestava sua casa para os conspiradores se reunirem;
- Padres Carlos de Toledo e José de Oliveira Rolim;
- Francisco de Paula Freire de Andrade, tenente-coronel, comandante do “Regimento dos Dragões”, tropa militar de Minas Gerais, e que estava hierarquicamente logo abaixo do governador;
- Inácio de Alvarenga Peixoto, poeta e minerador;
- José Álvares Maciel, estudante universitário, tendo chegado ao Brasil em 1788, era francamente fiel aos ideais iluministas;
- José Joaquim de Maia, estudante universitário, que teria se entrevistado com Thomas Jefferson, embaixador dos Estados Unidos na França e um dos líderes do movimento de independência daquele país, e solicitado auxílio aos norte-americanos;
- Domingos Vidal Barbosa e Salvador Gurgel do Amaral, doutores;

- Francisco Antonio de Oliveira Lopes, coronel;
- Luiz Vieira da Silva, cônego;
- Joaquim Silvério dos Reis, Basílio de Brito Malheiros, coronéis, e o mestre de campo Inácio Correia Pamplona (delatores).

O Alferes Joaquim José da Silva Xavier (“Tiradentes”) foi a principal figura pois foi quem propagou junto ao povo insatisfeito e conseguiu adeptos para a conspiração.

A revolta seria iniciada por ocasião de “Derrama” (cobrança dos impostos abusados) e a senha seria: “Tal dia faço meu batizado”. O Visconde de Barbacena (Luís Antonio Furtado de Mendonça) era o então governador de Minas Gerais.

Com exceção de Tiradentes, todos os líderes da Inconfidência Mineira eram ricos, ligados à extração mineral e à produção agrícola. Esse fato é perfeitamente compreensível, pois os grandes proprietários eram os que mais interesses tinham em romper o pacto colonial.

Os planos dos conjurados eram:

- Fazer a independência com a capital em São João Del Rei;
- Fundar uma universidade em Vila Rica;
- Adotar uma bandeira com o dístico (frase ou lema): “Liberatas quae sera tamen” (liberdade ainda que tardia), do poeta Virgílio;
- Adotar, provavelmente a forma republicana de governo;
- Instituir o serviço militar obrigatório e uma ajuda (pensão) às famílias numerosas;
- Criar indústrias;
- Quanto ao trabalho escravo, não chegaram a uma conclusão.

A Denúncia e a Devassa

O movimento não chegou a ter sucesso, uma vez que os grandes planos não iam muito além das salas de reuniões. Isolados da grande massa popular, sem pensar em armas para o levante, bastou, uma denúncia para acordar os conspiradores de seu grande sonho.

Joaquim Silvério dos Reis, principal delator e um dos maiores devedores da Coroa, resolveu denunciar o movimento ao Visconde de Barbacena em troca do perdão da dívida.

Logo após aconteceram os seguintes fatos:

- O Visconde Barbacena suspendeu a “derrama” e determinou a prisão dos envolvidos em sua capitania;
- Houve prisão de Tiradentes no Rio de Janeiro, na Rua dos Latoeiros, atual Gonçalves Dias, (o vice-rei na época era D. Luís de Vasconcelos e Souza);
- Foram abertas duas devassas que depois se unificaram, transformando-se numa alçada (tribunal especial);
- Cláudio Manuel da Costa suicidou-se na prisão, em Vila Rica (Casa dos Contos);
- De todos os conjurados presos, que respondiam pelo crime de Inconfidência (falta de fidelidade ao rei), Tiradentes

foi o único que assumiu total responsabilidade e participação no movimento;

- Na sentença, 12 líderes foram condenados à morte e depois perdoados pela rainha D. Maria I, que condenou alguns ao degredo perpétuo e outros ao degredo provisório;
- Tiradentes foi condenado à morte por enforcamento. Foi executado no Campo da Lampadosa no Rio de Janeiro no dia 21 de abril de 1792; a cabeça cortada e conduzida para Vila Rica, o corpo foi esquartejado e postos os pedaços pelos caminhos de Minas Gerais.

Avisado da conspiração, o Visconde de Barbacena suspendeu a derrama e iniciou a captura dos implicados.

Quase três anos depois terminava a devassa. A sentença que condenava à morte 11 dos acusados foi modificada por Dona Maria I. Estabeleceu-se o degredo perpétuo para dez inconfidentes e apenas um serviria de bode espiatório: Tiradentes.

A 21 de abril de 1792 executou-se a sentença de Tiradentes com requintes de crueldade...

Consequências: suspensão da derrama, abolição do estanco do sal; a ideia de independência germinaria mais tarde em 1822.

Sobre o movimento pode-se afirmar que: a falta de consistência ideológica não invalida o significado da Inconfidência Mineira. Era um sintoma de desagregação do Império português na América. Pode-se, portanto, considerá-la, sem hesitação, um movimento precursor da Independência do Brasil.

Conjuração Baiana – 1798

Também conhecida como “Revolução dos Alfaiates” foi o movimento precursor da Independência que apresentou características mais populares.

Considerada a Primeira Revolução Social do Brasil, a Conjuração Baiana teve a participação de pessoas humildes como soldados libertos, alfaiates, etc.

Surgiu devido à pregação das ideias liberais francesas e ação da maçonaria.

Seus objetivos eram: atender às reivindicações das camadas pobres da população, libertar o Brasil de Portugal, proclamar a república, conceder liberdade de comércio e abolir a escravidão. Seus objetivos, portanto, foram mais abrangentes, não se limitando apenas aos ideais de liberdade e independência do movimento de Minas Gerais. O levante baiano propunha mudanças verdadeiramente revolucionárias na estrutura da Colônia. Pregava a igualdade de raça e cor, o fim da escravidão, a abolição de todos os privilégios, podendo ser considerada a primeira tentativa de revolução social brasileira.

A revolta teve como líderes:

- João de Deus Nascimento, alfaiate e principal figura;
- Manuel Faustino dos Santos Lira, alfaiate, negro liberto;
- Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas, soldados.

Todas as pessoas acima estavam aliadas aos elementos da Maçonaria.

A divulgação da ideologia liberal da Revolução Francesa era feita, na Bahia, pela loja maçônica “Cavaleiros da Luz”, que contava com a participação de intelectuais como Cipriano Barata (cirurgião) e José da Silva Lisboa (futuro Visconde de Cairu).

O movimento limitou-se a Salvador, antiga capital do Brasil, onde grande parte da população compunha-se de artesãos livres (sapateiros, alfaiates, mulatos, ex-escravos).

Pode-se afirmar ainda que a Conjuração Baiana foi influenciada também pela Independência do Haiti: antiga colônia francesa situada nas Antilhas.

Tendo sido distribuídos papéis em Salvador anunciando o movimento, o governador da Bahia, Marquês de Aguiar (D. Fernando José de Portugal e Castro), mandou apurar a autoria dos manuscritos, tendo sido identificado o soldado Luís Gonzaga das Virgens, que foi logo preso.

Traídos por delatores, os chefes foram presos e julgados. Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira foram condenados à morte (enforcados) e depois esquartejados; os intelectuais como Cipriano Barata foram absolvidos.

A violência da repressão expressou a popularidade do movimento. Seis dos réus foram condenados à morte e os demais tiveram pena de degredo ou prisão.

O aumento das lutas de liberação aumentou a repressão metropolitana. A coroa passou a conceder prêmios em dinheiro, privilégios e cargos importantes aos denunciadores dos chamados crimes contra a Coroa Portuguesa.

Revolução Pernambucana de 1817

Ocorreu durante a permanência da família real no Brasil e teve como causas:

- Rivalidade entre reinóis (portugueses) e mazombos (brasileiros);
- Influência das ideias liberais francesas;
- Pesados impostos e abusos administrativos;
- Exemplo das colônias espanholas;
- Arbitrária e opressiva administração militar;
- Atuação das sociedades secretas (Maçonaria), como o nativista Areópago de Itambé, que defendiam os ideais anticolonialistas;
- Insatisfação popular e atraso no pagamento das tropas.
- A difícil situação econômica de Pernambuco, crise na lavoura açucareira, escassez de gêneros de primeira necessidade, seca que assolava a região.

O pretexto para o início do movimento foi o incidente em que um reinol foi surrado por um oficial do Regimento dos Henriques.

O governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda

Montenegro, tendo recebido denúncias dos preparativos dos revoltosos, determinou a prisão de todos os implicados.

O Brigadeiro Barbosa de Castro ao prender o Capitão José de Barros Lima (“Leão Coroado”) foi morto, amotinando-se a tropa.

O governador enviou ao quartel seu ajudante de ordens Ten Cel Alexandre Tomás, que também foi morto. Caetano Pinto refugiou-se na Fortaleza do Brum, onde capitulou e retirou-se para o Rio de Janeiro.

Com a resistência dos militares envolvidos tem início a revolução que, vitoriosa, organizou um governo provisório.

- Domingos José Martins, principal, representava o comércio;
- Capitão Domingos Teotônio Jorge (Exército);
- Padre João Pessoa Ribeiro de Melo Montenegro (clero);
- Manuel Correia de Araújo (Agricultura);
- Dr. José Luiz de Mendonça (Magistratura).

O Padre Miguelino (Miguel Joaquim de Almeida Castro) era o Secretário de governo; no jornal “Preciso” eram publicadas as diretrizes do governo.

Organizou-se, também, um Conselho Consultivo onde se destacava Antonio Carlos de Andrade (irmão de José Bonifácio) e o dicionarista Antonio de Moraes Silva.

A revolução teve a adesão das seguintes províncias do Nordeste: Paraíba e Rio Grande do Norte.

Os principais atos do governo foram:

- Enviou emissários ao estrangeiro (Inglaterra, Estados Unidos e Argentina);
- Estabeleceu a liberdade de pensamento;
- Aboliu o monopólio do pau-brasil, o estanco do sal e os títulos de nobreza;
- Adotou uma bandeira (azul e branca, com uma cruz vermelha, três estrelas, o arco-íris e o sol);
- Enviou José Martiniano de Alencar (que foi preso no Ceará) e José Ribeiro de Abreu Lima, mais conhecido como Padre Roma (que foi preso e executado na Bahia);

A reação – O Conde dos Arcos (D. Marcos de Noronha), governador da Bahia, enviou alguns navios comandados por Rufino Batista e uma divisão, por terra, comandada pelo Marechal Joaquim de Melo Cogominho de Lacerda que se juntou às forças do novo governador Luiz de Rego (este formara um “Corpo Expedicionário”). Do Rio de Janeiro seguiu uma esquadra chefiada por Rodrigo Lobo.

Os revoltosos foram derrotados em Utinga, Pindobas e Ipojuca.

A repressão se prolongou até 1818: 12 foram executados como os Padres Miguelino e Roma Domingos Teotônio Jorge; alguns implicados foram libertados e outros transferidos para as prisões da Bahia onde permaneceram até 1821, quando obtiveram o perdão real.

As principais consequências deste movimento foram: aceleração da marcha para a Independência; separação de Alagoas e do Rio Grande do Norte da Província de Pernambuco.

RESUMO

Movimentos Brasileiros de Rebelião contra o Sistema Colonial

Portugal mantinha o Brasil sob o regime colonialista típico da época: mercantilismo monopolista, fiscalização rígida, absolutismo político. Nos fins do século XVIII, sob a inspiração das ideias liberais europeias e do exemplo da Independência dos EUA, ocorreram as primeiras rebeliões pela liberdade.

A Conjuração Mineira (ou Inconfidência) foi planejada em Vila Rica (hoje Ouro Preto), em 1789. reunia membros das altas camadas da sociedade local, intelectuais, militares e padres, além do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Denunciados, os conjurados foram presos antes que a rebelião eclodisse. Tiradentes foi enforcado a 21 de abril de 1792; os demais acusados foram exilados.

A Conjuração Baiana (ou dos Alfaiates) ocorreu em Salvador, em 1798. reunia pequenos comerciantes soldados artesãos, o que lhe deu um caráter mais popular que o da Inconfidência, bem como um conteúdo social mais avançado. Dentre os líderes, destacou-se o médico Cipriano Barata. A repressão foi rápida com seis condenados à morte.

A Revolução Pernambucana de 1817 foi a única que chegou a tomar o poder: ocorreu, em Recife, reunindo brasileiros de várias classes, revoltados contra os privilégios assegurados aos portugueses, a falta de trabalho para os mais humildes e a opressão do governador Montenegro. Muitos sacerdotes participaram, destacando-se o Padre Roma. Os rebeldes tomaram o poder e proclamaram a República, em março de 1817. Em maio, porém a repressão os venceu. Mas as ideias liberais permaneceram.

O Processo de Independência

A Independência do Brasil não foi um fato isolado, restrito ao dia 7 de setembro de 1822, mas um processo histórico cujas origens remontam às tentativas de emancipação política do final do século XVIII, tendo relação com a Abertura dos Portos e com a Elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Em 7 de setembro apenas se formalizou a separação de Portugal, mas a consolidação da independência só viria a ocorrer com a abdicação de D. Pedro I, em 1831.

A Corte Portuguesa no Brasil (1808 – 1821)

Antecedentes: A ideia de transmigração não era nova: o prior do Crato, D. João IV e o Marquês de Pombal já haviam pensado em executá-la.

- a transição do capitalismo comercial pelo capitalismo industrial. Agora, a economia se apoiava na presença de grandes fábricas, no aceleração da mecanização e na modernização da produção e da força de trabalho;
- a vigente luta entre o absolutismo monárquico e os princípios liberais (liberdade, igualdade, fraternidade) na Europa;
- a disputa entre a Inglaterra (berço da Revolução Industrial) e a França para alcançar a hegemonia europeia e a dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra.

Causas das transmigração da família real portuguesa para o Brasil:

O Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte (1806), que obrigava todos os países do continente europeu a fechar seus portos ao comércio com as Ilhas Britânicas.

Alguns artigos de Bloqueio Continental

Art. I. As Ilhas Britânicas são declaradas em Estado de Bloqueio;

Art. II. Todo o comércio e toda a correspondência com as Ilhas Britânicas estão proibidos...

Art. III. Nenhuma embarcação vinda diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas.... será recebida em porto algum.

- D. João, regente de Portugal desde 1792 devido à loucura de sua mãe (D. Maria I), sob pressão resolve fechar os portos aos ingleses (ago-1807), mas se nega a confiscar os bens e prender os súditos ingleses; não observado por Portugal, devido à aliança que possuía com a Inglaterra.
- A assinatura da Convenção Secreta (out-1807) entre Portugal e Inglaterra que previa: o embarque da família real para o Brasil com proteção inglesa, no caso de Portugal ser invadido; a liberdade de comércio inglês com um porto no Brasil a ser determinado e a ocupação da Ilha da Madeira pelos ingleses durante o período de guerra;
- O Tratado de Fontainebleau (27 de outubro de 1807), que dividia Portugal entre França e Espanha (as colônias seriam partilhadas posteriormente);
- A invasão de Portugal pelas tropas franco-espanholas ao comando do General Junot Conde de Linhares para a família real retirar-se para o Brasil.
- D. João (Príncipe-Regente) e a família real, escoltados pela esquadra inglesa (Almirante Sidney Smith), se estabelecem no Brasil: é a "Inversão Brasileira", segundo Sílvio Romero; isto porque o nosso país, que era então colônia, passou a ser sede do governo português.

D. João na Bahia

Logo ao chegar à Bahia D. João, aconselhado pelo Visconde de Cairu, assinou a carta régia de 28 de janeiro de 1808, decretando a abertura dos portos brasileiros com outros países: isto significou o fim do pacto colonial (monopólio do comércio da colônia pela metrópole) e pode ser considerada como o primeiro grande passo para a independência política do Brasil.

Através do Alvará de 1º de abril de 1808, D. João concedeu liberdade para a instalação de indústrias no Brasil, revogando o Alvará de 1785 de D. Maria I, que proibia o estabelecimento de fábricas no Brasil.

Esta liberdade industrial não trouxe significativos progressos ao setor porque:

- Faltava-nos capital e uma política protecionista;
- O mercado consumidor era inexpressivo;

- Não existia uma mentalidade empresarial;
- A aristocracia possuía uma mentalidade rural e escravista;
- A Inglaterra dificultava, ao máximo, a importação de máquinas.

Em decorrência dos tratados de 1810 que privilegiavam os produtos ingleses, os incentivos que D. João tinha dado à indústria têxtil e metalúrgica ficaram nulos.

Principais consequências da vinda da Família Real para o Brasil

- aumentou o comércio externo brasileiro, dominado pelos comerciantes ingleses;
- maior subordinação de Portugal à Inglaterra (Tratados de 1810);
- aceleração do processo de Independência do Brasil: de colônia de Portugal à sede da Monarquia Portuguesa (Inversão Brasileira);
- o Brasil passa a consumir, em larga escala, os produtos manufaturados ingleses: as indústrias nacionais entram em crise;
- a quebra da estrutura colonial: livre comércio, (acaba o monopólio) e liberdade de indústria;
- medidas em prol do desenvolvimento cultural: criação de faculdades, órgãos de ensino, etc.
- estabelecimento das bases administrativas brasileiras;
- mudanças de hábitos e costumes: as elites brasileiras imitam o estilo de vida europeu.

A influência inglesa no Brasil, a partir do século XIX

A influência inglesa foi marcante durante o governo de D. João no Brasil. O Tratado de Comércio e Navegação, assinado, em 1810 entre Portugal e Inglaterra, comprometeu (prejudicou) o progresso econômico brasileiro, visto que desestimulou a instalação de fábricas em nosso país. Por esse Tratado, as mercadorias inglesas entravam no Brasil com tarifas privilegiadas, recebendo uma taxa de 16% *ad valorem*, bem menor do que as de Portugal. Isto marcou o livre-cambismo alfandegário, que irá permanecer até 1844 (2º Reinado).

Política Externa de D. João

Foi marcada por três fatos: ocupação da Guiana Francesa, assinatura dos tratados de 1810 com a Inglaterra e conquista da Banda Oriental do Uruguai.

D. João lançou um manifesto ao mundo (1º de maio de 1808) declarando guerra à França. Em consequência, a Guiana Francesa foi invadida (dezembro de 1808) e ocupada (1809) pela expedição chefiada por Manuel Marques, com o apoio Militar britânico (Capitão Yanes Lucas Yeo). O comissário geral francês Victor Hughes, capitulou.

O Marquês de Queluz (João Severiano Maciel da Costa), nomeado governador da Guiana, realizou uma boa administração e mandou vir a cana-caiana, a fruta-pão, o abacateiro, etc.

Por determinação do Congresso de Viena (1814 – 1815), a Guiana foi devolvida à França em 1817.

Dois tratados comerciais foram assinados entre Portugal e Inglaterra em 1810: Tratado de Comércio e Navegação e o Tratado de Aliança e Amizade, estes foram conseguidos pelo Lord Strangford, enviado ao Brasil pelo ministro inglês Canning.

Através deles, Portugal perdeu definitivamente o monopólio do comércio brasileiro e o Brasil caiu diretamente na dependência do capitalismo inglês.

Pelo tratado de Comércio e Navegação, assinado pelo Conde de Linhares e por Lord Strangford era concedido privilégios alfandegários aos produtos ingleses que entrassem no Brasil. Com isso, foi inaugurado a política do livre-cambismo (baixas tarifas sobre os produtos importados). As taxas eram as seguintes: 15% para a Inglaterra; 16% para Portugal e 24% para outros países. Era livre o porto de Santa Catarina e os súditos britânicos seriam julgados no Brasil por juízes conservadores, nomeados pelos ingleses.

O tratado de Aliança e amizade determinava a gradual extinção do tráfico negreiro para o Brasil e a proibição da Santa Inquisição em nosso país.

Política Interna do governo Joanino

Os principais fatos foram; a criação de diversos órgãos administrativos, o incentivo ao nosso desenvolvimento cultural, a vinda de uma missão artística francesa, o início da política de imigração.

O período Joanino (1808 – 1821) foi marcado pela tentativa de D. João de manter um equilíbrio entre a aristocracia brasileira e os comerciantes portugueses.

Com a Corte no Brasil (1808 – 1821) foi necessário introduzir-se uma série de melhoramentos para a administração do reino e das colônias, já que o Rio de Janeiro passava a ser, de fato, a capital (Imprensa, Banco do Brasil, Tribunais, etc.).

D. João tomou diversas medidas em favor do nosso progresso cultural criando:

- A Imprensa Régia (primeiro jornal publicado “A Gazeta do Rio de Janeiro”), e a primeira revista “O Patriota”;
- Escolas de ensino superior (Faculdades de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro);
- Academia de Belas Artes e Biblioteca Real;
- Real Teatro São João e Jardim Botânico;

Outras realizações de D. João: criação de diversos estabelecimentos como Banco do Brasil, Arquivo Militar, Academia de Marinha (Rio de Janeiro), Casa da Moeda, Fábrica de Pólvora, Academia Real Militar, etc.

Em 1816, D. João VI mandou vir para o Brasil uma missão artística francesa que irá exercer grande influência nas artes plásticas do Brasil, cujos integrantes eram:

- Joaquim Lebreton (chefe);
- Jean Baptiste Debret (pintor), retratou nossos costumes na obra “Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil”;
- os irmãos Taunay (Antonio e Augusto), pintor e escultor;
- Grandjean de Montigny (arquiteto).

A política de imigração para o Brasil foi inaugurada por D. João VI em 1818, pois promoveu a vinda de colonos suíços, que fundaram a cidade de Nova Friburgo (RJ).

A elevação do Brasil a Reino Unido

Em 1815 o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves. Nosso país deixou de ser uma simples colônia. Esta decisão, proposta pelo representante francês Talleyrand no Congresso de Viena, dava direito de voto a Portugal no citado congresso e legitimava a permanência da Corte Portuguesa no Brasil. Foi, sem dúvida, uma medida que acelerou mais ainda o nosso processo de emancipação política.

Em 1816, com a morte da rainha D. Maria I, o Príncipe-Regente subiu ao trono com o título de D. João VI, rei de Portugal, Brasil e Algarves.

A Revolução Pernambucana de 1817

Revolução de caráter liberal, republicano e federativo que ocorreu durante o Brasil-Reino, é considerada o movimento precursor de nossa Independência de âmbito quase nacional, pois teve a adesão de várias Províncias do Nordeste.

A Revolução do Porto e o regresso de D. João

As ideias liberais francesas difundidas em Portugal, o descontentamento popular motivado pela grave crise econômica que o reino português atravessava (fome e miséria) e a tirania exercida por Beresford foram as principais causas da Revolução Liberal ou Constitucionalista (1820).

Os revolucionários, aproveitando a ausência do Marechal Beresford que viajara para o Rio de Janeiro iniciaram a revolta na cidade do Porto. Organizaram uma “Junta Provisória do Governo Supremo do Reino” e processaram-se as eleições para as Cortes Constituintes (para elaborar a Constituição).

Eles pretendiam a constitucionalização do país, a expulsão de Beresford, o regresso de D. João e a recolonização do Brasil.

D. João ao regressar, deixou seu filho D. Pedro de Alcântara (futuro Imperador D. Pedro II) como Príncipe Regente do Brasil. Na certeza de que a Independência do Brasil estava próxima, teria aconselhado a D. Pedro antes de partir: “Pedro, se o Brasil se separar, antes que seja por ti, que me há de respeitar, do que para algum desses aventureiros.”

Com o regresso de D. João VI em 1821, o processo de Independência do Brasil irá se acelerar devido à política recolonizadora das Cortes.

A Política das Cortes

Após o regresso de D. João VI, as Cortes portuguesas irão tomar uma série de medidas que visavam a recolonizar o Brasil como:

- extinção de tribunais e repartições públicas criadas por D. João VI no Rio de Janeiro;
- subordinação direta das Províncias a Portugal (D. Pedro só ficaria governando o Rio de Janeiro);
- D. Pedro deveria regressar “para completar sua educação”.

A reação a estas medidas foi através do “Clube da Resistência” onde se destacaram a Imprensa e a Maçonaria e nomes como José Clemente Pereira, José Bonifácio, Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa fazia violentas críticas à política das Cortes, contrárias aos interesses do Brasil.

O “Fico”

Para a aristocracia brasileira (classe dominante) era necessário a permanência de D. Pedro no Brasil, pois sua “partida representaria o esfacelamento do Brasil”.

Em 09 de Janeiro de 1822 (“Dia do Fico”) D. Pedro resolveu desobedecer às Cortes após ter recebido um abaixo assinado com 8.000 assinaturas, redigido pelo Frei Francisco Sampaio de Santa Tereza e entregue por José Clemente Pereira (Presidente do Senado da Câmara). Disse que ficaria no Brasil para “o bem de todos e felicidade geral da Nação”. O Dia do Fico constituiu-se mais um passo para a nossa Independência.

O episódio do Dia do Fico marcou a primeira adesão pública de D. Pedro a uma causa brasileira. Ele desrespeitara abertamente as decisões das Cortes Portuguesas. As tropas portuguesas (Divisão Auxiliadora Portuguesa) sediadas no Rio de Janeiro, comandadas pelo General Jorge de Avilez, revoltaram-se, ocupando o Morro do Castelo. Exigiam que D. Pedro acatasse as ordens das Cortes. A enérgica reação dos brasileiros neutralizou as tropas lusas, que foram obrigadas a voltar para Portugal (fev. – 1822).

O rompimento definitivo

Depois do “Dia do Fico” D. Pedro constituiu o “Ministério da Independência” (16/01/1822) e nomeou José Bonifácio (principal figura) para a Pasta do Reino e dos Negócios Estrangeiros.

Pelo decreto do “Cumpra-se” (04/05/1822) só seriam aqui aplicadas as ordens que não fossem contrárias aos interesses brasileiros. Logo depois, por influência da Monarquia, D. Pedro recebeu do Senado o título de “Defensor Perpétuo do Brasil”.

D. Pedro em 03 de junho convocou uma Assembleia Constituinte e fez publicar um manifesto aos governos e nações amigas. Viajou em seguida a São Paulo para restabelecer a paz naquela Província agitada (disputa entre Francisco Inácio e Martim Francisco).

No dia 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga (São Paulo), após ter recebido correspondência de D. Leopoldina e José Bonifácio através do carteiro Paulo Bregaro, D. Pedro tomou conhecimento das últimas decisões das Cortes: anulação de todos os seus decretos e ameaça de envio de tropas caso não retornasse imediatamente para Portugal.

Em vista disto resolveu dar o grito de “Independência ou Morte... Estamos separados de Portugal”. Ao chegar no Rio

(14/09/1822), foi aclamado Imperador Constitucional e Perpétuo do Brasil. É o início do Império (1822) que irá até 1889, com a Proclamação da República.

José Bonifácio de Andrada e Silva, pela atuação em favor (prol) de nossa emancipação política, passou a ser chamado “Patriarca da Independência”.

O Brasil acabava de libertar-se do colonialismo português, mas não deixaria de conhecer outras formas de dependência. A independência brasileira foi em boa parte fruto da influência inglesa e da Aristocracia Rural brasileira, e por isso mesmo implicou compromissos econômicos muito fortes com a Inglaterra. Em outros termos a independência política não foi seguida da independência econômica, pois a economia dos países latino-americanos (incluindo o Brasil) passou a funcionar em conformidade com o mercado mundial controlado pela Inglaterra.

O 1º Reinado

A nossa Independência política não provocou profundas mudanças em nosso país, pois:

- Continuava a nossa dependência econômica com a Inglaterra, através de empréstimos, financiamentos e maior volume comercial;
- A aristocracia rural possuía mentalidade escravista e ideologia conservadora;
- A sociedade era essencialmente composta de duas classes sociais antagônicas: a aristocracia e o escravo.

A produção mantinha-se organizada em função do mercado internacional comandado pela Inglaterra e não das necessidades da maioria da população brasileira. O modelo econômico da época colonial permaneceu intacto: produção agrária, monocultura, escravista e exportadora.

Nessas condições, não é difícil concluir que os grandes beneficiados pela independência foram os proprietários rurais, pois o Estado Brasileiro organizou-se em função dessa elite dominante, que estabeleceu os limites do liberalismo brasileiro durante o Império – um liberalismo deturpado pelo escravismo.

Para a classe dominante era fundamental manter a escravidão no país, pois o escravismo, além de ser a base da estrutura social (estrutura de privilégios), era também o elemento fundamental na economia brasileira.

A nossa aristocracia era dotada de uma ideologia conservadora. Isto não quer dizer que durante o Império não houvesse algumas medidas liberais. Houve. Mas esse liberalismo só ia até o ponto em que não prejudicasse os interesses da aristocracia.

As “Guerras da Independência”

Foram assim chamados os movimentos contrários ao Grito do Ipiranga e onde se destacaram diversos oficiais estrangeiros (Cochrane, Grenfell, Labatut, Lecor, Taylor) que lutaram para submeter as Províncias que não aceitaram a proclamação da Independência.

A luta desenvolveu-se na Bahia, Maranhão, Pará, Piauí e Cisplatina, onde as tropas portuguesas e alguns homens mantinham-se fiéis a Portugal, não aceitando a autoridade de D. Pedro.

Na Bahia a resistência foi maior: a tropa lusitana (portuguesa) chefiada pelo general Madeira de Melo foi derrotada na batalha de Pirajá pelo general Labatut; complementada pela ação do Brigadeiro Lima e Silva e o Almirante Cochrane que bloqueou Salvador. Ganhamos a batalha devido ao toque do corneteiro Luís Lopes que recebera ordem do Major Barros Falcão de “retirada” e, ao invés disso, tocou “avançar cavalaria”, provocando o pânico entre os portugueses, que recuaram.

Duas mulheres tiveram destaque: a Sórora Joana Angélica (assassinada pelos portugueses no Convento da Lapa) e Maria Quitéria (que participou de vários combates).

José Bonifácio x Gonçalves Ledo

Após o 7 de setembro, surgiram divergências entre os grupos que se haviam unido em favor da Independência política: o grupo de tendência conservadora (de José Bonifácio) e o grupo maçônico, de tendência liberal (de Gonçalves Ledo).

José Bonifácio, da loja maçônica Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, da qual D. Pedro foi Grão-Mestre, pregava uma monarquia centralizada, com poderes absolutos e ele a frente de um Ministério.

A ala maçônica de Gonçalves Ledo era partidária de uma monarquia constitucional democrática, onde o poder legislativo teria maior importância, pois diminuiria os poderes de D. Pedro I, reafirmava a liberdade de expressão e de iniciativa, a descentralização e a ampla autonomia às Províncias (Federalismo).

A elaboração da Constituição

Na Assembleia Constituinte que se reuniu pela primeira vez em 3 de maio de 1823 destacavam-se: os irmãos Andradas, elementos do clero, juristas e grandes proprietários rurais.

Desde o início dos trabalhos começaram os desentendimentos entre os deputados constituintes e o Imperador. Este, na abertura da sessão disse que defenderia a Pátria e a Constituição desde que “fosse digna dele e do Brasil”.

Havia também divergência entre os liberais radicais, partidários de uma Constituição Liberal que limitasse os poderes do Imperador e concedesse maior autonomia às Províncias (Federalismo) e os “conservadores, tendo a frente José Bonifácio que desejava a limitação do direito ao voto e uma centralização política rigorosa.

Os irmãos Andradas (José Bonifácio, Martim Francisco e Antonio Carlos) entraram em choque com as tendências absolutistas e autoritárias do Imperador (D. Pedro I), passando para a oposição. Através de seus jornais o “Tamoio” e o “Sentinela da Liberdade” atacaram violentamente o governo.

Não admitindo a limitação de seus poderes, conforme o anteprojeto constitucional de Antonio Carlos, D. Pedro I decretou a dissolução da Assembleia Constituinte.

Denominou-se “Noite da Agonia” (11/11/1823) o dia que antecedeu o fechamento (a dissolução) da Assembleia Constituinte, por ordem de D. Pedro I, através do uso das armas. A reação a esta medida foi a Confederação do Equador (1824).

A primeira Constituição Brasileira é datada de 25 de março de 1824. Ela foi elaborada por um Conselho de Estado e, depois, outorgada por D. Pedro I.

A Confederação do Equador

Em 1824, estourou um movimento revolucionário de caráter liberal e republicano, que de certa forma constituiu-se num prolongamento da Revolução Pernambucana de 1817.

Suas causas foram:

- o fechamento da Assembleia Constituinte (muitos representantes eram do Nordeste) e a outorga da Constituição de 1824;
- a difícil situação econômica que o Norte e Nordeste atravessavam devido à crise da lavoura tradicional da cana, do algodão e do fumo;
- os pesados impostos;
- a submissão política das Províncias ao Rio de Janeiro (O Imperador era quem nomeava os presidentes de província).

Figuras como Frei Caneca (principal líder) Cipriano Barata e Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que já haviam participado da Revolução pernambucana de 1817, divulgavam as ideias liberais, republicanas, antilusitanas e federativas.

A causa imediata da revolta foi a nomeação. D. Pedro I, de Francisco Paes Barreto como presidente da Província.

As ideias revolucionárias eram difundidas por jornais como “Tífis Pernambucano”, dirigido por Frei Caneca e o “Sentinela da Liberdade na guarita de Pernambuco”, de Cipriano Barata.

Uma junta Governativa assumiu o poder (02/07/1824), chefiada por Paes de Andrade. Um manifesto foi publicado com um convite às Províncias do Norte e Nordeste para aderirem à revolta.

Paes de Andrade proclamou a Confederação do Equador. Publicou-se um manifesto convidando outras províncias do Norte e Nordeste a aderirem ao movimento. Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba juntaram-se à causa. A Confederação do Equador adotou o regime republicano e provisoriamente utilizou a Constituição da Colônia. O nome dado ao movimento veio do fato de a região rebelde estar próxima à linha do Equador.

A decisão dos líderes rebeldes de abolir o tráfico de escravos causou a separação da Aristocracia Rural, que no início havia apoiado o movimento. Tais divisões internas facilitavam a repressão organizada pelo governo central.

A repressão foi violenta: os Almirantes Cochrane e Taylor (por mar) e o Brigadeiro Lima e Silva (por terra) cercaram e derrotaram os revolucionários, sendo dezesseis deles fuzilados (Frei Caneca, Padre Mororó, etc).

Diante da violenta repressão desencadeada, evidenciava-se o absolutismo de D. Pedro. Essa foi uma das grandes razões da perda de prestígio do imperador, que culminou com a abdicação, em 1831.

Política externa do 1º Reinado

A política externa do Primeiro Reinado foi marcada pelos seguintes fatos: o reconhecimento da Independência, a guerra

na região platina (Independência da Cisplatina), as missões Rio Maior e Santo Amaro e a sucessão dinástica em Portugal.

Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil (1824) graças à Doutrina Monroe (“A América para os americanos”) que era contrária a qualquer intervenção europeia na América.

Portugal somente reconheceu nossa Independência em 1825 por causa da interferência da Inglaterra (1º Ministro Canning e o diplomata Stuart).

Foi difícil para o Brasil ter sua Independência reconhecida. Ao lado do México, nosso país havia adotado a forma de governo monárquico, o que era visto com desconfiança pelos países monárquicos e pelos países da América de regime republicano pois, segundo eles, os países europeus governados por monarcas poderiam tentar a recolonização americana.

O Tratado de 1825 estabelecia:

- Portugal reconhecia a Independência do Brasil;
- O Brasil pegaria a importância de dois milhões de libras esterlinas (1.400.000 libras) como pagamento de uma dívida de Portugal junto à Inglaterra;
- D. João VI poderia usar o título de Imperador Honorário do Brasil.

Em 1826 a Inglaterra reconhece a Independência do Brasil mediante a renovação dos Tratados de 1810 que estabelecia a continuação dos privilégios alfandegários aos produtos ingleses (15%) e o compromisso do Brasil extinguir o tráfico de escravos até 1830.

A questão do trono português

O direito de sucessão do trono português, com a morte de D. João em 1826, passou a pertencer a D. Pedro, que renunciou em favor de sua filha D. Maria da Glória. Sendo esta ainda criança, D. Miguel, irmão de D. Pedro, ficou na regência do trono. Contudo, D. Miguel foi aclamado rei em 1828, com o apoio da Santa Aliança.

Para garantir os direitos de sua filha, D. Pedro após ter renunciado ao trono brasileiro (1831), retornou a Portugal e, depois de algumas lutas, conseguiu restaurar D. Maria da Glória no trono português.

A Abdicação

Foram causas de impopularidade de D. Pedro I e que levaram a sua renúncia (abdicação):

- sua condição de português;
- a dissolução (fechamento) da Assembleia Constituinte;
- a repressão violenta aos integrantes da Confederação do Equador (ex.: execução de Frei Caneca, líder popular pernambucano);
- a guerra que levou a perda da Província Cisplatina;
- a sucessão dinástica portuguesa após a morte de D. João VI;

- a “Noite das Garrafadas”, conflito entre portugueses e brasileiros;
- a demissão do Ministério Liberal ou dos Brasileiros (de agrado popular) e a nomeação do Ministério dos Marquês ou dos Medalhões;
- o assassinato do jornalista Líbero Badaró que escrevia no “Observador Constitucional”;
- D. Pedro utilizou-se de verbas brasileiras para manter sua filha no trono.

A província de Minas Gerais era um dos principais centros de oposição a D. Pedro.

D. Pedro nomeou um ministério mais liberal, o Ministério dos Brasileiros. No dia 5 de abril, por se recusar a reprimir manifestações populares, o novo ministério foi demitido. Formou-se então o Ministério dos Marquês, integrados por Portugueses. A reação não se fez esperar. O povo enfurecido reuniu-se no Campo de Aclamação, atual Campo de Santana. Até mesmo a guarda pessoal do imperador aderiu à manifestação.

Não restava a D. Pedro mais nada a fazer a não ser abdicar.

O movimento popular liderado pela aristocracia e com o apoio das tropas, levou D. Pedro I a abdicar (renunciar) no dia 7 de abril de 1831 ao trono brasileiro, em favor de seu filho D. Pedro II (com 5 anos), deixando José Bonifácio como tutor do mesmo (futuro D. Pedro II).

Segundo Teófilo Otoni, o 7 de abril (dia da renúncia de D. Pedro I) foi a “Jornada dos Logrados”, pois tanto o povo como as tropas foram enganados pela aristocracia, que não atendeu a nenhuma de suas reivindicações.

Com a abdicação de D. Pedro I (1831) inicia-se o Segundo Reinado que se prolongou até a Proclamação da República (1889).

O Segundo Reinado ou II Império divide-se em duas fases distintas: período Regencial (1831 – 1840) e Governo Pessoal de D. Pedro II (1840 – 1889).

Entende-se por Período Regencial, ou simplesmente Regências, a fase da História do Brasil compreendida entre a Abdicação de D. Pedro II (1831) e a Maioridade (1840).

Caracterização

- Constitui-se, segundo alguns historiadores, numa verdadeira “experiência republicana”, pois os governantes do Brasil eram eleitos;
- Período de intensa agitação social, motivada pela insatisfação das camadas populares contra as classes dominantes. Era marcante o ódio aos portugueses;
- Foi uma fase de grande instabilidade política, devido às revoltas que surgiram em diferentes pontos do país (as facções lutavam pelo controle do poder central ou mesmo provincial);
- Este período caracterizou-se por uma crise econômico-financeira que teve como causas: balança comercial desfavorável, motivada pela queda dos preços dos produtos agrícolas de exportação; pressão inglesa para o fim do tráfico negreiro; acordos comerciais favoráveis à Inglaterra e prejudiciais aos interesses brasileiros (“livre cambismo”).

- Graças à importância crescente das exportações de café, sobretudo para os Estados Unidos, no final da fase regencial, a balança comercial atinge um certo equilíbrio.

Regência Trina Provisória

A Constituição de 1824 estabelecia que, em caso de vacância do trono, não tendo o herdeiro idade legal (18 anos), o Império deveria ser governado por uma Regência de três membros, eleitos pela Assembleia Geral (Senado e Câmara de Deputados).

A Constituição não pôde ser cumprida na íntegra, pois o Senado e a Câmara estavam em férias.

Tão logo o general Francisco de Lima e Silva recebeu das mãos do Major Miguel de Frias o documento da abdicação, reuniu-se com um grupo de parlamentares com o objetivo de escolherem os componentes de uma Regência Trina Provisória.

Esta Regência foi marcada pela tentativa de se estabelecer um “equilíbrio” político entre as classes armadas, o Senado e a Câmara. Era assim constituída:

- Senador José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas) – representante das tendências conservadoras;
- Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro – representava as tendências liberais;
- Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, militar – representava o equilíbrio das tendências;

Os dois senadores eram suporte do grupo agro-exportador e o Brigadeiro, indicação dos militares, tinha como propósito dar coesão com o apoio das forças armadas.

Principais atos desta Regência

(7 de abril a 17 de junho de 1831)

- a manutenção da Constituição de 1824;
- reintegração no poder, no Ministério Liberal que fora demitido em 5 de abril
- confirmação de José Bonifácio no cargo de tutor;
- exclusão dos oficiais estrangeiros do Exército;
- concessão de anistia aos envolvidos em processos políticos;
- convocação da Assembleia Geral para a eleição da Regência Trina Permanente.

Regência Trina Permanente

Enquanto as agitações surgiam em todo o país, a Assembleia Geral reuniu-se e elegeu a Regência Trina Permanente, não mais seguindo um critério político, mas sim geográfico: o norte foi representado pelo Deputado João Bráulio Muniz, enquanto o Sul, pelo Deputado José da Costa Carvalho; o Brigadeiro Lima e Silva foi mantido no posto de Regente.

Partido Liberal Exhaustado ou Farrroupilha — Facção mais radical do Partido Brasileiro. Esperava da independência uma real democratização do processo político. Identificava-se ideologicamente com a classe média e constituía minoria na Assembleia.

Defendia a efetiva independência do Brasil; Nacionalização; República e Federalismo. Grupos importantes: Frias de Vasconcelos e Cipriano Barata; jornais: “Trombeta dos Farroupilhas”; “O República”; “A Malagueta”; “Sentinela da Liberdade”; “O Bem-te-vi”. Sociedade: Sociedade Federativa. Atuação: 1831 a 1840

Partido Liberal Moderado ou Chimango — partido da classe dominante (aristocracia rural). Possuía maioria na Assembleia. Defendia a independência do Brasil. Com o mínimo possível de alterações no processo político. Grupos importantes: Evaristo da Veiga, Diogo Antonio Feijó, Nicolau de Campos Vergueiro, Francisco Alves de Lima e Silva; jornais: “A Aurora Fluminense”. Sociedade: Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Atuação: 1831 a 1840 (data da cisão do Partido Moderador).

Partido Restaurador ou Caramuru — Associação política que reunia os portugueses do grande comércio, apoiava D. Pedro I e representava a direita conservadora brasileira. Defendia a volta de D. Pedro I. Grupos importantes: José Bonifácio de Andrada e Silva e seus irmãos Antonio Carlos e Martim Francisco; jornais: “O Caramuru”; “O Tamoio”. Sociedade: Sociedade Militar. Atuação: 1831 a 1834.

Na Regência Trina Permanente tivemos uma luta partidária com o aparecimento de três correntes políticas:

- Partido Restaurador também chamado “Caramuru” ou Português — Representava a situação antes da abdicação de D. Pedro (seus partidários). Era dirigido por José Bonifácio.
- Partido Liberal Moderado ou “Chimango” — Apoiava a Regência e tinha como figuras de destaque o Padre Feijó e Evaristo da Veiga.
- Partido Liberal Exaltado — conhecido por “Farroupilha ou Jurujuba” — pregava reformas sociais e estava ligado às ideias federalistas e republicanas.

O período regencial caracterizou-se por ser um dos mais agitados da História do Brasil. Significou também a ascensão política da aristocracia rural.

A aristocracia rural ao assumir o poder, passou a organizar a sociedade brasileira conforme seus interesses. Isso significava frear o ímpeto revolucionário popular que ela mesmo havia instigado.

Feijó e a manutenção da ordem

O volume de desordens civis e militares era tamanha que exigiam a escolha de um Ministro da Justiça enérgico, recaindo a escolha na figura de Feijó que, para aceitar o cargo, impôs inteira liberdade de ação.

Para enfrentar as crescentes agitações, Feijó criou a Guarda Nacional (1831), o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, o Batalhão Sagrado (ou dos oficiais-soldados).

A Guarda Nacional, tropa de elite, constituída por senhores rurais, foi criada com o objetivo de manter a ordem pública, combatendo, assim, as revoltas que eclodiam de norte a sul do país.

Feijó foi obrigado a dissolver unidades militares insubordinadas e criar organismos de repressão como o Batalhão de

Voluntários da Pátria e a Guarda Nacional, para promover a pacificação e garantir a tranquilidade da nação.

O Padre Feijó, no cargo de Ministro da Justiça, estabeleceu uma Lei contra o tráfico negreiro (1831), decretando que “todos os escravos, vindo de fora do Império, eram livres” e estabeleceu punições aos importadores de escravos.

Contudo, esta lei não foi cumprida, devido à nossa estrutura agrária depender basicamente do trabalho escravo e também por causa das agitações da fase regencial.

Regência Una de Feijó (1835 – 1837)

Foi eleito regente uno o senador liberal-moderado, padre Diogo Antonio Feijó. A posição de liderança assumida por Feijó na política brasileira deve-se principalmente, à experiência que adquirira no exercício de funções policiais e ministeriais.

Desde cedo, o grupo que apoiava Feijó se dividira em duas facções: progressista e regressista. Este último, liderado por Bernardo de Vasconcelos, é que daria origem ao futuro Partido Conservador.

Ao assumir o cargo, reinava a anarquia no país. Eclodiam revoltas nas Províncias do Pará (Cabanagem) e, no sul, a Farroupilha. Elas se opuseram aos Presidentes das Províncias, nomeados pela Regência e que mantiveram subordinados os interesses destas áreas aos do Sudeste.

Em 1836 apareceu o Partido Conservador, fundado por Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Renúncia de Feijó

Feijó deveria governar o Império por um período de 4 anos, mas após 2 anos, acabou renunciando, como já fizera anteriormente, no Ministério da Justiça.

Regência Una de Araújo Lima (1838 – 1840)

Araújo Lima, mais tarde Marquês de Olinda, governou o Brasil por um período de quase 3 anos, assim delimitados: começa com a renúncia de Feijó (18 de setembro de 1837) e termina com a Revolução Parlamentar ou Maiorista (23 de julho de 1840).

Sua vitória evidencia as preferências pelo regressismo conservador e pode ser entendido pelo medo que os proprietários tinham da descentralização estabelecida pelo Ato Adicional.

Neste período continuam os conflitos entre o poder central e as Províncias: Farroupilha no Rio Grande do Sul, além da Sabinada na Bahia e da Balaiada no Maranhão que irrompem, respectivamente, em 1837 e 1838.

A Regência de Araújo Lima foi boa e equilibrada, com os conservadores no poder, apoiados por Bernardo de Vasconcelos e com os liberais na oposição.

Formou o “Ministério das Capacidades”, permitindo um entrosamento melhor entre o Executivo e a Câmara para o exercício do poder. Este Ministério, tendo à frente Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi responsável pelos seguintes empreendimentos:

- fundação do Imperial Colégio D. Pedro II (1837);
- criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838);

- fundação do Arquivo Público (1838), atualmente Arquivo Nacional;
- aprovação, em 1840, da Lei Interpretativa do Ato Adicional;
- pacificação da Cabanagem

O Golpe da Maioridade

De acordo com a Constituição, o Imperador seria considerado maior, quando completasse dezoito anos de idade (isto dar-se-ia em 1843).

Para derrubar os conservadores que estavam tão fortalecidos no poder, os liberais propuseram a antecipação da Maioridade do Imperador.

A ideia da declaração de Maioridade surgira, entretanto, desde 1835. O senador José Martiniano de Alencar fundou o “Clube da Maioridade” que visava o consentimento do Imperador, o apoio do povo e do legislativo. A este Clube pertencem Antonio Carlos, Holanda Cavalcanti, Limpo de Abreu, Francisco Gê Acaiaba Montezuma, Teófilo Otoni e outros.

Os adeptos da Maioridade contavam com o apoio do chamado “clube da Joana” (Paulo Barbosa, Frei Pedro de Santa Mariana, Marquês de Intanhaém, Aureliano Coutinho e outros).

Os Andradas e os parlamentares mais exaltados procuram D. Pedro de Alcântara e pediram que ele assumisse o poder, ao que o príncipe teria respondido: “Quero já”, e foi aclamado Imperador Constitucional, em 23 de julho de 1840 – era a chama da Revolução Parlamentar ou Maiorista que terminava com a Regência e iniciava o governo pessoal de D. Pedro II que duraria até 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada a República.

A Maioridade, que fez cair o “Ministério das Nove Horas” de Bernardo de Vasconcelos, representou um verdadeiro golpe favorecendo os liberais liderados por Antonio Carlos Ribeiro de Andrade.

Com a coroação de D. Pedro II, que contava 14 anos e meses, os conservadores foram afastados, temporariamente, do poder.

As Rebeliões do Período Regencial

Neste período, temos: a Cabanagem (1835/1836); a Sabinada (1837/1838); a Balaiada (1838/1841) e a Guerra dos Farrapos (1835/1845).

As revoltas ocorridas neste período têm como causas:

- os desajustes de uma sociedade agrária e escravista a caminho de sua consolidação;
- os abalos do processo de Independência;
- as lutas que levaram à abdicação de D. Pedro;
- a intensa agitação social;
- a crise da economia agroexportadora.

A Cabanagem (1835/1840)

Foi o mais notável movimento popular do Brasil. O único em que as camadas populares conseguiram ocupar o poder.

Revolta ocorrida no Grão-Pará, nos atuais Estados do Ama-

zonas e Pará, ainda durante a Regência Trina Permanente (Feijó era Ministro da Justiça). Construiu um prosseguimento das manifestações nativistas e da luta de Independência.

O principal líder era Clemente Malcher, que foi assassinado por ordem de outro chefe revolucionário, o negociante Pedro Vinagre.

A revolta tem início, em 1835, com o assassinato do Presidente da Província, Bernardo Lobo de Souza, que havia lançado enérgica política repressiva contra os cubanos, com um recrutamento intensivo para as forças militares.

Os cabanos que assumiram o poder com Clemente Malcher, Pedro Vinagre, Ferreira Lavor e Eduardo Angelim, não tinham um programa anti-monárquico, separatista ou republicano. Consideravam-se representantes do governo imperial.

As lutas internas enfraqueceram a Cabanagem e facilitaram a repressão. Os cabanos foram derrotados e fugiram para o interior, onde conseguiram apoio de parcela da população rural e retomaram a capital.

Os novos líderes cabanos, desordenados e sem condições de resistência, foram derrotados pelas forças do governo.

A Sabinada (1837 – 1838)

Foi uma revolta ocorrida na Bahia, região onde já ocorrera lutas nativistas e de negros muçulmanos, que limitou-se à capital (Salvador). Foi chefiada pelo Dr. Sabino da Rocha que proclamou o “Estado Livre Baiense” ou “República Baiense”. Apoiava as tendências federativas da Cabanagem e da Farroupilha.

A Balaiada

Foi um movimento tipicamente popular, ocorrido no Maranhão, e que se estendeu ao Piauí.

Os balaios organizavam um governo em Caxias e ameaçavam tomar a capital (São Luís).

Pra combatê-los, foi nomeado Presidente e Comandante das Armas da Província, o coronel Luís Alves de Lima e Silva, que venceu os revoltosos na vila de Caxias. Por isto, foi promovido a General e recebeu o seu primeiro título de nobreza, Barão de Caxias, e inicia aí, a sua fase do “O Pacificador”.

A Farroupilha (1835 – 1845)

Iniciada, durante a Regência Una de Feijó, foi a mais longa guerra civil brasileira, tendo durado 10 anos e só terminado em 1845, no governo pessoal de D. Pedro II.

Os farrapos ou farroupilhas eram os liberais, depois federalistas, que se ligavam ao povo e não mantinham preconceitos de cor. Possuíam tendência republicana e eram influenciados pelas ideias do carbonário italiano Tito Livio Zambecari.

A Guerra dos Farrapos foi promovida pela classe dominante gaúcha, constituída de estancieiros (criadores de gado), com o apoio de intelectuais e do povo em geral.

A produção do charque tornava a economia voltada pra

o mercado interno. Em 1835, o governo central taxou com elevados impostos esse produto. Ocasionalmente a indignação dos estancieiros, pois o charque gaúcho, uma das bases da economia local, passou a sofrer a violenta concorrência do charque platino, que tinha privilégios alfandegários no Brasil.

Agravando a situação, o regente Feijó nomeou o moderado Antonio Rodrigues Fernandes Braga como presidente da província, o que não foi aceito pelos gaúchos.

O Comandante da Guarda Nacional local, Bento Gonçalves, tomou a cidade de Porto Alegre e, em 1836 proclamou a República de Piratini.

Apesar do equilíbrio de forças, Bento Gonçalves foi preso e enviado para a Bahia, de onde fugiu auxiliado pelos sabinos.

Principais eventos

- em 20 de setembro de 1835, tem início a revolta. O Coronel Bento Gonçalves da Silva, comandante da Guarda Nacional local e principal chefe dos farroupilhas, apodera-se de Porto Alegre, enquanto os legalistas se concentravam no Rio Grande;
- com o apoio de José Garibaldi (“Herói dos Dois Mundos ou dos Dois Continentes”), revolucionário idealista italiano, o movimento se propagou.
- Os farroupilhas em 1839 ampliam seu campo de ação: Davi Canabarro com a ajuda de José Garibaldi, invade Santa Catarina e toma Laguna, onde proclama a “República Juliana”, de curta duração;
- em 1842 o governo imperial nomeou o então Comandante das Armas e Presidente da Província o Barão de Caxias, que obteve a colaboração do Coronel Manuel Marques de Souza (depois Conde de Porto Alegre). Caxias contou, também, com o apoio de alguns farroupilhas entre os quais Bento Manuel Ribeiro e Francisco Pedro de Abreu.

O Império comprometeu-se a pagar as dívidas de Piratini, deu isenção do serviço militar aos rebeldes e confirmou os oficiais farroupilhas em seus postos.

EXERCÍCIOS

01. “No final do século XVIII, começaram a ocorrer movimentos de emancipação política no Brasil-Colônia, como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana” (COSTA; MELLO, 2006). Contribuiu(íram) para o surgimento desses movimentos

- a) as ideias dos padres jesuítas, que defendiam a igualdade entre brasileiros e portugueses, e o liberalismo econômico colocado em prática pelo Marquês de Pombal, a partir de 1750.
- b) os ideais do iluminismo e a reação ao aumento da opressão econômica de Portugal sobre o Brasil, representados pela taxação severa sobre o ouro das “Gerais” e a proibição de manufaturas.
- c) as rebeliões de escravos, que eram apoiados pelos homens livres pobres da colônia.
- d) as guerras que aconteciam neste momento na Europa, que enfraqueciam o governo português.

- e) o decidido apoio americano a estes movimentos, em armas e dinheiro, após o término da guerra de Independência dos Estados Unidos.

02. A Confederação do Equador, proclamada em 2 de julho de 1824, por Manuel de Carvalho,

- a) contou com a adesão dos estados da atual região Norte do Brasil.
- b) adotava provisoriamente a Constituição dos Estados Unidos da América.
- c) mostrava-se sintonizada com o poder central, representado por D. Pedro.
- d) defendia a instituição de uma monarquia constitucional.
- e) buscava a organização de um governo representativo e republicano.

03. Na Europa, o despotismo esclarecido surgiu no século XVIII, tendo como representantes mais destacados: Frederico II da Prússia; Catarina II da Rússia; José II da Áustria; Sebastião José de Carvalho, Marquês de Pombal, ministro de Portugal; e Pedro Pablo Abarca y Boela, conde de Aranda, ministro da Espanha.

Tais governantes,

- a) sem abandonar o poder absoluto, procuraram governar conforme a razão e os interesses do povo.
- b) tiveram atitudes diversas, entretanto todos governaram com o auxílio de um parlamento.
- c) seguindo as ideias iluministas e democráticas, abandonaram a ideia de poder absoluto do governante.
- d) aumentaram a participação popular no governo, no entanto ignoraram as ideias iluministas ligadas ao desenvolvimento e à tecnologia.
- e) ampliaram os direitos individuais e políticos dos cidadãos, no entanto não tiveram preocupação com o desenvolvimento agrícola e industrial.

04. A Família Real Portuguesa, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, trouxe para o Brasil uma corte parasitária, composta por 15.000 pessoas. Para custeá-la, as despesas com o serviço público aumentaram e o governo para compensar, criou novos impostos, o que gerou protestos organizados e um movimento armado de grandes proporções.

Tal movimento foi a

- a) Revolução Constitucionalista do Porto.
- b) Revolução Pernambucana.
- c) Conjuração Baiana.
- d) Cabanagem.
- e) Conjuração dos Alfaiates.

05. No início do século XVIII, duas rebeliões ocorreram no Brasil, as quais não manifestaram ideia de se conseguir a independência. Essas eram duas das chamadas revoltas nativistas, pois apenas contestavam alguns aspectos específicos do Pacto Colonial, tendo um caráter regionalista.

Essas revoltas são:

- a) Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana.
- b) Gerras dos Farrapos e Insurreição Paranaense.
- c) Guerra dos Emboabas e Guerra dos Mascates.
- d) Conjuração dos Alfaiates e Cabanagem.
- e) Balaiada e Sabinada.

06. (EsSA) Sobre a Inconfidência Mineira (1789), são feitas as seguintes afirmações:

- I. Estava entre os objetivos de boa parte dos conspiradores de Vila Rica, a constituição de um regime republicano no Brasil.
- II. Havia, também, por parte dos inconfidentes, a preocupação com o desenvolvimento de produtos manufaturados ou, em outras palavras, objetivavam a diminuição da dependência de artigos importados.
- III. A nova capital seria transferida para Belo Horizonte, por encontrar-se localizada numa área mais favorável para a expansão da lavoura e da pecuária.

Assinale o correto.

- a) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmações II e III são verdadeiras.
- d) Todas as afirmações são verdadeiras.

07. (EsSA) Em novembro de 1807, a família real portuguesa deixou Lisboa e, em março de 1808, chegou ao Rio de Janeiro. O acontecimento pode ser visto como

- a) incapacidade dos Bragança de resistirem à pressão da Espanha para impedir a anexação de Portugal.
- b) ato desesperado do Príncipe Regente, pressionado pela rainha-mãe, Dona Maria I.
- c) execução de um velho projeto de mudança do centro político do Império português, invocado em épocas de crise.
- d) culminância de uma discussão popular sobre a neutralidade de Portugal com relação à guerra anglo-francesa.
- e) exigência diplomática apresentada por Napoleão Bonaparte, então primeiro cônsul da França.

08. (EsSA) Referente à Conjuração Baiana, é COERENTE afirmar que:

- a) defendia a livre produção, a industrialização, a doação de terras às famílias pobres, porém preconizava a manutenção da escravidão.
- b) eclodiu devido à criação das casas de fundição
- c) promovida pela Sociedade Literária Carioca, mesmo sem mártires e sem grandes heroísmos, atestava a divulgação crescente na Colônia da ideologia liberal.
- d) influenciados pelas ideias liberais, os irmãos Suassuna elaboraram um projeto de independência para a província, mas logo foram presos e punidos.
- e) muitos alfaiates, sapateiros, bordadores, carpas e pedreiros aderiram ao movimento que, por isso, ficou conhecido como Revolta dos Alfaiates.

09. (EsSA) Movimento de libertação colonial que queria o fim do pacto colonial, mas não preconizava a abolição da escravidão:

- a) Guerras dos Emboabas.
- b) Conjura Carioca.
- c) Revolta dos Malês.
- d) Inconfidência Mineira.
- e) Revolta do Maneta.

10. (EsSA) Entre as tentativas de Emancipação Política ao final do Período Colonial, destaca-se um movimento que ocorre em 1817. Apesar de ter fracassado, foi mais importante que todos os movimentos anteriores, pois ultrapassou a fase da conspiração, e os revoltosos chegaram ao poder. Esse movimento ficou conhecido como...

- a) Revolta de Beckman.
- b) Revolução Pernambucana.
- c) Revolta de Felipe dos Santos.
- d) Revolta de Vila Rica.
- e) Revolução Farroupilha.

11. (EsSA) Os principais movimentos que refletiram a crise do sistema colonial brasileiro tiveram vários pontos em comum, mas apenas um deles discutiu a abolição da escravatura e contava com a participação das camadas mais pobres. Esse enunciado se refere à:

- a) Inconfidência Mineira.
- b) Sabinada.
- c) Confederação do Equador.
- d) Conjuração Baiana.
- e) Cabanagem.

12. (EsSA) Entre as ações empreendidas pelo governo joanino durante a permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821), NÃO É CORRETO afirmar que houve:

- a) a extinção do monopólio português sobre o comércio com o Brasil.
- b) a concessão de vantagens econômicas aos comerciantes ingleses.
- c) a suspensão do tráfico intercontinental de escravos.
- d) a efetivação de uma política de expansão territorial.
- e) a elevação do Brasil à condição de reino.

13. (EsSA) A transferência da Corte de D. João VI para a colônia portuguesa teve apoio do governo britânico, uma vez que:

- a) Portugal negociou o domínio luso na Península Ibérica com a Inglaterra, em troca de proteção estratégica e bélica na longa viagem marítima ao Brasil.
- b) Em meio à crescente Revolução Industrial, os negociantes ingleses precisavam expandir seus mercados rumo às Américas, já que o europeu era insuficiente.
- c) O bloqueio continental imposto por Napoleão fechou o comércio inglês com o continente europeu; a instalação do governo luso no Brasil propiciou a retomada dos negócios luso-anglicanos.
- d) O exército napoleônico invadiu Portugal visando instituir o regime democrático republicano de paz e comércio, em franca oposição ao expansionismo da monarquia britânica.
- e) Os ingleses pretendiam consolidar novos mercados na América Portuguesa, tendo em vista antigas afinidades socioculturais com os ibéricos.

14. (EsSA) O Brasil foi colonizado com a ajuda marcante da Igreja Católica. Algumas rebeliões coloniais contaram com a participação ativa de membros do clero católico liberal.

Entre elas destacam-se a:

- a) Guerra dos Emboabas
- b) Revolta dos Alfaiates
- c) Guerra dos Mascates
- d) Revolução de 1817
- e) Inconfidência Mineira

15. (EsSA) Acerca da Inconfidência Mineira (1789), é correto afirmar que:

- a) a Coroa Portuguesa, diante da possível vitória do movimento, negociou com os inconfidentes e propôs a anistia total aos revoltosos.
- b) o projeto dos inconfidentes, com o objetivo de deslocar mão de obra para as minas, incluía o fechamento de engenhos e de fábricas de tecidos.
- c) a maior parte da direção do movimento era formada por pessoas pobres, e em suas propostas havia a defesa da extinção da propriedade privada.
- d) a rebelião ocorreu em um contexto no qual acontecia a diminuição da produção do ouro e o aumento na cobrança de imposto por parte da Coroa Portuguesa.
- e) a introdução do trabalho livre em substituição à mão de obra escrava e a indenização aos grandes proprietários escravagistas era defendida pelos inconfidentes.

16. (EsSA) A primeira constituição do Brasil, de 1824, estabelecia uma organização do sistema político em quatro poderes. Além dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, havia o poder:

- a) Absoluto.
- b) Hierárquico.
- c) Moderador.
- d) Régio.
- e) Patriarcal.

17. (EsSA) Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Na prática:

- a) foi a causa da Inconfidência Mineira.
- b) nada significou para o Brasil.
- c) provocou enorme satisfação em Portugal.
- d) o Brasil volta à condição de colônia.
- e) o Brasil adquiria autonomia administrativa.

18. (EsSA) O Alvará de 1º de abril de 1808 revogou o Alvará de 1785 de D. Maria I, que proibia a manufatura na colônia. O Brasil estava autorizado a desenvolver manufaturas. Contudo havia dois fatores que se tornaram um obstáculo ao desenvolvimento da indústria brasileira, os quais eram o/a (os/as)

- a) escravidão e concorrência inglesa.
- b) interesses dos cafeicultores e pecuaristas.
- c) interesses dos mineradores e dos produtores de açúcar.
- d) concorrência holandesa e os interesses dos cafeicultores.
- e) concorrência dos EUA e interesses dos produtores de café.

19. (EsSA) As lutas do período colonial são divididas em Revoltas Nativistas e Revoltas Emancipacionistas. Entre essas últimas podemos incluir a

- a) Revolta de Vila Rica.
- b) Revolta de Palmares.
- c) Revolta dos Alfaiates.
- d) Revolta dos Mascates.
- e) Revolta de Amador Bueno.

20. (EsSA) A respeito da Inconfidência Mineira, ocorrida no Brasil Colônia em 1789, pode ser afirmado com correção que

- a) a extinção da escravidão no Brasil era defendida pelo movimento inconfidente.
- b) entre os projetos dos inconfidentes estava o fechamento dos engenhos e minas.
- c) a coroa portuguesa propôs a anistia de todos os revoltosos e o perdão das dívidas em troca da rendição incondicional dos inconfidentes.
- d) a rebelião foi desencadeada em um contexto marcado pela diminuição da produção aurífera e o aumento da cobrança de impostos.
- e) as lideranças do movimento defendiam a extinção da propriedade privada.

21. (EsSA) A política externa de D. João VI, quando imperador do Brasil, determinou que se realizassem ações militares em territórios vizinhos ao Brasil. Esses territórios foram a

- a) Guiana Francesa e a França Antártica.
- b) Guiana Inglesa e a Província Cisplatina.
- c) Guiana Francesa e a Província Cisplatina.
- d) Guiana Inglesa e a França Antártica.
- e) Guiana Francesa e a Guiana Inglesa.

22. (EsSA) Em 1831, durante o Período Regencial, em resposta às agitações militares e populares, criou-se pelos moderados o (a)

- a) Guarda Nacional.
- b) Conselho de Estado.
- c) Clube da Maioridade.
- d) Regência Una de Feijó.
- e) Código do Processo Criminal.

Gabarito:

- | | | | | |
|-------|-------|-------|-------|--------|
| 01. b | 02. e | 03. a | 04. b | 05. c |
| 06. a | 07. c | 08. e | 09. d | 10. b |
| 11. d | 12. c | 13. c | 14. d | 15. d |
| 16. c | 17. e | 18. a | 19. c | 20. d, |
| 21. c | 22.a | | | |

ANOTAÇÕES

Capítulo 4

SEGUNDO REINADO (1840 – 1889)

Fases do governo pessoal de D. Pedro II

A primeira fase (1840 – 1850) compreende o período da pacificação interna, ocasião em que se efetua a hegemonia do café e se restabelece o poder do Sudeste, contra as revoltas liberais de São Paulo e Minas (1842). Finaliza-se a Revolução Farroupilha (1845) e surge a Insurreição Praieira (1848). Estabelece-se, ainda, o protecionismo alfandegário, com as tarifas Alves Branco (1844).

Na pacificação interna destacou-se Luís Alves de Lima e Silva. Pelos relevantes serviços prestados ao Império (na pacificação interna e nas lutas externas) foi promovido a Marechal e elevado a Duque (Duque de Caxias).

A segunda fase (1850 – 1870) assinala o período de apogeu do Império graças a expansão da lavoura cafeeira, a efetivação do parlamentarismo, o envolvimento do Império na Região Platina entre (1852 – 1870 (Uruguai, Argentina e Paraguai) e os empreendimentos de Mauá.

A terceira fase (1870 – 1889) assinala o período de declínio do Império: o sistema político monárquico perde o apoio dos cafeicultores do vale do Paraíba, em decadência, o que tem como consequência a futura Abolição.

As Revoltas Liberais de 1842

A revolta dos liberais pretendia, na realidade, impedir a ascensão dos conservadores ao poder. Ela começou em Sorocaba (SP), sob a liderança do Padre Feijó, a participação do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

Depois, em Barbacena, Minas Gerais, foi chefiada por Teófilo Otoni e apoiada por José Feliciano Pinto Coelho e Limpo de Abreu.

Os revolucionários nomearam presidentes revolucionários para as províncias: para São Paulo, o Brigadeiro Tobias de Aguiar e José Feliciano Pinto Coelho da Cunha para Minas Gerais.

O Barão de Caxias, escolhido para reprimir a rebelião, enviou um destaque ao comando do Coronel Amorim Bezerra, que aniquilou os rebeldes paulistas em Venda Grande.

Os rebeldes mineiros foram derrotados por Caxias em Santa Luzia, tendo contado com a ajuda do seu irmão, o Barão de Tocantins (Coronel José Joaquim de Lima e Silva).

Vencidos, os principais implicados foram presos. Em 1844, com a nomeação de um Ministério liberal, os revoltosos foram anistiados.

A Praieira – Pernambuco (1848 – 1850)

Esta revolta, antes de ser uma simples reação dos liberais aos conservadores, foi uma das mais significativas revoltas sociais do Brasil. Teve a participação das camadas mais humildes da população pernambucana e encerrou o período de intensa

agitação iniciada nas Regências.

Causas da Insurreição Praieira:

- causa imediata: nomeação, para a presidência da província, de um conservador. Isso ocasionou a revolta da ala urbana do partido liberal (Partido da Praia);
- a tensa situação social de Pernambuco. Alguns proprietários rurais controlavam toda a riqueza local;
- nas cidades, especialmente Recife, havia uma burguesia comercial rica e poderosa
- a intensa agitação antilusitana surgiu por causa do controle do comércio de Pernambuco pelos portugueses;
- a influência exercida pelas ideias do socialismo utópico europeu no “Partido da Praia”.

Principais eventos

- O líder praieiro Antonio Chichorro da Gama assumiu a presidência da Província em 1845. Com a queda do Ministério Liberal e a nomeação de um presidente conservador pra a província (Herculano Ferreira Pena), os praieiros se revoltaram (07 Nov.1848) sob a chefia do deputado Joaquim Nunes Machado, que contou com o auxílio do capitão Pedro Ivo (herói lendário), Antonio Veloso da Silveira e Borges da Fonseca.
- A Província foi pacificada por Manuel Vieira Tosta (novo presidente) e pelo Brigadeiro José Joaquim Coelho (comandante das armas). Os rebeldes foram derrotados em Água Preta e Iguaraçu.

O Parlamentarismo (1847 – 1889)

Pela primeira vez o Brasil experimentou em sua história o Parlamentarismo ou Governo de Gabinete.

Em 1847 foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros também chamado de Chefe de Gabinete. O sistema tornou-se, então, parlamentarista desde esta data (1847) até a Proclamação da República (1889).

O primeiro a ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Ministros foi Manuel Alves Branco; por último foi o Visconde de Ouro Preto, que chefiou o último gabinete da Monarquia.

O Parlamentarismo brasileiro foi chamado de “Parlamentarismo às avessas” (o poder Legislativo ao invés de nomear o Executivo, estava subordinado a este).

“Política de conciliação”

Por inspiração de D. Pedro II, o Marquês de Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão) inaugurou, em 1853, a “Política da Conciliação”, período de grande progresso material para o país (1853 – 1858). Tendo falecido em 1856, o Marquês de Paraná foi substituído por Caxias.

Nesta fase as lutas partidárias pelo poder tiveram uma trégua: não havia oposição política, pois os partidos liberal e conservador formavam um só ministério (predominava o partido conservador).

Política externa

Os fatos de destaque da política externa do governo pessoal de D. Pedro II foram: questões com a Inglaterra devido ao tráfico negreiro e a Questão Christie, com o rompimento das relações diplomáticas e as campanhas na bacia platina.

A Questão Christie (1863)

Existiam rivalidades com a Inglaterra, decorrentes de assuntos alfandegários e do tráfico de escravos africanos. A inabilidade do embaixador inglês no Brasil, Willian Christie, provocou dois incidentes.

O primeiro foi o naufrágio do navio inglês “Príncipe Gales” em Albardão, no litoral do Rio Grande do Sul (fins de 1861). O carregamento foi lançado na praia e depois saqueado por desconhecidos.

O segundo constou da prisão de três oficiais ingleses da fragata “Fort” no Rio de Janeiro que, em trajes civis e embriagados, promoviam desordens na Tijuca, sendo presos pela polícia brasileira (1862).

Sob protesto, o Brasil resolveu indenizar a Inglaterra da perda da carga do navio, mas negou-se a punir os policiais. A questão do “Fort” foi levada ao arbitramento do rei Leopoldo I, da Bélgica. Seu laudo foi favorável ao Brasil e o governo inglês deveria se desculpar. Como não o fez, nosso país rompeu as relações diplomáticas (1863).

As campanhas platinas

Introdução: Entre 1851 e 1870, o Brasil empreendeu três campanhas militares e políticas na região do rio Prata.

- intervenção contra Oribe (Uruguai) e Rosas (Argentina) entre 1851/1852;
- intervenção no Uruguai com Aguirre (1864);
- guerra do Paraguai ou contra Solano Lopez (1864/1870).

Guerra do Paraguai (1864/1870)

Causas da guerra

Remota. Planos imperialistas do ditador Solano Lopez – “El Supremo” – de formar o “Grande Paraguai” que incluía Corrientes e Entre Rios (províncias argentinas), o Uruguai, o próprio Paraguai, o Rio Grande do sul e parte de Mato Grosso;

A Guerra contra Oribe e Rosas

Antecedentes. O Uruguai ficara independente em 1828 e seu primeiro presidente foi Fruitoso Rivera.

- Em 1835 subiu ao poder Manuel Oribe cujo governo caracterizou-se pela violência. Em 1836 surgiram os emblemas que caracterizavam os partidos: emblemas brancos, partidários de Oribe e emblemas vermelhos, partidários de Rivera – origem dos partidos blanco e colorado, respectivamente.
- Eram constantes os choques armados entre os colorados de Rivera, primeiro presidente uruguaio, e os blancos de Oribe (que fora eleito por influência de Rivera, mas que o traía pouco depois);

- Rivera era apoiado pelas populações rurais e Oribe tinha o apoio dos grandes comerciantes e proprietários e também do caudilho argentino João Manuel de Rosas;
- Em 1839 Oribe, derrotado, por Rivera, perdeu o poder e refugiou-se na Argentina aliando-se ao ditador Rosas, que pretendia restaurar o antigo vice-reinado do Prata através da anexação do Uruguai e o Paraguai constituindo, assim, uma Confederação Republicana sob o domínio argentino;
- Com a ajuda de Rosas, Oribe conseguiu derrotar Rivera em Arroio Grande (1842) bloqueando o porto de Montevideú, que durou 10 anos;
- A paralização deste porto prejudicou o comércio no Prata e motivou reclamações do governo inglês, francês e brasileiro;
- Rivera, apoiado por argentinos contrários ao ditador Rosas, como o general Urquiza e pelos brasileiros da Guerra dos Farrapos, continuou a luta.

Em represália, os “blancos” de Oribe atacaram as estâncias brasileiras na fronteira. Isso possibilitou a organização de “ca-lifórnia”, chefiados pelo Barão de Jacuí, para contra-atacar os seguidores de Oribe.

O Marquês de Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão) foi enviado ao Prata, tendo antes assinado um convênio contra Oribe (29 de maio de 1851), entre Brasil, Uruguai e Entre Rios (província Argentina governada pelo general Justo José Urquiza).

Objetivando manter a livre navegação no rio da Prata, o governo brasileiro nomeou Caxias presidente do Rio Grande do Sul. O almirante inglês Grenfell comandou a esquadra brasileira e, isolou Oribe e Rosas. As tropas de Caxias tendo se aliado às de Rivera e às de Urquiza, derrotaram Oribe em Passo Molino (1851) e entregaram o governo aos colorados.

Rosas declarou guerra aos aliados. O Marquês de Paraná cujo secretário era Paranhos (depois Visconde do Rio Branco), fez aliança com o Uruguai, Entre Rios e Corrientes, contra Rosas (21 nov 1851). As forças aliadas foram transportadas pela esquadra comandada por Grenfell que força a Passagem de Tonelero (1851).

Tende Grenfell subido o rio Paraná, os brasileiros comandados pelo Gen. Manuel Marques de Souza (depois Conde de Porto Alegre) derrotaram os argentinos na Batalha de Monte Caseros ou Morón (03 fev. 1852).

Rosas foi deposto (conseguiu fugir para a Inglaterra onde morreu em 1877) e o governo argentino foi entregue ao Gal. Urquiza.

Caxias foi promovido a Tenente General e a Marquês.

Guerra contra Aguirre (Uruguai 1864 – 1865)

Antecedentes. A luta entre “colorados” e “blancos” prosseguia, ocasionando uma anarquia no Uruguai. Em 1863, o general Venâncio Flores, do Partido Colorado, que se encontrava na Argentina, desembarcou no Uruguai e organizou um exército para depor o presidente Bernardo Berro, do partido blanco. Este, por sua vez, resistiu até 1864, sendo substituído por Aguirre, um dos chefes dos blancos.

Causas

A luta entre Aguirre (blanco) e Flores (colorado) repercutia nas fronteiras do Brasil, na medida em que os partidários de Aguirre invadiam o Rio Grande do Sul, saqueando as estâncias gaúchas e roubando gado.

Não sendo atendidos em suas reclamações pelo governo brasileiro, os estancieiros gaúchos organizaram novas “califórnia” e invadiram também o território uruguaio.

Em 1864, o governo imperial enviou o conselheiro José Antonio Saraiva (“missão Saraiva”) visando equilibrar a situação na região platina. Foi mal recebida por Aguirre que não aceitou pagar as indenizações aos brasileiros e punir os responsáveis pelos assaltos às fazendas gaúchas.

A luta

Em vista disso, o conselheiro Saraiva enviou de Buenos Aires um ultimato ao presidente do Uruguai (Aguirre): o Brasil interviria no Uruguai caso as suas reclamações não fossem atendidas. Confiando na promessa do ditador Solano Lopes de que o Uruguai teria apoio militar do Paraguai, Aguirre devolveu o ultimato e rompeu relações diplomáticas com o Brasil.

O vice-almirante Tamandaré (Joaquim Marques Lisboa), iniciou represálias contra o Uruguai, bloqueando os pontos fluviais de Salto e Paissandu. Logo depois assinou com Venâncio Flores o acordo secreto de Santa Lúcia.

O Gal. João Propício Mena Barreto com suas forças entrou no Departamento de Serro Largo. Em seguida, tomou Paissandu, que era defendida pelas tropas do Coronel Leandro Gómez.

As tropas imperiais comandadas por Mena Barreto, aliadas as tropas de Venâncio Flores e auxiliadas por Tamandaré, cercaram Montevideú. Aguirre passou, então, o governo ao presidente do Senado Tomás Villalba que aceitava a derrota e assinou a paz com o Brasil.

Em fevereiro de 1865, Venâncio Flores subiu ao poder e se comprometeu a prestar total cooperação ao Brasil na Guerra contra o Paraguai, que já havia iniciado.

Consequência: guerra contra Solano Lopes (Paraguai).

Guerra do Paraguai (1864 – 1870)

Antecedentes

O Paraguai tornou-se país independente em 1811. Em 1814 José Francia tornou-se ditador e isolou o Paraguai.

Em 1824 o Brasil reconheceu a independência do Paraguai. Uma das características marcantes desse país desde a sua independência foi a sucessão de governos ditatoriais; o Paraguai também sempre procurou se isolar dos conflitos platinos até a subida de Solano Lopes ao poder.

Em 1862 Solano Lopez assumiu o governo paraguaio e preparou o país para a guerra. Tendo sido educado na França de Napoleão III, de quem era admirador, sofreu forte influência militarista, bem como de Elisa Alice Linch, sua companheira.

Até então, as relações entre o Brasil e Paraguai eram pacíficas, exceto algumas disputas territoriais. O Brasil para atingir a Província de Mato Grosso necessitava da livre navegação do rio Paraguai.

Causas da Guerra

Remota. Planos imperialistas do ditador Solano Lopez – “El Supremo” – de formar o “Grande Paraguai” que incluía Corrientes e Entre Rios (províncias argentinas), o Uruguai, o próprio Paraguai, o Rio Grande do Sul e parte do Mato Grosso.

Próxima. Intervenção brasileira no Uruguai contra Aguirre.

Imediata. O apresamento do navio brasileiro Marquês de Olinda e a invasão de Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

A guerra

Solano Lopez em três anos desenvolveu o comércio, estabeleceu o serviço militar obrigatório, abriu fábricas de armas e pólvora e reaparelhou a Marinha. O efetivo do Exército atingiu 80.000 soldados.

Sem declaração de guerra Lopez determinou o apresamento do navio brasileiro “Marquês de Olinda”, no rio Paraguai, que se dirigia a Mato Grosso levando o presidente daquela província, Coronel Frederico Carneiro de Campos (11 nov 1864).

Logo em seguida os paraguaios invadiram Mato Grosso conquistando:

- a colônia militar dos Dourados, defendida pelo Ten. Antonio João (“Leônidas Brasileiro”);
- o forte de Nova Coimbra, defendido pelo Tenente-Coronel Hermenegildo Porto Carreiro.

Para ganhar uma saída para o oceano Atlântico, as tropas paraguaias sob o comando de Estigarriba dirigiram-se para o sul a fim de juntar-se às de Aguirre. Para chegar ao Prata, teriam de passar em território argentino (Corrientes) e, assim, tomariam o Rio Grande do Sul e o Uruguai.

A permissão pedida por Lopez ao governo argentino foi negado. Os paraguaios invadiram então a província de Corrientes, o que levou a Argentina a firmar com o Brasil o Tratado da Tríplice Aliança (1º maio 1865).

A Guerra do Paraguai desenvolveu-se em três fases distintas: ao comando de Mitre, da Argentina (1ª fase); de Caxias, do Brasil (2ª e principal fase) e; ao comando do Conde D’Eu, do Brasil (3ª e última fase).

Na 1ª fase as tropas estavam ao comando do General Bartolomeu Mitre, presidente da Confederação Argentina. O comandante das tropas brasileiras era o Marechal Manoel Luiz Osório (Marquês de Herval).

Os aliados nesta fase, alcançaram diversas vitórias: Riachuelo, rendição de Uruguaiana e Tuiuti.

A batalha de Riachuelo (11 de junho de 1865), o mais importante encontro naval da América do Sul, foi travada entre a esquadra brasileira comandada pelo chefe de Divisão Almirante Francisco Manuel Barroso da Silva e a paraguaia do Comandante Mena. Barroso nesta oportunidade mandou içar o sinal “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever.”

Na batalha de Riachuelo o marinheiro Marcílio Dias e o guarda-marinha Greenhaalg cobriram-se de glórias. Barroso recebeu o título de Barão do Amazonas.

Barroso conseguiu vencer a marinha paraguaia em Riachuelo cortando, assim, as comunicações com o general paraguaio Estigarribia que estava atacando o Rio Grande do Sul. Este rendeu-se em Uruguaiana aos brasileiros que obedeciam ao comando de Manuel Marques e Souza, na presença do Imperador D. Pedro II (a retirada de Estigarribia fora impedida por pequena esquadilha comandada por Floriano Peixoto).

A guerra deslocou-se para o território paraguaio. Os aliados após haverem ocupado o forte de Itapiru (ação de Vilagran Cabrita, patrono da Engenharia), derrotaram os paraguaios por duas vezes em Confluência e entraram no Paraguai pelo Paso de la Pátria.

O Marechal Luís Osório derrotou os paraguaios em Estero Belaco e em Tuiuti (24 de maio de 1866). Esta foi a maior batalha campal (terrestre) da América, que deixou um saldo de 10.000 mortos, onde se distinguiram o Brigadeiro Antonio Sampaio (Patrono da Infantaria), o Coronel Emílio Luiz Mallet (Barão de Itapevi, Patrono da Artilharia). Os aliados foram derrotados em Curupaiti (maior derrota dos aliados na guerra).

As divergências entre Osório (Comandante das tropas brasileiras) e o presidente argentino Mitre que era contra a perseguição aos paraguaios, levou o governo a substituir Osório, pelo Marquês de Caxias.

Osório, já doente, passou o comando ao General Polidoro Quintanilha da Fonseca Jordão. Mitre (da Argentina) e Flores (do Uruguai) com suas forças retiram-se da guerra para resolver problemas internos em seus países, deixando ao Brasil a responsabilidade de combater Lopez.

Em 1867 foi organizada uma expedição em Minas Gerais com o objetivo de libertar Mato Grosso.

Esta coluna teve de se retirar do território paraguaio (“Retirada de Laguna”) atacadas pelas forças de Lopez. Celebraram-se neste episódio o Coronel Carlos de Moraes Camisão e o Guia Lopes (José Francisco Lopes), tendo este fato sido narrado pelo Visconde de Taunay (Alfredo d’Escragolle Taunay) no livro “A Retirada de Laguna”.

Na segunda fase Caxias assumiu o comando (1866). Tamarandé foi substituído no comando da esquadra pelo Visconde de Inhaúma (Joaquim José Inácio).

Caxias reorganizou o exército, providenciou mais armamentos e suprimentos, melhorou o nível das operações militares e observou o campo inimigo através de balões.

Caxias empreendeu a “Marcha do Flanco” ocasião em que os paraguaios são derrotados na segunda batalha de Tuiuti (03 de novembro 1867) e a esquadra força a passagem de Curupaiti.

Os navios brasileiros sob o comando de Delfim Carlos de Carvalho (Barão de Passagem), forçaram a passagem. Assim, a fortaleza de Humaitá foi abandonada e ocupada (1867), constituindo-se numa grande vitória das forças brasileiras.

A travessia do Chaco é realizada por Caxias: Lopez fortificou-se em Piquiciri. Caxias mandou Argolo abrir a estrada do Chaco, na margem direita do Paraguai. O Exército após atravessar o

Chaco, passou ao Paraguai, em Santo Antônio, dirigindo-se, então contra as forças de Lopez.

Em dezembro de 1868 Caxias obteve sucessivas vitórias (“Dezembrada”): venceu as forças do General Caballero, na ponte de Itororó (“Sigam-me os que forem brasileiros”), bem como nas batalhas de Avaí (onde foi ferido), Lomas Valentinas e Angustura. Na batalha de Avaí destacou-se o General Andrades Neves, Barão do Triunfo (“o bravo dos brasileiros”).

Em 05 de Janeiro de 1869 o exército brasileiro ao comando de Caxias ocupou Assunção, capital do Paraguai. Passou o comando das tropas ao General Guilherme Xavier de Souza e retirou-se.

Na terceira e última fase de guerra do Paraguai (“Campanha das Cordilheiras”) o comando das forças brasileiras esteve com o Conde D’Eu, Marechal Gastão de Orleans e Brangança, que realizou violenta perseguição a Solano Lopez. Este organizara novo exército e estabeleceu a capital em Peribeubí.

Travaram-se as batalhas de Peribeubí, (onde morreu o General Mena Barreto) e a de Campo Grande ou Nhuguachu. No combate de Serro Corá (1º de março de 1870) o ditador paraguaio Solano Lopez foi morto pelas tropas do General José Antonio Correia da Câmara (segundo a tradição teria sido morto pelo Cabo José Francisco Lacerda, vulgo “Chico Diabo”).

Principais consequências da Guerra do Paraguai:

- **ruína do Paraguai** (as dívidas deste país foram perdoadas, em 1943, por Getúlio Vargas;
- sua industrialização paralizou, passando a viver basicamente da agricultura;
- mais de 50% da população masculina foi dizimada pela guerra;
- o Império Brasileiro ficou desprestigiado perante opinião pública mundial: por ter lutado com dois países contra o Paraguai e por ainda manter o trabalho escravo (o único ao lado de Cuba que ainda mantinha a escravidão);
- **fortalecimento do Exército brasileiro como instituição e força política atuante.** Ao término da guerra, temos um Exército vitorioso, modernizado, popular, em cujas fileiras predominavam ex-escravos e outras pessoas de baixo nível social e econômico que se agarraram ao Exército como forma de ascensão social. A desmobilização destes criou problemas, pois o governo imperial desejava neutralizar esta nova força que surgia;
- **os militares**, especialmente os jovens oficiais das camadas baixas e médias da população, eram contra o Império escravista e **aderiram aos ideais abolicionistas e republicanos;**
- Tratado de paz e liberdade entre o Brasil e o Paraguai (esse país não perdeu nenhum território, mas ficou endividado com o Brasil);
- afetou nossa economia na medida em que o Brasil teve de contrair vários empréstimos externos para manter o equilíbrio financeiro, além de ter-nos custado milhares de vidas.
- o Visconde de Rio Branco organizou um governo no Paraguai, que a pedido do Conde D’Eu aboliu a escravatura.

As transformações econômicas (1850 – 1889)

Na segunda metade do século XIX, o Brasil conseguiu sair da crise econômica que se arrastava desde o 1º Império.

Passou a conhecer um processo de modernização e urbanização; desenvolveram-se os meios de transportes e comunicações; ampliou-se o sistema de crédito, com bancos, caixas econômicas, companhias de investimentos, surgiram companhias de navegação, de bonde e de iluminação a gás; implantaram-se indústrias no país; ampliou-se o mercado consumidor interno com a imigração, etc.

No segundo Reinado, o Brasil foi o maior produtor mundial de café. Nessa época, as regiões onde a lavoura mais se desenvolveu foram: Vale do Paraíba do Sul (Província do Rio de Janeiro), São Paulo, Minas Gerais (Juiz de Fora) e Espírito Santo.

A importação interna de negro do Nordeste decadente para os ricos cafezais não foi suficiente para atender a expansão desta nova lavoura. Surgiu, então o problema da mão-de-obra.

A mão-de-obra para atender nossa atividade agrícola (café), e mesmo timidamente industrial exigia novos contingentes de trabalhadores. A solução encontrada para este problema foi através da introdução do imigrante, que irá marcar a transição para o trabalho assalariado. Alemães, italianos e europeus da parte central da Europa começaram a vir para nosso país, dando importante contribuição étnica e cultural.

AS EXPORTAÇÕES 1831 - 1890

1831 - 1840		1861 - 1870	
café	48,8 %	café	45,5 %
açúcar	24,0 %	açúcar	12,3 %
algodão	10,8 %	algodão	6,2 %
cacau	0,6 %	cacau	0,9 %
borracha	0,3 %	borracha	3,1 %
fumo	1,9 %	fumo	3,0 %
erva-mate	0,9 %	erva-mate	1,2 %
couros e peles	7,9 %	couros e peles	6,0 %
1841 - 1850		1871 - 1880	
café	41,4 %	café	56,6 %
açúcar	26,7 %	açúcar	11,8 %
algodão	7,5 %	algodão	18,3 %
cacau	1,0 %	cacau	1,2 %
borracha	0,4 %	borracha	5,5 %
fumo	1,8 %	fumo	3,4 %
erva-mate	0,9 %	erva-mate	1,5 %
couros e peles	8,5 %	couros e peles	5,6 %
1851 - 1860		1881 - 1890	
café	48,8 %	café	61,5 %
açúcar	21,2 %	açúcar	9,9 %
algodão	7,5 %	algodão	4,2 %
cacau	1,0 %	cacau	—
borracha	2,3 %	borracha	8,0 %
fumo	2,6 %	fumo	—
erva-mate	1,6 %	erva-mate	—
couros e peles	7,2 %	couros e peles	3,2 %

(N.W.Sodré – História do Burg. Brasileira p.62 e 104)

Desenvolvimento industrial

Introdução. As primeiras tentativas de se implantar indústrias no Brasil depois do Alvará de liberdade industrial (1º abr 1808), decretado pelo Príncipe D. João, fracassaram.

Diversos fatores estão relacionados com a industrialização brasileira a partir da segunda metade do século XIX:

- a extinção do tráfico negreiro em 1850;
- as tarifas Alves Branco. Em 1844 muitas fábricas foram instaladas no Brasil devido ao “protecionismo”;
- aumento do mercado consumidor interno.
- As exportações de café.

No século XIX a indústria brasileira estava em fase de formação, onde predominava a indústria têxtil (principal) representada pela fiação e tecelagem, seguida pelos produtos alimentícios e açucareira. A verdadeira “industrialização” do Brasil só ocorreria no século XX.

Mauá e o progresso material do Império

Muitas empresas não agrícolas surgiram no Brasil em meados do século XIX.

Segundo Caio Prado Júnior, de 1850 a 1860, fundam-se 19 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás, 8 estradas-de-ferro.

Dentre os empresários da época, a principal figura de nossa economia na fase imperial foi inegavelmente Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá.

Graças a Mauá houve grande progresso material durante o Segundo Império: na indústria, nos meios de transportes, comunicações e serviços urbanos (iluminação a gás, abastecimento de água, bondes, etc.)

Imigração

Teve início em 1818 quando D. João VI financiou a vinda de colonos suíços (católicos) que fundaram, na fazenda do Queimado (Cantagalo) a colônia de Nova Friburgo, na província Fluminense.

Em 1824, graças a iniciativa da esposa de D. Pedro I, D. Maria Leopoldina, é fundada por alemães a colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Em 1840, o Senador Vergueiro, pioneiro na imigração trouxe para São Paulo portugueses do Minho da Limeira. Esta experiência fracassou devido à sua participação na Revolta Liberal de 1842, em São Paulo.

Em 1847, o Senador Vergueiro, já como Ministro da Justiça, patrocinou a vinda de imigrantes alemães (italianos) para trabalhar em sua fazenda em Ibicaba (SP) através do “Sistema de Parceria”. Este sistema fracassou porque cada vez mais os colonos iam se endividando na terra que trabalhavam como meeiro, sujeitando-se a um regime de semi-escravidão. Devido a revolta dos colonos em Ibicaba (1857), com repercussão externa, o governo alemão proibiu a saída de seus súditos para o Brasil.

Com o fracasso das antigas fórmulas de trabalho, alguns fazendeiros optaram pelo trabalho assalariado, estipulavam um pagamento mensal ou um preço fixo por alqueire trabalhado.

O movimento abolicionista

O tráfico negreiro constituiu-se num comércio altamente lucrativo para os interesses da Coroa, pois era fonte de renda para o Tesouro Real.

Em 1850 o governo brasileiro, através de seu ministro da Justiça Euzébio de Queiroz, resolveu acabar com o tráfico de escravos: é a Lei Euzébio de Queiroz.

Em virtude de continuar entrando negros escravos no país, mesmo após 1850, foi posta em execução a Lei Nabuco de Araújo que reforçou a anterior, impondo uma rígida fiscalização policial e severas penas aos traficantes. A última tentativa de desembarque de escravos africanos ocorreu no litoral de Pernambuco em 1855.

A campanha abolicionista

Para muitos fazendeiros o trabalho assalariado era mais vantajoso por ser mais produtivo e menos arriscado no emprego do capital.

Para a economia cafeeira, o assalariado tinha dupla importância: na expansão dos cafezais e na formação de um dinâmico mercado consumidor interno.

Em 1870, com o término da guerra do Paraguai, ocorreu a segunda fase da campanha abolicionista.

Nesta campanha destacaram-se grandes personagens da vida política e intelectual como Luís Gama, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio (“Tigre da Abolição”), Rui Barbosa, Castro Alves (“Poeta dos Escravos”), Tobias Barreto, José Mariano, João Clapp e outros. Rui Barbosa proclamou a ilegalidade de escravidão baseando-se na lei de 07 de nov de 1831.

Lei do Ventre Livre ou Rio Branco

Esta lei foi aprovada no gabinete conservador chefiado pelo Visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos em 28 de setembro de 1871), tendo sido assinada pela Princesa Isabel (Regente do Trono). Concedia liberdade aos filhos de mãe escrava nascidos a contar da promulgação da lei.

Lei Saraiva-Cotegipe ou dos Sexagenários (1885)

Concedia a alforria (liberdade) aos escravos negros que contassem mais de 65 anos de idade; era mais uma medida de pequena importância.

Lei Áurea (1888)

A Lei que aboliu definitivamente a escravidão no Brasil foi apresentada por Rodrigo A. Silva, aprovada no Gabinete conservador de João Alfredo e assinada pela Princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888: é a chamada Lei Áurea.

Consequência da abolição

- Crise econômica para a Província do Rio de Janeiro, maior produtora de café, que cedeu lugar a São Paulo;
- Mudança do eixo da economia nacional e, consequentemente, o da política do Vale do Paraíba do Sul fluminense (escravista) para o Oeste Paulista (mão-de-obra assalariada).
- Prejuízo dos fazendeiros

Queda do Império

A queda do Império e o advento da República foi uma consequência direta das transformações econômicas e sociais ocorridas a partir da segunda metade do século XIX.

É dentro deste contexto de mudanças que muitos autores consideram as causas do fim da monarquia no Brasil: Questão Escravocrata, Questão Religiosa e Questão Militar.

A Questão Escravocrata ou Servil, vista anteriormente, está ligada à abolição da escravidão sem a indenização esperada pelos proprietários de escravos.

A Questão Religiosa ou Episcopo-Maçônica

Tem suas raízes nos direitos do governo imperial, (poder temporal) de intervir em assuntos eclesiásticos (poder espiritual) através do padroado e beneficência.

A Questão Militar

Após a Guerra do Paraguai o Exército tornou-se importante força e desejava ter maior participação na vida política do país. Daí, a luta entre o militar (“homem-de-farda”) e o político (“homem-de-casaca”).

Influenciados pelo Positivismo onde o grande expoente era o professor Benjamin Constant, os militares foram assumindo posições em favor do abolicionismo ou mesmo da ideia republicana. Isto ocasionava constantes choques políticos.

Diversos incidentes ocorreram entre oficiais do Exército e o governo imperial, após a Guerra do Paraguai. O problema se agravou quando o governo quis punir os militares que desobedeceram à proibição de falar assuntos políticos em público, tais como:

- em 1882 com o Coronel Frias Vilar;
- em 1883 com o Tenente-Coronel Sena Madureira;
- em 1886 com o Coronel Cunha Matos;
- em 1889 com o Tenente Pedro Carolino.

A propaganda republicana

As ideias republicanas foram rapidamente divulgadas e, em várias províncias, após 1870, surgiram diversos partidos republicanos. O mais importante destes e que terá papel de fundamental importância na proclamação foi o Partido Republicano Paulista (PRP), cujas origens estão ligadas à Convenção de Itu (SP) em 1873.

A Proclamação da República

Entre 1870/1889, fase de declínio do Império, surgem as crises que irão abalar o regime monárquico.

A propaganda republicana entre os militares foi intensa, destacando-se **Benjamin Constant**, professor da Escola Militar, que divulgava as ideias de uma República Positivista.

Os principais nomes da propaganda republicana, foram: Benjamin Constant (principal), Lopes Trovão, Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, Saldanha Marinho, etc.

Governo Provisório (1889 – 1891)

Após a Proclamação da República foi instituído um Governo Provisório sob a Presidência de Deodoro da Fonseca.

As principais figuras deste Ministério eram, sem dúvida, Rui Barbosa e Benjamin Constant.

Realizações importantes do Governo Provisório Republicano:

- nomeação de interventores, especialmente militares, para governar os Estados;
- dissolução da Câmara e extinção da vitaliciedade do Senado;
- expulsão da família imperial do Brasil;
- a liberdade de culto, a separação da Igreja Católica do Estado; a instituição do casamento civil obrigatório;
- a criação da Bandeira republicana (19 de novembro) com o lema “Ordem e Progresso”;
- a “Grande Naturalização”: decretou-se que todo estrangeiro residente no Brasil passaria a ser brasileiro, com exceção daqueles que reusessem o contrário;
- a elaboração da primeira Constituição republicana;
- as Províncias tornaram-se Estados, formando o conjunto os “Estados Unidos do Brasil”;
- a crise econômica do “Encilhamento”, ocasionada pela política financeira de Rui Barbosa (Ministro da Fazenda). Esta política, que consistia em fomentar (favorecer) o crédito, através da emissão de moeda sem lastro-ouro, permitiu uma especulação desenfreada que culminou em grande depressão (crise).
- a sede do governo passou a se chamar Distrito Federal;
- a dissolução das Assembleias Provinciais e das Câmaras Municipais.

EXERCÍCIOS

01. “De 1831 a 1840, o Brasil vivenciou um período (...) em que diferentes grupos disputavam o poder. Como resultado, instalou-se um clima de grande instabilidade que propiciou a irrupção de conflitos em inúmeros pontos do país.” (KOSHIBA; PEREIRA, 2003).

A cabanagem foi um dos conflitos ocorrido nesse período.

Assinale a alternativa que corresponde a tal conflito:

- a) Ocorreu no atual estado do Rio Grande do Sul, liderado pelos criadores de gado das fronteiras com o Uruguai.
- b) Foi planejado e contava com participantes que haviam tido experiências anteriores de combates na África; e objetivava promover a independência de Salvador e do Recôncavo Baiano.
- c) Foi um movimento conduzido por camadas populares do atual estado do Pará, que viviam marginalizadas na Região Amazônica.
- d) Foi uma rebelião contra o poder central, ocorrida na Bahia, e que contava com a camada média da sociedade baiana.
- e) Ocorreu no atual estado do Maranhão e foi conduzida por um grupo de vaqueiros que visava combater os privilégios dos cidadãos de origem portuguesa e o absolutismo de D. Pedro.

02. (Durante o Segundo Reinado no Brasil, surgiu em Pernambuco, no ano de 1848, um movimento popular que uniu “pessoas de várias tendências, sobretudo progressistas, inconformadas com o quadro político-social de sua província”. (BARBEIRO; CANTELE; SCHNEEBERGER, 2005, p. 347).

Tal movimento é conhecido como a

- a) Revolta dos Mascates.
- b) Cabanagem
- c) Sabinada.
- d) Revolução Praieira.
- e) Balaiada.

03. A participação do Exército Brasileiro, com respaldo em seu prestígio, foi fundamental para a queda do Império e, conseqüentemente, para a proclamação da República.

O fato que mais contribuiu para o aumento do prestígio militar, no final do Século XIX, foi a:

- a) Guerra da Tríplice Aliança.
- b) Questão escravocrata.
- c) Intervenção contra Aguirre.
- d) Questão Christie.
- e) Intervenção contra Rosas e Oribe.

04. Na província do Rio Grande do Sul, durante o Segundo Reinado, entre os anos de 1835 a 1845, ocorreu a mais longa revolução da história brasileira: a Revolução Farroupilha, também conhecida como Guerra dos Farrapos. Vários são seus motivos, dentre os quais destacamos o econômico, que foi ocasionado pela:

- a) crise da cana de açúcar nos territórios gaúchos.
- b) queda do preço da erva-mate no mercado internacional.
- c) exploração de jazidas em outros estados.
- d) taxa elevada do charque no mercado interno.
- e) baixa cotação da carne suína no mercado externo.

05. O fim do Império Brasileiro foi marcado por contestações ao regime como, por exemplo, a campanha abolicionista e a campanha republicana. Paralelamente, ocorreram duas outras causas da queda da monarquia: a relação Padroado-Maçonaria e as ideias criadas pelo francês Auguste Comte, corrente filosófica chamada de Positivismo. Esses dois conjuntos geraram, respectivamente, a:

- crise de sucessão do terceiro imperador e a censura dos livros de filosofia.
- perseguição às sociedades secretas e o Problema Servil.
- Corrente Nacionalista e a rejeição do Conde D'Eu como novo monarca.
- Questão Religiosa e a Questão Militar.
- crise do Benelácito e a queda do Gabinete Liberal.

06. (EsSA) Foi fator motivador da Confederação do Equador (1824), em Pernambuco:

- a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823.
- a criação do Banco do Brasil.
- os abusos cometidos por D. João VI.
- a influência das ideias socialistas.
- a promulgação de uma Constituição com três poderes, dentre eles o Moderador..

07. (EsSA) A Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, é um dos fatos históricos mais importantes de nosso país, pois marca o fim formal do domínio político português e, sobre o desenrolar desse episódio, podemos afirmar que:

- consolidou os ideais da Inconfidência Mineira.
- marcou o início da participação popular na política brasileira.
- assinalou a predominância dos interesses ingleses, com a imediata libertação dos escravos.
- provocou profundas transformações nas estruturas econômicas e sociais do País.
- preservou os interesses básicos dos proprietários de terras e de escravos.

08. (EsSA) No processo de independência do Brasil, o grupo de Gonçalves Ledo, mais radical, formava o "Grande Oriente"; já o grupo de Bonifácio Andrada, mais conservador, fazia parte do "Apostolado". Grande Oriente e Apostolado eram nomes dos grupos que marcaram profundamente a emancipação política do país. Tais grupos eram ligados:

- à Igreja Católica.
- ao Exército.
- à Maçonaria.
- à Corte Portuguesa.

09. (EsSA) Analise as afirmações sobre o contexto histórico da Guerra do Paraguai.

- O Paraguai era governado por Francisco Solano López, e o Brasil era governado pelo imperador D. Pedro II.
- O início da guerra está ligado à invasão da Argentina por tropas brasileiras, derrubando o presidente eleito pelo Partido Blanco e colocando candidato do Partido Colorado no poder.
- Contra o Paraguai, os governos argentino, uruguaio e bra-

sileiro formaram a Tríplice Aliança.

IV. O resultado dessa guerra, para o Paraguai, foi não ter jamais se recuperado desse desastre militar; sua população masculina foi praticamente dizimada. Para o Brasil, significou o fortalecimento do Exército e a contração de novos empréstimos, aumentando a dívida externa, para compensar os gastos com a guerra.

É correto o que se apresenta em:

- I, II e III, apenas.
- I, II e IV, apenas.
- I, III e IV, apenas.
- II, III e IV, apenas.
- I, II, III e IV.

10. (EsSA) "O café é negro e o negro é o café". Sobre esta relação e a economia cafeeira, é INCORRETO afirmar que:

- A mão de obra de negros escravos impulsionou a produção de café no Brasil; mesmo após a chegada dos imigrantes, sua presença nas lavouras era forte.
- Até o período final do Império, o Vale do Paraíba foi o principal polo econômico do país.
- O Vale do Paraíba foi o primeiro a introduzir a mão de obra livre nos cafezais.
- O Oeste Paulista foi beneficiado pela presença do solo de terra roxa.
- O café definiu a feição da aristocracia rural, que mudou de senhores de engenho do Nordeste, para fazendeiros de café do Sudeste.

11. (EsSA) Todos os fatos listados aconteceram durante o Período Imperial Brasileiro (1822-1889), EXCETO:

- Cabanagem.
- Abolição da escravidão.
- Guerra do Paraguai.
- Guerra do Contestado.
- Fim do tráfico negreiro.

12. (EsSA) Leia atentamente as proposições

- Grande parte da produção artística do Segundo Reinado foi influenciada pelo Barroco.
- A partir do período regencial (1831-1840), o café já era o principal produto brasileiro de exportação.
- Com a entrada maciça de imigrantes no Brasil, a partir do século XIX, começaram a definir-se os atuais traços da população brasileira.
- O fim do tráfico negreiro foi um passo decisivo para abolição da escravatura no Brasil.

Assinale a alternativa CORRETA.

- Apenas a proposição I é falsa.
- Apenas as proposições II e III são falsas.
- Apenas as proposições I e II são falsas.
- Apenas a proposição IV é falsa.
- Apenas a proposição III é falsa.

Capítulo 5

GOVERNOS REPUBLICANOS

Principais fatos – República da Espada e República Oligárquica

Mal. Deodoro da Fonseca (1889 – 1891)

- Fechamento do Congresso Nacional com o apoio do Exército e de todos os Estados, com exceção do Pará, governado por Lauro Sodré;
- Revolta da Armada, liderada pelo Almirante Custódio de Mello.

Para evitar uma guerra civil, Deodoro renuncia, sendo substituído pelo vice-presidente Marechal Floriano Peixoto, que teve de enfrentar também a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.

Floriano Peixoto (1891 – 1894)

- Rompimento das relações diplomáticas com Portugal, em virtude do apoio dado pelos navios portugueses aos rebeldes da Marinha de Guerra;
- Repressões violentas aos revoltosos, chegando quase à ditadura;
- Floriano foi chamado de “Marechal de Ferro” e “Consolidador da República”.

Prudente de Moraes (1894 – 1898)

- Foi o primeiro Presidente civil do Brasil. Com ele iniciou-se, na República o domínio político dos fazendeiros;
- Foi solucionada a “Questão das Palmas ou Missões” com a Argentina, graças a atuação do Barão do Rio Branco. Cleveland, Presidente dos E.U.A., deu ganho de causa ao Brasil;
- Restabelecimento das relações diplomáticas com Portugal;
- Os ingleses desocuparam a Ilha de Trindade;
- Campanha de Canudos, nos sertões da Bahia, às margens do rio Vaza Barris.

O beato Antonio Conselheiro, com sua pregação de salvação para quem o seguisse, conseguiu milhares de seguidores fanáticos (“jagunços”) entre as populações miseráveis da Bahia, reunindo-os no Arraial de Canudos.

Para os sertanejos, o arraial de Canudos era a “Terra Prometida”. Para os padres e para os latifundiários, era “um reduto de fanáticos assassinos” que precisava ser destruído para o bem das “pessoas do bem”.

O governo, para atender aos interesses destes grupos e de outras “pessoas de bem”, resolveu exterminar Canudos e massacrar sua população.

O governo da Bahia tentou dispersar os jagunços e, para tanto, foram enviadas ao interior duas expedições militares. Os soldados foram vencidos pelos jagunços liderados por Pajeú e João Abade.

Foi organizada uma expedição com dez mil homens e entregue o Comando ao Ministro da Guerra, Marechal Carlos Bittencourt. Depois de três meses de cerco e munidos de canhões, os soldados invadiram o arraial. Nas palavras de Euclides da Cunha, autor do livro “Os Sertões”, que acompanhou o episódio como enviado especial do jornal O Estado de São Paulo, “Canudos não se rendeu... resistiu até o esmagamento completo, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança”.

Canudos não se rendeu, resistiu até o esgotamento completo, não foi feito um único prisioneiro. No Rio de Janeiro, o Presidente Prudente de Moraes preparava a festa da vitória.

Prudente de Moraes, primeiro presidente eleito diretamente pelo povo, passou a ser conhecido como “Pacificador da República”.

Campos Sales (1898 – 1902)

- Inaugurou a política dos Governadores ou seja, uma troca de favores entre o Presidente e os Governadores dos Estados.
- Constituiu-se num acordo ou arranjo político através do qual o Presidente consultava os governadores e não os partidos políticos. A principal consequência dessa política foi o domínio do país pelos “Grandes Estados” (São Paulo e Minas Gerais). Tendo durado até 1930, ela criou novas oligarquias estaduais e reforçou as já existentes. A força de uma oligarquia estadual era resultante do controle exercido sobre os grandes coronéis municipais, que conduziam a massa eleitoral incapacitada e impotente para participar do processo político.
- Saneamento financeiro, graças a Joaquim Murinho (Ministro da Fazenda), que aplicou uma política deflacionária (anti-inflacionária);

Firmou-se um acordo com banqueiros ingleses, conhecidos como Funding-loan, estabelecendo-se que:

- o Brasil teria direito a um empréstimo de 10 milhões de libras;
- os juros da dívida externa só começariam a ser pagos depois de três anos;
- o pagamento das dívidas teria um prazo de 13 anos para iniciar e de 63 anos para liquidá-la;
- o governo recolheria e queimaria quantidade de moeda referente ao valor do empréstimo, visando baixar o índice de inflação;
- a garantia de pagamento da dívida ficava por conta da venda da alfândega do Rio de Janeiro (e, se necessário a das demais alfândegas), às receitas da estrada de ferro

Central do Brasil e do serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro.

Além disso, o governo elevou a receita nacional, criando novos impostos e aumentando os já existentes.

Esta política de saneamento trouxe consequências positivas e negativas, no combate à inflação.

Negativas porque a redução do crédito, a elevação da taxa cambial – que resultou no barateamento dos preços dos produtos estrangeiros afetando a indústria nacional, o cancelamento das obras públicas, trouxe a consequência mais drástica, que foi o desemprego.

- **A política do Café com leite** caracterizou-se pela liderança política no país dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, através do PRP (Partido Republicano Paulista) e do PRM (Partido Republicano Mineiro) e resultou entre outras coisas, no revezamento de presidentes paulistas e mineiros, até o fim da República Velha (1930).
- **A Política do Café com Leite**, só se definiu a partir da Política dos Governadores, deixando claro o poder das grandes oligarquias paulistas e mineiras os Estados mais populosos da Federação e, portanto os possuidores do maior número de Deputados Federais no Congresso Nacional.
- **Foi solucionada a Questão do Amapá com a França**, graças ao Barão do Rio Branco. O presidente da Suíça – Walter Hauser – deu ganho de causa ao Brasil, estabelecendo o rio Oiapoque como limite entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Rodrigues Alves (1902 – 1906)

- Campos Sales indicou como candidato à sua sucessão outro grande proprietário paulista Francisco de Paula Rodrigues Alves.
- Rodrigues Alves teve a sorte de governar o Brasil na época do surto da borracha.

Ambicionando transformar o Rio de Janeiro na sala de visita do Brasil, o prefeito Pereira Passos, apoiado nas metas presidenciais iniciou a modernização do Rio de Janeiro.

Entre os principais fatos do governo de Rodrigues Alves podemos citar:

- Modernização da cidade do Rio de Janeiro, graças ao Prefeito Pereira Passos e o engenheiro Paulo de Frontin;
- Combate a febre amarela e varíola no Rio de Janeiro, através de campanhas de higiene e vacinação, pelo cientista Oswaldo Cruz, Diretor de Saúde Pública;
- Levante da Escola Militar (Rio de Janeiro) devido a instituição da lei da obrigatoriedade da vacina.
- Assinatura do Convênio de Taubaté (1906) que inaugurou a política de valorização do café entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

As principais propostas do Convênio de Taubaté eram:

- Manutenção do preço mínimo por saca;

- Compra do excedente de café pelo governo federal a fim de manter o equilíbrio entre oferta e procura;
- Criação de uma Caixa de Convenção a fim de estabilizar o Câmbio em nível baixo.

O presidente Rodrigues Alves, não aceitou as decisões do Convênio, negando-se a estabilizar o Câmbio e a proteger os cafeicultores.

- Assinatura do Tratado de Petrópolis (1903) entre o Brasil e a Bolívia, solucionando a chamada “Questão do Acre” – problema de limites (fronteira) – graças à atuação do Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores.

Governo Afonso Pena (1906 – 1909)

- O Conselheiro Afonso Pena foi o primeiro presidente mineiro. A partir dele, foi comum o revezamento entre paulistas e mineiros na Presidência da República (Política do Café-com-Leite). Criou a Caixa de Conversão, que controlava toda moeda estrangeira com entrada no país e atendia aos interesses da oligarquia cafeeira;
- Adotou como lema “Governar é povoar”. Por isso, incentivou a imigração, o que possibilitou a entrada de um milhão de estrangeiros no Brasil durante o seu governo;
- O Exército foi remodelado graças ao Ministro da Guerra Marechal Hermes da Fonseca, a Marinha também foi reaparelhada, recebendo dois modernos navios, os encouraçados São Paulo e Minas Gerais;
- No plano externo, o Brasil participou da Conferência sobre a paz em Haia, sendo brilhantemente representado por Rui Barbosa “Águia de Haia”, que defendeu os interesses dos países pobres;
- Afonso Pena faleceu em 1909, sendo substituído pelo Vice Presidente Nilo Peçanha, que completou seu mandato.

Nilo Peçanha (1909 – 1910)

- Criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), graças à atuação do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon que desenvolveu uma política de atração pacífica junto aos silvícolas, ao norte de Mato Grosso;
 - Uma acirrada disputa pela sucessão presidencial: Campanha Civilista (Rui Barbosa) x Campanha Militarista (Marechal Hermes da Fonseca);
 - A Campanha Civilista marcou a primeira divisão na Política do Café com Leite, pois São Paulo apoiou a Bahia com o candidato Rui Barbosa e Minas Gerais apoiou o Rio Grande do Sul com o candidato Marechal Hermes da Fonseca.
- Apesar da Campanha e do apoio de São Paulo, Rui Barbosa perdeu a eleição para o candidato da situação (Mal. Hermes).

Hermes da Fonseca (1910 – 1914)

- Nascido no Rio Grande do Sul foi o único Presidente da República Velha não escolhida pela “Política dos Governadores”;

- Em seu governo ocorreu a “Política das Salvações”, intervenções do governo federal nos Estados, patrocinadas pelo Senador Pinheiro Machado, para derrubar as oligarquias que apoiavam a “Política dos Governadores”;

Isto provocou algumas lutas armadas. No Ceará, o Padre Cícero Romão Batista (“Padim Ciço”), aliado a outros coronéis, como Floro Bartolomeu, liderou uma revolta de sertanejos (Revolta do Juazeiro), pois não admitiu a derrubada dos Acioli do poder, o que levou o governo a ceder, retirando o interventor (Coronel Franco Rabelo);

- No Rio de Janeiro, o marinheiro negro João Cândido liderou a “Revolta da Chibata” (1910) devido aos maus tratos (castigos corporais e má alimentação) a que eram submetidos os marinheiros de nossa Armada (Marinha de Guerra).
- No governo de Hermes da Fonseca foi iniciada a guerra do Contestado, a Região do Contestado era uma imensa área entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. A região foi ocupada por camponeses e desempregados expulsos de outras regiões por latifundiários.

O movimento foi liderado pelo beato José Maria, que pregava para breve a criação de um “Reino Milenarista”, denominado por alguns como Monarquista.

A guerra do Contestado assemelhou-se em quase tudo à Guerra de Canudos.

Venceslau Brás (1914 – 1918)

- Promulgação do Código Civil (1916), elaborado por Clóvis Beviláqua;
- Participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial, por causa do torpedeamento de navios mercantes brasileiros (Paraná, Tijuca, Lapa e Macau) por submarinos alemães próximos ao litoral francês. Isto levou, nosso país à declaração de guerra aos Impérios Centrais (Alemanha e seus aliados) e participado ao lado dos Estados Unidos, Inglaterra, França e Itália. O Brasil forneceu alimentos e matérias-primas, além de enviar um grupo de médicos e aviadores para a Europa e colaborou no policiamento do oceano Atlântico, com os navios da Marinha de Guerra.
- Expressivo crescimento industrial e aumento da produção agrícola. Devido à guerra, o Brasil adotou uma política de substituição das importações e aumento das exportações, o que permitiu um razoável surto industrial. O Brasil passou a fabricar muitas de máquinas que antes importava.

O Fim da Guerra do Contestado

Esta revolta, de violenta proporção foi dominada em 1916 pelo General Setembrino de Carvalho com a morte de milhares de sertanejos e soldados.

Epitácio Pessoa (1919 – 1922)

- Revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana (1922), que deu início ao movimento “tenentista”;

- Comemoração do Centenário da Independência do Brasil (1922), com uma grande exposição internacional;
- Nomeação de dois civis para os ministérios militares; Pandá Calógeras (que reorganizou o Exército) e Raul Soares (Marinha), o que desagradou os militares);
- Criação da Inspetoria Geral de Obras contra as Secas;
- Revogação do banimento da Família Real (1920);
- Semana de Arte Moderna (1922), movimento de artistas e intelectuais brasileiros iniciados em São Paulo, que procurava criar uma cultura verdadeiramente brasileira, isto é, uma cultura livre da influência estrangeira;
- A Revolta dos Dezoito do Forte.

No dia 05 de julho de 1922 o Forte de Copacabana revoltou-se e, logo depois, algumas guarnições militares do Rio de Janeiro e Mato Grosso. O movimento rebelde foi prontamente sufocado pelo governo, que decretou Estado de Sítio, aprovado pelo Congresso.

Dos dezoito, sobreviveram ao tiroteio apenas dois Tenentes: Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

Nota: A crise republicana teve início em 1922 e terminou com a Revolução de 1920.

Tem como causas principais:

- A contratação de empréstimos externos;
- A desvalorização da moeda;
- A emissão (fabricação) de dinheiro sem lastro-ouro.

O país era levado a crises e desequilíbrios constantes, possibilitando diversas revoltas como a de 1922 (18 do Forte), a de 1924 em São Paulo e a própria Revolução de 1930.

Artur Bernardes (1922 – 1926)

- A maior parte do seu governo transcorreu em Estado de Sítio, devido às Revoluções dos Tenentes de São Paulo e no Rio Grande do Sul;
- O governo Artur Bernardes foi muito severo. Os movimentos operários eram controlados por rígido esquema policial e a Lei da Imprensa censurava violentamente os jornais.
- A Revolução Paulista de 1924, chefiada pelo General Isidoro Dias Lopes e a Coluna Prestes, iniciada no Rio Grande do Sul, sob o comando de Miguel Costa e tendo como chefe do seu Estado Maior o Capitão Luís Carlos Prestes, foram movimentos tenentistas que marcaram todo o governo Artur Bernardes. Nestes movimentos a jovem oficialidade do Exército já pensava em representar os interesses nacionais e propunha a criação de uma sociedade democrática para o bem da coletividade brasileira.

Na sucessão presidencial, o “paulista” Washington Luís derrotou o candidato da oposição, o gaúcho Vital Brasil. Mais uma vez a sucessão foi encaminhada de acordo com a política do café-com-leite.

Washington Luís (1926 – 1930)

- Foi o último Presidente da República Velha. Adotou como lema de seu governo a frase “Governar é abrir estradas”. Tendo criado a comissão das Estradas de Rodagens Federais construiu as Rodovias Rio-São Paulo e a Rio-Petrópolis.
- Procurou melhorar as finanças e projetou uma reforma com esse fim. Mas o mundo, nos anos que se seguiram à primeira grande guerra, caminhava para uma grave crise econômica, que explodiria em 1929 (crise de 1929).
- Em seu governo houve acentuado queda nas exportações de café, afetando a situação interna do país por causa da Crise Econômica Mundial de 1929 (“Grande Depressão”) iniciada na Bolsa de Nova York (Estados Unidos da América).

O fim do predomínio dos “fazendeiros” estava próximo. Arruinados e enfraquecidos pela crise mundial, eles foram derrubados do poder em 1930 por uma revolução, que teve como chefe o gaúcho Getúlio Vargas.

A eleição de 1930: a aliança Liberal

Durante a campanha pela sucessão, Washington Luís preferiu apoiar a candidatura do paulista Júlio Prestes em vez de apoiar a candidatura do mineiro Antonio Carlos. Com esta atitude, ele quebrou o compromisso da política do café-com-leite e provocou o rompimento das relações entre Minas Gerais e São Paulo.

Minas descrente procurou apoio no Rio Grande do Sul e na Paraíba. Estes três Estados formaram um grupo de oposição, a chamada Aliança Liberal e lançaram Getúlio Vargas para Presidente e o paraibano João Pessoa para vice-presidente.

Apesar da campanha eleitoral que procurava juntar todas as forças contrárias ao governo, a Aliança Liberal foi derrotada nas eleições de 1930.

Júlio Prestes venceu Getúlio Vargas com grande diferença de votos. Entretanto, não tomou posse porque logo depois explodiu a revolução.

A grande Depressão

A crise econômica mundial iniciada em 1929 espalhou-se pela década de 1930 e pode ser considerada uma crise do capitalismo.

Os efeitos da Depressão no Brasil

Nos anos 30, os proprietários de terras de todos os cantos do país se arruinaram e as oligarquias cafeeiras sofreram um grande enfraquecimento político. A crise do café, aliada à nova crise internacional do capitalismo, afetou duramente a economia brasileira. Toda a economia agroexportadora foi atingida.

EXERCÍCIOS

01. O lema “Ordem e Progresso” inscrito na bandeira do Brasil, associa-se aos:

- monarquistas.
- aboliconistas.
- positivistas.
- regressistas.
- socialistas.

02. A política financeira, conhecida como encilhamento, foi proposta pelo Ministro:

- Campos Sales.
- Quintino Bocaiúva.
- Benjamim Constant.
- Rui Barbosa.
- Aristides Lobo.

03. Artigo Primeiro: “A Nação Brasileira adota como forma de governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se por união perpétua e indissolúvel das suas antigas províncias, em Estados.”

Texto constitucional extraído da Carta Magna de:

- 1824
- 1891
- 1934
- 1937
- 1946

04. Apesar da profunda rivalidade existente entre os grupos no interior do Exército no início da República, eles se aproximavam em um ponto fundamental:

- Expressavam os interesses de uma classe social, defendendo uma República liberal com o Poder Executivo descentralizado.
- Expressavam a opinião segundo a qual o Império deveria ser preservado, devendo, entretanto sofrer algumas reformas levemente descentralizadoras.
- Não expressavam os interesses de todo um segmento social, pregando o estabelecimento de uma forma de Poder Executivo descentralizado e adaptado às peculiaridades regionais.
- Expressavam os interesses de algumas oligarquias do Império, defensoras da autonomia das províncias.
- Não expressavam os interesses de uma classe social, posicionando-se como adversários do liberalismo e defendendo a República, dotada de um Poder Executivo forte.

05. Caracteriza o processo eleitoral durante a Primeira República, em contraste com o vigente no Segundo Reinado:

- a ausência de fraudes, com a instituição do voto secreto e a criação do Tribunal Superior Eleitoral.
- a ausência da interferência das oligarquias regionais, ao se realizarem as eleições nos grandes centros urbanos.
- o crescimento do número de eleitores, com a extinção do voto censitário e a extensão do direito do voto às mulheres.
- a possibilidade de eleições distritais e a criação de novos partidos políticos para as eleições proporcionais.
- a maior participação de eleitores das áreas urbanas ao se abolir o voto censitário e se limitar o voto aos alfabetizados.

06. Com a instalação da República no Brasil, algumas mudanças fundamentais aconteceram. Entre elas, destacam-se:

- a) a militarização do poder político e a universalização da cidadania.
- b) a descentralização do poder político e um regime presidencialista forte.
- c) um poder executivo frágil e a criação de forças públicas estaduais.
- d) a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos e a instituição do voto secreto.
- e) a fundação do Banco do Brasil e a descentralização do poder político.

07. A ideologia republicana ganhou força a partir de 1870, porque o desenvolvimento das relações de produção capitalista em andamento no Brasil exigia mudanças que o Império não podia realizar. Todavia, o Movimento Republicano não foi homogêneo; ele congregou diferentes segmentos sociais que, defendendo interesses específicos, opunham-se à continuidade do Império e ao atraso por ele representado. Dentre estes segmentos sociais NÃO se encontrava:

- a) o operariado, representado por líderes sindicais e políticos, que viam na consolidação da República a possibilidade de fortalecimento da sua organização.
- b) parte da oficialidade do Exército, ligada à ideologia positivista e que propunha a consolidação de uma república autoritária.
- c) a burguesia industrial, ligada à produção ainda incipiente de bens de consumo e interessada em garantir mais industrialização.
- d) a burguesia cafeeira do oeste paulista, interessada em promover a descentralização política como forma de garantir a ampliação do seu poder.
- e) a classe média dos centros urbanos, representada por ideólogos liberais, defensores de um sistema federativo nos moldes da Constituição Norte-Americana.

08. A República brasileira emergiu no auge de um processo cujas raízes se encontravam no II Reinado. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A campanha abolicionista acabou por se confundir com a campanha republicana.
- b) Nos termos da primeira Constituição Republicana o Brasil era uma República Federativa Presidencialista e o Estado permaneceu atrelado à Igreja.
- c) Para certos segmentos da sociedade, entre eles os cafeicultores, a forma republicana de governo era concebida como moderna, avançada e mais eficiente.
- d) No primeiro aniversário da implantação do regime republicano foi instalado o Congresso Constituinte e em 24/02/1891 foi promulgada a Constituição.
- e) Os militares, influenciados pelas ideias do positivismo, uniram-se à camada média da sociedade contra os monarquistas.

09. Desde o ano de 1933 vários eventos vêm sendo realizados em rememoração da Revolta da Armada e da Revolução Federativa, as quais podem ser consideradas como:

- a) representativas dos movimentos monárquicos restauradores do início da República.
- b) projeção das diversas concepções republicanas existentes no país.

- c) reações contra o Federalismo republicano, que defendia a eliminação da autonomia dos Estados.
- d) reações de segmentos sociais emergentes do domínio oligárquico no Estado Republicano.
- e) exemplo do confronto civilismo x militarismo, que caracterizaram o início da República.

10. A Constituição de 1891 estabeleceu, exceto:

- a) federalismo.
- b) presidencialismo.
- c) ampliação da representatividade.
- d) eleições diretas.
- e) parlamentarismo.

A questão seguinte é composta por três proposições I, II e III que podem ser falsas ou verdadeiras. Examine-as identificando as verdadeiras e as falsas e em seguida marque a alternativa correta dentre as que se seguem:

- 11. I) O regime republicano instituído em 1889 pode ser interpretado como uma espécie de ajustamento político às mudanças ocorridas na sociedade e na economia do país.
- II) Canudos foi um episódio de rebeldia contra o sistema de dominação rural.
- III) Na “política dos governadores”, Minas Gerais e Rio Grande do Sul desempenharam os papéis mais importantes, seguidos de São Paulo.
- a) se todas as proposições forem verdadeiras.
- b) se apenas forem verdadeiras as proposições I e II.
- c) se apenas forem verdadeiras as proposições I e III.
- d) se apenas forem verdadeiras as proposições II e III.
- e) se todas as proposições foram falsas.

12. Com a instalação da República no Brasil, algumas mudanças fundamentais aconteceram. Entre elas, destacam-se:

- a) a militarização do poder político e a universalização da cidadania.
- b) a descentralização do poder político e um regime presidencialista forte.
- c) um poder executivo frágil e a criação de forças públicas estaduais.
- d) a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos e a instituição do voto secreto.
- e) a fundação do Banco do Brasil e a descentralização do poder político.

13. A identificação dos governos da República Velha com os interesses da economia cafeeira pode ser expressa pelo(a):

- a) financiamento, através do Banco do Brasil, para o plantio de novas lavouras, no Encilhamento.
- b) estatização das exportações, com o objetivo de garantir os preços, durante a Primeira Guerra Mundial.
- c) adoção de uma política de valorização, reduzindo a oferta do produto, a partir do Convênio de Taubaté.
- d) controle da mão-de-obra camponesa e apoio à imigração, com a Lei Adolfo Gordo.
- e) isenção de tributos assegurada no programa de estabilização de Campos Sales.

14. A crise da dominação oligárquica, que culminou com a Revolução de 1930, resultou de um processo crescente de transformações vividas pelo país dentre os quais se destaca:

- a lenta politização dos trabalhadores rurais, após a Abolição, contestando o domínio dos “coronéis”.
- a emergência de uma classe operária ligada à industrialização, que assumiu na década de 1920 formas políticas mais organizadas, como o BOC (Bloco Operário Camponês).
- o movimento Tenentista, disputa política no interior do Estado, sem ligação com as classes da sociedade.
- o caráter modernizante dos setores oligárquicos, cada vez mais ligados aos empreendimentos urbano-industriais.
- a crescente insatisfação dos Estados mais pobres contra o domínio do eixo “café-com-leite”, expressa em rebeliões como as “guerras” do Cariri e de Princesa, ocorridas no Nordeste.

15. A industrialização brasileira no início do século XX é definida como um “processo de substituição de importações”, podendo ser observado na:

- relação entre o crescimento da indústria e o declínio das vendas do café, após o Convênio de Taubaté.
- instalação de empresas multinacionais no Brasil, desde o século XIX, atraídas pelo fim da escravidão.
- adoção de políticas protecionistas, desde o Império, tornando proibitivas as importações.
- transferência maciça de mão-de-obra industrial e capital norte-americanos para o Brasil.
- expansão industrial, durante a Primeira Guerra Mundial, quando ficaram restritas as importações pelo Brasil.

16. Em 1693, a descoberta de ouro provoca uma corrida pontuada por incidentes. O mais grave é a Guerra dos Emboabas, quando se confrontam paulistas com portugueses e mineradores vindos de várias regiões do país. Na República Velha, alterna-se com São Paulo na Presidência da República: é a chamada política do café-com-leite.

- Paraíba.
- Pará.
- Minas Gerais.
- Mato Grosso do Sul.
- Paraná.

17. Em CANGACEIROS E FANÁTICOS, Rui Facó registra:

“... os senhores das classes dominantes e seus porta-vozes recusavam-se a acreditar na realidade: milhares de párias do campo armados em defesa da própria sobrevivência, em luta, ainda que espontânea, não consciente, contra a monstruosa e secular opressão latifundiária e semifeudal, violando abertamente o mais sagrado de todos os privilégios estabelecidos desde o começo da colonização européia do Brasil - o monopólio da terra nas mãos de uma minoria a explorar a imensa maioria.”

O texto acima, referente ao período da República Velha do Brasil, trata:

- da organização dos quilombos, onde se abrigavam os escravos fugitivos.
- dos entraves que os ingleses impuseram às manufaturas portuguesas face às restrições ao tráfico negro.

- das revoltas violentas de trabalhadores rurais contra o poder oligárquico.
- das revoltas das camadas populares oprimidas, influenciadas por filosofias externas.
- da existência de grandes contingentes de trabalhadores rurais destituídos de propriedade, no período anterior à Proclamação da República.

18. “Voto de cabresto”, “curral eleitoral”, “eleição a bico de pena”, “juiz nosso”, “delegado nosso”, “capangas” e “apadrinhamento” são expressões que lembram em nosso país o:

- liberalismo.
- totalitarismo.
- messianismo.
- coronelismo.
- comunismo.

19. A Semana de Arte Moderna de 1922, que reuniu em São Paulo escritores e artistas, foi um movimento:

- de renovação das formas de expressão com a introdução de modelos norte-americanos.
- influenciado pelo cinema internacional e pelas ideias propagadas nas universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.
- de contestação aos velhos padrões estéticos, às estruturas mentais tradicionais e um esforço de repensar a realidade brasileira.
- desencadeado pelos regionalismos nordestino e gaúcho, que defendiam os valores tradicionais.
- de defesa do realismo e do naturalismo contra as velhas tendências românticas.

20. A revolução de 1924, movimento tenentista, relacionou-se:

- aos desejos de reformas econômicas e sociais de caráter socialista que acarretassem a superação da República oligárquica e elitista.
- à violência praticada pelos governos republicanos controlados pelas oligarquias paulista e mineira contra lideranças operárias e camponesas.
- aos anseios por reformas políticas moralizadoras de cunho liberal que não se chocavam com os princípios de ordenação constitucionais da República.
- ao caráter conservador do governo Epitácio Pessoa, cuja política repressiva desencadeou o movimento de intervenção federal nos estados oposicionistas.
- à luta pela superação de caráter espoliativo e dependente da economia brasileira, visando obter maior prestígio no concerto internacional.

21. No Brasil, a década de 20 foi um período em que:

- velhos políticos da República, como Rui Barbosa, Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca, alcançaram grande projeção nacional.
- as forças de oposição, as chamadas “oligarquias carcomidas” se organizaram, sem, contudo apresentar alternativas de mudança.
- as propostas de reforma permanecendo letra morta, não se configuraram nenhuma polarização político-ideológica.

- d) a aliança entre os partidos populares e as dissidências oligárquicas culminou com a derrubada da República Velha nas eleições de 1 de março de 1930.
- e) ocorreram agitações sociais e políticas, movimentos armados, entre eles a Coluna Prestes, e várias propostas de reforma foram debatidas.
- 22. No final do século XIX e início do século XX o Nordeste foi assolado pelos cangaceiros, bandos armados que roubavam, sequestravam e matavam em seu próprio benefício ou a serviço de chefes políticos. Contribuíram para o aparecimento desse grande contingente de marginalizados:**
- os movimentos revolucionários republicanos do fim do Império.
 - a grande migração de nordestinos para a colheita da borracha na Amazônia.
 - a propaganda da guerrilha comunista entre os camponeses.
 - o processo de urbanização e industrialização que expulsou muitos camponeses de suas terras.
 - a concentração da propriedade, o aumento demográfico e os efeitos da seca.
- 23. Considere os excertos a seguir.**
- “... a classe dos fazendeiros de café se conservava e se eternizava no Governo graças a uma máquina eleitoral que se estendia por todo o país, mergulhando suas raízes na terra...”
 - “... o Estado (...) é todo ele marcado pelo arbítrio dos governantes contra setores populares que se organizavam para reduzir a exploração...”
 - “... a política dos governadores permitia às classes dominantes dos Estados mais poderosos (...) preservar e fortalecer o poder do grupo que dominava o aparelho estatal...”
- Os governos da Primeira República Brasileira ficaram conhecidos como oligárquicos, em virtude de apenas um grupo estar ali representado. Esses governos estão corretamente identificados em:**
- apenas II
 - apenas I e II
 - apenas I e III
 - apenas II e III
 - I, II e III
- 24. A República Brasileira, na última década do Século XIX, caminhava para a consolidação da oligarquia dos coronéis-fazendeiro. A crise econômico-financeira agravava as condições de vida na cidade e no campo. A rebelião de Canudos pode ser entendida como movimento de:**
- hesitação dos mandatários políticos em desfechar medidas repressivas contra a gente oprimida.
 - tensão social agravada pela expulsão dos camponeses que atuavam nas frentes pioneiras catarinenses e paranaenses.
 - resistência da população sertaneja contra a estrutura agrário-latifundiária e as medidas repressivas oficiais.
 - descontentamento dos fanáticos que buscavam efetivar práticas liberais burguesas.
 - rebelião dos jagunços que se opunham à rede de açudes e às campanhas de combate às secas.
- 25. No início da Primeira República (1889-1930), a oligarquia governante teve que enfrentar, no sertão baiano, um movimento social denominado:**
- Cabanagem.
 - Campanha Civilista.
 - Levante do Contestado.
 - Revolta de Canudos.
 - Revolução Farroupilha.
- 26. O germe da crise oligárquica na República Velha encontra-se na industrialização e no crescimento da vida urbana, que fizeram surgir:**
- novas forças sociais e políticas.
 - o regime militar.
 - a influência de valores políticos externos, vindos com os imigrantes.
 - a inserção do Brasil como prioridade da revolução comunista internacional.
 - as grandes periferias urbanas formadas por imigrantes vindos do interior.
- 27. O movimento tenentista teve vários momentos, cujo ápice foi:**
- a Revolta do Forte de Copacabana.
 - o Estado de Sítio permanente do governo Artur Bernardes.
 - a Coluna Paulista.
 - a Coluna Prestes.
 - a Intentona Comunista.
- 28. No governo Rodrigues Alves (1902-1906), ocorreu a revolta da vacina, que estava contextualizada:**
- na modernização e no saneamento do Rio de Janeiro.
 - na modernização e no saneamento do Brasil como um todo.
 - no combate às doenças epidêmicas promovido pela ONU.
 - na recepção aos imigrantes.
 - na oposição entre os setores rural e urbano.
- 29. O declínio das oligarquias, no período final da República Velha, teve como contraponto o surgimento de segmentos sociais identificados com o modo de vida urbano. Indique-os:**
- Burguesia industrial, classes médias urbanas e classe operária.
 - Sindicatos, associações e grêmios recreativos.
 - Burguesia rural, classes militares e classe operária.
 - A burocracia estatal, o clero e o povo.
 - Os imigrantes, a burguesia industrial e o clero.
- 30. “...o maior líder sertanejo do Brasil e comandante do maior e mais importante movimento camponês de luta pela posse da terra e de resistência à opressão dos latifundiários da história brasileira.”**
- A frase acima se refere a:**
- Manoel Vinagre, líder da Cabanagem.
 - Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, líder da Sabinada.
 - Raimundo Gomes, líder da Balaiada.
 - Antonio Conselheiro, líder de Canudos.
 - Luis Carlos Prestes, líder Tenentista.

31. (EsSA) A relação entre o exército e o governo da Primeira República, após 1894, pode ser caracterizada como um (a):

- acordo estratégico entre a burguesia industrial e as Forças Armadas.
- aliança política entre a economia cafeeira e a ordem social militarista.
- disputa eleitoral entre os partidos políticos liderados por civis e pelos coronéis.
- embate ideológico entre a democracia liberal e a proposta do "soldado-cidadão".

32. (EsSA) O clima de crise permanente que caracterizou o mandato de Floriano Peixoto, segundo presidente do Brasil, foi provocado:

- pelo problema da sucessão entre "civilistas" e "militaristas", tendo como foco principal a figura de Rui Barbosa.
- pelo desencadeamento do problema de Canudos, que envolveu grande parte do Exército brasileiro.
- pela contestação da legalidade da sucessão do vice-presidente e da necessidade de novas eleições após a renúncia de Deodoro da Fonseca.
- pela manutenção da política de Deodoro, sobretudo quanto à dissolução do Congresso e à permanência do estado de sítio.
- pelo descontentamento dos cafeicultores, ainda inconformados com a abolição da escravatura.

33. (EsSA) Na época da instauração da República no Brasil, verifica-se a existência de três projetos ideológicos distintos para a República. Esses projetos são comumente chamados de liberal, jacobino e positivista. A respeito de tais projetos, associe a 2ª coluna (características) de acordo com a 1ª (projetos republicanos) e, a seguir, marque a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

1ª Coluna

- Projeto Liberal
- Projeto Jacobino
- Projeto Positivista

2ª Coluna

- Baseado nas ideias do francês Auguste Comte (1798-1857).
- Inspirava-se nas ideias republicanas de Danton e Robespierre.
- Sua inspiração republicana viera da ideia de república dos Estados Unidos da América.
- Era defendido pelos cafeicultores paulistas e pregava a descentralização política.
- A participação popular na administração era vista como um requisito necessário para um regime que deveria ser fundado na liberdade e na vontade geral.
- Segundo esse projeto, cabia ao Estado zelar pela ordem, proteger os cidadãos e garantir os seus direitos, de modo quase que tutelar.

- 3 - 2 - 1 - 2 - 3 - 1
- 3 - 2 - 1 - 1 - 2 - 3
- 1 - 3 - 2 - 3 - 2 - 12
- 1 - 3 - 2 - 2 - 1 - 3

34. (EsSA) Sobre a economia brasileira durante a Primeira República, é possível destacar os seguintes elementos:

- exportações dirigidas aos mercados europeus e asiáticos e crescimento da pecuária no Nordeste.
- investimentos britânicos no setor de serviços e produção de bens primários para a exportação.
- protecionismo alfandegário para estimular a indústria e notável ampliação do mercado interno.
- aplicação de capital estrangeiro na indústria e consolidação do café como único produto de exportação.
- integração regional e plano federal de defesa da comercialização da borracha na Amazônia.

35. (EsSA) NÃO caracteriza os movimentos sociais urbanos, durante a Primeira República (1889-1930), a(o)

- existência de inúmeras greves operárias, reivindicando melhorias salariais e direitos trabalhistas.
- trabalho desenvolvido por militantes anarco-sindicalista na organização política dos trabalhadores.
- reconhecimento das questões nacionais por parte dos comunistas na defesa da reforma agrária.
- presença do conteúdo religioso na luta ideológica empreendida pelos principais sindicatos de operários.

36. (EsSA) O Convênio de Taubaté (1906), firmado entre os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tinha como objetivo:

- promover investimentos baseados em capitais externos no País, por meio do controle cambial.
- estimular o desenvolvimento da indústria de bens de consumo não duráveis na região Sudeste.
- criar mecanismos políticos eficazes para a intervenção do Estado no mercado de produção cafeeira.
- diversificar a produção agrícola brasileira para o atendimento aos pequenos produtores rurais.

37. (EsSA) NÃO é fator que contribuiu para a compreensão do mecanismo político da Primeira República (1889-1930) a(o)

- unitarismo vigente na organização do poder republicano.
- domínio de líderes políticos locais sobre a massa de eleitores.
- estrutura partidária republicana com características regionalistas.
- presença das oligarquias estaduais na estrutura do Estado Nacional.

38. (EsSA) Dentre os movimentos sociais da Primeira República (1889-1930), que associam conteúdo religioso com carência social, destaca-se a(o)

- protesto dos anarquistas, organizadores de várias greves na cidade de São Paulo.
- epopeia da Coluna Prestes, ao percorrer mais de 24 mil quilômetros no território brasileiro.
- episódio de Canudos, ocorrido em uma região às margens do rio Vaza-Barris, na Bahia.
- revolta da Vacina, decorrente da política de saneamento e reforma urbana do Rio de Janeiro.

Capítulo 6

A ERA DE VARGAS (1930 – 1945)

Este período da República conhecido como “Era de Vargas” divide-se em três fases:

- Governo Provisório (1930 – 1934);
- Governo Constitucional (1934 – 1937);
- Estado Novo (1937 – 1945).
- Governo Provisório (1930 – 1934)
- Os principais fatos foram: Revolução Constitucionalista de 1932; a criação dos Ministérios da Educação e Saúde; Trabalho, Indústria e Comércio; a promulgação da Constituição de 1934.

A Revolução Constitucionalista de 1932

Em São Paulo surgiram as primeiras manifestações pela reconstitucionalização do país.

As oligarquias paulistas não aceitaram a sua marginalização e, tentando retomar o poder, aproveitou-se do descontentamento da população diante das dificuldades econômicas para iniciar o movimento.

O Partido Democrático e Partido Republicano Paulista uniram-se sob as palavras de ordem: “interventor civil e paulista”, exigindo também uma nova Constituição para o país.

O governo central cedeu à primeira reivindicação, nomeando Pedro de Toledo como interventor. Em seguida, apesar da oposição tenentista, Getúlio mandou publicar o novo Código Eleitoral e o anteprojeto da Constituição de 1934.

A 9 de julho de 1932 explodiu a luta armada.

Embora a Revolução Constitucionalista de 1932 tivesse sido um fracasso do ponto de vista militar, no campo político seus reflexos foram positivos: em 1933, Vargas promoveu eleições para a Assembleia Constituinte e em novembro do mesmo ano tiveram início os trabalhos dos constituintes eleitos, os quais resultariam na Constituição promulgada de 1934.

Governo Constitucional (1934 – 1937)

Este período se caracterizou pelo desenvolvimento de duas políticas de orientação contrária: Ação Integralista Brasileira e Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A ANL foi colocada na ilegalidade e sua ala mais radical iniciou um movimento armado em novembro de 1935: foi a Revolta Vermelha ou Intentona Comunista, reprimida pelas forças do governo.

O movimento integralista de 1935, a descoberta do Plano Cohen (forjado pelos integralistas, que continha um plano comunista para a tomada do poder), a Intentona Comunista e o apoio dos chefes militares contribuíram decisivamente para que Getúlio Vargas desse o Golpe de Estado de 1937, instaurando no Brasil um regime de caráter autoritário ou ditatorial (Estado

Novo). Getúlio decreta o “Estado de Guerra”, fecha o Congresso Nacional e outorga, no dia 10 de novembro de 1937, a nova Constituição (“Polaca”).

Na noite do mesmo dia 10 de novembro, Getúlio fazia uma proclamação do povo, justificando a necessidade de um governo autoritário: Nascia, assim, o Estado Novo.

Estado Novo (1937 – 1945)

A crise capitalista internacional, a insegurança gerada pela burguesia e a ascensão das forças populares levaram as classes dominantes brasileiras a abdicar das liberdades políticas e a apoiar um regime ditatorial que garantisse seu interesse essencial: a manutenção do lucro. Nesse sentido e com total abolição das garantias individuais, o Estado Novo teve características semelhantes às do fascismo.

Constituiu-se no período mais importante de Getúlio Vargas. Foi marcado pelas seguintes características:

- Centralização absoluta do poder nas mãos do Executivo, representado por Getúlio Vargas e seus auxiliares mais próximos, anulando a autonomia federalista dos Estados;
- Ação intervencionista do Estado no campo sociais e econômicos, buscando desarmar as tensões sociais tanto no âmbito das classes dominantes como entre estas e as forças populares;
- Criação do Ministério da Aeronáutica (Clóvis Salgado foi o primeiro ministro desta pasta);
- Reuniu-se na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), toda a legislação trabalhista (1943);
- Criação da Companhia Siderúrgica (1941) (Usina de Volta Redonda) e a Companhia Vale do Rio Doce (1942) para extrair minérios;
- Surgimento de diversos territórios federais (Fernando de Noronha, Amapá);
- Outorgou a Constituição de 1937, que instituiu um federalismo centralizado;
- Levante integralista de 1938;
- Enviou a FEB para os campos da Europa (Itália);
- Nomeou novos interventores para os Estados;
- Proibiu greves;
- Extinguiu todos os partidos políticos;
- Regulamentou a pena de morte no Brasil;
- Criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que funcionava como elemento controlador da imprensa, determinando o que podia ou não ser publicado;
- Promoveu a diversificação agrária, incentivando a policultura;
- Criou os Institutos do Açúcar e do Alcool (IAA), do Mate e do Pinho;
- Incrementou um Plano Quinquenal que apresentava os seguintes itens: usina de aço, fábrica de aviões, usina hidrelétrica em Paulo Afonso, estradas de ferro e de rodagens;

- Participação do Brasil na Segunda Guerra. Em janeiro de 1942, o governo rompeu relações diplomáticas com os países do “Eixo” e permitiu a instalação de bases navais e aéreas no Nordeste Brasileiro (Fernando de Noronha e Natal); a Marinha de Guerra cooperou no patrulhamento do Atlântico;
- Preocupado em centralizar o poder, o governo criou o DASP – Departamento de Administração e Serviço Público, que se tornou um órgão de consulta de Getúlio e seus ministros;
- Criou também o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, que ao lado da Polícia secreta chefiada por Filinto Müller, tornou-se o mais importante órgão de sustentação da ditadura do Estado Novo.

O Brasil na Segunda Guerra Mundial

O Brasil inicialmente mantinha uma posição de neutralidade, porém, algumas personagens do Governo admitiam que o Brasil deveria apoiar a Alemanha.

O afundamento de navios mercantes brasileiros em pleno litoral levou o nosso país a declarar guerra aos países do “Eixo” (Alemanha, Itália e Japão), em agosto de 1942.

Participaram da guerra a Força Expedicionária Brasileira (FEB) cujo lema era “a cobra está fumando” e a Força Aérea Brasileira (FAB) cujo lema era “senta a pua”.

As tropas brasileiras, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes lutaram nos campos de batalha da Itália e obtiveram expressivas vitórias em Montese, Monte Castelo, Castelnuevo e Fornovo.

O Monumento aos Mortos ou Monumentos dos “pracinhas” no Rio de Janeiro, abriga os restos mortais dos brasileiros que lutaram durante a 2ª Guerra Mundial.

O ano de 1943 marca o início das campanhas pela redemocratização do país. Neste ano, homens como Milton Campos, Afonso Arinos e Magalhães Pinto lançaram um documento (“Manifesto dos Mineiros”) exigindo a redemocratização do Brasil.

Em 1945 em meio a pressões sociais, promulgou-se um ATO ADICIONAL, através do qual concedia-se liberdade para a formação de partidos políticos e asseguravam-se as eleições.

A 2ª Guerra Mundial foi fator de aceleração do processo econômico brasileiro, porque dificultou as importações e ampliou as possibilidades de exportação.

Término da 2ª Guerra trouxe reflexos para o Brasil tais como:

- Início da “decolagem industrial”, com a indústria pesada ou de base graças à criação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda;
- O surgimento de vários partidos políticos: P.T.B. (Partido Trabalhista Brasileiro), P.S.D. (Partido Social Democrático) e U.D.N. (União Democrática Nacional). Pela primeira vez o Brasil passou a ter partidos políticos de atuação nacional.

- A reconstitucionalização do país (deposição de Getúlio Vargas pelos chefes militares em 29 de outubro de 1945) após o regresso dos “pracinhas” da FEB da Europa;

As Forças Armadas entregaram o governo ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que realizou as eleições (o general Eurico Gaspar Dutra saiu vitorioso).

EXERCÍCIOS

01. O regime político conhecido como Estado Novo implantado por golpe do próprio Presidente Getúlio Vargas, em 1937, pode ser associado à(ao):

- radicalização política do período representada pela Aliança Nacional Libertadora, de orientação comunista e a Ação Integralista Brasileira, de orientação fascista.
- modernização econômica do país e seu conflito com as principais potências capitalistas do mundo, que tentavam lhe barrar o desenvolvimento.
- ascensão dos militares à direção dos principais órgãos públicos, porque já se delineava o quadro da Segunda Guerra Mundial.
- democratização da sociedade brasileira em decorrência da ascensão de novos grupos sociais como os operários.
- retorno das oligarquias agrárias ao poder, restaurando-se a Federação nos mesmos moldes da República Velha.

02. Em 1585, o português João Tavares constrói, na foz do rio Paraíba, o Forte de São Felipe, com a intenção de defender a área dos ataques piratas. Ali nasce a cidade de Filipeia. Em 1684, é elevada à condição de capitania. O assassinato do governador João Pessoa é o estopim da Revolução de 1930.

O texto refere-se a assuntos ligados a qual dos Estados a seguir?

- Minas Gerais.
- Mato Grosso do Sul.
- Paraíba.
- Pará.
- Paraná.

03. “O Rio Grande, sem correr o menor risco, Amarrou, por telegrama, os cavalos no obelisco.” A marcha de Lamartine Babo fala, com humor, da Revolução:

- de 1889 - que depôs D. Pedro II.
- de 1891 - que resultou na Renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca.
- de 1930 - que depôs Washington Luiz.
- de 1932 - em que São Paulo exigia uma Carta Constitucional.
- de 1964 - que depôs João Goulart.

04. “Batemo-nos pelo Estado Integralista. Queremos a reabilitação do princípio de autoridade, que esta se respeite e faça respeitar-se. Defendemos a família, a instituição fundamental cujos direitos mais sagrados são proscritos pela burguesia e pelo comunismo.”

Este texto, pelas ideias que defende, é provável que tenha sido escrito por:

- a) Jorge Amado.
- b) Carlos Drummond de Andrade.
- c) Mário de Andrade.
- d) Oswald de Andrade.
- e) Plínio Salgado.

05. Só uma destas datas não procede:

- a) 1924 - Revolução que colocou Getúlio Vargas no poder.
- b) 1932 - Revolução Constitucionalista de São Paulo.
- c) 1934 - Promulgação da Segunda Constituição Republicana.
- d) 1937 - Golpe de Estado implantou o Estado Novo.
- e) 1945 - Deposição de Vargas.

06. O Estado Novo, período que se seguiu ao golpe de Getúlio Vargas (10/11/1937 até 29/10/1945) caracterizou-se:

- a) pela centralização político-administrativa, eliminação da autonomia dos estados e extinção dos partidos políticos.
- b) pela proliferação de partidos políticos, revogação da censura, descentralização político-administrativa.
- c) pelo apoio ao comunismo internacional.
- d) pelo movimento tenentista, reconhecimento dos partidos de esquerda e estabelecimento das eleições diretas.
- e) pela formação de uma Assembleia Constituinte que votaria a Constituição de 1937, conhecida como a mais liberal da República.

07. Durante a maior parte do Estado Novo (1937-1945), a política externa brasileira pode ser caracterizada por uma:

- a) orientação pragmática frente aos Estados Unidos e à Alemanha nazista.
- b) subordinação total aos interesses dos Blocos Soviéticos e Pan-Americano.
- c) orientação de dependência relativa com relação à Itália e ao Japão.
- d) subordinação integral aos Estados Unidos e à Europa aliada.
- e) orientação de alinhamento automático aos países da América Latina.

08. Na história da República brasileira, a expressão “Estado Novo” identifica:

- a) o período de 1930 a 1945, em que Getúlio Vargas governou o país de forma ditatorial, só com o apoio dos militares, sem a interferência de outros poderes.
- b) O período de 1950 a 1954, em que Getúlio Vargas governou com poderes ditatoriais, sem garantia dos direitos constitucionais.
- c) o período de 1937 a 1945, em que Getúlio Vargas fechou o Poder Legislativo, suspendeu as liberdades civis e governou por meio de decretos-leis.
- d) o período de 1945 a 1964, conhecido como o da redemocratização, quando foi restabelecida a plenitude dos poderes da República e das liberdades civis.
- e) o período de 1930 a 1934, quando se afirmou o respeito aos princípios democráticos, graças à Revolução Constitucionalista de São Paulo.

09. A Revolução de 1932 pode ser explicada pela:

- a) tentativa de recuperação do poder pela oligarquia paulista.
- b) frustração dos tenentes que foram afastados do poder.
- c) manipulação política das oligarquias nordestinas.
- d) luta exclusiva em torno de uma nova Constituição.
- e) insatisfação contra a ditadura de Getúlio Vargas.

10. Entre as alternativas a seguir apenas uma não se relaciona com a Era Vargas. Assinale-a:

- a) Censura à imprensa e violenta repressão política durante o Estado Novo.
- b) Construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda e fundação da Petrobrás.
- c) Centralização de poderes e Revolução Constitucionalista de 1932.
- d) Atendimento aos interesses das elites agrária e industrial e às reivindicações dos trabalhadores, atenuando o conflito entre o capital e o trabalho.
- e) Alinhamento aos EUA/OTAN no contexto da Guerra Fria e abertura às multinacionais.

11. Getúlio Vargas demorou em definir a sua posição em relação à II Guerra Mundial, mas soube tirar proveito da situação. O seu apoio aos Aliados rendeu ao Brasil:

- a) as honras prestadas à F.E.B. (Força Expedicionária Brasileira).
- b) a construção da Petrobrás.
- c) a perseguição dos submarinos alemães que, comprovadamente, afundaram cinco navios brasileiros.
- d) o financiamento para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.
- e) o retorno imediato à democracia.

12. O governo instalado com a Revolução de 1930 distinguiu-se do Estado Oligárquico por promover:

- a) o modelo liberal defendido pelo Partido Democrático, porta-voz da classe média paulista.
- b) uma economia exclusivamente agro-exportadora e a descentralização das decisões econômico-financeiras.
- c) as reformas preconizadas pelos Tenentes, sobretudo a partir de 1932.
- d) a industrialização, tendo como suporte o aparelho do Estado, as forças armadas e a aliança entre burguesia e setores do operariado.
- e) o declínio do projeto de industrialização, devido aos conflitos entre capital e trabalho não mediados pelo governo.

13. Inconformado com a dissolução de seu partido, inspirado nas ideias fascistas, liderado por Belmiro Valverde e Severo Fournier, na madrugada de 11 de maio de 1938, atacou o Palácio Guanabara sitiando o Presidente Vargas. Tratava-se de um grupo:

- a) comunista.
- b) aliancista.
- c) integralista.
- d) quemista.
- e) tenentista.

14. No Brasil, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) que procurou arregimentar os Sindicatos e os trabalhadores, e o PSD (Partido Social Democrático) que reunia os setores mais conservadores da sociedade foram criados:

- por decreto, durante a vigência do Regime controlado pelos militares.
- após a decretação da anistia política no final do Governo de João Figueiredo.
- no período em que vigorou o Regime Parlamentarista após a renúncia de Jânio Quadros.
- pelos trabalhadores, logo após o movimento popular pelas eleições diretas.
- nos momentos finais do Estado Novo sob a inspiração direta de Getúlio Vargas.

15. No Brasil, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) foi criada pelo Decreto 5452, de 1943, em meio ao governo de Getúlio Vargas para reunir e sistematizar as leis trabalhistas existentes no país. Tais leis representaram a:

- conquista evidente do movimento operário sindical e partidariamente organizado desde 1917, defensor de projetos socialistas e responsáveis pela ascensão de Vargas ao poder.
- participação do Estado como árbitro na mediação das relações entre patrões e trabalhadores de 1930 em diante, permitindo a Vargas propor a racionalização e a despolitização das reivindicações trabalhistas.
- inspirações notadamente fascistas, que orientou o Estado Novo desde sua implantação em 1937, desviando Vargas das intenções nacionalistas presentes no início de seu governo.
- atuação controladora do Estado brasileiro sobre os sindicatos e associações de trabalhadores, permitindo à Vargas criar, a partir de 1934, o primeiro partido político de massas da história brasileira.
- pressão norte-americana, que se tornou mais clara após 1945, para que Vargas controlasse os grupos anárquicos e socialistas presentes nos movimentos operário e camponês.

16. “Foi a ascensão das classes sociais urbanas, com a deposição do governo Washington Luís, em 1930, que criou novas condições sociais e políticas para a conversão do Estado Oligárquico em Estado Burguês. Esse foi o contexto em que o Governo Getúlio Vargas, nos anos 1930-1945, passou a pôr em prática novas diretrizes políticas quanto às relações entre assalariados e empregadores”.

(Ianni, Octávio - ESTADO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL (1930 - 1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 34).

Conforme o texto, novas diretrizes políticas passaram a nortear o governo Vargas, especialmente após 1937, quando foi decretado o Estado Novo, que intensificou a regulamentação das relações entre as classes patronais e os trabalhadores, no processo de industrialização vivido pelo Brasil no período posterior a 1930. O espírito dessa intervenção estatal se expressa na:

- negação de práticas valorizadas pelo fascismo, como o corporativismo e a máquina de propaganda.
- tentativa de aproximar a política trabalhista, cada vez mais, dos integralistas, com vistas a aliciar Plínio Salgado para a chefia do PTB.
- busca da harmonia social caracterizada pelo fortalecimento do Estado, que passa a tutelar as divergências e conflitos baseados em interesses particularistas.

- valorização exclusiva dos trabalhadores nacionais, objetivando dar-lhes oportunidade de alcançar o poder e assim fazer prevalecer sua ideologia, conforme legislação que previa expulsão dos judeus e outros estrangeiros, residentes no Brasil.
- concessão do direito de greve aos trabalhadores e do de “lockout” aos empresários, com o fim de dirimir conflitos trabalhistas.

17.



O mapa destaca a ferrovia Vitória-Minas e o Porto de Tubarão, em Vitória, parte do complexo exportador da CVRD - Companhia Vale do Rio Doce, historicamente criada em 1942, para extração, transporte e comercialização de minério de ferro. Atualmente, caracteriza um aspecto do funcionamento dessa ferrovia e desse terminal exportador o(a):

- transporte de todo o minério de ferro de Carajás para exportação por Vitória.
- substituição do transporte de minério pelo de grãos, tendo em vista a transformação da estrada de tráfego de minério em ferrovia de tráfego agrícola.
- desativação da atividade exportadora do Porto de Tubarão, que foi transformado em porto apenas importador de carvão mineral.
- transformação de grande parte da ferrovia em mineroduto, com vistas ao escoamento do minério e à liberação de trechos da estrada para transporte de produtos já industrializados.
- escoamento não só do minério de ferro de Minas Gerais, como também de outras cargas variadas, inclusive agrícolas, das regiões centrais do Brasil para o litoral capixaba, com vistas à exportação.

18. Leia o texto:

“Os deputados das profissões serão eleitos na forma da lei ordinária, por sufrágio indireto das associações profissionais, compreendidas para este efeito, com os quatro grupos afins respectivos, nas quatro divisões seguintes: lavoura e pecuária; indústria; comércio e transportes; profissões liberais e funcionários públicos.”

(BRASIL. Constituição de 1934).

A partir desse texto, pode-se afirmar que a Constituição Brasileira de 1934 inspirou-se no:

- anarquismo.
- comunismo.
- corporativismo.
- sindicalismo.
- socialismo.

19. A Revolução de 1930 possibilitou uma divisão entre as oligarquias agrárias; o tenentismo provocou uma desestabilização na hierarquia militar; a fraqueza da burguesia, o chamado “vazio do poder”.

Que alternativa a seguir responde por esse “vazio do poder”?

- A Revolução Constitucional de São Paulo de 1932 tentou preencher esse “vazio”, procurando aliança com outros estados, como Rio Grande do Sul.
- A deposição de Vargas em 1945 e a tentativa dos militares em chegar ao poder.
- A formação de duas forças políticas antagônicas: a Ação Integralista Brasileira, e a Aliança Nacional Libertadora.
- A fundação do Partido Comunista Brasileiro e sua aliança com o PTB de Vargas.
- A política dos governadores e o aparecimento de movimentos como o de Antônio Conselheiro, em Canudos na Bahia.

20. Quais os fatos, entre os a seguir relacionados, que ocorreram durante o Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas?

- Os partidos políticos foram extintos e a imprensa escrita e falada foi controlada pelo DIP.
- O plano Cohen, forjado pelo governo Vargas, justificou uma intervenção armada no próprio governo.
- A Semana de Arte Moderna revolucionou o mundo das Letras e das Artes Plásticas.
- O Governo do Brasil assinou contrato com indústrias alemãs para a construção de usinas nucleares em Angra dos Reis.
- A queima de café para controlar preços e regular a produção foi denominada de “cotas de sacrifício.”

Estão corretos apenas os itens:

- 1, 2, 3 e 4;
- 2, 3, 4 e 5;
- 1, 3, 4 e 5;
- 1, 2 e 5;
- 1, 3 e 4.

21. Decretada a extinção da Aliança Nacional Libertadora em 1935, seus membros, os não moderados, organizaram a insurreição comunista que foi abafada pelo Governo Vargas. Assinale a alternativa que apresenta a ação política subsequente e relacionada com a referida insurreição:

- A proposta antiimperialista e antilatifundiária, contida no programa da ANL, foi completamente abandonada.
- Vargas, em proveito de seus planos ditatoriais, explorou o temor que havia ao comunismo.
- Dois meses após a Intentona, todos os presos políticos que aguardavam julgamento foram colocados em liberdade.
- A campanha anticomunista das classes dominantes contribuiu para que Vargas abandonasse seus planos continuístas.
- Os revoltosos só se renderam depois de proclamada a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa.

22. Depois de muitos movimentos operários; lutas e reivindicações trabalhistas, os sindicatos foram legalizados:

- no decurso da Revolução Paulista de 1924.
- através do Ato Institucional número 5 de 1968.
- no Governo Provisório de Vargas (1930-1934).
- durante a Campanha do Contestado.
- nos primórdios da República Oligárquica.

23. “Subitamente, parecia que a esquerda havia ganhado vida. Mais de 1600 sedes locais da ‘Aliança Nacional Libertadora’ haviam brotado (...). A plataforma da ‘Aliança’ pedia o cancelamento das ‘dívidas imperialistas’, a nacionalização das empresas estrangeiras e a liquidação dos latifúndios. Os radicais estavam igualmente ativos na direita. Um movimento fascista chamado Integralismo vinha por igual força...”.

(Thomas Skidmore, DE GETÚLIO A CASTELO).

O texto refere-se a dois importantes e antagônicos movimentos, sobre os quais é verdadeiro afirmar que ocorreram:

- na Primeira República e motivaram a Revolução de 1930.
- no governo Jânio Quadros e provocaram a sua renúncia.
- na década de 30 e antecederam o golpe de Estado de 1937.
- no Estado Novo e foram importantes para o processo de redemocratização.
- no segundo governo Vargas (1951-54) e contribuíram para o agravamento da crise política que levou ao suicídio do Presidente.

24. Ao negar apoio à Aliança Liberal, Luís Carlos Prestes manifestava-se a respeito do movimento contestatório, nos seguintes termos:

"Mais uma vez os verdadeiros interesses populares foram sacrificados e vilmente mistificado todo um povo por uma campanha aparentemente democrática, mas que no fundo não era mais que uma luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas."

Prestes referia-se ao movimento que ficou conhecido como:

- Revolução de 1964.
- Revoltas Tenentistas.
- Revolução de 1930.
- Intentona Comunista.
- Ação Integralista.

25. Considere as seguintes proposições:

- A Constituição, de 25 de Março de 1824, instituiu a religião Católica Romana como sendo oficial do Estado brasileiro.
- A Carta Constitucional, de 24 de Fevereiro de 1891, estabelecia para o Brasil um Estado Federativo, um sistema de governo parlamentarista e o sufrágio universal.
- A Constituição, de 16 de Julho de 1934, instituiu uma única Câmara, subordinando ainda as suas decisões ao Poder Executivo.
- A extinção da autonomia dos Estados e a hipertrofia do Poder Executivo caracterizavam a Constituição de 10 de Novembro de 1937.

A alternativa que contém afirmações corretas é:

- a) I e II.
 - b) II e III.
 - c) III e IV.
 - d) I e IV.
 - e) I e III.
26. (EsSA) O período do governo Vargas (1937-1945), chamado Estado Novo, coincidiu com a radicalização política mundial de conteúdo corporativo. Esse movimento se sustentou na
- a) difusão das ideias corporativas do regime fascista italiano.
 - b) intervenção do Estado nos partidos políticos, para derrotar o Plano Cohen.
 - c) realização das eleições municipais e estaduais, instituindo o voto universal.
 - d) eliminação do populismo como princípio de organização dos partidos políticos brasileiros.
27. (EsSA) O fim da Segunda Guerra Mundial representou para o Brasil um momento de grande transformação política, destacando-se a campanha de redemocratização que:
- a) dificultou a implantação da indústria de base.
 - b) enfraqueceu a ideologia do trabalhismo no País.
 - c) contribuiu para o declínio político do Estado Novo.
 - d) obrigou a adoção de uma política externa independente.
28. (EsSA) O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado pelo Estado Novo (1937-1945), para controlar e enquadrar a produção cultural no País. Sobre suas práticas, é INCORRETO afirmar que:
- a) reprimiam manifestações culturais das comunidades das periferias urbanas.
 - b) exaltavam a harmonia social brasileira resultante da miscigenação racial.
 - c) incentivavam o discurso nacionalista e ufanista sobre as riquezas naturais.
 - d) censuravam produções artísticas incentivadoras dos conflitos trabalhistas.
29. (EsSA) O período da história brasileira conhecida como "Estado Novo" (1937-1945), pode ser caracterizado:
- a) por um período de plena democracia no Brasil com base na Constituição de 1937.
 - b) por uma ditadura instaurada por Getúlio Vargas.
 - c) pelo governo de Juscelino Kubitschek, pautado no slogan "50 anos de realizações em 5 anos de governo".
 - d) pela ditadura militar, justificada por uma intensa disputa pelo poder entre capitalistas e socialistas.
 - e) pelo retorno à democracia após muitos anos de governos militares.

30. (EsSA) A instituição da Justiça do Trabalho, o salário mínimo, a jornada de 8 horas, o repouso semanal obrigatório, as férias remuneradas, o voto secreto e o direito de voto a homens e mulheres com mais de 18 anos foram alguns direitos alcançados pelos brasileiros no governo de...
- a) José Sarney.
 - b) Tancredo Neves.
 - c) Getúlio Vargas.
 - d) Eurico Gaspar Dutra.
 - e) Marechal Deodoro da Fonseca.
31. (EsSA) O fascismo brasileiro, criado em 1932, foi um movimento social de extrema direita. Assinale a alternativa que indica a denominação que lhe foi dada no Brasil:
- a) Nazismo.
 - b) Integralismo.
 - c) Populismo.
 - d) Autoritarismo.
 - e) Totalitarismo.
32. (EsSA) Sobre o Populismo presente no Brasil durante o Estado Novo, as alternativas a seguir estão corretas, EXCETO:
- a) No governo de Getúlio Vargas, ao perceber a força do operariado brasileiro, elaborou-se a política trabalhista para o país, que pode ser encarada como uma maneira de conquistar a simpatia dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, exercer um domínio sobre eles, controlando os sindicatos.
 - b) O populismo é acompanhado de várias medidas de cunho paternalista, em que o líder é visto como alguém que dá "as coisas" à população mais pobre, sejam coisas concretas ou não. Esse paternalismo esteve muito presente na política brasileira.
 - c) O Ato Institucional era uma medida utilizada pelos governos militares com o objetivo de atender aos interesses da população trabalhadora e de garantir a luta por seus direitos trabalhistas.
 - d) Com relação às leis trabalhistas, implantadas pelo governo getulista, podem-se destacar como medidas populistas: salário mínimo, férias remuneradas, jornada diária não superior a oito horas, proteção ao trabalho da mulher, estabilidade no emprego. Essas medidas garantiram a Getúlio Vargas o título de "pai dos pobres".
33. (EsSA) Comparando a Constituição Brasileira de 1934 e a de 1937, é correto afirmar que ambas:
- a) determinaram a suspensão de liberdades civis.
 - b) deram ao presidente o poder de governar através de decretos-leis.
 - c) apresentavam formalmente a definição de um regime democrático.
 - d) mantiveram a República Federativa, estabelecida na Constituição de 1891.
 - e) inspirou-se na Constituição de Weimar, república alemã que antecedeu o nazismo.

34. (EsSA) Com a instituição do Estado Novo em 1937, Getúlio Vargas inaugurou um novo regime político no Brasil, marcado pelo autoritarismo. Entre as características e mecanismos de controle da ditadura varguista, pode-se citar.

- a mobilização das massas em grande escala através da atuação de um partido único controlado pelo líder do governo.
- a opção pelo modelo de desenvolvimento econômico liberal, com a privatização dos meios de produção e a abertura do mercado ao capital internacional.
- a difusão e veiculação de propagandas e ideais do novo regime através de programas de rádio como o "Repórter Esso" e a "Hora do Brasil".
- o alinhamento contínuo e incondicional da política externa do país às diretrizes norte-americanas.
- o reforço das unidades federativas, que passaram a dispor de ampla autonomia político-econômica e administrativa, com vistas a garantir a soberania e a integridade territorial frente a ameaças imperialistas.

35. (EsSA) Durante o Brasil republicano diversas revoltas e insurreições conflituaram o mito do povo pacífico.

Relacione os movimentos indicados na 1ª coluna com seu respectivo momento histórico e objetivos, na 2ª coluna.

1ª Coluna

- Revolta da Vacina
- Coluna Prestes
- Revolução Constitucionalista
- Guerrilha do Araguaia

2ª Coluna

- antagonismo paulista ao golpe de estado liderado por Getúlio Vargas (que promoveu a Revolução de 1930).
- luta de populares em 1904, no Rio de Janeiro, contra a política de Regeneração de Rodrigues Alves.
- ação contra a Ditadura Militar entre 1966 e 1973, apoiada pelo Partido Comunista do Brasil.
- movimento relacionado com o "tenentismo", contra o poder das oligarquias na República Velha, que percorreu diversos estados.

A ordem que completa corretamente a segunda coluna é a seguinte:

- 1, 3, 2, 4.
- 3, 1, 4, 2.
- 4, 1, 3, 2.
- 2, 4, 1, 3.
- 4, 3, 2, 1

36. (EsSA) Com a promulgação da Constituição de 1934, a segunda constituição do período republicano brasileiro, inicia-se o período constitucional da Era Vargas. São elementos presentes nesta Constituição de 1934, EXCETO:

- Voto secreto.
- Voto feminino.
- Justiça eleitoral.
- Jornada de trabalho não superior a 8 horas.
- Eleições diretas para a escolha do próximo presidente da República.

37. (EsSA) Após ingressar na II Guerra Mundial em agosto de 1942, o Brasil enviou à Europa a Força Expedicionária Brasileira, que integrou o 5º Exército dos Estados Unidos, atuando em território:

- alemão
- francês
- italiano
- belga
- suíço

38. (EsSA) Em 1945 chega ao fim o Estado Novo implantado pelo presidente Getúlio Vargas. Entre as causas tivemos a(s)

- Revolução de 1945 realizada pelos sindicatos e apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro daquela época.
- atuação do movimento estudantil, liderado pela UNE, que assumiu o poder apoiando o partido da União Democrática Nacional.

c) pressões norte-americanas obrigando Getúlio Vargas a extinguir o Estado Novo e tornar o país uma democracia.

d) adesão de Getúlio ao Fascismo, propiciando que ele implante no Brasil um regime semelhante após 1945.

e) participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial ao lado das democracias, criando uma situação interna contraditória, pois o país vivia, até aquele ano, uma ditadura.

39 (EsSA) Sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, pode-se afirmar que

a) limitou-se ao fornecimento de matérias primas estratégicas aos aliados e ao auxílio no patrulhamento do Atlântico Sul.

b) o ingresso no conflito deu-se a partir de uma aproximação diplomática e comercial com as potências aliadas, em especial os EUA, e após o clamor popular decorrente dos repetidos ataques de submarinos alemães a navios mercantes brasileiros.

c) foi limitada ao papel diplomático de mediação entre as potências aliadas e os países do Eixo.

d) não teve nenhuma influência na crise do Estado Novo.

e) a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi decisiva nos combates travados nas ilhas japonesas do Pacífico.

40. (EsSA) Na Segunda Guerra Mundial, o Brasil participou, ao lado dos aliados, com um contingente de mais de 20.000 homens que formaram a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Esse contingente destacou-se nas batalhas

- de Palmares.
- da Normandia.
- dos Guararapes.
- de Monte Castelo.
- do Monte das Tabordas.

Gabário:

- | | | | | |
|-------|-------|-------|-------|-------|
| 01. a | 02. c | 03. c | 04. e | 05. a |
| 06. a | 07. a | 08. c | 09. a | 10. e |
| 11. d | 12. d | 13. c | 14. e | 15. b |
| 16. c | 17. e | 18. c | 19. c | 20. d |
| 21. b | 22. c | 23. c | 24. c | 25. d |
| 26. a | 27. c | 28. a | 29. b | 30. c |
| 31. b | 32. c | 33. d | 34. c | 35. b |
| 36. e | 37. c | 38. e | 39. b | 40. d |

Capítulo 7

A “REDEMOCRATIZAÇÃO” E O POPULISMO (1946-1964)

O Governo Dutra (1946-1951)

Conforme vimos anteriormente, o general Eurico Gaspar Dutra, candidato à presidência pelo PSD, venceu as eleições e assumiu a Presidência da República em 1946. No mesmo ano, Dutra convocou uma assembleia para elaborar a quinta constituição do país.

Todos os partidos políticos, inclusive o Partido Comunista, participaram da elaboração da nova Constituição. Apesar disso, na Assembleia, dominaram os representantes do liberalismo, vinculados aos setores rurais, principal base eleitoral do PSD.

Assim, em setembro de 1946, promulgou-se a quinta constituição brasileira. Nela prevaleceram as características liberais com sentido conservador, tais como:

- Manutenção da República Federativa Presidencialista;
- Voto secreto e universal para maiores de 18 anos, excluindo-se soldados, cabos e analfabeto;
- Divisão do Estado em três poderes;
- Preservação da estrutura de propriedade da terra, não se tocando nos latifúndios;
- A estrutura sindical de cunho fascista foi mantida, embora algumas inovações progressistas tivessem sido aprovadas, como a implantação de um sistema tributário que fixava taxas mais altas para os detentores de maiores rendas;
- Não foram aprovadas propostas de nacionalização de minas, bancos de depósitos e empresas de seguros, além da federalização da Justiça, que diminuía o controle das oligarquias rurais sobre o judiciário.

Dutra procurou apoiar-se em vários partidos a fim de combater o crescimento do PCB e de movimentos populares, adotando medidas que proibiam a existência do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT).

O próximo passo foi a suspensão das eleições sindicais e, finalmente, em 1947, a determinação da ilegalidade do PCB, cassando o mandato de seus representantes no Congresso, inclusive o de Luís Carlos Prestes, que fora eleito o senador mais votado da República.

Mantendo esta política, o governo, até o fim de 1948, acabou por determinar a intervenção em todos os sindicatos de trabalhadores no país.

No plano da política externa, a guerra fria envolvendo a disputa por áreas de influência entre Estados Unidos e União Soviética, acabou por afetar a vida política brasileira, fazendo com que o governo Dutra acentuasse seus vínculos com os Estados Unidos.

Em 1946, durante a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, ocorrida

em Petrópolis, o presidente dos Estados Unidos Garry Truman esteve no Brasil, o que fortaleceu a posição do Brasil que neste mesmo ano acabou rompendo relações diplomáticas com a União Soviética.

Em 1948, era fundada a Organização dos Estados Americanos (OEA) com ampla e ativa participação do Brasil no seu estabelecimento.

Dutra também foi o responsável pela tentativa de colocar em prática o primeiro plano de governo global do país, o chamado Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Em seu governo ainda pavimentou a rodovia Rio-São Paulo e instalou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Ainda no plano econômico foram consumidos os saldos comerciais acumulados durante a Segunda Guerra Mundial (aproximadamente 700 milhões de dólares), graças à chamada Lei das Importações, que liberou a entrada de produtos estrangeiros no país.

Junto com este processo, veio um pesado processo inflacionário, visto que, para acompanhar o crédito, cresceu assustadoramente a emissão de papel-moeda. Tal situação gerou uma forte alta dos preços no mercado interno, diminuindo assustadoramente o poder aquisitivo da população, principalmente nos primeiros anos do governo Dutra.

A partir de 1948, as importações começaram a precisar de uma licença prévia fornecida pelo governo, o que provocou uma certa diminuição das importações, favorecendo desta maneira a industrialização nacional.

Ao mesmo tempo, o governo elevou o preço do café e das matérias-primas no mercado internacional, procurando desta forma equilibrar a balança de comércio brasileiro. Essa situação econômica junto com a diminuição do poder aquisitivo da população, acabava favorecendo ao governo Vargas, devido à comparação que era feita involuntariamente pela população entre os dois governos.

A NOVA ERA VARGAS

A Política Nacionalista de Vargas

Getúlio buscou sempre realizar um governo nacionalista cuja característica fosse a defesa dos interesses nacionais. Dizia que era “Preciso atacar a exploração das forças internacionais” para que o país alcançasse a sua tão sonhada “independência econômica”.

A proposta nacionalista de Vargas era duramente questionada e atacada pelo governo norte-americano, pelas empresas estrangeiras instaladas no Brasil ou por representantes destas empresas. Normalmente estes, membros do grupo economicamente dominante no país, visto que tal modelo de política era considerado um perigo para tais grupos.

Estabeleceu-se no Congresso Nacional e na Imprensa um amplo e caloroso debate entre os grupos: nacionalista, que apoiava o modelo varguista e os entreguistas, que pretendiam uma vinculação e, conseqüentemente, uma exploração ainda maior do capital estrangeiro na economia brasileira.

Um dos momentos mais importantes do debate entre os dois grupos ocorreu quando da nacionalização da exploração do petróleo no Brasil.

O grupo nacionalista defendia que a extração e a distribuição do petróleo brasileiro fosse feita por uma empresa brasileira e estatal e propagavam o slogan “O petróleo é nosso”. Os entreguistas eram favoráveis a se permitir a exploração do petróleo a grupos estrangeiros.

A campanha do petróleo teve um final favorável ao grupo nacionalista e, em 1953, foi criada a PETROBRÁS (lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953), empresa estatal responsável pelo monopólio total da extração e, parcialmente, do refino do petróleo brasileiro.

Ainda em 1953, o governo propôs uma Lei de Lucros Extraordinários que limitava a remessa de lucros das empresas estrangeiras ao exterior. A lei, entretanto, foi barrada no Congresso, devido às pressões dos grupos internacionais.

Diante das ameaças que a política nacionalista de Getúlio passava a representar para o grande capital internacional e para os seus representantes no país, a oposição começou a articular-se. A UDN, principal partido de oposição, e que havia sido derrotado nas eleições de 1946 e 1950, torna-se o principal instrumento de contestação ao governo.

O objetivo era articular a derrubada de Getúlio do poder. Um dos principais líderes de oposição a Getúlio foi o jornalista Carlos Lacerda, político da UDN e diretor do jornal *Tribuna da Imprensa* e conhecido como O Corvo.

O modelo trabalhista de Getúlio Vargas

Para a classe trabalhadora das cidades, Vargas anunciava a construção de uma “verdadeira democracia social e econômica”. Para o presidente, democracia daria ao trabalhador não só os direitos políticos, mas, também, o direito de desfrutar e beneficiar-se do progresso que ele mesmo criava com seu trabalho.

A eclosão da crise política e o suicídio de Vargas

A UDN e a imprensa de oposição continuaram a atacar violentamente o governo de Vargas, através de uma série de denúncias de corrupção envolvendo elementos do governo Vargas, além de abuso de poder de outros elementos ligados ao presidente.

Em 5 de agosto de 1954, o líder da oposição Carlos Lacerda, acabou sendo vítima de um atentado contra a vida, ocorrido na porta do prédio onde morava o jornalista, na rua Toneleiros, em Copacabana.

Lacerda escapou ferido com um tiro no pé, porém o “amigo” e guarda-costas que o acompanhava, major da Aeronáutica Rubem Vaz, acabou morrendo no atentado.

As investigações feitas pela Aeronáutica após o atentado, acabaram levando à prisão dos assassinos e à vinculação destes com Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio. Criou-se desta forma, a relação da qual a oposição precisava para pressionar Vargas a deixar o cargo de presidente.

Diante de tal situação as pressões aumentaram e, nos dias 22 e 23 de agosto, surgiram manifestações militares exigindo a renúncia de Getúlio Vargas. O presidente, no entanto, recusava-se a deixar o cargo, mesmo denunciando as manobras oposicionais, o presidente ficava cada vez mais isolado no poder.

Finalmente, no dia 24 de agosto pela manhã, Getúlio recebe mais um ultimato, desta vez com a assinatura do ministro da Guerra, Zenóbio da Costa exigindo seu afastamento. Isolado no Palácio do Catete, Vargas pratica seu último ato político, redige a carta testamento e suicida-se com um tiro no coração.

A morte de Vargas comoveu grande parte da população, gerando um clima de comoção nacional. Carlos Lacerda fugiu do país, com medo de uma reação popular. Os diretórios da UDN pelo país foram destruídos pelo povo.

Os meses que ainda faltavam para completar o mandato de Getúlio, a presidência caberiam ao Vice-presidente Café Filho, que se afastou do cargo por motivo de doença. Pela ordem sucessória, seria a vez de Carlos Luz presidente da Câmara dos Deputados, porém, como era do partido da UDN, Luz renuncia e assumiu Nereu Ramos, na época, presidente do Senado.

Assumindo o poder, Nereu Ramos deflagrou o processo de sucessão eleitoral, desviando para esta disputa as tensões da nação. O quadro político, neste momento, era bastante simples, senão vejamos:

- PTB, com a morte de Getúlio, ficava sem um grande nome, João Goulart, que poderia assumir a liderança, era, neste momento, contestado por sua pouca idade e experiência política.
- UDN, apontada como a causadora da morte de Getúlio, estava desgastada e não tinha condições de apresentar qualquer nome, naquele momento, que pudesse ganhar as eleições.
- PSD, partido que estava coligado ao PTB e que, portanto, poderia apresentar uma candidatura, o ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Diante deste quadro, não é de se estranhar que o grande vencedor das eleições de 1955 fosse Juscelino.

O Governo Juscelino Kubitschek – JK (1956-1961)

Após a sua vitória nas urnas, Juscelino teve que contar com o apoio do General Henrique Teixeira Lott, seu ministro da Guerra, para sufocar dois movimentos de setores militares, que tentavam impedir a sua posse, sob a alegação que sua candidatura e de João Goulart (vice-presidente) tinham sido financiadas por grupos comunistas internacionais.

Juscelino orientou todo o seu governo para promover transformações radicais na estrutura econômica do país. Pretendia acelerar o processo de desenvolvimento industrial brasileiro, para tal, conta com o chamado Plano de Metas, programa de governo elaborado por seu ministro do planejamento, Celso Furtado.

O slogan do Plano de Metas era “fazer o Brasil crescer 50 anos em 5”. Para tal, era necessário a entrada de empresas multina-

cionais, sendo as primeiras foram as indústrias automobilísticas, Ford, GM Willys, Volkswagen.

Paralelamente, pretendia superar o subdesenvolvimento resultante do “atraso” do setor primário da economia, isto é, do setor rural. Para cuidar dos problemas regionais dos estados do Nordeste, criou a SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), em 1959.

É importante lembrar que, neste mesmo ano, a Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro, ajudado por Che Guevara, derrubava o governo de Fulgêncio Batista em Cuba; provando que a situação agrária era capaz de provocar uma revolução social de profundidade.

A construção de Brasília, a nova capital, símbolo do Brasil moderno e industrializado, significou a abertura de uma nova “frente de colonização”. A transferência do centro das decisões políticas para o centro do território pretendia servir de fator de integração nacional.

A relação à política de Juscelino partiu de vários setores da sociedade:

- As classes médias estavam insatisfeitas com política desenvolvimentista, pois ela havia provocado um significativo aumento da inflação. Consequentemente, houve aumento do endividamento do país com o exterior, em especial com bancos norte-americanos.
- Os problemas da fome, analfabetismo e desemprego não se resolveram a despeito de medidas, como a construção de Brasília. Por um lado, a construção da nova capital demandou enorme utilização de mão-de-obra, por outro, aumentou a inflação por causa dos vultosos recursos gastos.

Os setores rurais não se beneficiaram da modernização, pois a política clientelista dos coronéis emperrava qualquer iniciativa inovadora. Os desequilíbrios entre o campo e a cidade se acentuaram.

O Governo Jânio Quadros (1961)

Para tomar posse em janeiro de 1961, sucedendo a Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros teve que concorrer como candidato da UDN, contra o marechal Henrique Teixeira Lott. Lott contava com o apoio do PTB e do PSD, além de Ademar de Barros, candidato independente, pelo PSP.

Contando com uma votação maciça, Jânio apoiava João Goulart, candidato à vice-presidência pelo PTB, ignorando o próprio candidato da UDN, Roberto Campos. Desta forma, João Goulart foi novamente eleito vice-presidente.

Jânio governou o país num momento de forte crise financeira, com uma extensa inflação e de um déficit na balança de pagamentos, acompanhado por uma consequente dívida externa. Para combater tal situação, Jânio instalou, uma política antiinflacionária, restringindo os créditos, congelando os salários e incentivando as exportações.

Na política externa, o ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, procurou desenvolver umas políticas independentes, buscando desvincular o país da influência dos dois grandes blocos políticos: EUA e URSS.

Arinos restaurou as relações diplomáticas com a União Soviética, além de condecorar um dos líderes da revolução cubana, o médico argentino Ernesto “Che” Guevara. Tais atitudes começaram a preocupar os representantes norte-americanos, assim como os setores brasileiros ligados ao capital internacional.

Um dos mais ferrenhos opositores a Jânio foi o então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, que acusou o presidente de estar preparando um golpe de Estado. Sem apoio dos setores da sociedade brasileira, nem da direita nem da esquerda, muito menos dos setores populares, não restou a Jânio senão renunciar ao cargo.

Alegando pressões das chamadas “forças ocultas”, o presidente renunciou após sete meses de governo, provocando uma crise política, já que seu vice-presidente, João Goulart, estava ausente do país em visita à China, representando o governo brasileiro como solução. Foi dada posse ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili.

O Governo João Goulart (1961-1964)

O passado getulista de Goulart, além de suas ligações com os sindicatos e sua proposta reformista e nacionalista, levou à formação de duas correntes de opiniões.

Uma, opositora, liderada por Carlos Lacerda e representante da UDN, que procurou com o apoio de setores militares, impedir a posse de João Goulart, sob a alegação de que o mesmo se ausentaria do país sem autorização, logo ficando impedido de tomar posse.

Outra corrente defendia a legalidade constitucional, apoiando a posse de Goulart, já que ele estava representando o governo brasileiro e, portanto, em condições legais de assumir o governo.

Diante de tal quadro de dualidade, o Exército acabou dividido entre as duas correntes. Mas, graças à atuação do general Machado Lopes, comandante do III Exército (RGS), Goulart acabou tendo a sua posse garantida.

Para que a posse ocorresse, foi necessário um acordo político entre as duas correntes. O resultado deste acordo foi a adoção do sistema parlamentarista de governo em setembro de 1961.

Por esta medida, os Poderes do presidente ficavam limitados, sendo esta a condição negociada para que Goulart, popularmente chamado de Jango, pudesse assumir o poder. Para o cargo de presidente do Conselho de Ministros, foi eleito, pela Câmara dos Deputados, Tancredo Neves.

Contando com um forte apoio popular, Jango convocou um plebiscito para 6 de janeiro de 1963, onde o povo foi consultado sobre a manutenção ou não do sistema parlamentarista. O resultado foi a vitória esmagadora do presidencialismo, devolvendo, assim, os poderes, retirados em 1961, a João Goulart.

A crise econômica, no entanto, era uma realidade, obrigando o Ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica, Celso Furtado, a implementar o chamado Plano Trienal que havia sido elaborado ainda durante o período parlamentarista, para combater os problemas de ordem econômica.

A proposta do Plano Trienal acabava entrando em colisão com a política de mobilização popular, isto porque, o plano econômico visava combater a inflação e promover o desenvolvimento da economia a partir do setor industrial. No entanto, exigia também uma ampla austeridade econômica e financeira.

Como exemplo das medidas do Plano Trienal, o presidente, após o plebiscito, começou a preparar o Programa das Reformas de Base, incluindo:

- a reforma agrária, com a divisão dos latifundiários;
- a reforma eleitoral, com o voto dos analfabetos;
- a reforma universitária, ampliando as vagas nas faculdades públicas e acesso de estudantes a órgãos diretivos educacionais.

Tais transformações ameaçavam os interesses dos setores tradicionais da sociedade brasileira, que reforçaram a oposição a Jango.

Jango deu ênfase ainda à sua política nacionalista, elaborando leis, limitando a remessa de lucros para o exterior, o abuso do poder econômico, monopolizou a importação de petróleo e encampou as refinarias de petróleo particulares.

A tensão atingiu o auge quando Jango criou a lei implementando o 13º salário, que foi recusada pelo Congresso, levando os trabalhadores a entrarem em greve. Ao mesmo tempo, os movimentos populares pressionavam o governo para que as reformas fossem concretizadas e até ampliadas.

No dia 13 de março, Jango fez um comício em frente a Central do Brasil no Rio de Janeiro, onde aproximadamente 300.000 trabalhadores o apoiavam e aplaudiam. O presidente decretara a nacionalização das refinarias de petróleo e desaprovava as terras à margem das ferrovias e rodovias e em regiões de irrigação de açudes públicos.

Tais medidas atendiam aos setores populares e rurais da sociedade brasileira, inclusive as Ligas Camponesas, organizadas por Francisco Julião, que acenavam com a perspectiva de uma revolução camponesa socialista, nos moldes da ocorrida em Cuba.

A reação dos proprietários rurais e de setores da burguesia não demorou. Uma semana após o comício, cerca de 400.000 pessoas realizavam a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, demonstrando o descontentamento com o apoio político assumido pelo governo.

Tal manifestação acabou marcando o início do movimento organizado por grupos de oficiais das Forças Armadas e de alguns setores conservadores da sociedade brasileira para derrubar o governo que, naquele momento, representava um amplo e significativo perigo para o seu poder econômico e político.

Para agravar ainda mais a crise política, Jango apresenta proposta de participação política de suboficiais das Forças Armadas, provocando, desta forma, um movimento de confrontação entre a oficialidade e os sargentos e marinheiros.

Diante de tal quadro de confrontação, os oficiais, aparentemente neutros, acabaram por apoiar a conspiração e a derrubada do governo de João Goulart.

No dia 31 de março de 1964, iniciou-se o movimento que acabou depondo João Goulart em 1º de abril de 1964. Este movi-

mento foi liderado pelos generais Luís Carlos Guedes e Olímpio Mourão Filho, e apoiado pelos governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais e Carlos Lacerda, da Guanabara.

Jango acabou sendo totalmente abandonado pelos militares legalistas. A greve geral decretada pela CGT fracassou e, as manifestações civis foram facilmente reprimidas. No Rio Grande do Sul, os partidos do governador Leonel Brizola, cunhado e partidário do presidente, não resistiram e, no dia 2 de abril, João Goulart se asilou no Uruguai.

O golpe político foi muito bem visto e recebido pelos Estados Unidos. Os EUA estavam preocupados com o avanço de uma política neutralista e nacionalista pregada pelo governo civil de Jango.

A neutralidade defendida por uma “política externa independente” e a não-intervenção nos assuntos internos dos países, entenda-se “respeito à soberania nacional”, irritava os Estados Unidos, que desejava a formação de um bloco anticomunista no continente, em função da posição cubana.

Por sua vez, o nacionalismo econômico ameaçava os interesses das empresas multinacionais norte-americanas, que desejavam garantir o mercado interno brasileiro para seus produtos.

EXERCÍCIOS

A questão seguinte é composta por três proposições I, II e III que podem ser falsas ou verdadeiras. Examine-as identificando as verdadeiras e as falsas e em seguida marque a alternativa correta dentre as que se seguem:

01. I. A crise de 1929 no Brasil acelerou o processo de substituição de importações.
 - II. Com o fim da Segunda Guerra e do Estado Novo, o setor industrial emergiu como a área mais dinâmica da economia brasileira.
 - III. O “desenvolvimentismo” - ao utilizar como estratégia a realização de investimentos diretos, financiados por meio de emissões monetárias - contribuiu para agravar o processo inflacionário.
- a) se todas as proposições forem verdadeiras.
 - b) se apenas forem verdadeiras as proposições I e II.
 - c) se apenas forem verdadeiras as proposições I e III.
 - d) se apenas forem verdadeiras as proposições II e III.
 - e) se todas as proposições foram falsas.
02. **O desenvolvimento foi um dos elementos de maior importância nos debates políticos e intelectuais ocorridos no Brasil, a partir da década de 40, sendo também a preocupação das políticas governamentais do período.**
- Assinale a opção que NÃO expressa uma política governamental no período:**
- a) O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) imprimiu um caráter nacional ao desenvolvimentismo com restrições ao capital estrangeiro e criação de empresas estatais.
 - b) Os “cinquenta anos em cinco”, “slogan” do Programa de Metas de JK, caracterizado por um rápido crescimento industrial, foi facilitado pela atração de capitais estrangeiros.
 - c) A política desenvolvimentista, em todas as suas etapas, foi acompanhada por crescente interferência do Estado no do-

mínio econômico através da formulação de planos, criação de agências de financiamento e de empresas estatais.

- d) A abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, a partir do Estado Novo, com a participação dos Estados Unidos no desenvolvimento da siderurgia, foi o principal fator de estímulo ao desenvolvimento brasileiro.
- e) As empresas estatais de grande porte criadas no período, como a Vale do Rio Doce, a Petrobrás e a Eletrobrás, colocavam sob o controle do governo setores de base considerados estratégicos, que exigiam vultuosos investimentos.

03. O golpe que derrubou o Presidente João Goulart, em 1964, representou a culminância de uma crise iniciada no final da década anterior. Assinale a opção que NÃO apresenta um elemento dessa crise.

- a) O apoio da maioria conservadora do Congresso Nacional ao programa de Reformas de Base.
- b) As resistências à posse de João Goulart, quando da renúncia de Jânio Quadros.
- c) O agravamento do quadro econômico com a ascensão da inflação.
- d) A politização crescente de vários movimentos sociais, como as Ligas Camponesas.
- e) Os movimentos de indisciplina militar de marinheiros e sargentos.

04. Assinale a opção que apresenta uma característica do quadro partidário brasileiro, entre 1945 e 1964:

- a) Todos os Partidos surgidos ao final do Estado Novo representavam as forças de oposição à ditadura.
- b) A UDN (União Democrática Nacional), principal força de oposição a Getúlio Vargas, foi a grande vencedora nas eleições nacionais do período.
- c) A permanente e radical oposição entre PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) pode ser associada à oposição rural X urbano.
- d) Os maiores Partidos Políticos (PSD, UDN e PTB) eram organizações criadas a partir de cúpulas tendo limitado bases populares.
- e) Os Partidos do período eram instituições fortemente marcadas por práticas democráticas e rigor doutrinário.

05. Até o começo do século XX, pertence à Bolívia. Com o ciclo da borracha (1827-1915), os brasileiros tornam-se a maioria da população e, em 1899, quando os bolivianos começam a recolher imposto, eles se revoltam. Os conflitos terminam com a assinatura do Tratado de Petrópolis (17/11/1903): o Brasil recebe a posse definitiva do território em troca de áreas no Mato Grosso, do pagamento de 2 milhões de libras esterlinas e do compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré para o escoamento de produtos bolivianos. Integrado ao Brasil como território, é elevado à condição de Estado em 15/6/1962, durante o governo João Goulart.

O Estado da Federação de que fala o texto é:

- a) Acre b) Amapá c) Amazonas d) Bahia e) Alagoas

06. “O populismo manifesta-se já no fim da ditadura e permanecerá uma constante no processo político até 1964.” (Francisco Weffort, O POPULISMO NO BRASIL)

O fenômeno político conhecido sob o nome de “populismo” no Brasil e na América Latina caracteriza-se:

- a) como fenômeno político desvinculado do processo de urbanização e industrialização.
- b) como um poder político das massas e suas reivindicações.
- c) por movimento de massas sem lideranças carismáticas.
- d) por grupos políticos identificados exclusivamente com as elites econômicas.
- e) como um estilo de governo sempre sensível às pressões populares, principalmente as rurais.

07. “Bota o retrato do velho outra vez

Bota no mesmo lugar
O sorriso do velhinho
Faz a gente se animar, oi
Eu já botei o meu
E tu não vais botar?
Já enfeitei o meu
E tu vais enfeitar?
O sorriso do velhinho
Faz a gente trabalhar”

(RETRATO DO VELHO, de Mário Pinto e Haroldo Lobo)

Esse samba, muito popular na época, foi utilizado como instrumento de propaganda pelo movimento político que visava o retorno do seu líder. Identifique esse movimento e seu líder.

- a) Jacobinismo e Floriano Peixoto.
- b) Monarquismo e D. Pedro II.
- c) Janismo e Jânio Quadros.
- d) Queremismo e Getúlio Vargas.
- e) Tenentismo e Luís Carlos Prestes.

08. “(...) é fenômeno das regiões atingidas pela intensificação do processo de urbanização. Estabelece suas raízes mais fortes em São Paulo, região de mais intenso desenvolvimento industrial no país (...) é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa. (...) A massa se volta para o Estado e espera dele o sol ou a chuva, ou seja, entrega-se de mãos atadas aos interesses dominantes.”

Este texto de F. Weffort:

- a) faz considerações sobre o coronelismo no Brasil.
- b) caracteriza a política brasileira pós-64.
- c) descreve uma forma de dominação política que emergiu com a revolução constitucionalista de 1932.
- d) caracteriza a forma de poder oligárquico na República Velha.
- e) trata do populismo no Brasil.

09. Com base nos documentos assinale a alternativa correta.

I) “Excelentíssimo Sr. Deputado Ranieri Mazzilli.

DD. Presidente da República em exercício.

Senhor Presidente:

Em face da próxima chegada do Sr. Doutor João Belchior Marques Goulart a Brasília, com o fito de prestar compromisso perante o Congresso Nacional e indicar à aprovação dele o nome do Presidente do Conselho e a composição do Primeiro Conselho de Ministros, bem como para receber em sessão do

Congresso Nacional posse, juntamente com aquele Conselho e o seu Presidente, tudo nos termos do Artigo 21, parágrafo único da Emenda Constitucional n 4 (Ato Adicional de 02/09/1961), venho, na minha condição de Presidente do Congresso, solicitar de Vossa Excelência as indispensáveis garantias ao desembarque, permanência em Brasília e investidura na Presidência da República do Senhor Doutor João Goulart (...).”

Auro de Moura Andrade. (Presidente do Congresso Nacional, em 03/09/1961).

II) “Excelentíssimo Senhor Senador Auro de Moura Andrade: Senhor Presidente:

Nos termos e para os efeitos do Ato Adicional, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência e ao Congresso Nacional que indico para o Cargo de Primeiro-Ministro o Senhor Tancredo de Almeida Neves, que, por meu intermédio, submeto à patriótica consideração desse plenário o seguinte Gabinete: (segue-se a lista dos Ministros) (...).”

João Belchior Marques Goulart. (Presidente da República, em 08/09/1961).

- Os dois documentos contêm indícios que revelam ser presidencialista o sistema de governo na ocasião.
- Estes documentos não contêm informações que permitam saber se o sistema de governo, na ocasião, era o presidencialismo, ou o parlamentarismo.
- O primeiro documento - e somente ele - revela que era parlamentarista o sistema de governo na ocasião.
- Os dois documentos contêm informações que revelam ser parlamentarista o sistema de governo na ocasião.
- O segundo documento - e somente ele - revela que era parlamentarista o sistema de governo na ocasião.

10. A partir da Segunda Guerra Mundial e até 1960, o Brasil, a exemplo de outros países do denominado “Cone Sul”, teve sua história marcada por um processo de modernização caracterizado:

- pela criação de uma política desenvolvimentista baseada em um processo de industrialização associado aos capitais estrangeiros.
- pela organização de políticas de moldes socialistas que ocasionaram a fuga de capitais estrangeiros.
- pela elaboração de uma política populista, caracterizada por uma intensa reforma agrária, levando a um processo de crescimento do mercado interno.
- pelo surgimento de governos militares de regime ditatorial instalado para frear a expansão de movimentos socialistas.
- pela preservação de uma política oligárquica e de caráter nacionalista, responsável por um desenvolvimento industrial contrário aos interesses norte-americanos.

11. Os governos de Getúlio Vargas (1930-45/1951-54), no Brasil, de Juan Domingo Perón (1946-55), na Argentina, de Victor Paz Estensoro (1952-56/1960-64), na Bolívia, e de Lázaro Cárdenas (1934-40), no México, foram, alguns dos mais significativos exemplos do populismo latino-americano que se caracterizou notadamente:

- pela aliança com as oligarquias rurais na luta contra os movimentos de caráter socialista.
- pelo predomínio político do setor agrário-exportador em detrimento do setor industrial.

- pelo nacionalismo, e intervenção do Estado na economia, priorizando o setor industrial.
- por propostas radicais de mudanças nas estruturas sócio-econômicas, em oposição ao capitalismo internacional.
- por ter concedido às multinacionais papel estratégico nos setores agrário e industrial.

12. O desenvolvimento do governo de Juscelino Kubitschek, que se traduziu no Plano de Metas, foi realizado com:

- imensas dificuldades porque não previa a utilização de investimentos estatais.
- consideráveis investimentos da Comunidade Europeia e dos países asiáticos.
- grandes investimentos do Estado e entrada maciça de capital estrangeiro.
- investimentos particulares nos serviços públicos e privatização das empresas estatais.
- imposição de restrições nas atividades políticas e implantação da reserva de mercado para as empresas nacionais.

13. Uma das dimensões, talvez a mais importante, do denominado estilo desenvolvimentista do período de Juscelino Kubitschek foi o pleno enquadramento do Brasil às:

- diretrizes políticas de caráter nacionalistas, influenciadas por princípios neoliberais.
- doutrinas do crescimento dependente, que possuíam forte influência da social-democracia.
- normas das centrais sindicais internacionais, emanadas dos movimentos anarquistas da Itália.
- novas exigências do capitalismo internacional, que tinha os Estados Unidos como centro hegemônico.
- regras do sistema financeiro mundial, que tinha a Grã-Bretanha como polo catalisador.

14. As medidas populares e nacionalistas, tomadas no início de 1964 e que culminaram com o “Comício do dia 13”, aprofundaram a chamada “guinada popular e de esquerda” do governo populista de:

- | | |
|---------------------|--------------------|
| a) João Goulart. | b) Jânio Quadros. |
| c) Carlos Lacerda. | d) Leonel Brizola. |
| e) Ranieri Mazilli. | |

15. As eleições presidenciais brasileiras, ocorridas neste ano, envolveram oito candidatos, concorrendo por partidos ou alianças diversas. Alguns dos candidatos fizeram, em suas campanha, referências a episódios ou a personagens da história política brasileira do século XX. Entre tais referências pode-se mencionar a lembrança do:

- nascimento de vários partidos entre 1979 e 1982, momento da “reforma partidária”, quando surgiram, entre outros, o PMDB de Orestes Quéricia e o PRN de Carlos Gomes.
- golpe militar de 1964, defendido àquela época pelo PFL e pelo PSC, que instalou no poder o almirante Fortuna, presidenciável nas últimas eleições.
- desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, que governou de 1956 a 1961, e que fez aparecer a proposta social-democrata, defendida por Esperidião Amin e por Enéas Carneiro.

- d) “impeachment” do presidente Fernando Collor de Mello, ocorrido em 1992 e que contou com a participação favorável, entre outros, de Luis Inácio Lula da Silva e de Fernando Henrique Cardoso.
- e) período presidencial de Getúlio Vargas entre 1951 e 1954, quando se formaram os atuais partidos políticos de esquerda - PT e PTB - e quando surgiu a liderança política de Leonel Brizola.
- 16. Assinale a alternativa correta sobre a denominada política externa independente do governo Jânio Quadros:**
- Manter o país atrelado ao bloco socialista e participando do processo de divisão mundial do trabalho.
 - Submeter projetos de desenvolvimento nacional à apreciação de um comitê norte-americano.
 - Captação de recursos internos para a solução de todos os problemas sociais.
 - Assumir a defesa da Aliança para o Progresso e apoiar a política de isolamento de Cuba.
 - Reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética e apoio à tese de autodeterminação dos povos.
- 17. A Segunda Guerra Mundial e as transformações subsequentes abalaram profundamente o equilíbrio de poderes até então existente, abrindo caminho para uma nova ordem político-econômica e militar, com evidentes implicações no Terceiro Mundo. Neste contexto, a política externa do Governo Eurico Gaspar Dutra expressava:**
- favorecimento ao bloco socialista.
 - alinhamento à política norte-americana.
 - postura neutralista.
 - visão terceiro-mundista de resistência ao imperialismo.
 - posição de defesa da autodeterminação latino-americana.
- 18. O início da implantação da indústria de base liga-se à política nacionalista da era Vargas. As dificuldades externas, devido ao envolvimento dos países industrializados nas guerras, contribuíram para que se consolidasse a política das substituições das importações. Dentre as realizações que marcaram o último governo de Getúlio Vargas (1951-1954), e que se tornaram importantes para o desenvolvimento econômico do país, podemos citar:**
- a transferência da Capital Federal para Brasília.
 - o programa de integração econômica da Amazônia, com a instalação do porto livre de Manaus.
 - o estabelecimento do monopólio da extração e da refinação do petróleo.
 - a instalação da indústria automobilística no país.
 - a criação do Banco Nacional de Habitação.
- 19. Os filmes “Vidas Secas”, de Nelson Pereira dos Santos e “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, de Glauber Rocha são obras do cinema brasileiro que procuravam exprimir a realidade concreta do país, com toda a sua crueza e brutalidade. Tais obras enquadram-se numa manifestação do cinema nacional conhecida, na década de sessenta, por:**
- Movimento do Cinema Novo.
 - Ciclo da Vera Cruz.
 - Movimento do Cinema Popular.
 - Ciclo da Atlântida.
 - Movimento do Instituto Nacional do Cinema.
- 20. O período de João Goulart (1961-1964) foi marcado por grande instabilidade. Pode-se dizer que esse governo viveu sobre o signo do golpe de Estado. Sobre o referido período, é correto afirmar que:**
- a emenda parlamentarista de 1961 aumentou o poder do presidente da república.
 - o sucesso do Plano Trienal no combate à inflação e na retomada do crescimento econômico estabilizou a economia.
 - a constante maioria do governo no Congresso era garantida pela aliança entre o PTB e a UDN.
 - os grandes empresários liberaram recursos para a execução das reformas de base.
 - a proposta de reforma agrária, com emenda constitucional, provocou uma forte oposição dos proprietários rurais ao governo.
- 21. São características do segundo governo Vargas (1951-1954):**
- instabilidade política, crescente aumento do custo de vida, oposição sistemática do PTB e PSD às medidas governamentais, não participação do capital estrangeiro nas atividades econômicas.
 - estabilidade política, desenvolvimento econômico, monopólio estatal do petróleo, apoio da ampla frente partidária (UDN, PTB, PSD, PCB) ao programa de governo.
 - crescente instabilidade política, aumento do custo de vida, greves, monopólio estatal do petróleo, sistemática oposição da UDN ao governo.
 - intransigente defesa dos interesses populares, apoio sistemático do Partido Comunista, monopólio estatal do petróleo, proibição da entrada de capitais estrangeiros no país.
 - limitada participação do capital estrangeiro, nas atividades econômicas, controle da inflação, estabilidade política, oposição sistemática da UDN e PC ao programa de governo.
- 22. A redemocratização do Brasil, em 1945, e o fim da Segunda Guerra Mundial consolidaram uma política externa, já esboçada durante o conflito Mundial, que pode ser caracterizada pelo(a):**
- “pragmatismo responsável”, no qual os interesses econômicos prevaleceram sobre as posições políticas.
 - alinhamento aos Estados Unidos e ao Bloco Capitalista no contexto da Guerra Fria.
 - “política externa independente”, que priorizava a aproximação com as antigas colônias recém-independentes.
 - valorização da integração e formação de blocos dentro de uma concepção latino-americanista.
 - aproximação com os países europeus, visando recuperar os mercados perdidos durante a Segunda Guerra.
- 23. No seu segundo governo, Getúlio Vargas (1951-1954), para pôr em prática seu programa de investimento, criou em 1952 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), destinado a:**
- fornecer créditos em longo prazo e juros baixos para incentivar a atividade industrial.
 - atrair investimentos estrangeiros, especialmente a indústria automobilística.
 - construir casas para a população de baixa renda.
 - anular ou reduzir as deficiências infra-estruturais que impediam o regular desenvolvimento da economia brasileira.

- e) colocar em prática as propostas de desenvolvimento sugeridas pelas missões de cooperação econômica americanas.
24. (EsSA) O período histórico brasileiro compreendido entre 1964 e o início de 1985 assinalou uma mudança no regime político brasileiro. O início deste período, em 1964, foi marcado por um Golpe de Estado que interrompeu o mandato presidencial de...
- Castelo Branco.
 - Jânio Quadros.
 - Juscelino Kubitschek.
 - João Goulart.
 - Emílio Garrastazu Médici.
25. (EsSA) "(...) procurou implementar o Plano Trienal e reduzir as desigualdades regionais. Elaborado (...) pelo economista Celso Furtado, o plano pretendia deter a inflação sem diminuir o crescimento econômico. Para tal projeto, além de gastos públicos e das contenções temporárias de salários, previa-se a adoção de reformas de base (estruturas agrária, tributária, administrativa, bancária, eleitoral e educacional) que pudessem dinamizar a economia nacional.
(Flavio de Campos, "Oficina de História - História do Brasil")
O fragmento faz referência ao governo de:
- João Goulart.
 - Getúlio Vargas.
 - Juscelino Kubitschek.
 - Jânio Quadros.
 - Eurico Gaspar Dutra.
26. (EsSA) A Rede Globo exibiu uma minissérie denominada "JK", relativa à vida de um dos presidentes da República Contemporânea. Foi característica deste governo:
- implantação do salário mínimo
 - direito de voto às mulheres
 - criação da ELETROBRÁS
 - Plano de Metas
 - "Milagre Econômico"
27. (EsSA) Na década de 60, o parlamentarismo foi implantado no Brasil. A adoção desse sistema de governo:
- solucionou a crise política, ao permitir a posse de João Goulart.
 - significou o controle do Congresso Nacional pelo Poder Judiciário.
 - determinou a supremacia do Poder Executivo sobre o Legislativo.
 - provocou a renúncia do Presidente Jânio Quadros, contrário à medida.
28. (EsSA) O sistema eleitoral da República Velha (1889-1930)
- favoreceu a participação das elites urbanas na vida política.
 - garantiu o predomínio das manifestações do poder privado.
 - eliminou as possibilidades de fraudes por meio da diplomação.
 - estabeleceu a igualdade jurídica entre os estados-membros
- da União.
29. (EsSA) O governo João Goulart (1961-1964) nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado, na proporção em que:
- o parlamentarismo, em 1961, tornou-se um ato que visava à limitação do poder presidencial.
 - o "Comício pelas Reformas de Base", em 1964, agravou a conspiração golpista de civis e militares.
 - a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", em 1964, intensificou a ofensiva política contra o Governo.
 - o aumento dos salários concedidos aos trabalhadores rurais, em 1962, provocou a insatisfação política dos latifundiários.
30. (EsSA) No contexto político-econômico do governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), destacou-se a:
- condição do Estado de restringir a modernização econômica brasileira.
 - restrição aos direitos dos trabalhadores de intervir nas decisões políticas do poder público.
 - participação do capital estrangeiro, por meio de suas empresas, no processo de desenvolvimento da indústria.
 - concessão de benefícios econômicos sociais, contidos na legislação trabalhista elaborada para os camponeses nordestinos.
31. (EsSA) Em 1951, Getúlio Vargas retomou, com todo vigor, a política econômica sob a bandeira de defesa dos interesses do País. Esse modelo nacionalista visava:
- ampliar a legislação trabalhista aos camponeses, como forma de resolver as disparidades sociais.
 - promover o desenvolvimento sustentável através de um amplo projeto de inserção no capitalismo internacional.
 - preservar o domínio estatal sobre as riquezas minerais, setor estratégico para o desenvolvimento das indústrias de base.
 - intensificar a remessa de lucros das empresas estrangeiras como estratégia para solucionar o déficit nas contas públicas.
32. (EsSA) Sobre o Brasil de 1945 a 1964, assinale a proposição CORRETA:
- No governo de Jânio Quadros, tivemos a construção de Brasília, atual capital da República.
 - O governo de Eurico Gaspar Dutra corresponde ao início da Segunda Guerra Mundial e à implantação do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP.
 - O governo de Juscelino Kubitschek instituiu um "Plano de Metas" cujo objetivo era o desenvolvimento nacional. Como consequência desta política, ocorreu a introdução expressiva do capital estrangeiro e uma violenta inflação.
 - No governo de João Goulart, ocorreu a Promulgação da Constituição de 1964, através de uma Assembleia Constituinte.
 - No governo de Getúlio Vargas, tivemos a Construção da Usina hidrelétrica de Itaipu através do consórcio Brasil-Paraguai.

Capítulo 8

OS GOVERNOS MILITARES

O Governo Castelo Branco (1964-1967)

Derrubado João Goulart do poder, os ministros militares, Arthur da Costa e Silva, do Exército, Correia de Mello, da Aeronáutica e Augusto Rademaker, da Marinha assumiram o comando político do país e escolheram para ocupar o cargo de presidente da República, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

No dia 9 de abril de 1964, era decretado o primeiro de uma série de atos políticos que tinham como objetivo dar uma capa de legalidade às decisões dos militares. Estes atos eram denominados Atos Institucionais (A.I.). Este A.I. nº 1 tornava a eleição para presidente da República indireta, isto é, sem o voto popular.

No dia 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional aceitou a indicação dos ministros militares e Castelo Branco assumiu o cargo de presidente no dia 15 de abril do mesmo ano. Deveria governar até 31 de janeiro de 1966, completando o período de Jânio e Jango, porém seu mandato foi prorrogado até 15 de março de 1967.

Como primeiro ato de seu governo, Castelo Branco revogou os decretos de Jango que promovia as reformas de base, revogando os decretos de nacionalização das refinarias de petróleo, assim como o que desapropriava as terras.

Iniciaram um violento processo de repressão política, contra aqueles que eram considerados opositores do regime militar:

- Cassou, suspendendo, os direitos políticos de 378 pessoas, entre as quais três ex-presidentes: Juscelino, Jânio e Jango – seis governadores, entre eles, Magalhães Pinto, de Minas Gerais e Carlos Lacerda, da Guanabara, que apoiaram o golpe e 55 membros do Congresso Nacional.
- Demitiu 10.000 funcionários públicos.
- Mandou instaurar 5.000 inquéritos, envolvendo 40.000 pessoas.

No plano econômico, das empresas estrangeiras no Brasil, permitindo que as multinacionais ficassem livres para mandar dinheiro para fora do país.

Instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), acabando desta forma com a estabilidade de emprego para o trabalhador brasileiro, permitindo assim que as empresas passassem a dispensar a mão-de-obra a qualquer momento, transformando-o em instrumento de pressão sobre o trabalhador.

Estabeleceu um amplo programa de controle sobre os salários e sobre os movimentos operários, intervindo nos sindicatos, proibindo e reprimindo greves.

Em 27 de outubro de 1965, decretou o AI-2 que estabelecia, entre outras decisões, as seguintes:

- Maiores poderes para o presidente fazer o Congresso aprovar as leis;

- Competência da Justiça Militar para julgar civis que, de acordo com o governo, tivessem cometido crimes contra a segurança nacional;
- Fechou os partidos políticos e, depois de algum tempo, reorganizou-os sob a forma de bipartidarismo, ou seja, apenas dois partidos:
 - Um da situação, isto é, favorável ao governo: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional)
 - Um de oposição, isto é, contrário ao governo: MDB (Movimento Democrático Brasileiro)

Em 5 de fevereiro de 1966, era a vez de ser instituído o AI-3, determinando que os governadores e vice-governadores também seriam eleitos de maneira indireta. Além disso os prefeitos das capitais não seriam mais eleitos e sim, nomeados pelos governadores dos respectivos Estados.

Mais tarde, os prefeitos de outras centenas de municípios passaram a ser também indicados pelos governadores sob a justificativa de municípios de segurança nacional.

Dentro deste quadro, aqueles que tentassem discordar, eram presos, cassados, exilados ou ainda poderiam viver em perigosa clandestinidade. Universidades, colégios e sindicatos eram invadidos pela polícia. Vários segmentos destas categorias foram presos e submetidos aos chamados IPM's (Inquéritos Policiais Militares).

O Governo Costa e Silva (1967-1969)

O marechal Arthur da Costa e Silva assumiu a presidência, em 15 de março de 1967, contra a vontade do marechal Castelo Branco. Costa e Silva era ministro do Exército e contava com o apoio dos seus comandados, acabou por assumir o mandato presidencial.

Costa e Silva passa a governar com uma nova Constituição, a quinta do período republicano, que havia sido promulgada no dia 24 de janeiro de 1967.

Esta Constituição dava grandes Poderes ao presidente da República, sendo modificada novamente por uma emenda constitucional de 17 de outubro de 1969. De acordo com sua nova versão, apenas o presidente da República poderia propor leis sobre:

- Matéria financeira
- Criação de cargos, funções ou empregos públicos.
- Fixação ou modificação dos efetivos das Forças Armadas
- Organização administrativa ou judiciária, a matéria tributária e orçamentária.
- Serviços públicos e a administração do Distrito Federal
- Servidores públicos da União
- Concessão de anistia relativa a crimes políticos

Durante o governo do marechal Costa e Silva, cresceram no país manifestações públicas contra a ditadura militar. Apesar de uma repressão policial violenta, estudantes saíram às ruas em passeatas, operários organizaram greves contra o arrocho salarial, os políticos mais corajosos faziam discursos atacando a violência da ditadura.

Os padres progressistas pregavam contra a fome do povo e a tortura que passou a ser praticada pelos órgãos de segurança contra os adversários da ditadura.

No Rio de Janeiro, em 1968, mais de cem milhões de pessoas saíram à rua em passeata, protestando contra o assassinato do estudante Edson Luís, de 18 anos, pela polícia.

O ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, tentou então promover uma união das diversas correntes políticas, contra o movimento que ele mesmo havia apoiado em 1964.

A proposta política era formar uma ampla frente para defender a promulgação de uma nova Constituição, pela anistia, por eleições diretas em todos os níveis; daí a aproximação com os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Diante das pressões da sociedade em favor da democracia, o governo militar reagiu de maneira extremamente forte. Foi decretado, no dia 13 de dezembro de 1968, o AI-5, o mais violento dos instrumentos de força lançado pelo regime militar.

Utilizando-se do AI-5, o governo prendeu milhares de pessoas em todo o país, entre as quais destacamos Carlos Lacerda, o marechal Lott e Juscelino. O ato:

- Fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado;
- Cassou os mandatos por dez anos de 110 deputados federais, 160 deputados estaduais, 163 vereadores, 22 prefeitos e, afastou ainda, 4 ministros do Supremo Tribunal Federal;
- Decretou o confisco de bens.

Em agosto de 1969, o general Costa e Silva, foi impedido de continuar a exercer a presidência. Pela Constituição, quem deveria assumir era o vice-presidente, o civil Pedro Aleixo.

Os ministros militares, Lyra Tavares, do Exército, Augusto Rademaker, da Marinha e Souza Mello, da Aeronáutica impediram a posse de Pedro Aleixo, formando uma junta provisória que governou o Brasil durante dois meses.

Durante este período, os militares promoveram uma série de modificações na Constituição de 1967, numa nova emenda que, na prática dava mais poderes ao presidente.

No dia 22 de outubro, após dez meses de recesso, o Congresso, já sem os deputados cassados pelo AI-5, foi reaberto para receber a indicação do general Garrastazu Médici à presidência da República. No dia 25 do mesmo mês, o general Médici era eleito e no dia 30 de outubro tomava posse no cargo.

O Governo Médici (1969 - 1974)

Durante o governo Médici, o país passaria pelo período mais repressivo de todos os governos militares. Os atos terroristas (como sequestros de pessoas e aviões, assaltos a bancos etc.) atingiram o auge. No centro do país, na região do rio Araguaia, organizou-se a guerrilha que pretendia derrubar o governo à força.

O AI-5 continuaria sendo utilizado e nenhuma medida abrandaria a ditadura plena imposta após a sua decretação. Já no início de 1970, muitos mais e outros meios de comunicação sofreram a censura prévia.

Os DOI-CODI conquistavam autonomias e, em pouco tempo, liquidaram grupos terroristas de extrema esquerda. Avançaram também contra outros setores da sociedade, criando um clima de temor e insegurança entre todos aqueles que ousavam buscar formas de repúdio à situação.

Diante deste quadro não era de se espantar que um número cada vez maior de intelectuais e artistas procurasse exílio em outros países, como forma de não sofrerem retaliações.

Por outro lado, o modelo econômico adotado gerou um rápido crescimento que, entre 1969 e 1973, atingiu taxas que variaram entre 7% e 13% ao ano. Os meios de comunicação passaram a chamar isto, ufanisticamente, de “milagre brasileiro”, levando à euforia a empresa brasileira e o capital estrangeiro.

A classe média encontrava várias oportunidades de empregos com o crescimento da atividade das multinacionais no país, além, é claro, de um aumento no padrão de consumo, resultando numa sofisticação desconhecida por muitos. O responsável, por tal crescimento, foi a expansão do crédito do consumidor.

Beneficiada pelo crescimento econômico, a classe média, de maneira geral, passou a legitimar o governo e suas atitudes ou, pelo menos, a se omitir quanto à participação política. Nas eleições de novembro de 1970, a ARENA foi vitoriosa, mas a oposição, incentivando os votos brancos e nulos, obteve 30%.

Os anos 70 foram marcados pela polarização política, resultando na adoção por parte do governo de uma política ufanista, sustentada por slogans do tipo “Brasil, ame-o ou deixe-o”, o Brasil era tricampeão de futebol no México em 1970, eram realizados festivais de músicas populares etc.

Em fins de 1971, foi instituído o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Além deste, foi criado ainda o Programa de Integração Nacional.

É neste período que são iniciadas a obra monumental, ou faraônica, alguma das quais jamais concluídas até hoje, como é o caso da Rodovia Transamazônica outras obras deste período, por exemplo: a hidrelétrica de Ilha Solteira e a ponte Rio-Niterói (Ponte Costa e Silva).

Apesar da modernização e do crescimento econômico acelerados, muitas camadas da população não se beneficiaram com o “milagre”. A estes setores, os economistas do governo, cujo grande representante era o ministro Delfim Neto, afirmavam que “É preciso primeiro fazer crescer o bolo, para depois dividi-lo”.

O resultado deste modelo de política econômica pode ser sentido ao tomarmos conhecimento dos seguintes dados:

- 1964 – morriam 70 crianças para cada 1.000 nascidas.
- 1972 – dos 3.950 municípios, somente 2.638 possuíam abastecimento de água encanada.
- 1973 – existiam 600 mil menores abandonados na cidade de São Paulo e rio fim dos 70, o número chegava a 10 milhões em todo o Brasil.
- Segundo o Banco Mundial, em 1975 existiam 70 milhões de analfabetos no país.
- 1979 – morriam 92 crianças para cada 1.000 nascidas.

O Governo Geisel (1974 - 1979)

Como fim do mandato de Médici, outro general era indicado e eleito indiretamente pelo colégio eleitoral para a Presidência da República: o general Ernesto Geisel, que fazia parte do grupo de oficiais militares favoráveis à devolução gradual do poder aos civis.

O novo presidente estava disposto a promover, conforme suas palavras, um processo gradual, lento e seguro da abertura democrática.

O governo Geisel começou sua ação democratizante, diminuindo a censura sobre os meios de comunicação, ficando este mecanismo restrito a jornais, *O Pasquim*, *O São Paulo* (publicação da Arquidiocese paulista).

Garantiu, ainda, a realização, em 1974, de eleições livres para senadores, deputados e vereadores, antecedidas de amplo debate político pela televisão. O resultado foi que o MDB, partido único de oposição obteve aproximadamente 15 milhões de votos e elegeu 16 senadores, contra 5 da ARENA, partido governista que contabilizou 12 milhões de votos. Tal resultado acabou assustando os militares de linha dura.

A ideia de uma abertura democrática na política amedrontava certos setores militares de linha dura que continuaram a agir de maneira violenta.

Em outubro de 1975, o DOI-CODI de São Paulo, órgão de repressão, ligado ao II Exército, efetuou inúmeras prisões de supostos membros do Partido Comunista Brasileiro. Dentre as quais a do jornalista Vladimir Herzog, que mais tarde foi encontrado morto em sua cela.

Contra todas as evidências, o comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, apresentou uma declaração para os meios de comunicação, afirmando que o jornalista havia praticado o "suicídio". Diante de tal afirmação, o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, realizou na Catedral da Sé, um culto ecumênico, como forma de demonstração de desagrado das oposições.

Em janeiro de 1976, novamente no DOI-CODI de São Paulo, outro "suicídio" era anunciado, desta vez do operário Manuel Fiel Filho. Tal fato provocou uma rápida reação do Presidente Geisel, substituindo o general Ednardo D'Ávila Mello, por um oficial de sua confiança. Tal atitude delimitou a atuação dos setores radicais dos militares.

Temeroso de um rápido avanço das oposições, o presidente Geisel retrocedeu no processo de abertura política: em 1976 decretou uma lei que limitava a propaganda eleitoral dos candidatos do rádio e televisão, reduzindo à apresentação do nome, número e currículo dos candidatos, sem que houvesse debates.

Em abril de 1977, decretou o chamado "pacote de abril", uma série de medidas autoritárias, entre as quais destacamos:

- Um entre os dois senadores que seriam eleitos em cada Estado, seria escolhido diretamente pelo governo. Instituiu-se, assim, o chamado "senador biônico", isto é, senadores não eleitos por voto popular.
- Os governadores continuariam sendo escolhidos em eleições indiretas.
- O mandato do seu sucessor foi aumentado para seis anos.

Em outubro de 1978, válido somente para vigorar a partir de 1º de janeiro de 1979, Geisel revogou os atos institucionais, entre eles o famoso AI-5.

No plano econômico, Geisel elaborou o II PND, enfatizando a necessidade de expansão das indústrias de bens de produção (máquinas, equipamentos pesados, aço, cobre, energia elétrica etc.), a fim de se obter uma significativa infra-estrutura econômica para o progresso econômico-industrial do país.

Neste período, estimularam-se grandes obras visando o "desenvolvimento e ao crescimento" do país, nos seguintes fatores:

- Setor de Mineração – exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás, extração da bauxita (minério de alumínio), através da ALBRAS e da ALUNORTE.
- Setor Energético – construção de potentes usinas hidrelétricas, como Itaipu, Sobradinho, Tucuruí, etc., além da assinatura do acordo de cooperação Brasil-Alemanha Ocidental, no plano da energia nuclear, para a implantação de oito reatores nucleares no Brasil.

Ao final do governo Geisel, pode-se dizer que houve uma certa disputa na eleição indireta para presidente da República, envolvendo os seguintes nomes:

- Pela ARENA, disputavam os candidatos general João Batista de Oliveira Figueiredo e como vice-presidente, Aureliano Chaves.
- Pelo PMDB, disputavam os candidatos general Euler Bentes Monteiro e como vice-presidente, Paulo Brossard.

Na votação do Colégio Eleitoral, o general Figueiredo obteve 335 votos contra 266 do general Euler Bentes.

A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

I. O Governo Figueiredo (1979-1985)

Durante o governo do general Figueiredo, as manifestações populares foram crescendo através de movimentos de críticas às decisões autoritárias e centralizadoras do governo militar. Diversos setores da sociedade brasileira (sindicatos de trabalhadores, grupos de empresários, Igreja, associações artísticas e científicas, universidades e imprensa), passaram a reivindicar a redemocratização do país.

Diante de tal situação, o governo assumiu o compromisso de realizar a "abertura política" e devolver a democracia ao Brasil. Diante deste processo de abertura política, os sindicatos representativos das classes trabalhadoras se fortalecem e reaparecem as primeiras greves contra o achatamento salarial.

Dentre estas greves, devemos destacar a dos operários metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em São Paulo. De onde começou a surgir a figura de Luís Inácio Lula da Silva, que mais tarde vai se transformar no candidato à presidência da República pelo PT.

A campanha da sociedade pela redemocratização do país obteve os primeiros resultados positivos, entre os quais podemos destacar:

- Anistia ampla e geral, vigorando para todos aqueles que foram punidos pelo governo militar. Dessa forma, vários brasileiros que ainda se encontravam no exílio puderam retornar ao país. Os cassados foram reabilitados na sua cidadania.
- Porém, no segmento militar, aqueles que foram punidos pelo governo, não puderam voltar às Forças Armadas, o que não conferiu à anistia um sentido irrestrito.
- O bipartidarismo foi eliminado, instituindo-se em seu lugar, o pluripartidarismo, com o aparecimento de novos partidos políticos para disputar as eleições. O aparecimento de novos partidos ocorreu a partir da fragmentação do MDB, visto que a ARENA permaneceu basicamente unida.

Desta forma apareceram:

- ARENA
- PDS – Partido Democrático Social
- MDB
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PT – Partido dos Trabalhadores
- PDT – Partido Democrático Trabalhista
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

No plano econômico, o ministro do Planejamento, Delfim Neto, procurou executar o III PND, que apresentava como principal preocupação promover o crescimento da renda nacional e do emprego; o desenvolvimento de novas fontes de energia.

O governo, no plano energético, lançou o chamado Pro-álcool (Programa Nacional do Álcool), visando substituir gradualmente o petróleo importado, que passava neste momento por uma forte crise, com o aumento dos preços internacionais. Lembrem-se: “Carro a álcool, você ainda vai ter um”.

Outros grandes problemas para III PND foram:

- Dívida Externa – após obter empréstimos junto ao FMI (Fundo Monetário Internacional), o Brasil tornou-se subsergente aos banqueiros internacionais, estabelecendo uma grande ciranda financeira, contraindo novos empréstimos para saldar os antigos, ficando cada vez mais endividado.
- Inflação – Os desequilíbrios econômicos acabaram levando a inflação durante o governo Figueiredo a alcançar cifras de mais de 200% ao ano, tendo os trabalhadores seus salários corroídos pela alta diária do custo de vida.
- Desemprego – provocado pela falta de investimentos nos setores produtivos, na expansão das empresas. Acabou por provocar uma redução do crescimento econômico e, conseqüentemente, do desemprego. Em 1983, a situação no Rio e em São Paulo tornou-se desesperadora, com os saques a supermercados.

No plano político, a abertura provocou descontentamento entre os militares de extrema direita, que começaram a provocar os chamados “atentados terroristas”:

O 1º ato, em 1980, em São Paulo e Minas, as bancas de revistas e jornais, que vendiam publicações consideradas “subversivas”, sofreram incêndios.

O 2º, em julho, durante a visita do Papa João Paulo II ao Brasil, o jurista Dalmo Dallari, notório opositor do sistema e que iria discursar na presença do Papa, foi sequestrado e agredido por desconhecidos.

O 3º, em agosto de 1980, ocorria o primeiro atentado à bomba no Conselho Federal da OAB, no Rio de Janeiro, com vítima fatal.

No 4º, foi a vez do atentado à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na sala de um vereador do PMDB, mutilando um funcionário.

O 5º ato, em 30 de abril de 1981, ocorreu o famoso episódio do atentado do Riocentro, onde ocorria um “show” musical em homenagem ao dia do Trabalho. Uma bomba explodiu dentro de um carro, no colo do sargento do Exército, Guilherme Pereira do Rosário, especialista em explosivo, matando-o instantaneamente e ferindo gravemente o capitão Wilson Machado, que dirigia o carro. Outra bomba havia sido colocada na casa de força, mas não chegou a explodir.

Depois de várias investigações, os militares concluíram que o capitão e o sargento tinham sido vítimas de terroristas não identificados.

Nas eleições de 1982, o povo demonstrou sua insatisfação elegendo um grande número de candidatos da oposição nos principais estados brasileiros. Finalmente, no dia 15 de março de 1983, assumiam o poder os novos governadores escolhidos em eleições populares.

Nada mais fácil de entender que as pressões exercidas pelas camadas populares para que o sucessor de Figueiredo fosse escolhido através de eleições diretas, fizesse surgir daí a campanha das “Diretas Já”

No dia 25 de abril de 1984, em Brasília, Goiânia e mais nove municípios sob estado de emergência, o Congresso Nacional votou a Emenda Dante de Oliveira: 298 deputados votaram a favor, 65 contra, três abstiveram-se e 112 não compareceram. Resultado final: faltaram 22 votos para que a emenda fosse aprovada. Continuava a eleição presidencial feita de forma indireta.

EXERCÍCIOS

01. O próximo presidente da República será eleito, em 15 de janeiro de 1985, por um Colégio Eleitoral composto por:

- todos os prefeitos das capitais, todos os deputados federais e estaduais.
- todas as pessoas alfabetizadas, maiores de 18 anos, portadoras do título eleitoral.
- todos os deputados federais e senadores e uma representação de seis deputados estaduais de cada Assembleia Legislativa.
- 138 representantes dos governadores estaduais e todos os componentes do Congresso Nacional.
- todos os deputados estaduais e federais e todos os senadores.

02. O processo de redemocratização brasileiro, no final da década de 1970, combinou pressões da sociedade civil e a estratégia de distensão/abertura do próprio regime militar, como pode ser observado na(no):

- vitória do movimento popular das “Diretas Já”, permitindo eleições gerais diretas em 1982.
- concessão de anistia “ampla, geral e irrestrita”, por lei de iniciativa do governo, mas que excluía as principais lideranças ligadas ao governo derrubado em 1964.
- total autonomia do movimento sindical, forçada pelas greves do ABCD paulista.
- revogação dos Atos Institucionais, por iniciativa do governo, após negociação com setores representativos da sociedade civil.
- “pacote de abril” de 1977, que transformou o Congresso Nacional em Assembleia Constituinte.

03. Morreu durante o cumprimento do mandato presidencial:

- Jânio Quadros.
- João Goulart.
- Emílio Médici.
- Castelo Branco.
- Costa e Silva.

04. Fernando Henrique Cardoso antes de candidatar-se a Presidente, disputou e perdeu as eleições para:

- o Governo do Estado de São Paulo.
- a Câmara dos Deputados Federais.
- Prefeito Municipal de São Paulo.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
- Câmara dos Vereadores da cidade de São Paulo.

05. “Formados por terras pertencentes aos Estados do Amazonas e do Mato Grosso, o território é criado em 13/9/1943, com o nome de Guaporé. A descoberta de jazidas de cassiterita e a construção de rodovias estimulam a economia, até então baseada apenas na borracha e na castanha-do-pará. Torna-se Estado em 1981.”

- Rio Grande do Sul.
- Rondônia.
- Piauí.
- Pernambuco.
- Rio de Janeiro.

06. A morte interrompeu o mandato presidencial de:

- Juscelino Kubitscheck.
- Jânio Quadros.
- João Goulart.
- Castelo Branco.
- Costa e Silva.

07. Um golpe de Estado interrompeu o mandato presidencial de:

- Juscelino Kubitscheck.
- Costa e Silva.
- João Goulart.
- Emílio Médici.
- Ernesto Geisel.

08. O Ato Institucional nº. 5, editado durante o governo do General Costa e Silva, permitiu a esse presidente da República, entre outras medidas:

- convocar uma Assembleia Nacional Constituinte.
- criar novos ministérios e empresas estatais.
- decretar o recesso parlamentar e promover cassações de mandatos e de direitos políticos.
- contratar maiores empréstimos no exterior.
- promover uma reformulação do sistema partidário.

09. Os governos dos presidentes Geisel e Figueiredo foram marcados pela chamada “distensão política, gradual e segura”. Sobre ela pode-se afirmar:

- ocorreu graças à delegação paternalista do poder militar, então hegemônico.
- desenvolveu-se pela pressão direta do governo norte-americano.
- ocorreram pela pressão dos setores políticos e econômicos dominantes no Brasil, em busca de novas relações de hegemonia.
- surgiu e desenvolveu-se pela iminente possibilidade de acesso ao poder dos partidos de extrema esquerda.
- foi estimulada pela pressão dos grandes proprietários interessados em impedir a reforma agrária.

10. Associe, corretamente, numa única alternativa, as duas colunas a seguir:

I	Ato Institucional número 5 (AI-5)	1	Governo Geisel (1974-1979)
II	PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo)	2	Governo Figueiredo (1979-1985)
III	"Milagre Brasileiro"	3	Governo Costa e Silva (1967-1969)
IV	"Pacote de Abril"	4	Governo Castelo Branco (1964-1967)
V	Lei de Anistia	5	Governo Médici (1969-1974)

- I - 1, II - 2, III - 3, IV - 4, V - 5.
- I - 2, II - 3, III - 4, IV - 5, V - 1.
- I - 3, II - 4, III - 5, IV - 1, V - 2.
- I - 4, II - 5, III - 1, IV - 2, V - 3.
- I - 5, II - 1, III - 2, IV - 3, V - 4.

11. Sobre o fim do período militar no Brasil (1964-1985), pode-se afirmar que ocorreu de forma:

- conflituosa, resultando em um rompimento entre as forças armadas e os partidos políticos.
- abrupta e inesperada, como na Argentina do General Galtieri.
- negociada, como no Chile, entre o ditador e os partidos na ilegalidade.
- lenta e gradual, como desejavam setores das forças armadas.
- sigilosa, entre o presidente Geisel e Tancredo Neves, à revelia do exército e dos partidos.

12. Os governos militares (1964-1985) adotaram algumas diretrizes políticas e econômicas responsáveis pela(o):

- liberdade sindical e Nacionalismo.
- arrocho salarial e subordinação ao capital estrangeiro.
- não endividamento externo e estatização das empresas.
- redistribuição de renda a maior liberdade às pequenas empresas.
- não intervencionismo do Estado na economia.

13. A transição lenta, gradual e segura para a democracia, iniciada no governo Geisel em 1974, completa-se na Constituição de 1988, que pôs fim aos últimos vestígios do regime autoritário. Dentre as consequências deste processo mencionamos:

- o não aparecimento de fortes abalos sociais, o restabelecimento de direitos políticos, embora ainda houvesse desigualdade social e falta de confiança no Estado, marcado historicamente pelo clientelismo e corrupção.
- inúmeras crises sociais que obrigaram o regime a retroceder e voltar ao autoritarismo anterior.
- a instalação de uma economia forte, caracterizada pela igualdade de oportunidades, sem a concentração de renda.
- a punição rigorosa de todos os crimes políticos e indenização a todas as vítimas deste período.
- a ascensão ao poder de grupos radicais, com práticas contrárias à democracia, inviabilizando a abertura.

14. “CENSURA AO ‘PARALAMAS’ TRAZ TESOURA DE VOLTA

Extinta oficialmente em 1985, a censura treina novos cortes nos tempos de abertura: o grupo Paralamas do Sucesso foi proibido de cantar a música ‘Luís Inácio’ num show em Brasília”.

(O GLOBO, 19-07-95)

O conteúdo da notícia, embora em situação e contexto diferentes, faz-nos lembrar a época em que a censura foi aplicada com intensidade na ditadura militar, especialmente após 1968, quando a repressão se tornou mais rigorosa com o AI-5, imposta num ambiente marcado por vários fatores, dentre eles o:

- fim oficial do FGTS, o que irritou os trabalhadores pela perda dos valores depositados.
- enfraquecimento da base política do governo no Congresso, com a recusa dos parlamentares em permitir a perda da imunidade de um deputado para processo judicial.
- apoio do chamado Tropicalismo, manifestação cultural de defesa da ditadura, principalmente por meio da música.
- movimento de revolta de Jacareacanga, no Pará, que contestava o regime, conseguindo, entre os militares, cada vez maior número de adeptos.
- apoio garantido pela compra pelo Brasil de um porta-aviões para ser incorporado à Marinha como suporte aeronaval às medidas repressoras do governo.

15. A Política de Distensão, levada a cabo pelo General Ernesto Geisel, visava:

- amainar a tensão política entre Governo e Oposição.
- ampliar a base de apoio do Governo junto às Forças Armadas.
- anular as ações políticas de seu antecessor, General Médici.
- garantir a sobrevivência do Milagre Econômico.
- retomar decisões estratégicas definidas pela Junta Militar.

16. A economia brasileira na década de 1980 se caracterizou:

- pela continuação do modelo de substituição de importações, que mantinha o equilíbrio da balança de pagamentos.
- pela estagnação do PIB e pelo aumento do volume das exportações que se orientava para saldar a dívida externa.
- pelo aumento da produção industrial e do mercado consumidor, o que permitia uma divisão mais igualitária da renda.
- pelo crescimento acelerado do PIB, que convivia com altas taxas de inflação.
- pelo crescimento exagerado da renda e do produto, que era acompanhado da elevação do nível de vida em geral.

17. Leia o texto.

“A situação brasileira apresenta assim perspectiva de agravamento das principais contradições entre o povo e o governo, entre a esmagadora maioria da nação e o imperialismo norte-americano, tendendo a adquirir caráter mais agudo. Qualquer das saídas presentemente tentadas pelas classes dominantes não amainará as divergências entre os grupos políticos em choque e muito menos o descontentamento e a luta popular. Os imperialistas ianques, aliados à reação interna, se esforçarão para consolidar o que obtiveram a 1 de abril e intensificarão sua atividade neocolonialista no Brasil.”

(*Extrato de documento do Partido Comunista do Brasil, 1966*)

Todas as afirmativas traduzem corretamente as ideias contidas no texto, EXCETO:

- A constatação de que o imperialismo americano é aliado das forças da reação.
- A percepção de que o povo está desencantado e disposto a lutar contra a ditadura.
- A preocupação da esquerda brasileira com a situação política do país no pós-64.
- O entendimento de que à crise interna deve se somar a pressão dos interesses externos.
- O entendimento de que só as classes dominantes serão capazes de pôr fim à crise.

18. O golpe político-militar de 1964 acarretou transformações na economia brasileira originadas das mudanças nas relações de trabalho, das novas necessidades do desenvolvimento capitalista no país e das mudanças na conjuntura internacional.

Todas as alternativas apresentam indicadores corretos das transformações na economia brasileira pós-64, EXCETO:

- A abertura do país às empresas multinacionais a partir da abolição das restrições à remessa de lucros para o exterior.
- A adoção de uma nova política salarial e a implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) substituindo o sistema de estabilidade no emprego.
- A consolidação do setor industrial nacional através da elevação dos salários urbanos e do aumento da oferta e do consumo de bens não duráveis.
- A elevação do volume de impostos e a consequente falência de um grande número de pequenas e médias empresas.
- A expansão da indústria petroquímica, siderúrgica e do alumínio, realizada sob o patrocínio do Estado, com a participação de conglomerados nacionais e estrangeiros.

19. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) esteve no centro da crise que resultou no golpe político-militar de 1964.

Todas as alternativas apresentam afirmações corretas sobre o PTB, EXCETO:

- Alguns setores do PTB, após o suicídio de Vargas, conseguiram uma grande autonomia e defenderam a formação de uma frente popular, a Frente Parlamentar Nacionalista, para neutralizar a ala de centro do Partido.
 - O fortalecimento da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) junto às classes trabalhadoras urbanas deslocou o PTB de sua posição hegemônica e rompeu o equilíbrio político da década de 60.
 - O partido surgiu como instrumento de manipulação do governo Vargas e buscou, em especial, conter o avanço do Partido Comunista Brasileiro no controle da classe trabalhadora.
 - O PTB manteve uma coligação eleitoral histórica com o PSD (Partido Social Democrático), que tinha sua base política no campo e era sustentado pelo localismo e coronelismo.
 - O PTB tinha características marcadamente nacionalistas, defendia uma política estatizante em relação à economia e apresentava feição reformista.
- 20. A reforma partidária, que implantou o pluripartidarismo no Brasil, no governo Figueiredo, tinha por objetivo:**
- consolidar os resultados das eleições de 1974 que deram ampla vitória ao partido do governo, o PDS.
 - levar os liberais, concentrados no PP, para engrossar as fileiras do PRS e fortalecer o apoio ao governo.
 - quebrar o monopólio que o MDB exercia na oposição fragmentando-o em inúmeros partidos e evitando a sua ascensão ao poder.
 - revigorar o PDT para que esse pudesse enfrentar o PT nas eleições majoritárias.
 - utilizar os antigos militantes da UDN nos quadros da ARENA para que essa, fundindo-se com o PDS, vencesse as eleições para governadores.

21. Em 1968, Caetano Veloso, ao defender num festival a sua composição “É Proibido Proibir”, assim respondeu às vaias do público: “Mas é isso que é a juventude que quer tomar o poder. Vocês têm coragem de aplaudir este ano uma música que vocês não teriam coragem de aplaudir o ano passado! São a mesma juventude que vai sempre, sempre matar o velhote inimigo que morreu ontem. Vocês não estão entendendo nada, nada, nada Absolutamente nada (...) O problema é o seguinte: estão querendo policiar a música brasileira. Mas eu e o Gil já abrimos o caminho (...). Nós, eu e ele tivemos coragem de enfrentar em todas as estruturas e sair de todas. E vocês? E vocês? Se vocês em política forem como estética estamos feitos.”

(HOLLANDA, Heloisa Buarque e GONÇALVES, Marcos A. Cultura e Participação. Anos Sessenta COLEÇÃO TUDO É HISTÓRIA, vol.41, Brasiliense, São Paulo, 1982, p.6)

Quando Caetano fala sobre o policiamento da música brasileira ele se refere a um conjunto de medidas repressivas tomadas pelos governos militares, que culminaria:

- na promulgação do Ato Institucional n 05 (AI-5).
- na criação do Departamento de Censura.

- no fechamento da UNE.
- na criação do Departamento de Ordem Política Social.
- na extinção dos partidos políticos.

22. Atuando em quadro internacional mutável, também mudam as formas que configuram as relações entre os países.

Assinale a alternativa correta sobre a política externa brasileira na década de 80 deste século:

- Abertura irrestrita do mercado consumidor nacional à indústria estrangeira de informática.
- Conjugação de esforços para maior aproximação latino-americana.
- Interferência diplomática e militar nos problemas políticos da América Central.
- Apoio ao regime racista sul-africano.
- Participação de tropas brasileiras na Força Interamericana de Paz, criada por deliberação da OEA para intervir na República Dominicana.

23. “O ano de 1967 surpreendeu a todos com o sucesso nacional de uma peça de teatro. A intenção do autor não era menos de esquerda que a do Teatro de Arena. Mas os seus textos, não mais do que duas ou três personagens atribuíam ao social apenas a função de pano de fundo, concentrando-se nos conflitos interindividuais, forçosamente psicológicos. Além disso, a estranha humanidade que habitava seus dramas, composta de prostitutas de terceira categoria, desocupados, câftens, garçons homossexuais, não constituía propriamente o povo ou o proletariado, nas formas dramáticas imaginadas até então.”

(Décio de Almeida Prado - Teatro: 1930-1980 (ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO), in HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA III - O BRASIL REPUBLICANO - ECONOMIA E SOCIEDADE - 1930-1964. Texto adaptado).

Identifique, a partir dos subsídios do texto, o autor e respectiva peça teatral:

- Nelson Rodrigues - BONITINHA MAS ORDINÁRIA.
- Dias Gomes - O PAGADOR DE PROMESSAS.
- Plínio Marcos - NAVALHA NA CARNE.
- Gianfrancesco Guarnieri - ELES NÃO USAM BLACK-TIE.
- Glauber Rocha - TERRA EM TRANSE.

24. No período em que o Brasil foi dirigido por governos militares a decretação do AI 5 (Ato Institucional número 5) representou um “endurecimento” do regime instalado em 1964, que pode ser explicado pela(s):

- inquietação dos setores militares favoráveis à redemocratização.
- ação dos grupos de oposição, que trocaram a luta armada pela oposição parlamentar ao regime.
- crise decorrente do impedimento do Presidente Costa e Silva.
- crise econômica resultante do esgotamento do milagre brasileiro.
- crescentes manifestações oposicionistas de líderes políticos, estudantes e intelectuais contra o regime.

25. Desmembrado por lei complementar de 11/10/1977, é transformado em Estado em 1/1/1979, com a posse do primeiro governador e da Assembleia Constituinte. É uma das mais prósperas fronteiras agrícolas do país.
- Mato Grosso do Sul.
 - Minas Gerais.
 - Pará.
 - Paraíba.
 - Paraná.
26. (EsSA) O movimento denominado "Diretas já!", que começou reunindo poucos milhares de pessoas nas principais cidades brasileiras, acabou ganhando a simpatia da maior parte da população do país e tomou proporções gigantescas. Esse movimento exigia:
- eleições diretas depois da renúncia de Jânio Quadros.
 - o fim do AI-5, a volta dos direitos políticos e o retorno das eleições pelo voto universal.
 - o fim das torturas e a aprovação da lei de anistia política.
 - a anistia política e o retorno dos exilados políticos para o Brasil.
 - o fim da ditadura militar e eleições diretas para presidente.
27. (EsSA) Movimento guerrilheiro, vinculado ao PC do B, que contou com o apoio da população local do Pará, sendo considerado pelo General Hugo Abreu, comandante das tropas enviadas para sufocar a revolta, "o mais importante movimento armado já ocorrido no Brasil rural". O movimento ao qual o texto se refere foi:
- a Guerra de Canudos
 - a Coluna Prestes
 - a Revolução Constitucionalista de 1932
 - o Movimento dos Sem Terra - MST
 - a Guerrilha do Araguaia
28. (EsSA) O Regime Militar instaurado em 1964 entrava, a partir de 1968, num momento crucial. A sociedade, intelectuais, artistas, políticos da oposição e o movimento estudantil se mobilizavam em grandes manifestações, por todo o país, sofrendo, com isso, violenta repressão. Diante das pressões, o governo militar reagiu, decretando:
- a instalação do regime parlamentarista como forma de limitar os poderes do presidente e abrandar as manifestações populares
 - o fechamento por dez anos de todas as instituições parlamentares do país, tais como as Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional.
 - a Anistia, permitindo, com isso, o retorno de muitos exilados políticos e a libertação de prisioneiros políticos.
 - a abertura política, que reconduzia o país à democratização, porém de maneira lenta, gradual e segura, consolidando-se nos anos 80.
 - o Ato Institucional nº 5, poderoso instrumento que concedeu ao Presidente Costa e Silva poderes totais para reprimir as oposições.
29. (EsSA) Os Atos Institucionais do período militar (1964-1984):
- garantiram a diversidade partidária do Congresso Nacional.
 - enfraqueceram, internamente, o conceito de "Segurança Nacional".
 - restringiram a ação política da sociedade e dos Poderes da República.
 - manteve o conteúdo político-liberal, característica fundamental da Constituição de 1946.
30. (EsSA) Os acontecimentos marcantes do governo do general Figueiredo (1979-1985) foram:
- Pacote de Abril, implantação de nova moeda, Lei do Abate.
 - Ato Institucional nº 5, fechamento do Congresso, Lei Falcão.
 - Plano Cruzado, instalação do parlamentarismo, bipartidarismo.
 - Lei da anistia, atentado Rio Centro, campanha pelas "Diretas Já".
31. (EsSA) Os Anos de Chumbo, período histórico no qual predominou a Doutrina de Segurança Nacional voltado para eliminar o inimigo interno, caracterizou-se pela (o):
- ampliação da luta pela posse de terra no Governo Goulart.
 - auge da política econômica denominada "Milagre Brasileiro".
 - implantação das reformas de bases elaboradas no governo militar.
 - pluripartidarismo adotado para controlar a atuação das facções políticas.
32. (EsSA) A respeito do regime militar instalado no Brasil, após 31 de março de 1964, é correto afirmar que:
- beneficiou o grande capital nacional associado às empresas multinacionais.
 - diminuiu a participação do setor estatal de bens de produção na economia brasileira.
 - intensificou a queda do processo acumulativo de renda no País, através da modernização agrícola brasileira.
 - expandiu o sistema de crédito ao consumidor, garantindo a participação da classe operária no mercado de bens duráveis.
33. (EsSA) Durante o Regime Militar (1964-1985), a sociedade brasileira vivenciou momentos de significativas tensões políticas. NÃO faz parte desse quadro a:
- adoção de Atos Institucionais por parte do governo militar.
 - aprovação da Emenda das Diretas-já no Congresso Nacional.
 - organização de greves operárias por sindicatos metalúrgicos.
 - cassação de mandatos políticos de parlamentares brasileiros.
34. (EsSA) O período histórico brasileiro compreendido entre 1964 e o início de 1985 assinalou uma mudança no regime político brasileiro. O início deste período, em 1964, foi marcado por um Golpe de Estado que interrompeu o mandato presidencial de...
- Castelo Branco.
 - Jânio Quadros.
 - Juscelino Kubitschek.
 - João Goulart.
 - Emílio Garrastazu Médici.

Capítulo 9

A NOVA REPÚBLICA

Com a derrota da emenda, os partidos de oposição iniciaram articulações para derrotar o regime militar no Colégio Eleitoral. O PMDB, o PDT e o PTB tentaram atrair setores descontentes do PDS. O PT, porém, se manifestou contra a ida ao Colégio Eleitoral.

Em junho de 1984, o senador José Sarney renunciou à presidência do PDS e articulando com outros elementos dissidentes do partido, acabaram fundando o PFL (Partido da Frente Liberal). Em julho, o PFL e o PMDB formaram uma aliança política, lançando Tancredo Neves para presidente da República e José Sarney para vice-presidente.

Em agosto de 1984, Paulo Salim Maluf derrotava, na convenção do PDS, o candidato Mário Andreazza, que era apoiado por Figueiredo. A derrota de Andreazza provocou uma maior dissidência no PDS, aumentando o apoio ao grupo oposicionista, representado por Tancredo e Sarney.

Em 15 de janeiro de 1985, finalmente, Tancredo Neves era eleito em votação indireta no Colégio Eleitoral para o cargo de presidente da República, com 480 votos a favor e 180 contra.

Tancredo, porém não chegou a tomar posse; adoecendo, vítima de diverticulite, depois de um longo e penoso período de enfermidade, acabou falecendo no dia 21 de abril de 1985, após sofrer sete intervenções cirúrgicas.

Como determinava a Constituição, o vice-presidente José Sarney assumiu a presidência, iniciando a chamada Nova República.

O Governo Sarney (1985-1990)

Durante o período de cinco anos do governo Sarney, o Brasil enfrentou diversos problemas de ordem econômica, tais como:

- Recordes de taxas inflacionárias.
- Diversas crises ministeriais (só da pasta da Fazenda foram quatro ministros).
- Vários planos econômicos, visando promover a estabilidade econômica, provocando mudanças nas regras da economia.

No plano político-institucional, enquanto governo de transição, provocou mudanças que se transformaram em avanços políticos importantes, tais como:

- A convocação de uma Assembleia Constituinte.
- A promulgação de uma nova Constituição, a de 1988.
- O estabelecimento de eleições diretas em todos os níveis.
- A legalização de todos os partidos políticos, inclusive os comunistas e socialistas, respeitando todas as tendências.

Em consequência destas situações, o país renovou os governadores, senadores, deputados, prefeitos e vereadores e, quase trinta anos depois, podem votar em presidente da República.

Em contra-partida, no plano econômico, as crises agravaram-se, com índices de inflação acima de 1000% ao ano, além da queda das reservas cambiais em níveis extremamente críticos para um país. A consequência de tal situação acabou sendo a decretação unilateralmente da moratória da dívida externa (suspensão do pagamento).

Na tentativa de reestruturar a economia, foram criados vários planos de estabilidade econômica:

- Bloqueio de grande parte do dinheiro que as pessoas e empresas possuíam em conta corrente nos bancos, cadernetas de poupança ou em outras formas de investimentos.
- Venda de diversas empresas do governo (estatais) à iniciativa privada – privatização.
- Demissão de milhares empresas de funcionários públicos.

O Governo Fernando Collor de Melo (1990-1992)

Tais medidas provocaram um grande impacto na sociedade, provocando a queda das taxas de inflação para menos de 10% nos primeiros meses da administração. No entanto, a falta de meio circulante (dinheiro), provocou também uma forte retração das atividades econômicas no país.

Depois de alguns meses, o processo inflacionário retornou, alcançando taxas em torno de 23 a 25% ao mês no início de 1992. Já em meados de 1991, começavam a circular boatos e denúncias de corrupção, envolvendo elementos do governo, como ministros e altos funcionários da administração pública.

Em 1992, Collor modificou o seu ministério, tentando esvaziar as denúncias, porém seu irmão Pedro Collor, acusou o tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César Farias, mais conhecido como PC, de obter vantagens para empresários em troca de contribuições para a Campanha de Collor.

Em 25 de maio de 1992, o Congresso Nacional instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as acusações. Após meses de investigações, a CPI revelou para o país os suspeitos de envolvimento nos negócios do governo.

Em 29 de setembro de 1992, a Câmara autorizou o Senado a abrir processo contra o presidente, que foi imediatamente afastado do poder. Três meses depois, o Senado julgou Collor e este, percebendo que não teria possibilidade de defesa, renunciou ao cargo.

Mesmo com o pedido de renúncia, o Senado, dirigido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Sydney Sanches, continuou o julgamento e considerando-o culpado, suspendeu os direitos políticos de Collor por oito anos.

O Governo Itamar Franco (1992 - 1994)

No mesmo dia, assumiu o cargo o vice-presidente Itamar Franco que ocupou o cargo de presidente da República.

Em 1993, inflação continuou subindo, alcançando no início de 1994 a taxa de 40% ao mês, o desemprego também conti-

nuava crescendo, assim como a miséria. Novas denúncias de corrupção vinham a público, desta vez atingindo o Legislativo, “os anões do orçamento”, cassando 18 parlamentares.

O ano de 1994 começou com a elaboração e aplicação de um novo plano econômico, agora preparado pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso; no dia 1º de julho, o cruzeiro real foi substituído pelo real, a nova moeda do país.

Graças aos resultados iniciais do plano, o PSDB indicou como candidato à presidência da República, o ministro Fernando Henrique Cardoso, que acabou vencendo o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva.

O Governo Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002)

O Presidente chegou ao poder no auge da popularidade, com 75% dos brasileiros aprovando o Plano Real e revelando a sua confiança nos governantes.

Como decisões importantes tomadas pelo governo têm:

- Participação da iniciativa privada na distribuição do gás canalizado;
- A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovaram a primeira proposta de reforma da Previdência Social;
- Emenda Constitucional que definia o conceito de empresa nacional;
- Eliminação da reserva de mercado na navegação de Cabotagem;
- Quebrou o monopólio estatal das telecomunicações;
- Quebra do monopólio estatal do petróleo.

No primeiro aniversário do Real, a inflação caiu de 40 para 2% ao mês e para comemorar foi anunciada a desindexação total da economia, proibindo-se o reajuste de salários vinculados a índices de preços, reduzindo-se o limite de garantia dos depósitos em poupanças e liberando-se os aluguéis e as mensalidades escolares. Também foi realizada a 1ª privatização com a venda da Escelsa (Espírito Santo Centrais Elétricas).

O problema da terra se desenvolve no governo FHC.

Na reforma administrativa, foi quebrada a estabilidade dos funcionários públicos e o governo começa a sentir as consequências da sua política econômica: o desemprego.

Das cinco metas propostas durante a campanha: Saúde, Agricultura, Emprego, Educação e Segurança, ele fracassou nas três primeiras de acordo com a imprensa, e ficou abaixo da média.

Tomou posse como presidente em 1 de janeiro de 1995, tendo nos dois mandatos como vice-presidente o ex-governador de Pernambuco e senador Marco Maciel, do PFL, uma das principais lideranças civis que apoiaram os governos militares pós-64.

A política de estabilidade e da continuidade do Plano Real foi o principal apelo da campanha eleitoral de 1998 para a reeleição de FHC. Foi reeleito já no primeiro turno.

FHC conseguiu para a sua eleição à presidência o apoio total do PSDB, do PFL, do PTB (que o apoiou nas duas eleições

presidenciais), do Partido Progressista Brasileiro — PPB (atual PP) e de parte do PMDB. Ele também conseguiu manter estes apoios nos seus 8 anos de governo, o que deu relativa estabilidade política ao Brasil neste período.

No primeiro mandato, FHC conseguiu a aprovação de uma emenda constitucional que criou a reeleição para os cargos eletivos do Executivo, sendo o primeiro presidente brasileiro a ser reeleito. Em seu governo houve diversas denúncias de corrupção, dentre as quais merecem destaque as acusações de compra de parlamentares para aprovação da reeleição e de favorecimento de alguns grupos financeiros no processo de privatização de empresas estatais. A Polícia Federal estima que entre 1992 e 2002 (governo FHC) e 2003/2004 (governo Lula) aquele grupo girou mais de US\$ 2 bilhões através do Opportunity Fund - e os escândalos do caixa dois de sua campanha eleitoral, cujas planilhas mencionavam subsidiárias da empresa *Alstom* que, segundo o *Der Spiegel*, está sendo acusada pelo governo Suíço de ter pago em 1998, através da *Compania de Asesores de Energia*, uma empresa panamenha, propinas no valor de 200 milhões de dólares a integrantes do governo brasileiro para obter a concessão da Usina Hidrelétrica de Itá no Brasil, no episódio conhecido como o Escândalo do caso Alstom.

O fim de seu segundo mandato foi marcado por uma crise no setor energético, que ficou conhecida como Escândalo do apagão. A crise ocorreu por falta de planejamento e ausência de investimentos em geração e distribuição de energia, e foi agravada pelas poucas chuvas. Com a escassez de chuva, o nível de água dos reservatórios das hidrelétricas baixou e os brasileiros foram obrigados a racionar energia. A crise acabou afetando a economia, e consequentemente provocou uma grande queda na popularidade de FHC.

No início de seu segundo mandato, uma forte desvalorização da moeda provocada por crises financeiras internacionais (México, Rússia e Ásia) leva o Brasil a uma grave crise financeira. E, que, para ser controlada, teve como consequência um aumento dos juros, levando aos juros reais mais altos de sua história e a um aumento enorme na dívida interna. No governo FHC, implantou-se o gasoduto Brasil-Bolívia. Foi criado o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), que garante mais recursos para o ensino fundamental. Em 1997, entrou em vigor a atual lei eleitoral que se pretende definitiva, pois, antes, havia uma lei eleitoral nova a cada eleição.

Nas eleições de 2002, seu partido, o PSDB, lança como candidato à presidência o ex-ministro da saúde, planejamento e senador por São Paulo, José Serra, um dos principais colaboradores do governo de FHC. Todavia, sai como vencedor do pleito o ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, adversário político e crítico ardoroso da política econômica nos seus dois governos.

O segundo mandato do presidente FHC findou-se no dia 1º de janeiro de 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

FHC foi o primeiro civil eleito pelo voto direto que conseguiu terminar o mandato de presidente desde Juscelino Kubitschek. E, até aquele momento, o segundo presidente brasileiro que governou por mais tempo, depois de Getúlio Vargas.

A Reforma do Estado e da Economia

FHC continuou o processo de privatização de empresas estatais iniciadas por Fernando Collor. Enfrentou, por isto, greve de servidores destas empresas. Foram privatizadas algumas rodovias federais, como a Rodovia Presidente Dutra (que liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro), a maioria bancos estaduais responsáveis por grande parte do déficit público e o sistema telefônico brasileiro, o que permitiu o acesso facilitado dos brasileiros ao telefone, à Internet e ao aparelho celular de última geração.

A presidência de Fernando Henrique Cardoso também se destacou pela reforma do Estado promovida em seus dois mandatos.

FHC elaborou um Plano Diretor da Reforma do Estado, de acordo com o qual seria priorizado o investimento em carreiras estratégicas para a gestão do setor público. Esta reforma do estado era entendida como uma ruptura com a era Vargas e o Estado Novo, pois entendia-se que o estado interventor na economia que tinha surgido com Getúlio Vargas perdurava até os anos 1990.

FHC conseguiu a aprovação de várias emendas à constituição, que facilitaram a entrada de empresas estrangeiras no Brasil. Fernando Henrique sancionou a Lei do Petróleo, uma lei ordinária que revogou a Lei Nº 2004, e assim acabou com o monopólio estatal do petróleo no Brasil. Em geral, FHC tentou atacar todas as fontes de déficit público, para eliminar o problema crônico da inflação, fazendo, por exemplo, em 1999 uma reforma da previdência social. Pelo mesmo motivo, evitou conceder aumentos de salário aos servidores públicos.

Foi adotada a terceirização de serviços e de empregos públicos em áreas consideradas não-essenciais. Foram aprovadas leis mais duras sobre crimes contra o sistema financeiro e uma lei criminalizando a tortura policial. Entrou em vigor em 1998 um código de trânsito mais rigoroso para diminuir número de acidentes nas rodovias.

Entrou em vigor em 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que caracteriza-se pelo rigor exigido na execução do orçamento público. A lei limita o endividamento dos estados e municípios e os gastos com funcionalismo público. A oposição, inclusive o PT, votou contra.

FHC criou o Bolsa Escola, e outros programas sociais destinados à população de baixa renda, que atingiu 4 milhões de famílias beneficiadas (programas que mais tarde seriam transformados em um só pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, com o nome Bolsa Família).

Ampliou-se muito, no governo FHC, o investimento privado em educação superior (faculdades e pós-graduação), especialmente pela criação de linhas de crédito para Instituições de Ensino. Houve um salto nos índices de brasileiros cursando nível superior e ensino médio.

O Governo Luis Inácio Lula da Silva (2002-2010)

Operário e sindicalista

Alguns anos depois, mudou-se para São Bernardo do Campo, onde, em 1968, filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos. Em

1969, foi eleito para a diretoria do sindicato dos metalúrgicos da cidade. Em 1975, foi eleito presidente do mesmo sindicato. Reeleito em 1978, foi uma das lideranças sindicais que restauraram a prática de greves públicas de larga escala, que haviam cessado de ocorrer desde o endurecimento repressivo da ditadura militar na década anterior.

Durante o movimento grevista, a ideia de fundar um partido representante dos trabalhadores amadureceu-se, e, em 1980, Lula se juntou a sindicalistas, intelectuais, católicos militantes da Teologia da Libertação e artistas para formar o Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 1981, no curso de uma greve no ABC paulista, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo sofreu intervenção aprovada por Murilo Macedo, então ministro do Trabalho do general João Baptista Figueiredo, e Lula foi detido por vinte dias nas instalações do DOPS paulista.

Alterou judicialmente seu nome de Luiz Inácio da Silva para Luiz Inácio Lula da Silva, visando usar o nome em pleitos eleitorais; a legislação vigente proibia o uso de apelidos pelos candidatos.

Em 1982, Lula participou das eleições para o governo de São Paulo e perdeu. Em 1984, participou, ao lado de Ulysses Guimarães, da campanha Diretas Já, que clamava pela volta de eleições presidenciais diretas no país. Lula foi uma das personalidades mais importantes da campanha.

A campanha Diretas Já não teve sucesso e as eleições presidenciais de 1984 foram feitas por um Colégio Eleitoral de forma indireta. Lula e o PT abstiveram-se de participar desta eleição. O processo indicará o governador de Minas Gerais Tancredo Neves, que participou ativamente na campanha das Diretas Já, como novo presidente do Brasil.

Com a morte de Tancredo Neves, antes da sua posse como presidente, assume a presidência o vice José Sarney. Lula e o PT decidem firmar uma posição independente, mas logo se encontram no campo da oposição ao novo governo.

Em 1986, foi eleito deputado federal por São Paulo com a maior votação histórica para a Câmara Federal até aquele momento, tendo participado da elaboração da Constituição Federal de 1988.

Desinteressado da atuação parlamentar, Lula não se candidata à reeleição como deputado, preferindo, a partir do início da década de 1990, intensificar suas atividades pelo partido, colaborando a estruturar as seções regionais do PT. Sua participação neste processo é que o tornou uma figura essencial, simbólica e incontestável dentro do partido, mesmo depois de suas sucessivas derrotas eleitorais.

Em 1989, realizou-se a primeira eleição direta para presidente desde o golpe militar de 1964. Lula se candidatou a presidente, mas perdeu. Fernando Collor de Mello, candidato do PRN, que recebeu apoio de considerável parte da população que se sentia intimidada ante a perspectiva do ex-sindicalista, radical e alinhado às teses de esquerda chegar à Presidência, é eleito presidente.

A campanha de Fernando Collor contra Lula, no segundo turno, foi fértil em práticas tidas, na época, por moralmente

duvidosas, e que combinavam preconceitos políticos e sociais: Lula foi identificado como um trânsfuga do comunismo, a quem a queda do Muro de Berlim havia transformado em anacronismo, e seus atos políticos-eleitorais (comícios, passeatas) foram descritos com conotações desmoralizantes (segundo o acadêmico Bernardo Kucinski tal teria sido facilitado pela infiltração de agentes provocadores de Collor nos comícios do PT). Collor acusou ainda Lula de desejar sequestrar ativos financeiros de particulares (o que a equipe econômica do futuro governo Collor fez após sua eleição).

Inumeráveis articulistas da grande imprensa pronunciaram-se de forma indecorosa sobre Lula: o comentarista Paulo Francis o chamou de “ralé”, “besta quadrada” e disse que se ele chegasse ao poder, o país viraria uma “grande bosta”. Além disso, uma antiga namorada de Lula, com a qual ele teve uma filha, surgiu durante a propaganda de Collor, no segundo turno das eleições, para acusar seu ex-namorado de “racista” e de ter lhe proposto abortar a filha que tiveram.

Às vésperas da eleição, a Rede Globo promoveu um debate final entre ambos os candidatos e, no dia seguinte, levou ao ar uma versão editada do programa em sua exibição no Jornal Nacional. O diretor do Gallup, Carlos Eduardo Matheus, entre outros, sustentou que a edição foi favorável a Collor e teria influenciado o eleitorado (fato este admitido mais tarde por várias memórias de participantes do evento, mostrado no documentário *Beyond Citizen Kane*). A eleição propriamente dita comportou ainda a alegada manipulação política do sequestro do empresário do setor de supermercados Abílio Diniz, que, ao ser libertado de seu cativeiro no dia da eleição, apareceu vestindo uma camisa do PT.

Apesar da sua derrota em 1989, a liderança de Lula no PT permaneceu incontestável, assim como seu prestígio internacional, expresso no fato de que ele surgiu em pé de igualdade com Fidel Castro quando da fundação do Foro de São Paulo, em São Bernardo do Campo, em 1990. Tratava-se de um encontro periódico de lideranças partidárias que visava congregar e reorganizar as esquerdas latino americanas, que estavam politicamente desorganizadas com a expansão do neoliberalismo após a queda do muro de Berlim.

Em 1992 Lula apoiou o movimento pelo impeachment do presidente Fernando Collor que se via envolvido em várias denúncias de corrupção. O presidente Fernando Collor foi afastado temporariamente e no final de 1992 renunciou ao cargo. Lula e o PT permanecem na oposição e se tornaram críticos do plano econômico implementado no final do governo assumido por Itamar Franco, o Plano Real.

Em 1994, Luiz Inácio Lula da Silva voltou a candidatar-se à presidência e foi novamente derrotado, dessa vez pelo candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso. Em 1998, Lula saiu pela terceira vez derrotado como candidato à presidência da República, que se reeleger no primeiro turno da campanha presidencial. No entanto, foi claramente reconhecido como liderança incontestável da Esquerda brasileira ao apresentar-se numa chapa que tinha como candidato à vice-presidência o seu antigo rival Leonel Brizola, que havia disputado arduamente

com Lula sua ida ao segundo turno das eleições de 1989 como adversário de Collor. Lula tornou-se um dos principais opositores da política econômica do governo de Fernando Henrique, sobretudo da política de privatização de empresas estatais realizadas nesse período.

A desvalorização do real em janeiro de 1999, logo após a eleição de 1998, as crises internacionais, deficiências administrativas como as que permitiram o Apagão de 2001, e principalmente o pequeno crescimento econômico no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso fortaleceram a posição eleitoral de Lula nos quatro anos seguintes. Abdicando dos “erros” cometidos em campanhas anteriores, como a manifestação de posições tidas por radicais, Lula escolhe para candidato à Vice-Presidência o senador mineiro e empresário têxtil José Alencar, do PL, partido ao qual o PT se aliou. A campanha eleitoral de Lula optou em 2002 por um discurso moderado, prometendo a ortodoxia econômica, respeito aos contratos e reconhecimento da dívida externa do país, conquistando a confiança de parte da classe média e do empresariado.

Em 27 de outubro de 2002, Lula foi eleito presidente do Brasil, derrotando o candidato apoiado por Fernando Henrique Cardoso, o ex-ministro da Saúde e então senador pelo Estado de São Paulo José Serra do PSDB. No seu discurso de posse, Lula afirmou: “E eu, que durante tantas vezes fui acusado de não ter um diploma superior, ganho o meu primeiro diploma, o diploma de presidente da República do meu país.”

Em 29 de outubro de 2006, Lula é reeleito no segundo turno, vencendo o ex-governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin do PSDB, com mais de 60% dos votos válidos. Após esta eleição, Lula divulgou sua intenção de fazer um governo de coalizão, ampliando assim sua fraca base aliada. O PMDB passa à integrar a estrutura ministerial do governo.

O Governo Lula

Na área econômica a gestão do Governo Lula é caracterizada pela estabilidade econômica, e uma balança comercial superavitária. O endividamento interno cresceu de 731 bilhões de reais (em 2002) para um trilhão e cem bilhões de reais em dezembro de 2006, diminuindo, todavia a proporção da dívida sobre Produto Interno Bruto. Concomitantemente, a dívida externa teve uma queda de 168 bilhões de reais.

Durante o governo Lula houve incremento na geração de empregos. Segundo o IBGE, de 2003 a 2006 a taxa de desemprego caiu e o número de pessoas contratadas com carteira assinada cresceu mais de 985 mil, enquanto o total de empregos sem carteira assinada diminuiu 3,1%. Já o total de pessoas ocupadas cresceu 8,6% no período de 2003 a 2006.

Na área de políticas fiscal e monetária, o governo de Lula caracterizou-se por realizar uma política econômica conservadora. O Banco Central goza de autonomia prática, embora não garantida por lei, para buscar ativamente a meta de inflação determinada pelo governo. A política fiscal garante a obtenção de superávits primários ainda maiores que os observados no governo anterior (4,5% do PIB contra 4,25% no fim do governo

FHC). No entanto, críticos apontam que esse superávit é alcançado por meio do corte de investimentos, ao mesmo tempo em que aumento de gastos em instrumentos de transferência de renda como o Bolsa Família, salário-mínimo e o aumento no déficit da Previdência.

Em seu primeiro ano de governo, Lula empenhou-se em realizar uma reforma da previdência, por via de emenda constitucional, caracterizada pela imposição de uma contribuição sobre os rendimentos de aposentados do setor público e maior regulação do sistema previdenciário nacional.

A questão econômica tornou-se consequentemente a pauta maior do governo. A minimalização dos riscos e o controle das metas de inflação de longo prazo impuseram ao Brasil uma limitação no crescimento econômico, o qual porém realizou-se a taxas maiores do que foram alcançados durante o governo anterior, com um crescimento média anual do PIB de 3,35%, contra 2,12% médios do segundo mandato de FHC.

Ressalvam os críticos, no entanto, que os baixos índices inflacionários foram conseguidos a partir de políticas monetárias restritivas, que levaram a um crescimento dependente, por exemplo, de exportações de *commodities* agrícolas (especialmente a soja), que não só encontraram seus limites de crescimento no decorrer de 2005, como também tem contribuído para o crescimento dos latifúndios.

As relações políticas do governo Lula com a oposição e a Mídia foram conturbadas. Eleito presidente com uma bancada minoritária, formada pelo PT, PSB, PCB, PCdoB e PL, Lula partiu para a cooptação de partidos mais à direita do espectro político brasileiro. Conseguiu apoio do PP, PTB e parcela do PMDB, às custas de dividir com estes o poder. Após dois anos de governo mantendo maioria no congresso, o que facilitava a aprovação de projetos de interesse do executivo, uma disputa interna de poder entre os partidos aliados (PT, PSB, PCdoB, PL, PP, PTB) resultou no escândalo do mensalão.

Já em maio de 2004, o governo chegou a pensar em expulsar do país o jornalista americano Larry Rohter, do jornal The New York Times, por divulgar boatos sobre a suposta propensão de Lula a beber.

Após denúncias do então deputado do PTB Roberto Jefferson, envolvido em esquema de propina na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, houve enorme desarranjo político entre o poder executivo e sua base, aumentando o grau de ataque dos partidos de oposição. Essa crise desdobrou-se em outras, que geraram certa paralisia no governo federal, inclusive com a queda de ministros e a cassação de deputados. Nesse período, compreendido entre abril e dezembro de 2005, o índice de aprovação do governo Lula atingiu o seu mais baixo percentual desde o começo de seu mandato. Também houve a demissão dos ministros José Dirceu, Benedita da Silva, Luiz Gushiken, por suspeitas de envolvimento em casos de corrupção ou prevaricação. Em janeiro de 2006, com o desgaste do Poder Legislativo em meio a absolvições de congressistas envolvidos no mesmo esquema, julgados por seus pares por envolvimento em episódios de improbidade, Lula consegue reagir, desvia-se dos escândalos e volta a ter altos índices de popularidade. O

caso da venda de um dossiê para petistas em São Paulo, contendo informações sobre supostas irregularidades na gestão de José Serra no Ministério da Saúde, a menos de dois meses do primeiro turno das eleições de 2006, não diminuiu os índices de popularidade do presidente.

No entanto, continuaram a ser ventilados casos como o do filho de Lula, Fábio Luís Lula da Silva, o “Lulinha”, que teria supostamente enriquecido após fechar contrato de quinze milhões de reais com a empresa de telecomunicações Telemar, da qual o governo é acionista.

No começo do ano de 2008 iniciou-se uma nova crise: a do uso de cartões corporativos. Denúncias sobre irregularidades sobre o uso de cartões corporativos começaram a aparecer. As denúncias levaram à demissão da Ministra da Promoção da Igualdade Racial Matilde Ribeiro, que foi a recordista de gastos com o cartão em 2007. O ministro dos Esportes Orlando Silva devolveu aos cofres públicos mais de R\$ 30 mil, evitando uma demissão. A denúncia que gerou um pedido de abertura de CPI por parte do Congresso foi a utilização de um cartão corporativo de uma segurança da filha de Lula, Lurian Cordeiro Lula da Silva, com gasto de R\$ 55 mil entre abril e dezembro de 2007. A investigação, no entanto, contou com a abrangência desde o período de governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. A imprensa revelou que o Palácio do Planalto montou um dossiê que detalhava gastos da família de FHC e que os documentos estariam sendo usados para intimidar a oposição na CPI, mas a Casa Civil negou a existência do dossiê. Meses depois, sob críticas da oposição, a CPI dos Cartões Corporativos isentou todos os ministros do governo Lula acusados de irregularidades no uso dos cartões e não mencionou a montagem do dossiê com gastos do ex-presidente FHC.

Pesquisa do instituto Datafolha, divulgada no dia 17 de Dezembro de 2006, mostra que Lula era apontado espontaneamente por 35% dos entrevistados como o melhor presidente que o Brasil já teve. Ao final de 2002, Fernando Henrique Cardoso obtinha 18% de preferência. Depois de Lula, vinham FHC (12%), JK (11%), Getúlio (8%) e José Sarney (5%). Lula obtinha ainda a maior taxa de aprovação de um presidente brasileiro ao final de mandato captada pelo instituto (que faz essa medição desde a volta do país à democracia) - 52% consideravam seu governo ótimo ou bom. Após obter o recorde de aprovação de um presidente, (55% afirmavam ser seu governo ótimo ou bom em março de 2008, o maior índice desde o início das pesquisas em 1990), Lula volta a quebrá-lo em Setembro de 2008 com 64% de avaliação conceitual ótimo ou bom.

Para seu segundo mandato, Lula conta com apoio de uma coalizão de doze partidos (PT, PMDB, PRB, PCdoB, PSB, PP, PR, PTB, PV, PDT, PSC e PAN), cujos presidentes ou líderes têm assento no Conselho Político, que se reúne periodicamente (normalmente a cada semana) com ele.

Além disso, PTdoB, PMN e PHS também fazem parte da base de apoio do governo no Congresso, totalizando quinze partidos governistas. Lula havia lançado, no dia da reeleição, a meta de crescimento do PIB a 5% ao ano para seu segundo mandato. Não obstante, no dia 22 de janeiro, foi lançado o PAC (Programa de

Aceleração do Crescimento), um conjunto de medidas que visa a aceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira, com previsão de investimentos de mais de 500 bilhões de reais para os quatro anos do segundo mandato do presidente, além de uma série de mudanças administrativas e legislativas. O PAC previa um crescimento do PIB de 4,5% em 2007 e de 5% ao ano até 2010, apesar de prever uma inflação maior, de 4,5% (o que é criticado por especialistas, pois o governo defende uma inflação maior no fim do mandato do que no início dele).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que estabelece o objetivo de nivelar a educação brasileira com a dos países desenvolvidos até 2021 e prevê medidas até 2010 (entre elas a criação de um índice para medir a qualidade do ensino e de um piso salarial para os professores de escolas públicas), foi lançado oficialmente no dia 24 de abril no Ministério da Educação. Espera-se para os próximos meses o lançamento do Pronasci (Programa Nacional de Segurança com Cidadania - nome provisório), que prevê, entre outras medidas, a criação de um piso salarial nacional para policiais civis e militares e um programa de habitação para policiais, visando retirá-los das áreas de risco. A partir da criação da Secretaria Nacional dos Portos, no dia 7 de maio de 2007, o governo passou a ter 37 ministérios. E, com a nomeação do filósofo Roberto Mangabeira Unger (para a SeAlopra - Secretaria especial para Ações de Longo Prazo), o governo passou a ter 38 Ministérios - com mais críticas de especialistas, por tirar uma área estratégica do governo do ministério do Planejamento.

No dia 15 de maio de 2007, Lula concedeu sua segunda entrevista coletiva formal desde que assumiu a Presidência da República e a primeira de seu segundo mandato. No dia 26 de outubro de 2007, Lula faz uma visita à Universidade Federal do Rio de Janeiro na Ilha do Fundão no Rio de Janeiro, onde teve a oportunidade de conhecer a criação de um novo tipo de combustível extraído do bagaço da cana de açúcar.

Na economia, o ano de 2007 é marcado pela retomada da atividade em vários setores, em virtude principalmente da recuperação da renda da população e pela expansão do crédito no País. O maior destaque é a Agropecuária, cujo desempenho foi puxado pelo aumento do consumo interno de alimentos e da demanda internacional por commodities. As melhores condições de renda e crédito também incrementaram o desempenho da Indústria, com destaque para os recordes de produção do setor automotivo, além do setor de Construção Civil. Com a retomada, o PIB brasileiro apresentou expansão de 5,4% em 2007, a maior taxa de crescimento desde 2004, quando houve crescimento de 5,7%.

Em 2008, quando o aquecimento da demanda e da atividade econômica nacional já geravam preocupações para o cumprimento das metas de inflação e obrigavam o Banco Central a apertar a política monetária por meio do aumento da taxa básica de juros, a crise financeira mundial originada nos Estados Unidos atingiu o Brasil no último trimestre. Mas, como o primeiro semestre ainda havia apresentado um desempenho econômico forte, o PIB nacional terminou o ano com uma taxa de expansão de 5,1%.

Já sob influência dos impactos da crise financeira global especialmente no aumento do desemprego no País no primeiro bimestre de 2009, a aprovação do governo Lula, que, em dezembro de 2008, havia batido novo recorde, ao atingir, segundo a Pesquisa Datafolha, a marca de 70% de avaliação de “ótimo” ou “bom”, sofreu queda em março de 2009, para 65%. Foi a primeira redução observada no segundo mandato do presidente.

Política externa

Dentre suas diretrizes de trabalho está a atuação defensiva na área de Relações Exteriores, com atuação estrategicamente focada na OMC e formação de grupos de trabalho formados por países em desenvolvimento, bem como interações específicas com a União Europeia, melhorando a exposição do país internacionalmente. Essa forte atuação gerou resultados na ampliação do comércio brasileiro com diversos países e na consequente diminuição da dependência dos Estados Unidos e da União Europeia nas exportações brasileiras.

Ainda na política externa, o governo Lula atua para integrar o continente Sul Americano, expandir e fortalecer o Mercosul, obtendo alguns avanços, como o aumento de mais de 100% nas exportações para a América do Sul, fortalecendo o comércio regional. Dentre os últimos eventos a serem estudados, incluem:

- A proposta de entrada da Venezuela no Mercosul;
- Os recém-eleitos presidentes da Bolívia, Evo Morales, e do Equador, Rafael Correa, também manifestando interesse mútuo em estreitar os laços comerciais com o Brasil.

Em 26 de março de 2009, por ocasião da visita do primeiro-ministro britânico Gordon Brown ao Brasil, Lula afirmou que a crise foi causada por “comportamentos irracionais de gente branca de olhos azuis”. A declaração deixou Brown constrangido e ganhou destaque na imprensa britânica.

Polêmicas sobre a reeleição

Apesar de numerosas especulações sobre sua candidatura, fundamentadas em declarações como a do ex-ministro José Dirceu, que afirmou: “nosso projeto é para trinta anos”, Lula manteve publicamente a condição de indeciso em relação à candidatura até o último momento. Alguns analistas políticos avaliaram isso como estratégia para que Lula não recebesse ataques antecipadamente, já que os escândalos de seu governo e características polêmicas de sua personalidade poderiam, segundo eles, servir de munição para a oposição.

Seu governo foi muito criticado, quando notícias saíram com estatísticas a respeito do aumento de seus gastos com publicidade durante o primeiro semestre de 2006, tendo sido gasto até 19 de julho 67,8% do que é permitido pela legislação. Não foram poupadas, também, críticas às suas viagens para inaugurações de obras. Tal comportamento, de aumentar gastos com publicidade, não foi modificado.

Em 17 de agosto de 2006, o Tribunal Superior Eleitoral condenou o candidato Lula ao pagamento de uma multa de 900 mil

reais por prática de propaganda eleitoral antecipada. Reconhecendo a ocorrência de propaganda eleitoral em dezembro de 2005, e portanto extemporânea, no tablóide intitulado “Brasil, um país de todos”, uma publicação de responsabilidade da Casa Civil, do Ministério do Planejamento e da secretaria-geral da Presidência da República.

Distinção entre candidato e presidente

Assim que Lula oficializou a sua candidatura, na convenção nacional do partido, dia 24 de junho (perto da data limite estabelecida por Lei), constantes críticas sobre a dificuldade de se distinguir o presidente do candidato à reeleição passaram a fazer parte da campanha eleitoral. O TSE advertiu que não aceitaria propaganda governamental institucional a partir da data da oficialização da candidatura. O governo tentou ainda encontrar uma brecha jurídica, alegando casos de necessidade pública para a continuação de campanhas televisivas sobre programas sociais do governo, tais como o Fome Zero, Bolsa Família e outros nas áreas de educação e saúde. Esse empenho não surtiu efeito e a proibição foi mantida, abrindo-se exceção apenas para o caso de empresas estatais que concorrem no mercado, sob a condição de não apresentarem logotipo ou menções ao candidato - apesar de terem sido usadas na campanha.

A elaboração de uma cartilha com o logotipo do programa Fome Zero na capa, que seria distribuída nas escolas públicas do país, recebeu críticas de mesmo teor e foi recolhida pelo TSE, que além de confiscar quarenta milhões de cartilhas, aplicou uma multa de cem mil reais e ameaçou impugnar a candidatura do PT. Críticas maiores foram feitas, que alegaram uso de dinheiro público com fins eleitorais. Em um de seus discursos de campanha, Lula afirmou que não sabia quando era candidato e quando era presidente.

Essa confusão de funções tem gerado na imprensa e em setores da sociedade indagações sobre a necessidade de se revisar o instrumento da reeleição. Indagações semelhantes ocorreram quando Fernando Henrique Cardoso era candidato e presidente em exercício concomitantemente.

No dia em que realizou o primeiro ato oficial de sua reeleição, Lula concedeu entrevista, e, fugindo do estigma de um segundo governo mais frouxo fiscalmente para atender demandas de seus discursos, em julho de 2006, declarou que nunca foi um “esquerdista”, admitindo que em um eventual segundo mandato, prosseguiria com as políticas consideradas conservadoras adotadas no seu atual governo.

Repercussão internacional de sua reeleição

A imprensa mundial fez menção a reeleição do carismático e agora “não esquerdista” Lula. Até mesmo os banqueiros de Wall Street elogiaram sua vitória, pois o antes temido representante maior da estrela vermelha petista não mais apresentaria caráter reformista. O jornal britânico “Financial Times” deu esse enfoque na matéria que publicou sobre a reeleição com o título “Wall Street também ama Lula”. O “Financial Times” se baseou nas declarações aos clientes do Banco J. P. Morgan, onde disse:

Wall Street “ama” Lula, segundo o jornal britânico, porque a propaganda de esquerda reformista que promoveu quando era “esquerdista” hoje soa como uma fantasia.

EXERCÍCIOS

01. A economia brasileira, desde o final da década de 1970, apresenta índices de inflação alta, redução do crescimento econômico e dificuldades com endividamento externo e interno que caracterizam os anos 80 como a chamada “década perdida”. Assinale a opção que expressa corretamente uma característica do período.

- Os planos de estabilização (Cruzado, Bresser, etc.) eliminaram momentaneamente a inflação, mas seus resultados foram de curta duração.
- A elevação da inflação brasileira está ligada à diminuição da produção de alimentos, decorrente do direcionamento da produção agrícola para o mercado externo.
- O crescente endividamento brasileiro no exterior não repercutiu na economia interna, porque foi compensado pelos investimentos estrangeiros no país.
- A Constituição de 1988 agravou a crise brasileira, ao reduzir a carga de impostos e limitar os benefícios trabalhistas e previdenciários.
- A crise levou o governo a aumentar sua participação na economia, criando estatais ou assumindo empresas privadas, com o objetivo de manter os níveis de crescimento.

02. A grave crise do sistema de saúde refletida no noticiário da imprensa está relacionada à implantação do SUS (Sistema Unificado de Saúde), estabelecido pela Constituição de 1988, que preconiza:

- a centralização do atendimento médico pelo INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), subordinado ao Ministério da Saúde.
- a transferência da rede de atendimento aos Municípios e supletivamente aos Estados, cabendo à União o repasse das verbas.
- a universalização do atendimento médico pela rede pública e privada, através dos Seguros de Saúde, controlados pelo governo.
- a vinculação do atendimento médico ao sistema de seguridade social gerido pelo Ministério da Previdência Social.
- a total descentralização do sistema com a transferência aos Estados e Municípios de todas as suas etapas, desde a arrecadação das contribuições até a prestação dos serviços.

03. A recente criação de um Ministério Extraordinário para coordenar as ações do governo na região Amazônica ressaltava a amplitude dos problemas da região.

Dentre os problemas que estão sob a coordenação do novo Ministério está:

- a retomada dos grandes projetos rodoviários de integração, como a Transamazônica.
- o controle da exploração mineral pelas empresas multinacionais.
- a mecanização dos garimpos e o controle das atividades extrativas.

- d) a repressão à participação das comunidades indígenas no tráfico internacional de entorpecentes.
- e) a demarcação e a fiscalização das reservas indígenas.

04. A recente eleição revelou um relativo desinteresse dos eleitores pelo pleito proporcional (eleição para Deputados Federais e Estaduais), o que pode ser associado a:

- a) alterações da legislação eleitoral, reduzindo a propaganda eleitoral nos meios de comunicação.
- b) sucessivos escândalos de corrupção, envolvendo políticos e o noticiário sobre falta de quorum para funcionamento do Congresso Nacional.
- c) realização de Revisão Constitucional, apesar da posição contrária da maioria do Congresso Nacional.
- d) extensão do direito de voto aos analfabetos e aos maiores de 16 anos, pela primeira vez.
- e) desvinculação de eleições proporcionais das eleições majoritárias (Governador e Senador).

05. Elaborada ao longo de um ano e meio, a Constituição de 1988 apresentou como principais características:

1. sistema presidencialista, com presidente eleito por voto popular direto e eleição em dois turnos;
2. reforço dos poderes do Legislativo e transformação do Judiciário num poder verdadeiramente independente, apto inclusive de julgar e anular atos do Executivo;
3. consolidação dos princípios democráticos e defesa dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos;
4. assistencialismo social, ampliando os direitos dos trabalhadores.

Use o código:

- a) desde que apenas estejam corretas 1 e 3
- b) desde que apenas estejam corretas 2 e 4
- c) desde que apenas estejam corretas 1 e 2
- d) desde que apenas estejam corretas 3 e 4
- e) desde que todas estejam corretas

06. No mesmo dia da morte de Tancredo Neves, José Sarney assumiu a Presidência da República do Brasil. O consenso sobre o processo democrático foi uma das válvulas mestras que impulsionaram Sarney a enviar ao Congresso, em maio de 1985, uma série de medidas democratizantes, transformadas em lei.

Com essas medidas,

- a) restabeleceram-se as eleições diretas para prefeito das capitais, das áreas consideradas de segurança nacional e das estâncias hidrominerais.
- b) restabeleceram-se as eleições diretas para presidente e vice, e consequentemente manteve-se o colégio eleitoral.
- c) criou-se a Lei Falcão, que permitiu a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação, principalmente tevê e rádio.
- d) apesar da liberdade de organização de novos partidos políticos, não foi permitida a legalização dos partidos que viviam na clandestinidade.
- e) restabeleceram-se as eleições diretas para prefeitos, mas não para a Presidência da República.

07. Sobre a eleição presidencial de 1989, considere as seguintes afirmações:

- I - A eleição em dois turnos objetiva fazer com que o eleito sempre a maioria absoluta (metade mais um) dos votos. Se esse resultado não for obtido por qualquer um dos candidatos no primeiro turno, os dois primeiros colocados disputam o segundo, evitando assim que o chefe do poder legislativo (municipal, estadual ou federal) chegue a esse posto contando apenas com os votos de uma parcela do eleitorado.
- II - Um dos efeitos políticos da eleição em dois turnos é possibilitar que as diversas correntes políticas apresentem candidaturas próprias no primeiro turno, deixando as composições e articulações eleitorais para o segundo turno.
- III - Na eleição presidencial de 1989, a primeira em dois turnos do país apresentaram-se 22 candidatos para a disputa do primeiro turno.

A respeito dessas afirmações devemos dizer que:

- a) apenas a II e a III estão corretas.
- b) apenas a I está correta.
- c) apenas a I e a III estão corretas.
- d) apenas a I e a II estão corretas.
- e) todas estão corretas.

08.

Eleições de 1994 - São Paulo Número de deputados federais				
PSDB	15		PSD	2
PMDB	14		PDT	2
PT	14		PP	1
PPR	8		PSB	1
PL	5		PCdoB	1
PTB	3		PRP	1
PFL	3			
OBS: PSC, PRN e PRONA não elegeram deputados federais no Estado de São Paulo				

Nas eleições para a Câmara dos Deputados (1994), o Estado de São Paulo elegeu 70 parlamentares através de 13 partidos políticos. Acerca dessas eleições é possível afirmar que nesta unidade da Federação:

- a) PT, PC do B e PDT, partidos com forte representação em todo o território nacional, conseguiram eleger mais de 30% dos parlamentares paulistas à Câmara dos Deputados.
- b) PSB, PRN e PT, partidos com programas de governo praticamente idênticos, elegeram em conjunto menos de 20% dos deputados federais do Estado de São Paulo.
- c) PPR, PTB, e PSD elegeram, conjuntamente, dezoito deputados, o que representa cerca de 50% do total dos representantes de São Paulo eleitos pelos três maiores partidos.
- d) PSDB, PMDB e PFL, partidos que em nível federal apóiam o governo Fernando Henrique Cardoso, elegeram em conjunto cerca de 45% dos deputados federais por São Paulo.
- e) PFL, PL e PSB, partidos com programas de governo bastante semelhantes, elegeram em conjunto, aproximadamente, 40% dos representantes estaduais de São Paulo em Brasília.

09. O próximo presidente da República será eleito, em 15 de janeiro de 1985, por um Colégio Eleitoral composto por:

- todos os prefeitos das capitais, todos os deputados federais e estaduais.
- todas as pessoas alfabetizadas, maiores de 18 anos, portadoras do título eleitoral.
- todos os deputados federais e senadores e uma representação de seis deputados estaduais de cada Assembleia Legislativa.
- 138 representantes dos governadores estaduais e todos os componentes do Congresso Nacional.
- todos os deputados estaduais e federais e todos os senadores.

10. Ao assumir a presidência da República, estabeleceu um plano econômico com a finalidade de acabar com a inflação, confiscando as cadernetas de poupança, as aplicações financeiras e as contas correntes, gerando uma grave crise na indústria, desemprego e a falência de várias empresas.

O texto acima se refere a:

- José Sarney e o Plano Cruzado;
- Itamar Franco e o Plano Real;
- Garrastazu Médiç e o I Plano Nacional de Desenvolvimento;
- Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real;
- Fernando Collor de Melo e o Plano Collor.

11. O movimento dos estudantes “caras pintadas”, clamando por ética e moralidade na vida pública, está relacionado com qual acontecimento da história política brasileira?

- O apoio popular à emenda constitucional que estabelecia as eleições diretas para presidente.
- Os sucessivos choques econômicos - “Plano Cruzado”, “Plano Bresser” e “Plano Verão” - promovidos pelo governo Sarney.
- A C.P.I. da Câmara, que investigou as denúncias referentes à Comissão de Orçamento e favorecimento a grandes construtoras.
- A privatização das Companhias estatais - Vale do Rio Doce, USIMINAS e Petrobrás.
- Denúncias de que o Presidente da República estava envolvido com correntistas fantasmas, maquiagens contábeis e notas frias.

12. Leia o texto:

“Este Brasil onde aparentemente não cabem os 150 milhões de habitantes das estatísticas demográficas é assim por descaso. Com a produção agrícola atual, poderia alimentar 300 milhões de pessoas. Nada, em sua economia, impede que sejam gerados 9 milhões de empregos de emergência. Se a posse da terra fosse democratizada de maneira rápida e decidida, abriria lugar para 12 milhões de famílias. Se as coisas assim acontecessem, 32 milhões de pessoas que estão passando fome teriam comida, pelo menos comida (...)”

(Herbert de Souza - “Reflexões para o futuro” - Revista VEJA “25 anos”)

Nos últimos anos, importante campanha relacionada com o texto acima vem ocorrendo no Brasil, cuja denominação é:

- Ação da Cidadania contra Fome e Miséria e pela Vida.
- Campanha pela Reforma Agrária da Contag.
- Movimento de Geração de Emprego do SEBRAE.
- Campanha de Aumento da Produção Agrícola.
- Frente Nacional pela Paz no Campo e na Cidade.

13. Em 29 de setembro de 1992, o presidente Collor de Mello era afastado do poder. Três meses depois, o Senado aprovava a perda de mandato e suspensão dos direitos políticos por oito anos.

Dentre as causas deste desfecho apontamos:

- a vasta cadeia de denúncias pela imprensa, escândalos, desemprego e recessão.
- o fracasso total no processo de privatização da economia e liberalização de preços.
- a forte oposição do governo a um modelo neoliberal.
- a hiperinflação que não pôde ser evitada, gerando forte crise social.
- a pressão dos grupos financeiros, visando à renegociação da dívida externa.

14. Quatro meses após seu lançamento, o plano econômico começou a despencar; produtos desapareciam do mercado, estocagem especulativa, desobediência ao congelamento e fracasso da operação “caça ao boi gordo no pasto”. O plano descrito anteriormente pertence à História recente da república e foi denominado:

- Plano Bresser.
- Plano Salte.
- Plano Cruzado.
- Plano Collor.
- Plano Real.

15. No Brasil, a organização política implantada pelo Regime Militar, instalado pós-64, caracterizou-se pela:

- ampliação dos poderes estaduais sustentadas por acordos regionais entre chefes políticos conservadores e setores de vanguarda empresarial.
- crescente concentração de poderes para o Executivo com os Atos Institucionais legitimando a manutenção de um Estado forte.
- permanente utilização de instrumentos de exceção controlados pelos representantes do Congresso que passou a ser autônomo e independente.
- implantação de controle popular sobre os antigos caciques políticos municipais que ameaçavam a estabilidade do Regime.
- estratégia de abertura e distensão política executada de forma lenta e gradual com o objetivo de fortalecer o poder dos partidos políticos.

16. “... embora a vontade política do presidente Itamar, dos ex-ministros Fernando Henrique Cardoso e Rubem Ricúpero tenha implantado a primeira fase do Plano Real com sucesso, sem a segunda fase (...) o Plano não será bem sucedido...”

Pelo programa econômico divulgado pelo Governo o sucesso da segunda fase a que o texto se refere implica em:

- ampliar a representação dos Estados no Senado e reestruturar o poder Judiciário.
- mudanças na legislação trabalhista nas esferas federal, estadual e municipal.
- reformas estruturais nos sistemas tributários, previdenciário e na administração pública.
- estimular a criação de mecanismos de proteção ao consumidor e privatizar as empresas públicas.
- centralizar as decisões de política monetária nas instituições financeiras privadas.

17. Os militares tiveram, ao longo do tempo, presença marcante na história política do Brasil. Entretanto, a Constituição promulgada em 05/10/1988 restringiu o papel das Forças Armadas, que pode ser resumido em:
- defesa do país em caso de ataque externo e combate ao “inimigo interno”.
 - garantia dos poderes “constituídos”, da lei e da ordem.
 - preservação da paz social, através de intervenções diretas em momentos de instabilidade.
 - manutenção do controle da sociedade, através de organizações como o SNI.
 - defesa da pátria e garantia dos poderes constitucionais.
18. Assinale a alternativa CORRETA.
O “risco de fujimorização” do Brasil, que alguns políticos e intelectuais têm apontado ultimamente, toma como referência:
- a influência do crime organizado na vida pública, como acontece com a máfia na Itália;
 - a declaração de uma guerra civil sangrenta, como a que envolveu a antiga Iugoslávia;
 - o fechamento do Congresso e a suspensão de direitos civis, por parte do presidente do Peru;
 - a implantação de um regime socialista, nos moldes do existente hoje em Cuba;
 - o desencadeamento de um golpe militar, tal qual ocorreu há duas décadas no Chile.
19. A morte do advogado Paulo César Farias trouxe à tona uma intensa discussão a respeito dos esquemas de corrupção instalados no governo brasileiro e denunciados após a eleição presidencial de 1989. A respeito disso, marque a alternativa correta:
- o esquema de corrupção comandado por P.C. Farias foi denunciado pelo próprio Presidente Collor logo após a sua posse.
 - as eleições de 1989 ficaram marcadas pelas denúncias de corrupção por parte dos dois candidatos que chegaram ao 2º Turno, Collor e Brizola.
 - as denúncias de corrupção levaram à renúncia do Presidente Fernando Collor, que mesmo assim acabou sendo absolvido pelo Supremo Tribunal Federal.
 - tanto o “esquema P.C.” quanto à “máfia do orçamento” já foram esclarecidas pela Justiça e seus responsáveis julgados e presos.
20. Em seu discurso, ao lançar o plano econômico, o presidente descreveu a inflação como “o inimigo público número um”. O plano obteve imediato apoio da população e, da noite para o dia, o presidente e o ministro Funaro se tornaram heróis nacionais. O povo entrava nos supermercados, verificava os preços e denunciava os gerentes quando notava que algum produto havia sido remarcado irregularmente.
O texto anterior refere-se ao Plano:
- Verão
 - Cruzado
 - Collor
 - Bresser
 - Campos-Bulhões
21. O retorno do Brasil ao regime democrático, na década de 80, teve como um dos seus marcos mais significativos a(o):
- vitória do movimento pela eleição direta para Presidente da República.
 - eleição de Fernando Collor pelo Colégio Eleitoral.
 - eleição de Tancredo Neves com o apoio do último governo militar.
 - promulgação da nova Constituição, em 1988.
 - movimento dos “caras pintadas”, a favor do “impeachment” de Fernando Collor.
22. As assembleias constituintes de 1987 davam direito aos cidadãos de apresentarem propostas e emendas ao texto constitucional. Nesse sentido, foram intensas as pressões dos grupos organizados para representar interesses setoriais junto ao Congresso Constituinte e forçar suas decisões de acordo com esses interesses. Esses grupos eram chamados de:
- lobbies.
 - constituintes.
 - reformistas.
 - interventores.
 - relatores.
23. Recentemente, tem havido no país um crescimento do número de movimentos grevistas. Esses movimentos têm como principal reivindicação:
- reajustes reais de salário, isto é, salários que possam superar o custo de vida.
 - o direito de se organizarem através de uma entidade representativa.
 - o direito ao FGTS e salário desemprego.
 - a legalidade dos movimentos reivindicatórios e da greve.
 - melhores condições de trabalho, direito à recreação e à alimentação fornecida pela empresa.
24. Muitos planos econômicos ocorreram nos anos 80, exceto o:
- Plano de Metas.
 - Plano Cruzado.
 - Plano Collor.
 - Plano Bresser.
 - Plano Verão.
25. O Brasil vive uma crise econômica há quase duas décadas, que tem como um de seus mais perversos efeitos a inflação. Para combatê-la, têm-se elaborado vários planos econômicos, dos quais o primeiro foi o:
- Plano Collor.
 - Plano Salte.
 - Plano Cruzado.
 - Plano Cavallo.
 - Plano FHC.
26. A maioria das pessoas depende dos salários para sobreviver. A queda do nível salarial tem sido um fato real. Isso se deve:
- aos salários que são reajustados em níveis que ficam abaixo dos aumentos do custo de vida.
 - à população que tem aceitado passivamente as imposições do esquema produtivo.
 - à jornada diária de um trabalhador brasileiro que é muito pequena se comparada com a de um trabalhador norte-americano.
 - ao Estado que não permite reivindicações trabalhistas.
 - aos trabalhadores brasileiros que não têm uma entidade representativa que possa encaminhar suas reivindicações.

27. A movimentação causada pelo pedido de “impeachment” do Presidente Fernando Collor de Mello, no Congresso Nacional gerou uma acirrada discussão acerca dos 3 (três) poderes nacionais. De acordo com a Constituição em vigor, assinale a opção CORRETA:

- a) O Congresso Nacional tem poder para cassar o mandato do Presidente da República nos casos de crimes comuns.
- b) Somente o Supremo Tribunal Federal tem poderes para julgar o Presidente da República nos casos de crime de responsabilidade.
- c) O Congresso Nacional deve julgar os crimes de responsabilidade do Presidente da República.
- d) O Presidente da República tem o poder de dissolver o Congresso Nacional, toda vez que este tentar processá-lo.
- e) O Supremo Tribunal Federal tem poderes para julgar o Congresso Nacional por crime de responsabilidade, caso o Presidente da República seja inocentado.

28. A partir do governo Sarney, foram adotados vários planos econômicos que tentaram controlar o aumento desenfreado da inflação brasileira. Alguns desses planos apresentavam características heterodoxas tais como congelamento de preços, confisco da poupança, tentativa de regulação do mercado através de medidas provisórias do Executivo.

A alternativa que apresenta o plano econômico adotado no Brasil, pós 1985, de características heterodoxas é

- a) Plano Cruzado.
- b) Plano de Ação Econômica (PAEG).
- c) Plano de Metas.
- d) Plano SALTE.
- e) Plano Verão.

29. “...as elites e camadas superiores do Terceiro Mundo, que já cercaram suas residências de arame farpado, deixaram de por o pé em vastas regiões de seu próprio país e somente ousam sair na rua armadas, obviamente já não consideram seres humanos a maioria dos seus chamados concidadãos. São essas minorias que se aferram às estratégias de privatização e abertura do FMI...”

No Brasil, as minorias a que o texto se refere foram responsáveis, recentemente, pela ascensão política de:

- a) Roberto Marinho.
- b) Herbert de Souza.
- c) Fernando Collor de Mello.
- d) Luis Inácio Lula da Silva.
- e) José Carlos Alves dos Santos.

30. Em novembro de 1979, foi extinto o bipartidarismo no Brasil, vigente durante o período militar, favorecendo o surgimento de novos partidos políticos. Definidos mais claramente na década de 80, os partidos expressaram as pretensões dos diversos setores sociais, sendo correto afirmar que, EXCETO:

- a) o PDS, antiga ARENA, agrupou parte dos conservadores e a direita.
- b) o PT reuniu aqueles que acreditavam em novas alternativas socialistas.
- c) o PP, formado por antigos políticos conservadores ligados

ao trabalhismo, acabou sendo absorvido pelo PMDB.

- d) o PDT retomou a tradição trabalhista congregando a esquerda radical.
- e) o PMDB congregou os setores liberais, facções conservadoras e, durante certo tempo, a esquerda tradicional.

31. (EsSA) Após o impeachment de Collor, Itamar Franco assumiu a presidência do Brasil, dizendo que sua meta era combater a pobreza, a inflação e a recessão. Sobre seu governo é correto afirmar que

- a) o desemprego e a miséria diminuíram, dando alento à população.
- b) os erros políticos, administrativos e econômicos cometidos por ele geraram incertezas quanto ao futuro do país.
- c) conseguiu reduzir consideravelmente a taxa inflacionária do país, ao bloquear os ativos financeiros das pessoas físicas e jurídicas.
- d) visava a defender e recuperar as reservas internacionais do país com a decretação da moratória.
- e) buscava controlar os preços e desindexar a economia, com a criação do Plano Cruzado.

32. (EsSA) Nos últimos 20 anos, houve mudanças socioeconômicas significativas no Brasil. Entre elas, observa-se que:

- a) a produtividade agrícola avançou, mas não eliminou os movimentos sociais no campo.
- b) o país entrou na era da globalização e a produção industrial alcançou autonomia tecnológica.
- c) as crises econômicas não foram superadas, mas o produto interno bruto (PIB) cresceu continuamente.
- d) as políticas para o meio ambiente ocuparam o centro da agenda governamental e suas metas principais foram implementadas.
- e) o desemprego se agravou, mas as políticas públicas compensaram seus efeitos negativos.

33. (EsSA) No dia 23 de outubro de 2005, o povo brasileiro foi às urnas. Desta vez, para participar da questão da proibição da venda de armas no país, onde se votou “não” ou “sim”. Este processo caracterizou um (a):

- a) Plebiscito.
- b) Referendo.
- c) Iniciativa popular.
- d) Ação popular.
- e) Prática do habeas-data.

34. (EsSA) O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

- a) ampliou a presença financeira do Estado nos gastos com habitação, educação e programas de saúde pública.
- b) foi marcado pelas privatizações das empresas estatais, visando à obtenção de capital suficiente para abater a dívida pública.
- c) reduziu a presença do capital estrangeiro a investimentos em pontos localizados da indústria de base, sobre rígido controle do setor público.
- d) conseguiu diminuir parte significativa dos desequilíbrios econômicos regionais, por meio da implementação de programas agrários subsidiados pelo Estado.

35. (EsSA) O retorno do Brasil ao regime democrático na década de 80 teve como um de seus marcos significativos a (o)

- promulgação da nova Constituição Republicana em 1988.
- eleição de Tancredo Neves, no colégio eleitoral, para presidir o Brasil.
- vitória do movimento pela eleição direta para Presidente da República.
- movimento dos "caras pintadas" a favor do "impeachment" de Fernando Collor.

36. (EsSA) A resposta à crise econômica, vivenciada pelo Brasil no governo Sarney (1985-1990), foi à elaboração e a implantação do Plano Cruzado. Esse plano:

- garantiu a continuidade do "Milagre Brasileiro".
- assegurou o fim dos desequilíbrios econômicos regionais.
- alicerçou sua política de salários no princípio da livre negociação.
- combateu a carestia com a instituição do congelamento de preços.

37. (EsSA) O modelo econômico que passou a ser implementado no Brasil, a partir da década de 1990, é marcado pela (o):

- uso de mecanismos inflacionários para assegurar o financiamento do Estado.
- política centrada na adoção de baixas taxas de juros para financiar a dívida pública brasileira.
- projeto de recuperação econômica para fortalecer o crescimento da agricultura familiar.
- privatização de empresas estatais, justificada pela necessidade de superação do déficit fiscal.

38. (EsSA) O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, para consolidar a estabilidade econômica, defende, EXCETO:

- o aumento da poupança e do investimento interno.
- o aumento dos encargos para o setor produtivo.
- a continuidade do programa de privatizações.
- a Reforma Administrativa, Tributária e da Previdência.
- a abertura de certos setores ao investimento estrangeiro.

39. (EsSA) A Constituinte de 1988 abrigou diversas propostas para a formação de novas unidades federativas, cujas proposições foram discutidas em meio à forte disputa política. O projeto de criação do Estado do Triângulo, em Minas Gerais, foi vetado. A singularidade do caso goiano, com a criação do Estado do Tocantins, vincula-se:

- ao desenvolvimento econômico da região norte de Goiás que motivou a proposta separatista.
- ao aumento das tensões sociais advindas da campanha pela separação do norte goiano.
- ao investimento na modernização da região com base na atração de capital estrangeiro.
- à adequação das elites goianas às perspectivas políticas advindas da divisão do território.
- à emergência de uma cultura nortista, avessa aos valores culturais do povo goiano.

40. (EsSA) A eleição de Fernando Collor, para o cargo de Presidente da República derrotando Luís Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores movimentou politicamente o Brasil. O governo de Fernando Collor:

- surpreendeu pelo equilíbrio do Presidente como estadista bem informado.
- teve apoio incondicional dos grandes partidos políticos durante seu governo.
- prometeu amplas e renovadoras políticas de modernização econômica.
- consolidou a democracia no país, isolando as oligarquias anacrônicas.
- impediu a entrada do capital estrangeiro nos negócios nacionais.

41 (EsSA) O Plano Collor e Plano Real, apesar da diferenças de épocas, possuem em comum o fato de

- estabelecerem metas de construção de usinas hidrelétricas, postos de extração de petróleo, rodovias e outras grandes obras públicas.
- trazerem excelentes resultados econômicos e sociais, comprovando a boa capacidade brasileira no planejamento público.
- serem políticas estatais de intervenção na regulação da moeda nacional.
- terem estabelecido controle de preços como o Plano Cruzado.
- terem proposto reformas no Ministério de Educação aplicando a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

42 (EsSA) Assinale a alternativa que NÃO foi um efeito apresentado pelo "Plano Real" durante os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

- Diminuição drástica da inflação
- Instituiu a estabilidade monetária.
- Aumento das exportações para a China.
- Aumento das taxas de juros.
- Redução dos investimentos em infra-estrutura.

Gabarito:

01. a	02. b	03. e	04. b	05. e
06. a	07. a	08. d	09. c	10. e
11. e	12. a	13. a	14. c	15. b
16. c	17. e	18. c	19. c	20. b
21. d	22. a	23. a	24. a	25. c
26. a	27. c	28. a	29. c	30. d
31. b	32. a	33. b	34. b	35. b
36. d	37. d	38. b	39. d	40. c
41. c	42. c			

Anotações
